

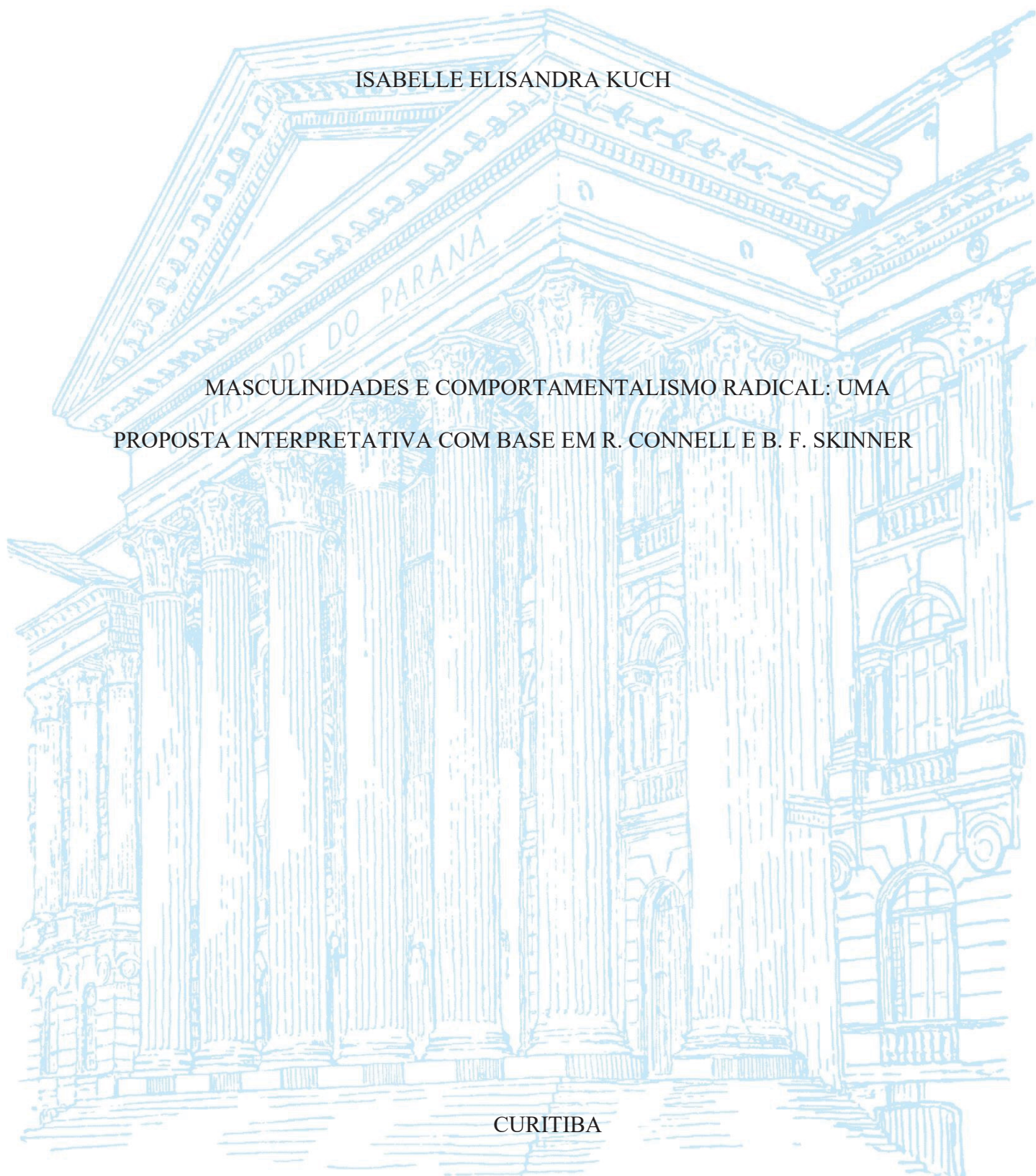
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISABELLE ELISANDRA KUCH

MASCULINIDADES E COMPORTAMENTALISMO RADICAL: UMA  
PROPOSTA INTERPRETATIVA COM BASE EM R. CONNELL E B. F. SKINNER

CURITIBA

2023



ISABELLE ELISANDRA KUCH

MASCULINIDADES E COMPORTAMENTISMO RADICAL: UMA  
PROPOSTA INTERPRETATIVA COM BASE EM R. CONNELL E B. F. SKINNER

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Psicologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Dittrich

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Kuch, Isabelle Elisandra

Masculinidades e comportamentalismo radical: uma proposta interpretativa com base em R. Connell e B. F. Skinner. / Isabelle Elisandra Kuch. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line: PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Dittrich.

1. Masculinidade. 2. Comportamento - Avaliação. 3. Identidade de gênero. 4. Feminismo. I. Dittrich, Alexandre, 1975-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PSICOLOGIA -  
40001016067P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ISABELLE ELISANDRA KUCH** intitulada: **Masculinidades e Comportamentalismo Radical: Uma proposta interpretativa com base em R. Connell e B. F. Skinner**, sob orientação do Prof. Dr. ALEXANDRE DITTRICH, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 13 de Fevereiro de 2023.

Assinatura Eletrônica

22/02/2023 15:09:36.0

ALEXANDRE DITTRICH

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/02/2023 06:53:22.0

CAMILA MUCHON DE MELO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)

Assinatura Eletrônica

23/02/2023 09:10:26.0

CAROLINA LAURENTI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

---

Praça Santos Andrade, 50, 2o andar - CURITIBA - Paraná - Brasil  
CEP 80060-010 - Tel: (41) 3310-2644 - E-mail: pgpsicologia@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 257995

**Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 257995**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

## AGRADECIMENTOS

Todos os dias desfaleço e desfaço-me em cinza efêmera:  
todos os dias reconstruo minhas edificações, em sonho eternas.

Esta frágil escola que somos, levanto-a com paciência  
dos alicerces às torres, sabendo que é trabalho sem termo.

(Cecília Meireles)

Escrever os agradecimentos de um trabalho ao qual estive submersa por dois anos é um grande desafio. Tantas foram as pessoas que, de alguma forma, atravessaram a minha escrita – seja como fonte de inspiração, apoio, instrução etc. – que me sinto genuinamente grata e a elas eu dedico este trabalho. B. F. Skinner afirmava que as pessoas são modificadas por suas contingências. Se hoje sou mais sensível e mais competente nos diversos âmbitos da minha vida é porque vocês fizeram parte das contingências que transformaram quem eu sou.

À minha família que sempre me incentivou e celebrou cada uma das minhas conquistas. Aos meus pais, Ivo e Serli, e à minha irmã, Mariane. Sem vocês nada disso teria sido possível. Sou eternamente grata.

Aos meus amigos que puderam acompanhar minha trajetória desde quando entrar no mestrado era apenas um anseio distante – e os altos e baixos inerentes ao processo. À Victória, Rafaela, Erick e André. Obrigada pelo suporte, pela escuta e por me permitirem aprender tanto com vocês (para além dos muros da academia). Vocês são especiais. À Evelyn, que pôde me acompanhar desde muito antes. Fico orgulhosa em ver aonde chegamos. Aos demais amigos cujos caminhos se cruzaram aos meus, vocês também me ajudaram a chegar até aqui.

Às minhas colegas do mestrado, Beatriz, Mariana e Nathalin. Vocês tornaram essa jornada mais leve, mais humana e menos solitária. Saber que, em muitos momentos, eu não estava sozinha foi acalentador. Aos demais colegas que encontrei no caminho, obrigada por todas as trocas.

Ao meu orientador, Alexandre Dittrich. Sou muito grata pela confiança e paciência. Obrigada pelos conselhos, críticas e assistência. Por ser um modelo de professor, profissional e ser humano.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná, especialmente aos professores que atuam junto ao Núcleo de Análise do Comportamento. À Jocelaine da Silveira, Ana Paula Viezzer, Bruno Strapasson e Gabriel de Luca. Suas contribuições para minha formação acadêmica e pessoal foram imensuráveis.

Às professoras Carolina Laurenti, Camila Muchon e Táhcita Mizael. Obrigada pela disponibilidade, sugestões e observações.

Aos meus professores da graduação que se fizeram, de alguma forma, presentes na minha jornada. À Tatiany Porto, Cloves Amorim e Carla França que me permitiram desenvolver as primeiras pesquisas do meu currículo. Vocês foram e são fontes de admiração e inspiração.

A todas as educadoras que, desde o ensino fundamental, me incentivaram e colaboraram com o desenvolvimento das minhas competências mais básicas e do meu pensamento crítico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo subsídio financeiro.

“Nós não precisamos viver sob a mesma  
opressão para combatermos a opressão em si.”  
(bell hooks, *Teoria feminista: Da margem ao  
centro*)



## RESUMO

A inserção da perspectiva feminista na (re)formulação dos estudos sobre gênero se constituiu como uma etapa substancial no processo de objeção ao caráter naturalizante, essencialista e binário até então atribuído às práticas generificadas e, como efeito, novos fenômenos puderam ser explorados e criticamente analisados nesse domínio dos saberes. A produção de conhecimentos sobre os homens e as masculinidades é exemplo desta vasta gama de possibilidades investigativas no campo dos estudos de gênero, tendo se multiplicado sobretudo após a década de 1970, especialmente impulsionada pelos estudos elaborados pela socióloga australiana R. Connell. Connell foi responsável, por exemplo, por cunhar o termo “masculinidade hegemônica”, o que se mostrou bastante pertinente para discussões de temas como educação, saúde física e mental, violência etc. Dada a importância da autora para o exame desta temática, a sua obra foi tomada como base para a formulação da primeira etapa deste estudo. Não obstante, o avanço atrelado ao desenvolvimento de novos estudos sobre os homens e masculinidades demanda uma ampliação do diálogo com outros campos científicos. Nesta perspectiva, construir uma interlocução com a Análise do Comportamento pode ser útil para expandir as interpretações acerca dos fenômenos comportamentais complexos que constituem as masculinidades, uma vez que os pressupostos teóricos e tecnológicos da Análise do Comportamento têm sido cada vez mais utilizados na delimitação e na construção de propostas resolutivas no que concerne a temáticas socialmente relevantes. Tendo isso em vista, esta dissertação objetivou construir uma interpretação comportamentalista radical dos conceitos de masculinidades apresentados por R. Connell. Partindo de uma pesquisa de caráter teórico e interdisciplinar, as masculinidades, aqui entendidas como práticas que se configuram de acordo com a posição dos homens na estrutura das relações de gênero, foram examinadas à luz da teoria skinneriana, procedimento que constituiu a segunda etapa do estudo. Assim, as diferentes configurações de masculinidades descritas por Connell – hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada – foram descritas de modo coerente com o escopo analítico-comportamental. Uma vez que as diferentes práticas de masculinidades são socialmente construídas, complexas e plurais (i.e., podem variar de acordo com a cultura, o espaço e o tempo), temas como comportamento social e práticas culturais foram empregados na formulação da análise interpretativa nesta etapa do estudo. Ao final, foram exploradas as possibilidades de se fortalecer políticas que visam a transformação das práticas de masculinidades vigentes e que, atualmente, acarretam efeitos nocivos aos homens e à sociedade como um todo. Tópicos como controle ético, contracontrole e controle face a face foram abordados para embasar as discussões traçadas. Em síntese, foi sendo evidenciado ao longo deste trabalho que os homens, à medida em que são partes fundamentais dos problemas oriundos dos modelos nefastos de masculinidade atualmente privilegiados em nossa sociedade, também devem ser parte da solução.

**Palavras-chave:** Masculinidades. Análise do Comportamento. Estudos de Gênero. Comportamentalismo Radical. Estudos feministas.

## ABSTRACT

The insertion of the feminist perspective in the (re)formulation of gender studies constituted a substantial step in the process of objection to the naturalizing, essentialist and binary character by that time attributed to gendered practices and, as an effect, new phenomena could be explored and critically analyzed in this domain of knowledge. The production of knowledge about men and masculinities is an example of this vast range of investigative possibilities in the field of gender studies, having multiplied after the 1970s, especially driven by studies developed by the Australian sociologist R. Connell. Connell was responsible, for example, for coining the term “hegemonic masculinity”, which proved to be quite relevant for discussions of topics such as education, physical and mental health, violence, etc. Given the importance of the author for the examination of this theme, her work was taken as the basis for the formulation of the first step of this study. However, the progress linked to the development of new studies on men and masculinities demands an expansion of the dialogue with other scientific fields. In this perspective, building a dialogue with radical behavioral science can be useful to expand interpretations about the complex behavioral phenomena that constitute masculinities, since the theoretical and technological assumptions of Behavior Analysis have been increasingly used in the delimitation and construction of resolute proposals regarding socially relevant themes. Hence, this dissertation aimed to build a radical behaviorist interpretation of the concepts of masculinity presented by R. Connell. Based on a theoretical and interdisciplinary research, masculinities, understood here as practices that are configured according to the position of men in the structure of gender relations, were examined in the light of Skinner's theory, a procedure that constituted the second step of the study. Thus, the different configurations of masculinities described by Connell – hegemonic, subordinate, complicity and marginalized – were described coherently with the Behavior Analysis' scope. Since the different masculinity practices are socially constructed, complex and plural (i.e., may vary according to culture, space and time), themes such as social behavior and cultural practices were used to formulate the interpretative analysis at this stage of the study. Finally, the possibilities of strengthening politics aimed at transforming current masculinity practices which currently have harmful effects on men and society were explored. Topics such as ethical control, counter-control and face-to-face control were addressed to support the outlined discussions. In short, it became evident throughout this study that men, as they are fundamental parts of the problems arising from the harmful models of masculinity currently privileged in our society, must also be part of the solution.

**Keywords:** Masculinities. Behavior Analysis. Gender Studies. Radical Behaviorism. Feminist Studies.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Literatura pré-selecionada para o levantamento teórico da Etapa II .....	41
<b>Tabela 2</b> - Grupos entrevistados por R. Connell na obra <i>Masculinities</i> .....	69
<b>Tabela 3</b> - Possíveis conceitos de cultura nas obras selecionadas de Skinner .....	133
<b>Tabela 4</b> - Banco de citações referente à obra <i>Masculinities</i> .....	210
<b>Tabela 5</b> - Banco de citações referente às obras de B. F. Skinner .....	283

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Análise ontogenética do conceito de gênero descrito por Connell (2005) em termos analítico-comportamentais.....	119
<b>Figura 2</b> - Exemplo I de aplicação da análise ontogenética do conceito de gênero descrito por Connell (2005) em termos analítico-comportamentais.....	123
<b>Figura 3</b> - Exemplo II de aplicação da análise ontogenética do conceito de gênero descrito por Connell (2005) em termos analítico-comportamentais.....	124
<b>Figura 4</b> - Exemplo III de aplicação da análise ontogenética do conceito de gênero descrito por Connell (2005) em termos analítico-comportamentais .....	124
<b>Figura 5</b> - Análise cultural do conceito de gênero .....	139
<b>Figura 6</b> - Análise cultural das práticas de masculinidade hegemônica .....	149
<b>Figura 7</b> - Análise cultural das práticas de masculinidade subordinada .....	158

## SUMÁRIO

Introdução .....	15
Estudos de gênero, feminismo e masculinidades.....	15
Estudos de gênero em Análise do Comportamento .....	26
Método .....	35
Especificação das informações relevantes .....	38
Seleção das fontes .....	39
Seleção das fontes: Etapa I.....	40
Seleção das fontes: Etapa II .....	40
Levantamento das informações.....	42
Tratamento das informações .....	43
<b>Etapa I: Síntese dos principais elementos do projeto de R. Connell sobre as masculinidades .....</b>	<b>45</b>
1 Panorama histórico dos estudos sobre os homens e masculinidades .....	45
1.1 O conhecimento derivado da teoria psicanalítica.....	46
1.2 O conhecimento derivado da teoria dos papéis sexuais .....	49
1.3 O conhecimento derivado das ciências sociais contemporâneas .....	54
1.4 Caminhos para compreender as contribuições de R. Connell à ciência da masculinidade .....	58
2 Conceitualização de gênero e masculinidades .....	59
2.1 Considerações sobre os estudos empíricos conduzidos por R. Connell na obra <i>Masculinities</i> ..	68
2.2 Masculinidade hegemônica.....	71
2.3 Masculinidade subordinada.....	76
2.4 Masculinidade cúmplice .....	79
2.5 Masculinidade marginalizada .....	80
3 Panorama histórico das práticas de masculinidades no Ocidente .....	82
4 Debates contemporâneos sobre masculinidades .....	92
<b>Etapa II: Proposta interpretativa das masculinidades à luz do Comportamentalismo Radical .....</b>	<b>111</b>
1 Considerações gerais para uma definição comportamentalista radical das masculinidades .....	111
2 Definindo as masculinidades à luz do Comportamentalismo Radical.....	116
2.1 Masculinidades e comportamento social .....	116
2.2 Masculinidades e práticas culturais.....	132
3. Masculinidades hegemônica, cúmplice, subordinada e marginalizada .....	142

4. O papel das agências de controle na manutenção das práticas hegemônicas de masculinidade .....	162
5 Políticas de masculinidades e a prática de analistas do comportamento .....	175
Considerações finais .....	193
Referências.....	198
Apêndice I.....	210
Apêndice II.....	283

## **Introdução**

### **Estudos de gênero, feminismo e masculinidades**

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. A emblemática frase da filósofa Simone de Beauvoir (1949/1967, p. 9) pode ser considerada um marco na história dos estudos de gênero, especialmente daqueles produzidos a partir dos anos 1960, durante a segunda onda do movimento feminista. Em tempos de expansão deste campo de estudos, seria possível ampliar a sentença da autora para “Ninguém nasce homem: torna-se homem”, a fim de sublinhar que as categorias de gênero, em todas as suas possibilidades, não emergem de qualidades e essências intrínsecas aos sujeitos – pelo contrário, são produtos culturais.

As conceituações sobre gênero são diversas e, deste modo, não há uma definição única e consensual sobre esse fenômeno. Em linhas gerais, gênero se refere a uma forma de organização das relações sociais estabelecida com base nas diferenças percebidas entre os sexos (Scott, 1986/2019), sendo tradicionalmente apoiado em uma oposição binária que engendra perspectivas sobre o masculino e feminino e, a partir disso, organiza a vida cotidiana de indivíduos e grupos (Connell & Pearse, 2014/2015). Segundo Scott (1986/2019), as afirmações construídas sobre os gêneros, nesta lógica binária, são normativas e dependem da rejeição e/ou repressão de expressões de gênero dissidentes. A autora também salienta que uma definição mais útil de gênero deve rejeitar a fixidez e constância da binaridade, a fim de desconstruir e historicizar as diferenças sexuais. Isso implica em considerar dimensões históricas, culturais e relacionais nas análises, sempre assumindo que gênero também é um campo no qual – ou por meio do qual – o poder é articulado.

Os primeiros estudos que sistematizaram a dimensão cultural do gênero tiveram origem nos escritos feministas elaborados e popularizados no período em que diversos movimentos sociais se disseminaram no Norte global – entre eles o Movimento de Libertação das Mulheres,

que emergiu na década de 1960. A principal crítica encerrada nas obras desta época se direcionou às concepções essencialistas dos papéis de gênero (e.g., Beauvoir, 1949/1967; Firestone, 1970/1976; Friedan, 1963/1971). Outrossim, verifica-se que houve resistência em dedicar parte destes estudos ao masculino, pois os homens eram vistos como unicamente privilegiados pelo sistema de gênero e, naquele momento, pretendia-se dar voz às mulheres – o que, de algum modo, foi produtivo e até mesmo necessário, mas manter esse veto poderia comprometer os estudos de gênero subsequentes a uma abordagem simplista dos fenômenos investigados (Botton, 2007).

Na década de 1970 já foi possível notar uma expansão significativa nos estudos sobre masculinidades. Apesar da esquivia inicial, as teorias feministas da época foram as principais fontes para o desenvolvimento deste novo campo (Connell & Messerschmidt, 2005/2013). Nesse mesmo período, inspirados pelo movimento feminista, homens estadunidenses organizaram o Movimento de Libertação dos Homens, cujo principal objetivo foi o de reformar o papel sexual masculino, representado por um conjunto de expectativas e comportamentos apropriados aos homens (Connell, 2005). Apesar de não ter sido expressivo, o movimento tem seu valor histórico e é reconhecido como uma das primeiras organizações coletivas em direção à reformulação dos ideais de masculinidade.

Atualmente, teóricas feministas têm se dedicado de forma mais acentuada à produção de estudos sobre masculinidades, o que tem sido produtivo para repensar estratégias de combate às desigualdades de gênero que prejudicam primordialmente as mulheres. Conforme ressalta hooks (1984/2019), expressões de ódio e oposição aos homens podem potencializar o antagonismo entre homens e mulheres, além de intensificar o sexismo<sup>1</sup> – e isso pode ser

---

<sup>1</sup> “Sexismo” pode ser compreendido como uma forma específica de preconceito relacionada ao sexo que atinge majoritariamente as mulheres, cujo fundamento se dá pela construção histórica de um ideal de supremacia biológica masculina. O sexismo, portanto, envolve atitudes de intolerância, discriminação, abuso, exploração, inferiorização, dentre outras, direcionadas às mulheres e que se exprimem em relações interpessoais e institucionais sob a lógica patriarcal da dominação masculina (Cortez et al., 2019).



contraproducente para o feminismo. Cabe salientar que tratar os homens apenas como parte do problema e não da solução é especialmente limitante aos propósitos do movimento feminista. A revolução feminista não pode ser feita de forma solitária e isso se evidencia, principalmente, quando se observa que os homens são os principais responsáveis pela manutenção do patriarcado. Logo, somente incentivando-os a colaborar com os principais objetivos do movimento feminista será possível caminhar em direção à equidade entre gêneros. Em resumo, o que se observa é que:

Todos os homens apoiam e perpetuam o sexismo e a opressão sexista de uma forma ou de outra. É crucial que as ativistas feministas não percam tempo intensificando a consciência desse fato a tal ponto que deixemos de frisar questões importantes e negligenciadas, como a de que é possível, para os homens, levar uma vida afirmativa e significativa sem explorar e oprimir as mulheres. (hooks, 1984/2019, p. 117)

A soma de todos esses fatores contribuiu para a abertura de novas discussões sobre a política de gênero, homens e poder. Assim, o desenvolvimento dos *Men's Studies* foi fundamental para o questionamento de quaisquer reivindicações universalizantes da categoria “homem” (Connell & Messerschmidt, 2005/2013).

Nesse novo campo de investigações sobre os homens e as masculinidades, as obras de Raewyn Connell<sup>2</sup> vêm exercendo papel fundamental em debates na comunidade acadêmica internacional. Segundo Carvalho (2015), Connell pode ser considerada pioneira e fundadora de importantes conceitos deste campo de estudos. A título de exemplo, a autora foi responsável por cunhar o conceito de masculinidade hegemônica, que se mostrou extremamente relevante para debates sobre temas como educação, saúde física e mental, violência, dentre outros (Nascimento & Connell, 2017). Nos últimos trinta anos, a obra de Connell tem sido referência

---

<sup>2</sup> Raewyn Connell é uma socióloga transexual de nacionalidade australiana. Trabalhou em universidades da Austrália e Estados Unidos e, atualmente, é professora emérita da Universidade de Sydney.

teórica e empírica no campo de estudos de gênero, sendo que a autora não apenas desenvolveu uma teoria sobre as masculinidades, como explorou seus significados em outras áreas para além da sociologia (Carvalho, 2015).

Connell (1995) compreende as masculinidades como práticas que se configuram de acordo com a posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Partindo desta definição, é importante destacar que (1) as configurações de tais práticas são múltiplas; (2) tais práticas se referem a ações concretas, socialmente construídas e historicamente situadas, não apenas a uma série de expectativas sociais, identidades ou traços de personalidade; (3) as relações de gênero englobam relações entre diferentes gêneros e do mesmo gênero entre si, podendo surgir, em meio às diferentes hierarquias socialmente estabelecidas, relações de dominação, de subordinação, de marginalização e de cumplicidade (Connell, 1995, 2013/2016; Connell & Messerschmidt, 2005/2013).

Em resumo, as masculinidades são complexas e podem assumir diferentes configurações em determinada cultura, espaço e tempo. O reconhecimento desta complexidade permitiu a constatação do caráter plural das masculinidades, que não mais podem ser interpretadas com base em padrões fixos ou universais. Na verdade, as práticas associadas aos diferentes tipos de masculinidades variam de acordo com fatores temporais, regionais, étnicos, de classe, de raça, dentre outros importantes marcadores sociais (Kimmel, 1998). Para além de uma variação entre culturas, Kimmel (1998) indica que as masculinidades podem variar, inclusive, em uma mesma cultura ou, ainda, de acordo com as experiências individuais de cada homem.

Connell (2005) organiza as práticas de masculinidades em quatro categorias – hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada – e ressalta que, além do reconhecimento desta multiplicidade e suas variações em cada cultura, também é necessário analisar as relações estabelecidas entre estas. Isso implica em uma análise das relações de poder. Kimmel (1998)

sugere que as masculinidades são constituídas em relação a dois campos interdependentes de poder: (1) nas relações com as mulheres (desigualdades de gênero), e (2) nas relações de homens com outros homens (desigualdades interseccionais de raça, classe, etnia, idade, sexualidade etc.).

O padrão hegemônico de masculinidade, por exemplo, é aquele que se sobressai diante dos demais e origina-se em um contexto de oposição ao modelo subordinado, que não é igualmente valorizado (Kimmel, 1998). Em outras palavras, as práticas que compõem a masculinidade hegemônica expressam as características mais admiráveis de um homem, construindo a forma de masculinidade mais honrada, mais central e a que possui maior autoridade diante daquelas que são socialmente marginalizadas em determinado contexto. É importante destacar que tal masculinidade não é considerada necessariamente “hegemônica” em um sentido estatístico, considerando que apenas uma minoria dos homens talvez a adote integralmente. Trata-se antes de um padrão normativo (Connell, 2013).

Em se tratando das origens destes diferentes padrões, Kimmel (1998) elabora um comparativo com a criação simultânea de metrópoles e periferias, na qual os padrões hegemônicos e subordinados são produzidos de forma interdependente, porém desigual. A masculinidade subordinada, em seus moldes atuais, caracteriza-se, principalmente, pelo não acesso a privilégios do patriarcado que decorre de uma renúncia às normas que caracterizam a hegemonia – esses homens, portanto, não buscam exercer autoridade, nem ocupar uma posição dominante nas relações de gênero de forma irrestrita. A masculinidade marginalizada, assim como a subordinada, assume um lugar inferior na hierarquia das masculinidades, estando muito associada à intersecção do gênero com outras estruturas importantes, como raça e classe. Contudo, sua principal característica é a de que, apesar do contexto desfavorável, esses homens buscam reivindicar o poder recorrendo à reformulação e adaptação dos ideais hegemônicos a

suas realidades – o que não acontece na masculinidade subordinada, uma vez que há uma renúncia explícita às normativas hegemônicas (Connell, 2005).

Existe, também, uma categoria intermediária – as masculinidades cúmplices. Nesse padrão de masculinidade, homens não adotam posturas rígidas de dominação, mas são beneficiados de alguma forma por esse tipo de controle. Alguns homens agem por conveniência e, de acordo com suas necessidades, podem assumir padrões mais rígidos de masculinidade quando pertinente, bem como podem se distanciar estrategicamente da hegemonia (Connell & Messerschmidt, 2005/2013). Embora existam homens que critiquem a masculinidade hegemônica ou tenham consciência de que não podem comportar-se satisfatoriamente de acordo com suas normativas, não é fácil confrontá-la, porque, da mesma maneira que esta pode representar um fardo, também lhes confere privilégios, permitindo que desfrutem de melhores posições em relação às mulheres e a outros homens inferiores na hierarquia das posições masculinas (Fuller, 2012).

Para elucidar o funcionamento desta hierarquia das masculinidades em termos mais práticos, faz-se pertinente investigar o que caracteriza a categoria hegemônica de masculinidade, uma vez que esta ocupa a posição mais privilegiada e regula as relações estabelecidas entre e com as demais categorias. A masculinidade hegemônica atualmente é aquela que viabiliza a continuidade da dominação dos homens sobre as mulheres<sup>3</sup> (Connell & Messerschmidt, 2005/2013). Deste modo, a misoginia constitui-se como o cerne deste padrão dominante. Os homens devem evitar todo e qualquer comportamento socialmente atribuído às

---

<sup>3</sup> No senso comum, os comportamentos que neste momento constituem a masculinidade hegemônica são rotulados como “masculinidade tóxica”. Contudo, conforme será demonstrado nas próximas etapas do estudo, a masculinidade hegemônica e a masculinidade tóxica não devem ser, necessariamente, tomadas como sinônimos. As categorias criadas por Connell são cambiantes, não sendo estabelecidos padrões comportamentais fixos que caracterizam um ou outro tipo de masculinidade. Deste modo, os comportamentos que *atualmente* caracterizam a masculinidade hegemônica podem ser modificados e uma nova hegemonia pode ser futuramente consolidada (e.g., comportamentos masculinos menos opressivos podem se tornar hegemônicos). Isto é, *atualmente* a masculinidade hegemônica é “tóxica”, mas não devemos tomar esse dado como inalterável.

mulheres, o que confere a essa categoria de masculinidade uma característica de antifeminilidade, isto é, de aversão ao feminino (Zanello, 2018). Esta última autora destaca que a construção deste conjunto de práticas se dá desde muito cedo, por meio de discursos que operam no imperativo e no negativo: “seja homem”, isto é, não aja como as mulheres.

É possível compreender a produção da masculinidade hegemônica como um processo marcado por diversas violências, sejam elas sutis ou acentuadas. Quem qualifica os comportamentos mais apropriados aos homens são os próprios homens, ou seja, são os homens que legitimam uns aos outros nas relações de gênero, e a educação para a adequação às normas estabelecidas se dá de forma violenta, seja contra si mesmo (por meio de rigidez física e emocional), contra outros homens (por meio de competições), ou, ainda, contra as mulheres (Zanello, 2018).

Muitas destas concepções do que seria um “homem de verdade”, de acordo com o atual padrão hegemônico de masculinidade, foram fundamentadas por uma noção essencialista dos comportamentos masculinos, isto é, concepções sobre quais seriam os comportamentos “naturais” do sujeito masculino. Bourdieu (1998/2012) indica que a essencialização dos comportamentos corresponde à transformação daquilo que é arbitrariamente construído pela cultura em algo natural. Sob um ponto de vista histórico, essa perspectiva naturalista foi fundamental para produzir as relações de gênero que atribuem aos homens uma série de privilégios, ao passo que acentuam a subalternidade feminina.

A compreensão naturalista das práticas generificadas no Ocidente remete à Antiguidade clássica. De acordo com Laqueur (1992/2001), deste período até aproximadamente o século XVII, predominava a ideia do monismo sexual, ou seja, existia um único sexo que se manifestava de forma diferente nos corpos. O autor menciona que as mulheres eram consideradas homens invertidos, isto é, seres imperfeitos e inacabados ou, ainda, “homens subdesenvolvidos”, dado que a anatomia masculina era o modelo de perfeição. A origem desta

precariedade anatômica das mulheres, em uma análise dos estudos clássicos de Galeno, seria justificada por uma falta de calor durante a gestação, o que ocasionava a internalização do pênis e testículos (Laqueur, 1992/2001); a ideia era de que as mulheres tinham “exatamente os mesmos órgãos, mas em lugares exatamente errados” (p. 42). Nota-se que, nesse contexto, os homens eram tomados como medidas de todas as coisas, o que reforçava uma lógica binária e dicotômica, na qual o homem era naturalmente superior e a mulher inferior (Bourdieu, 1998/2012).

Tal interpretação construída a respeito da anatomia dos sujeitos repercutiu no âmbito social: os homens gregos controlavam a vida sexual e reprodutiva das mulheres e, por serem os únicos sujeitos aos quais era concedido o status de cidadão, tinham acesso privilegiado à esfera política (Sartre, 2018). Resumidamente, os principais ideais de virilidade grega faziam referência à dominação sexual, guerra e coragem, sendo que esta última se revelava no campo de batalhas (Vigarello, 2018). Apesar das mudanças no cenário histórico e social, o modelo de masculinidade grega ainda deixa vestígios nos atuais modelos ocidentais de masculinidades, que são pautados na desvalorização do feminino e na exaltação do masculino, conforme se observa:

O duplo paradigma naturalista que define, por um lado, a superioridade masculina sobre as mulheres e, por outro lado, normatiza o que deve ser a sexualidade masculina produz uma norma política andro-heterocentrada e homofóbica que nos diz o que deve ser o verdadeiro homem, o homem normal. Este homem viril na apresentação pessoal e em suas práticas, logo não afeminado, ativo, dominante, pode aspirar a privilégios do gênero. Os outros, aqueles que se distinguem por uma razão ou outra, por sua aparência, ou seus gostos sexuais por homens, representam uma forma de não-submissão ao gênero, à normatividade heterossexual, à doxa de sexo e são simbolicamente excluídos do grupo dos homens, por pertencerem aos “outros”, ao grupo dos dominados/as que

compreende mulheres, crianças e qualquer pessoa que não seja um homem normal. (Welzer-Lang, 2001, p. 468)

A diferença anatômica entre os órgãos sexuais e os significados que foram culturalmente atribuídos a ela constituíram-se como justificativas para a diferença socialmente construída entre os gêneros (Bourdieu, 1998/2012). Nesse sentido, ainda é bem aceito no senso comum que o homem seria aquele sujeito que naturalmente possui “ação enérgica, atividade sexual, coragem, resistência física e moral, o controle de si (emoções e corpo), cabendo a eles o âmbito público e o trabalho reconhecido e remunerado” (Zanello, 2018, p. 177). Uma perspectiva androcêntrica impõe essas qualidades masculinas como inerentes ao homem e, portanto, universais (Bourdieu, 1998/2012). Qualquer desvio deste padrão resulta em exclusão e sujeição às posições inferiores na hierarquia das masculinidades.

Partindo destes delineamentos, nota-se que a (re)produção do atual modelo de masculinidade hegemônica ocidental – que também repercute nas práticas associadas às masculinidades cúmplices – demanda uma atenção especial, pois apresenta consequências significativamente deletérias à sociedade. Alguns dados têm sido representativos para ilustrar esse fato.

Destacando o contexto brasileiro, tem-se que os homens compõem 97,01% da população carcerária do Brasil (Departamento Penitenciário Nacional, 2020) e são os que mais morrem por homicídio no país, compondo 91,8% do total registrado (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020). Ademais, os homens têm quatro vezes mais chances de cometer suicídio do que as mulheres e são mais propensos a desenvolver dependência por álcool e outras drogas (Associação Americana de Psicologia, 2018). Considerando a violência como multideterminada e assumindo que as variáveis envolvidas nesse fenômeno são numerosas (Connell, 2005), observa-se que, com base nos dados explicitados, o gênero masculino tem lugar de destaque nas circunstâncias descritas. Apoiada na contextualização previamente

apresentada sobre a categoria hegemônica de masculinidade, é possível presumir que esta representa uma das possíveis variáveis independentes de tais episódios de violência.

Além das prováveis consequências terminais da conformidade às normas hegemônicas, é importante observar o contexto vivenciado por esses sujeitos desde a infância, a fim de buscar compreender como seus comportamentos foram aprendidos. A pesquisa *O Silêncio dos Homens* (Instituto de PdH, 2019) revelou que 57% dos homens entrevistados concordam em algum grau que, durante sua infância e adolescência, foram ensinados a não expressar emoções; 72% concordam em algum grau que, durante a infância e adolescência, foram ensinados a não demonstrar fragilidades; e 78% concordam em algum grau que foram ensinados a não se comportar de modos que parecessem femininos. Em análise, os(as) pesquisadores(as) sugerem que o déficit no repertório de expressividade emocional destes sujeitos reflete negativamente em suas “relações amorosas, profissionais e familiares, pois são homens com dificuldade em compreender e expressar o que sentem, ao mesmo tempo em que são orgulhosos demais para assumir medos e pedir ajuda” (p. 23). Outros dados deste mesmo estudo dão alguns indícios de como as masculinidades são construídas no Brasil, uma vez que os homens participantes concordaram em algum grau que foram ensinados a serem fortes (85%) e bem-sucedidos profissionalmente (85%), por exemplo.

Os homens não são os únicos prejudicados nesta interação. As mulheres são as principais vítimas do comportamento violento masculino. Saffioti (2015) esclarece que o sexismo é prejudicial para homens e mulheres – contudo, o saldo negativo é significativamente maior para as mulheres. Em relatório, a Associação Americana de Psicologia (2018) indica que homens que aderem a essa masculinidade tradicional, pautada em normas sexistas e patriarcais, estão mais inclinados a cometer agressões contra mulheres e outros homens, bem como endossar e cometer violência contra parceiras íntimas e violência sexual contra as mulheres.



Nesta perspectiva, a pesquisa *Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil* (Datafolha, & Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021) demonstra que, no ano de 2020, 51,1% dos(as) participantes do estudo relataram ter visto em sua comunidade alguma situação de violência e assédio contra mulheres e um quarto das mulheres declararam ter sofrido algum tipo de violência – o que totaliza, aproximadamente, 17 milhões de mulheres no país. O agressor caracteriza-se como alguém conhecido da vítima em 72,8% dos casos, sendo a maioria o próprio companheiro ou ex-companheiro da mulher. Junto a isso, a Organização das Nações Unidas (2016) adverte que o Brasil possui a quinta maior taxa de feminicídio do mundo.

Os dados expostos evidenciam a urgência de se repensar os modelos de masculinidades que são apresentados aos homens e meninos, além de destacar a relevância social e política da presente pesquisa. Desenvolver novos estudos sobre homens e masculinidades requer uma ampliação do diálogo com outros campos científicos, ou seja, não é possível tratar essa área de estudos de forma isolada (Connell, 2005). Manter um diálogo produtivo com outras ciências pode auxiliar na expansão das interpretações sobre fenômenos comportamentais complexos implicados nas problemáticas de gênero extensivamente estudadas (Couto & Dittrich, 2017).

A Análise do Comportamento possui potencial para contribuir nestas discussões, principalmente por preconizar uma visão multideterminada do comportamento humano. Considerando o particular interesse de analistas do comportamento em estudar a variabilidade comportamental e descrever condições contextuais que a influenciam (Ruiz, 1995), presume-se que ciência analítico-comportamental possui premissas teóricas e tecnológicas capazes de contribuir produtivamente para os estudos das masculinidades. Uma vez que existe uma relação estreita entre a ciência do comportamento e a sociedade (Bogo & Laurenti, 2012), a ciência e a tecnologia do comportamento podem agir diretamente na sociedade, isto é, podem ser empregadas não apenas na circunscrição de problemas gerados por práticas culturais, mas também no encaminhamento de propostas de solução (Abib, 2001).

## Estudos de gênero em Análise do Comportamento

Contrapondo-se a uma explicação essencialista e mentalista das ações humanas, o Comportamentalismo Radical, filosofia que fundamenta a Análise do Comportamento, compreende o comportamento a partir da interação entre indivíduo e ambiente: “os homens [*sic*] agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas consequências de suas ações”<sup>4</sup> (Skinner, 1957/2020, p. 1). As variáveis que controlam os comportamentos, portanto, não podem ser encontradas no interior dos sujeitos, mas na relação que estes estabelecem com o ambiente. Assim, rejeitam-se explicações causais envolvendo essências, sentimentos, estados da mente e demais forças internas para o comportamento dos indivíduos.

A Análise do Comportamento apoia-se no modelo de seleção por consequências como sistema explicativo para aquisição e manutenção de comportamentos. As ações surgem como produtos da inter-relação entre (i) filogênese, (ii) ontogênese e (iii) cultura. Resumidamente, o comportamento humano é produto de “(i) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies e (ii) contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo (iii) contingências especiais mantidas por um ambiente social evoluído”<sup>5</sup> (Skinner, 1981, p. 502). Os comportamentos, na medida em que são efeitos da ação conjunta dos três níveis de variação e seleção, não podem ser compreendidos fora desta totalidade.

Em todos os três níveis de análise o ambiente exerce um papel selecionador. No nível filogenético, são selecionadas as características genóticas e fenotípicas das espécies, bem como a suscetibilidade a determinados reforçadores e um repertório comportamental

---

<sup>4</sup> Trecho original: “Men act upon the world, and change it, and are changed in turn by the consequences of their action” (Skinner, 1957/2020, p. 1).

<sup>5</sup> Trecho original: “(i) the contingencies of survival responsible for the natural selection of the species and (ii) the contingencies of reinforcement responsible for the repertories acquired by its members, including (iii) the special contingencies maintained by an evolved social environment” (Skinner, 1981, p. 502).

relativamente indiferenciado que favorecerá a ação de contingências ontogenéticas. No nível ontogenético, por sua vez, são selecionados os repertórios comportamentais específicos de cada indivíduo que serão importantes no decurso de sua vida particular. Por fim, no nível cultural ocorre a seleção de práticas culturais que viabilizam a sobrevivência de determinada cultura e seus praticantes (Andery, 2001; Dittrich, 2004).

Considerando os pressupostos teóricos sobre as masculinidades, nota-se que estas correspondem a conjuntos de comportamentos que são selecionados e mantidos por grupos de indivíduos, de maneira transgeracional e em uma temporalidade estendida. Desta maneira, o terceiro nível de seleção por consequências demonstra ter uma especial importância para compreensão deste fenômeno. Ainda que existam variações filogenéticas e individuais nos comportamentos que caracterizam as masculinidades e seus efeitos sobre cada homem, existem padrões que se repetem entre grupos e consequências que ultrapassam a dimensão dos indivíduos. Assim, acentua-se a necessidade de privilegiar a análise de práticas culturais nesse estudo, sem ignorar a evidente intersecção do terceiro nível seletivo com os operantes individuais.

Se tratando especificamente do terceiro nível seletivo, Skinner (1971/1973) ressalta que a maior parte das contingências às quais um indivíduo está exposto foi arranjada por outras pessoas. Estas contingências podem ser denominadas de cultura, apesar de que, em outros escritos, esse mesmo conceito é definido de diferentes maneiras pelo mesmo autor. É pertinente destacar que os sujeitos não apenas estão expostos às contingências que constituem as culturas, mas ajudam a mantê-las.

As culturas não devem ser concebidas como algo monolítico, uma vez que estão sujeitas a alterações significativas na medida em que práticas culturais são acrescentadas, descartadas ou modificadas (Skinner, 1974/1976). A Análise do Comportamento, por exemplo, dispõe de instrumentos importantes para gerar modificações culturais relevantes, o que pode ser

particularmente interessante para os estudos de gênero, o que demarca a utilidade da Análise do Comportamento para esse campo de investigações. Aspectos centrais da teoria comportamentalista radical (e.g., contextualismo, seleção por consequências, processos comportamentais básicos etc.) podem ser empregados como ferramentas para contribuir com a análise e descrição dos fenômenos implicados na desigualdade de gênero, bem como com o planejamento de possíveis soluções nos seus mais diversos campos de aplicação.

A ciência do comportamento, então, “fornece os meios necessários para analisar as estruturas, o sistema e as formas de controle social”<sup>6</sup> (Holland, 1978, p. 163) e pode trabalhar junto a representantes de todas as instituições sociais para analisar as contingências de opressão que operam nas sociedades e agir sobre elas. Nesta perspectiva, Skinner (1971/1973) argumenta que os princípios da Análise do Comportamento, utilizados como instrumentos de modificação e planejamento cultural, podem atuar na construção de um ambiente socialmente mais equânime.

As proposições analítico-comportamentais assumem que o comportamento é resultado de contingências; logo, modificar comportamentos demanda a modificação de contingências. Apesar disso, historicamente muitas intervenções voltadas à mudança comportamental focaram exclusivamente na erradicação de um comportamento-problema e arranjaram contingências especiais para eliminá-lo (Holland, 1978). Holland (1978) argumenta que, se as contingências sociais que prevalecem fora dos ambientes ditos terapêuticos e/ou de intervenção não foram alteradas, esse comportamento-problema continuará ocorrendo. Desta forma, a mudança comportamental efetiva deve passar por mudanças de contingências culturais.

Contudo, é necessário observar a existência de problemas inerentes a um sistema de controle estratificado. Isso fica em especial evidência quando os interesses do controlador e do

---

<sup>6</sup> Trecho original: “Provides the means to analyze the structures, the system, the forms of societal control” (Holland, 1978, p. 163).

controlado divergem – nesses casos, os programas de modificação de comportamentos podem inadvertidamente perpetuar relações de poder existentes (Holland, 1978). Os controladores dificilmente permitirão que os controlados acessem fontes alternativas de reforçamento. Isso é evidente, por exemplo, em culturas que reproduzem e mantêm o sistema patriarcal de dominação e exploração feminina. O atual modelo de masculinidade hegemônica, que sustenta o funcionamento patriarcal, segue a mesma lógica. Os homens que estão no poder, isto é, que assumem uma posição privilegiada na hierarquia das relações de gênero, além de possuírem um amplo acesso a reforçadores, também controlam a emissão de reforçadores para grupos hierarquicamente inferiores (i.e., mulheres e homens que assumem um padrão de masculinidade subordinado ou marginalizado). Esses mesmos homens dificilmente estarão dispostos a ampliar o acesso a reforçadores para os grupos que eles controlam, especialmente quando isso implica que eles percam o controle ou acesso a alguns reforçadores – isto é, seus privilégios.

Apesar deste impasse, alternativas podem ser consideradas. Resistir à opressão pode ser fonte de reforçadores para grupos socialmente minorizados. Existem vários motivos para que grupos oprimidos não obedeçam passivamente aos interesses dos grupos dominantes; dentre eles menciona-se o fato de que os reforçadores obtidos pelo contracontrole podem apresentar maior intensidade quando comparados aos reforçadores obtidos pela mera obediência às contingências programadas (Holland, 1978). Além disso, os resultados a longo prazo dos comportamentos de contracontrole, quando comparados àqueles obtidos pela obediência, podem ser mais relevantes para esses sujeitos.

Em suma, a Análise do Comportamento precisa investir em formas coletivas de aplicação de sua teoria e tecnologias. Skinner já observava a importância de se planejar e modificar contingências culturais para solucionar problemas socialmente relevantes (e.g., Skinner, 1948/2005). Conforme sumariza Holland (1978, p. 173): “nosso papel no processo de

mudança deverá ser o de um catalisador – de auxiliar no delineamento de soluções”<sup>7</sup>. Em outras palavras, o(a) analista do comportamento, baseado(a) em uma análise extensiva das condições de controle vigentes em uma determinada cultura ou sociedade, pode se utilizar dos pressupostos teóricos e tecnológicos da ciência do comportamento para propor mudanças com vistas a acelerar a criação de contextos sociais menos opressivos.

Considerando este panorama geral, nota-se que o Comportamentalismo Radical se ocupou de investigações sobre práticas culturais com certa regularidade, fato este que se evidencia nos principais escritos de B. F. Skinner, fundador e principal representante desta filosofia (Fernandes et al., 2017). Nesta perspectiva, Skinner pode ser considerado um pioneiro na formulação de estudos sobre fenômenos culturais coerentes com os pressupostos comportamentalistas radicais, atribuindo às variáveis culturais um valor científico significativo (Andery, 2011). O referido interesse de Skinner tornou-se ainda mais explícito a partir da década de 1950, momento em que o autor tomou como foco de seu trabalho temas relacionados ao comportamento social e comportamento verbal. Os aspectos culturais do comportamento passaram a ser assimilados então como fatores indispensáveis para a compreensão das condutas humanas. Em síntese, as obras de B. F. Skinner se mostraram relevantes principalmente porque

Reafirmaram a necessidade de se tomar a cultura e as relações e fenômenos sociais como legítimo problema de estudo na análise do comportamento e ofereceram explicitamente um caminho interpretativo para as difíceis questões do modelo de causalidade e da natureza dos fenômenos sociais humanos. (Andery, 2011, p. 206)

Desta maneira, os escritos skinnerianos apresentam valor considerável para análises de contextos humanos complexos e dos problemas que decorrem destes ambientes. No que se refere especificamente às problemáticas investigadas pelos estudos de gênero, observa-se que

---

<sup>7</sup> Trecho original: “Our role in the change process will be as a catalyst – to assist in the design of solutions” (Holland, 1978, p. 173).

o Comportamentalismo Radical vem contribuindo com a produção de trabalhos de caráter teórico e empírico, fornecendo interpretações e análises com potencial de colaborar com a agenda feminista, seja de forma explanatória ou tecnológica. A título de exemplo, estudos recentes foram desenvolvidos a fim de fornecer uma interpretação comportamentalista radical sobre as temáticas de dominação masculina (Fontana, 2019), patriarcado (Nicolodi, 2020), empoderamento (Couto, 2017), cultura do estupro (Freitas & Morais, 2019), dentre outros.

À vista disso, é possível concluir que a busca por uma intersecção entre estudos de gênero e Análise do Comportamento, apesar de ter sido avaliada como pouco expressiva (Couto & Dittrich, 2017), está progressivamente tomando espaço na academia. Não obstante, o enfoque comportamentalista radical sobre as masculinidades não acompanhou esse crescimento, demonstrando ser um campo de estudos e interlocuções ainda muito restrito na literatura nacional e estrangeira. Para avaliar essa asserção, foi realizada uma busca não sistemática dos termos “masculinidade”, “masculinidades”, “masculinity” e “masculinities” em alguns dos principais periódicos nacionais e internacionais em Análise do Comportamento<sup>8</sup> que contemplam estudos sociais e culturais. Nos periódicos brasileiros, a busca retornou apenas um resultado. Nos periódicos estrangeiros, os resultados somados entre si totalizaram sete artigos, porém nenhum deles trata sobre masculinidades no título ou resumo, sendo que essas palavras-chave estão localizadas apenas na lista de referências destes estudos.

O referido artigo encontrado no periódico brasileiro corresponde ao estudo de Valério et al. (2021), trabalho teórico no qual os autores buscaram traçar reflexões acerca das masculinidades com base em uma análise funcional dos processos de aprendizagem de respostas que são socialmente atribuídas ao masculino. Aspectos referentes ao comportamento dos sujeitos em grupo foram amplamente utilizados, a fim de discorrer sobre a aprendizagem

---

<sup>8</sup> Revista Brasileira de Análise do Comportamento; Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva; Revista Perspectivas em Análise do Comportamento; Acta Comportamentalia; Behavior and Social Issues; Perspectives on Behavior Science; Behavior Analysis in Practice.

social de comportamentos que são classificados como masculinos por grande parte de uma dada comunidade, isto é, compõem a masculinidade hegemônica – os autores mencionam respostas de agressividade, rivalidade e desrespeito às mulheres. Esses padrões comportamentais são descritos funcionalmente, apoiados em conceitos que integram os processos comportamentais básicos (reforçamento positivo e negativo, punições etc.). As consequências prejudiciais destes comportamentos aos homens são também abordadas nas análises. Contudo, o foco do estudo se limitou apenas às práticas de masculinidade hegemônica, conceito este definido com base nos estudos de R. Connell. As masculinidades subordinada, marginalizada e/ou cúmplice, também descritos e examinados por Connell, não chegaram a ser mencionadas no manuscrito.

Ademais, os estudos desenvolvidos por Addis et al. (2010) e Sylvester e Hayes (2010) caracterizam-se como algumas das outras poucas tentativas de aproximação dos princípios da Análise do Comportamento com os estudos sobre masculinidades, apesar de não terem sido publicados em periódicos específicos da área. Resumidamente, Addis et al. (2010) apresentam críticas às concepções tradicionais do constructo “masculinidade” utilizadas em estudos sobre homens e psicologia, uma vez que estas acabam reforçando vieses essencialistas dos comportamentos de gênero (e.g., considerar “masculinidade” como um traço fixo que os homens possuem), e propõem, com base nas noções de aprendizagem operante, um modelo de aprendizagem social dos comportamentos generificados, com objetivo de promover maior previsão e controle do comportamento masculino. Sylvester e Hayes (2010), por sua vez, constroem seu estudo com base nas argumentações de Addis et al. (2010). Esses autores salientam as limitações de uma perspectiva ontológica sobre masculinidade (i.e., o porquê não é útil investigar o que é a masculinidade, como se existisse uma verdade sobre esse fenômeno) e sugerem que analisar os comportamentos generificados sob uma perspectiva contextualista funcional pode ser mais útil para atingir os objetivos de previsão e controle preconizados



anteriormente. Além disso, os autores buscam demonstrar a aplicabilidade e as implicações da Teoria das Molduras Relacionais e da Terapia de Aceitação e Compromisso para o conceito de masculinidade.

Considerando a insuficiência de estudos que interseccionam a Análise do Comportamento e os estudos sobre masculinidades, evidencia-se a justificativa acadêmica deste estudo, uma vez que desenvolver mais pesquisas sobre esses temas traria importantes contribuições para ambos os campos de investigação e colaboraria com o estreitamento da relação entre a Análise do Comportamento e os estudos de gênero.

Além disso, esta pesquisa poderá contribuir para a produção da chamada “ciência engajada”. Sinteticamente, a ciência engajada objetiva uma produção intelectual e científica que busca atender às urgências coletivas mais imediatas, firmando um compromisso político e social para o abrandamento de desigualdades (Schwartzman, 2008). Em outras palavras, a produção de uma ciência engajada viabiliza reflexões sobre a relevância dos valores pautados nos direitos humanos e favorece a desconstrução de desigualdades diversas (Fontana, 2019). Em se tratando especificamente da Análise do Comportamento, a produção de uma ciência engajada, isto é, uma ciência que contribua para o fortalecimento da justiça social, é plenamente possível e desejável, uma vez que episódios de violações dos direitos humanos englobam comportamentos de cunho individual e práticas coletivas e, portanto, podem ser instrumentos de investigação e intervenção de analistas do comportamento (Mattaini, 2006). Nesse sentido, cientistas comportamentais podem, com base em uma solidariedade pragmática, se utilizar de sua posição privilegiada para garantir que os direitos dos mais vulneráveis sejam garantidos.

Para tal, o estudo seguirá o modelo de pesquisas de natureza teórica e interdisciplinar, uma vez que buscará estabelecer diálogos entre os conceitos de masculinidades preconizados pela cientista social australiana Raewyn Connell e os escritos de B. F. Skinner. Como objetivo geral, a presente pesquisa visa construir uma interpretação comportamentalista radical dos

conceitos de masculinidades apresentados por R. Connell. Para atingir esse objetivo geral, foram delineados alguns objetivos específicos: (1) descrever os diferentes tipos de masculinidades examinados por R. Connell; (2) identificar e descrever pressupostos comportamentalistas radicais úteis para a interpretação dos fenômenos de masculinidades examinados por R. Connell; e (3) caracterizar as noções de masculinidades propostas por R. Connell em termos comportamentalistas radicais.

## Método

Este estudo pode ser compreendido como uma pesquisa de natureza teórica. Segundo Tourinho (1999), as pesquisas teóricas buscam a produção de um sistema explicativo acerca de um conjunto de fenômenos que constitui o objeto de estudo de determinada ciência. As pesquisas teóricas investigam o “pano de fundo” que sustenta as pesquisas de natureza empírica (Lopes, 2016). Nesse modelo de produção científica, o pesquisador deverá se atentar aos conteúdos históricos do tema a ser abordado e organizá-los sistematicamente. Os cientistas podem, com base em uma análise sistemática, demonstrar a associação existente entre diferentes conceitos ou ideias em uma dada teoria – ou entre teorias –, produzindo uma explicação acerca desta rede de relações (Laurenti & Lopes, 2016).

A importância das pesquisas desta natureza reside no fato de que essas são fundamentais para o desenvolvimento integral da ciência do comportamento, uma vez que viabilizam o desenvolvimento de investigações básicas e aplicadas. Zilio (2019) argumenta que as análises teóricas são os elementos integradores da Análise do Comportamento, estando presentes em toda dimensão de atuação dos analistas do comportamento. Somando-se a isso, as produções teóricas são fundamentais para a sobrevivência da Análise do Comportamento como sistema cultural (Tourinho, 1999).

É importante destacar que os três domínios de investigação científica em Análise do Comportamento – teórico, empírico e de intervenção – são interdependentes e complementares (Tourinho, 1999). Nesse sentido, um trabalho pode estar metodologicamente mais próximo de um dos três domínios, mas deverá conservar relações com os demais:

... Não há trabalho conceitual que não se articule com programas de investigação empírica e com demandas relativas à solução de problemas humanos. Similarmente, não há trabalho empírico que não se articule com elaborações conceituais, ou que não guarde relações com possibilidades de intervenção do psicólogo [*sic*]. Por último, não

há modelo de intervenção de caráter analítico-comportamental que não esteja fundamentado em conceitos/interpretações behavioristas radicais e em princípios derivados da investigação empírica do comportamento. (Tourinho, 1999, p. 216)

A investigação teórica em Análise do Comportamento pode adotar diferentes caminhos, a depender da pergunta norteadora dos(as) pesquisadores(as) e das decisões metodológicas que deverão ser tomadas para respondê-la. As possibilidades de condução metodológica em pesquisas teóricas da área têm se mostrado bastante diversas, sendo subcategorizadas, por exemplo, em análises filosóficas (e.g., Guimarães & Micheletto, 2012), históricas (e.g., Torres et al., 2020), conceituais (e.g., Veloso et al., 2018) e interpretativas (e.g., Mizael & de Rose, 2017).

Considerando os objetivos deste estudo e as decisões metodológicas que foram tomadas para atingi-los, é possível compreendê-lo como uma pesquisa teórica interpretativa. Segundo Skinner (1969/2013), estudos interpretativos em Análise do Comportamento valem-se dos princípios derivados de pesquisas experimentais “para dar uma explicação plausível dos fatos que não estão sob controle experimental no momento”<sup>9</sup> (p. 105). Não obstante, mesmo estudos de caráter experimental não prescindem de proposições teóricas e interpretações que, por sua vez, transcendem os fatos descobertos<sup>10</sup>. Conforme sintetizam Malavazzi e Micheletto (2021) “ao organizar, articular e transcender os fatos descobertos experimentalmente, a interpretação colabora para o desenvolvimento de uma teoria do comportamento e a compreensão do objeto

---

<sup>9</sup> Trecho original: “Give a plausible account of facts which are not at the moment under experimental control” (Skinner, 1969/2013, p. 105).

<sup>10</sup> Diferindo do indutivismo ingênuo, a proposta skinneriana determina que mesmo a observação é, desde o início, um procedimento interpretativo (Dittrich, 2004). Segundo Skinner (1950), não existem afirmações empíricas completamente a-teóricas, pois as evidências nunca são completas. Nesta mesma direção, Zilio (2019) sobreleva que os enunciados empíricos possuem algum grau de teoria, “pois as evidências que os fundamentam nunca seriam suficientes para justificá-los” (p. 235). Essas asserções somam-se à noção de que não existem observações e descrições puras e verdadeiras, uma vez que a ciência é, grosso modo, o comportamento verbal do(a) cientista e, assim como os demais comportamentos operantes, é influenciado por variáveis culturais e da história de vida dos falantes (Skinner, 1957/2020).

de estudo para além dos limites impostos pelo método experimental” (p. 3). Salienta-se, portanto, a relação bilateral entre dados empíricos e interpretação: “análise experimental e interpretação se complementam enquanto métodos da ciência de Skinner, voltados não apenas aos objetivos práticos (i.e., previsão e controle), mas também aos propósitos teóricos (e.g., explicação ou compreensão)” (p. 3).

Nesta perspectiva, Dittrich (2011) enfatiza que os termos e princípios científicos se constituem como ferramentas interpretativas fundamentais para a descrição de relações comportamentais e, por consequência, para uma compreensão mais adequada do comportamento de interesse. A pesquisa teórica interpretativa, deste modo, está focada em analisar como determinado fenômeno pode operar de acordo com os diferentes conceitos, leis ou modelos prescritos pela prática científica (Zilio, 2019), embora frequentemente extrapole os fenômenos passíveis de análises experimentais. Segundo Palmer e Donahoe (1991), “a maior parte da nossa compreensão científica do mundo é interpretação”<sup>11</sup> (p. 125). Deste modo, o presente estudo, consoante ao seu caráter interpretativo, utilizará conceitos derivados de pesquisas empíricas para fundamentar suas análises acerca de fenômenos não passíveis de controle experimental – as masculinidades – e, mais do que isso, também empregará concepções derivadas do próprio processo interpretativo fomentado por Skinner. Por exemplo, as noções de controle ético e evolução cultural, que serão utilizados em nossas análises, são intrinsecamente interpretativos, ou seja, suas formulações perpassaram o processo previamente descrito de utilização de princípios empíricos para descrição de fenômenos não passíveis de controle experimental.

Ainda que não exista no campo das pesquisas teóricas em Análise do Comportamento uma metodologia única e consensual, tais pesquisas não dispensam a tomada de decisões de

---

<sup>11</sup> Trecho original: “Most of our scientific understanding of the world is interpretation” (Palmer & Donahoe, 1991, p. 125).

ordem metodológica (Tourinho, 2006). Laurenti e Lopes (2016) apontam que, em pesquisas desta natureza, o método nem sempre é claramente evidenciado e isso pode obscurecer a real importância destes estudos, gerando até mesmo desconfiança sobre seu status científico. Assim, fica evidente que a tomada de decisões metodológicas é fundamental para o refinamento da pesquisa e, conseqüentemente, uma boa elaboração de um estudo teórico.

Isto posto, Tourinho (2006), apoiado nos elementos básicos de uma pesquisa científica descritos por Luna (2011), adapta e descreve algumas decisões coerentes com as especificidades do modelo de pesquisa teórica, sendo elas: 1) definição do problema; 2) especificação das informações; 3) seleção das fontes; 4) levantamento das informações; 5) tratamento das informações. Este estudo foi conduzido de acordo com esse modelo de planejamento de pesquisa. Cada um dos seus elementos, com exceção da definição do problema de pesquisa que já foi elucidado na introdução em termos de objetivos geral e específico, será pormenorizado a seguir.

### **Especificação das informações relevantes**

Considerando a amplitude nas produções científicas acerca das masculinidades e de temas diversos sob perspectiva do Comportamentalismo Radical, fez-se necessário delimitar esses temas de estudos e selecionar seus aspectos mais úteis para a viabilização desta pesquisa.

As masculinidades, conforme já fora aludido, se caracterizam como práticas estabelecidas de acordo com a posição dos homens nas relações de gênero. Elas podem ser divididas, de acordo com Connell (2005), em quatro principais categorias: hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada. Essas práticas são geradas e compartilhadas por determinados grupos de homens e variam de acordo com o contexto histórico e cultural. Os campos de estudos direcionados às investigações acerca das masculinidades possuem, via de regra, cunho sociológico e antropológico, e, na tentativa de articulá-los com o

Comportamentalismo Radical, nota-se que a discussão pode ser conduzida apoiada nos pressupostos teóricos referentes aos comportamentos sociais e culturais. Apesar do especial interesse na compreensão de relações sociais, a análise não deixará de lado, como ferramenta interpretativa, os processos comportamentais descritos a nível individual, considerando que contingências seletivas neste nível mantêm relações estreitas com os níveis de análises anteriormente mencionados.

À vista disto, considerando os dois temas centrais deste estudo, foram delineadas duas etapas para a execução da pesquisa. A primeira etapa tencionou a sumarização dos principais conceitos e elementos teóricos elaborados por R. Connell no que concerne às masculinidades. A segunda etapa, por sua vez, tomou como ponto de partida o produto da etapa anterior, a fim de elaborar uma interpretação analítico-comportamental dos dados obtidos. Com vistas à consumação desta segunda etapa, a obra de B. F. Skinner foi analisada e tomada como base para a redação do produto final do estudo (i.e., a interpretação comportamentalista radical do fenômeno das masculinidades).

### **Seleção das fontes**

Para a consecução dos objetivos geral e específicos do estudo, materiais teóricos representativos foram selecionados para a elaboração de cada uma das duas etapas. A seleção do material para análise buscou contemplar referenciais teóricos clássicos, os quais serão dispostos a seguir. Todos os textos selecionados estão em sua língua vernácula, pois, conforme indicam Laurenti e Lopes (2016), as obras traduzidas podem conter lacunas, omissões ou ambiguidades que comprometem as propostas originais dos autores.

### *Seleção das fontes: Etapa I*

A obra escolhida para a análise dos conceitos de masculinidades e suas implicações foi o livro *Masculinities* da cientista social Raewyn Connell. Sua primeira edição foi publicada no ano de 1995 e, dez anos depois, uma nova edição foi lançada – sendo esta última selecionada para análise, devido às suas atualizações em comparação com a primeira edição. Segundo Holter (1996), essa obra caracteriza-se como uma das principais contribuições para o campo de estudo sobre masculinidades, bem como pode ser considerada uma das primeiras contribuições teoricamente consistentes e empiricamente fundamentadas da área.

Conforme menciona-se na introdução de *Masculinities*, o livro teve um papel importante na criação de agendas de pesquisa e na consolidação deste campo de estudos. Ademais, a referida obra foi classificada por revisores como um dos mais importantes livros das ciências sociais na época de seu lançamento e, em 2003, foi votado como um dos dez livros mais influentes da sociologia australiana por membros da *Australian Sociological Association* (Connell, 2005). Tomando como base os fatos previamente salientados, evidencia-se a significância da obra selecionada para a análise.

### *Seleção das fontes: Etapa II*

Para que uma interpretação comportamentalista radical das masculinidades fosse possível, buscou-se priorizar a análise de obras que contemplassem o exame de fenômenos sociais e culturais. Como resultado, a seleção de fontes desta etapa da pesquisa focalizou os escritos que abarcam majoritariamente temas direta ou indiretamente implicados no terceiro nível de seleção pelas consequências (i.e., cultura, práticas culturais, ambiente social, contingências sociais etc.) produzidos por B. F. Skinner. Apesar deste campo de investigações ter se ampliado nas últimas décadas, a obra de Skinner ainda se mostra relevante em pesquisas



analítico-comportamentais e, até este momento, vem apresentando utilidade no fornecimento de caminhos interpretativos para fenômenos sociais humanos complexos (Andery, 2011).

Considerando a extensão da obra de Skinner, fez-se necessária uma pré-seleção dos escritos para análise. Isso ocorreu de forma análoga à proposta desenvolvida por Brunkow (2014). Desta forma, essa etapa da pesquisa incluiu apenas obras publicadas em livros, mais especificamente aqueles publicados a partir de *Science and Human Behavior* (1953/2014), pois, conforme salientado por Brunkow (2014), essa obra pode ser caracterizada como o primeiro trabalho em que o autor apresenta de forma sistemática e teoricamente coerente a utilidade dos conceitos analítico-comportamentais para a análise de fenômenos sociais e culturais<sup>12</sup>.

Como segundo critério de inclusão para a pré-seleção, foram pesquisadas nas obras as seguintes palavras-chave: culture(s), cultural, cultural practice(s), society e social. Os capítulos pré-selecionados para análise foram escolhidos de acordo com os seguintes critérios: (1) ter uma ou mais palavras-chave no título do capítulo; ou (2) ter uma ocorrência significativa – dez ou mais – das palavras-chave no corpo do texto. A Tabela 1 apresenta as obras pré-selecionadas.

**Tabela 1**

*Literatura pré-selecionada para o levantamento teórico da Etapa II*

Obra	Capítulos selecionados
Skinner, B. F. (2014). <i>Science and Human Behavior</i> . The B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1953)	Social Behavior (pp. 297–312). Group control (pp. 323–329). Government and law (pp. 333–349). Religion (pp. 350–358). Psychotherapy (pp. 359–383). Economic control (pp. 384–401). Education (pp. 402–412).

<sup>12</sup> Nota-se que esse tema já havia sido abordado pelo autor em escritos anteriores, dentre os quais destaca-se o romance *Walden Two* (1948/2005). Contudo, é na obra *Science and Human Behavior* que Skinner apresenta de forma mais estruturada seus pressupostos sobre temas socialmente relevantes (e.g., comportamento social, práticas culturais, agências de controle, planejamento cultural etc.).

Obra	Capítulos selecionados
	Culture and control (pp. 415–425). Designing a culture (pp. 426–436). The problem of control (pp. 437–449).
Skinner, B. F. (1999). <i>Cumulative Record: Definitive edition</i> . The B. F. Skinner Foundation.	Freedom and control of men (1956, pp. 27–38). Some issues concerning human behavior (1956, pp. 43–54). The design of cultures (1961, pp. 55–63). The design of experimental communities (1968, pp. 70–75). Why are the behavioral sciences not more effective? (1971, pp. 413–418). Can Psychology be a science of mind? (1990, pp. 576–584).
Skinner, B. F. (2013). <i>Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis</i> . B. F. Skinner Foundation.	The role of the environment (1968, pp. 24–45). Utopia as an experimental culture (1969, pp. 46–62). The environmental solution (1966, pp. 63–81).
Skinner, B. F. (1973). <i>Beyond Freedom and Dignity</i> . Pelican Books. (Obra original publicada em 1971)	The evolution of a culture (pp. 126–142). The design of a culture (pp. 143–179). What is man? (pp. 180–210).
Skinner, B. F. (1978). <i>Reflections on behaviorism and society</i> . Prentice-Hall.	Human behavior and Democracy (1977, pp. 3–15). Are we free to have a future? (1973, pp. 16–32). The ethics of helping people (1975, pp. 33–47). Humanism and behaviorism (1972, pp. 48–55). Can we profit from our discovery of behavioral science? (1978, pp. 83–96).
Skinner, B. F. (1976). <i>About behaviorism</i> . Vintage Books. (Obra original publicada em 1974)	The question of control (pp. 75–81).
Skinner, B. F. (1987). <i>Upon further reflection</i> . Prentice-Hall.	Why we are not acting to save the world (1982, pp. 1–14). Selection by consequences (1981, pp. 51–63). The evolution of behavior (1984, pp. 65–74)

### Levantamento das informações

Tendo em vista a primeira etapa da pesquisa, o levantamento de informações, em um primeiro momento, contou com uma leitura preliminar da obra *Masculinities* a fim de possibilitar a seleção de categorias temáticas para investigação, considerando a utilidade destas para se responder aos objetivos do estudo.

Após definidas as categorias de análise, foi realizada uma nova leitura da obra. Nesta segunda leitura, todos os trechos relacionados às categorias temáticas previamente selecionadas foram grifados e registrados em um banco de citações (ver Apêndice I) – proposta metodológica esta análoga àquela executada por Hamilton (2012). Nesse banco de citações, que foi disposto em formato de tabela, as informações foram agrupadas em blocos correspondentes às categorias temáticas selecionadas e os fragmentos do texto foram transcritos *ipsis litteris*, seguidos pela indicação do capítulo e da página nos quais se localizam. Os dados agrupados nesse momento foram úteis para a elaboração dos capítulos referentes à primeira etapa da dissertação e, posteriormente, para a análise final.

O levantamento de informações correspondente à segunda etapa da pesquisa teve como objetivo a leitura da obra pré-selecionada de B. F. Skinner. Nesta leitura, que foi realizada sob controle das categorias formuladas e analisadas na etapa anterior referente ao estudo sobre masculinidades, trechos que versam sobre a noção skinneriana de cultura, práticas culturais, comportamento social e correlatos foram destacados. Das obras pré-selecionadas, após a leitura do material, apenas os capítulos *The Ethics of Helping People* e *Can We Profit From Our Discovery Of Behavioral Science?* foram excluídos da análise, uma vez que, tendo como base a síntese do projeto de R. Connell, não foram identificados trechos relevantes para a construção da interpretação almejada. Como produto desta fase, registros foram elaborados a fim de auxiliar na etapa final de tratamento das informações. Esses registros foram dispostos em um banco de citações em formato similar ao da etapa anterior – organizados em formato de tabela, contendo os trechos originais, seguidos por sua localização no texto (ver Apêndice II).

### **Tratamento das informações**

O último estágio da pesquisa consistiu no desenvolvimento de uma interpretação comportamentalista radical das masculinidades. Tendo em vista a natureza interpretativa da

pesquisa, nota-se que as obras de B. F. Skinner caracterizam-se como bons modelos de como utilizar os processos comportamentais básicos, descritos experimentalmente por analistas do comportamento em pesquisas empíricas, para a compreensão e interpretação de fenômenos sociais complexos. Segundo Addis et al. (2010), o uso dos processos comportamentais básicos para interpretar fenômenos relacionados às masculinidades possibilita uma maior precisão científica para o estudo. O uso de princípios teóricos bem estabelecidos e empiricamente fundamentados, incluindo-se os próprios conceitos inerentemente interpretativos da teoria skinneriana, é uma etapa importante para se alcançar mudanças sociais significativas.

Desta maneira, na etapa do tratamento de informações, os dados coletados e categorizados no banco de citações acerca das masculinidades foram analisados e utilizados na elaboração da redação dos capítulos da dissertação. Por fim, como última etapa do processo, os conceitos utilizados por Skinner para interpretar fenômenos sociais e culturais em sua teoria, dispostos no segundo banco de citações, foram analisados e aplicados à interpretação do fenômeno das masculinidades.

## **Etapa I: Síntese dos principais elementos do projeto de R. Connell sobre as masculinidades**

### **1 Panorama histórico dos estudos sobre os homens e masculinidades**

A construção de um campo de estudos direcionado à investigação das masculinidades é um evento relativamente recente na história dos estudos de gênero. A ascensão do movimento feminista desvelou as possibilidades de transformação das relações entre os gêneros e abriu caminho para que, à luz dos debates sobre mulheres, poder e feminilidade, outros fenômenos pudessem ser criticamente analisados. A produção de conhecimentos sobre as masculinidades desenvolveu-se nesse cenário e, apesar do início relativamente tardio, ampliou-se de forma acelerada a partir da década de 1970. A rápida expansão de pesquisas, métodos e tópicos de investigação, ao mesmo tempo que descortinou importantes temas para análise, também acarretou conflitos teóricos importantes. Connell (2005) explora tais conflitos com objetivo de propor uma reformulação teórica mais consistente sobre as masculinidades.

Connell destaca que o campo de estudos de gênero é permeado por diversas confusões teóricas e conceituais, e sugere que a razão para isso está no próprio caráter do gênero, compreendido como historicamente mutável e politicamente carregado. A autora explicita que as tentativas de elaborar compreensões sobre gênero tornam-se conflitantes à medida em que diferentes discursos e sistemas de conhecimento incompatíveis reivindicam o direito de explicá-lo. O senso comum e a ciência psicológica tradicional, por exemplo, constituíram-se como sistemas explicativos privilegiados para elaboração de conhecimentos sobre gênero. Frequentemente apoiados em dados da biologia, esses dois sistemas foram contestados por um terceiro, as ciências sociais, que buscou desenvolver novas explicações para o mesmo fenômeno (Connell, 2005).

Partindo desta perspectiva, Connell conclui que os sistemas explicativos sobre gênero são plurais e que a produção dos conhecimentos sobre esse fenômeno é influenciada pelas realidades históricas e sociais de quem o pesquisa. Segundo a autora, o conhecimento de diferentes áreas de estudo foi, tradicionalmente, elaborado a fim de relatar experiências e atender aos interesses dos grupos dominantes e isso é particularmente importante quando pensamos em estudos de gênero, pois as produções nesse campo têm potencial de tornarem-se emancipatórias ou podem intensificar o controle baseado no interesse dominante – daí decorre a preocupação expressa pela autora de que seu projeto vislumbre aspectos da ética, da política e da justiça social.

Sem destoar da trajetória investigativa das demais temáticas abarcadas pelos estudos de gênero, Connell afirma que as masculinidades também foram examinadas e descritas com base em diferentes sistemas explicativos. No decorrer do século XX, houve três principais projetos para a construção de uma ciência da masculinidade. O primeiro baseava-se no conhecimento clínico adquirido por terapeutas e suas ideias principais derivaram da teoria psicanalítica. O segundo apoiava-se na psicologia social e sociologia tradicional, centrando-se na popular ideia dos “papéis sexuais”. O terceiro tinha como base os desenvolvimentos recentes nas áreas da antropologia, história e sociologia. A autora explora essas três possibilidades, indicando suas relevâncias e inconsistências, a fim de reunir argumentos para apresentar sua própria formulação teórica sobre o tema.

### **1.1 O conhecimento derivado da teoria psicanalítica**

Connell endereça a primeira tentativa de construir uma explicação científica consistente da masculinidade à teoria psicanalítica fundada por Sigmund Freud, que se popularizou no início do século XX e provocou um profundo impacto na cultura moderna. Embora a psicanálise tenha sido frequentemente associada a práticas de normalização e controle social

por ter se originado da prática médica, o conhecimento derivado desta teoria demonstrou ser útil para discussões no campo dos estudos de gênero e sexualidade (Connell, 2005).

Deste modo, de acordo com Connell, a psicanálise freudiana é considerada o ponto de partida para o pensamento moderno sobre masculinidade. Ainda que Freud não tenha desenvolvido uma discussão sistemática e conspícua sobre masculinidade, o tema foi continuamente abordado em seus escritos ao longo de trinta anos, podendo esse autor ser considerado um dos primeiros teóricos a romper com a aparente naturalidade do objeto “masculinidade”, o que indicou a necessidade de se propor investigações mais consistentes sobre as formas pelas quais esse fenômeno seria construído (Connell, 2005).

Nesse processo de ruptura com explicações naturalistas para os fenômenos de gênero e sexualidade, os princípios psicanalíticos desempenharam um papel bastante relevante, principalmente por sustentarem o argumento de que esses fenômenos seriam produzidos por processos psíquicos conflituosos. Connell também destaca que os escritos freudianos referentes à estrutura da personalidade, em particular o conceito de superego, foram basilares para que o papel da cultura ganhasse destaque no processo de construção psíquica dos sujeitos.

Isto posto, nota-se que os pressupostos da psicanálise freudiana se constituíram como referências elementares para que teóricos subsequentes pudessem desenvolver novos temas e discussões, tais como os estudos sobre homens. Para Connell, uma das principais contribuições de Freud para esse campo de estudos decorreu de sua insistência em recusar a existência do gênero como um estado puro ou natural. Na contramão do que até então havia sido produzido, o autor buscou reafirmar a complexidade empírica do gênero. Em resumo, “Freud abriu mais portas do que as atravessou”<sup>13</sup> (Connell, 2005, p. 10), contudo, as portas por ele abertas proporcionaram notáveis subsídios para o posterior desenvolvimento dos estudos sobre os homens.

---

<sup>13</sup> Trecho original: “Freud opened more doors than he walked through” (Connell, 2005, p. 10).

Carl Jung foi um dos principais autores influenciados pela psicanálise freudiana, contudo, devido a perspectivas divergentes sobre o inconsciente humano, Jung rompeu com Freud e seguiu um caminho teórico distinto. Connell salienta que muitas das formulações junguianas acerca do inconsciente coletivo impactaram consideravelmente as noções de feminilidade e masculinidade da época. Jung preocupou-se com a presença da feminilidade no interior dos homens e vice-versa (i.e., os conceitos de *anima* e *animus*<sup>14</sup>), concentrando-se nas possibilidades de equilíbrio entre essas polaridades. A autora destaca que, se valendo desta proposta teórica, Jung concebeu, inclusive, uma espécie de “terapia de masculinidade”, na qual se sugeriu que os homens modernos, acostumados a reprimir suas fraquezas, já não poderiam mais fazê-lo. As técnicas desta terapia consistiam em trabalhar com a anima, como se fosse uma personalidade separada do homem, a fim de educá-la: “enquanto Freud lutava para superar a polaridade masculino/feminino, Jung não apenas se conformava com isso, mas apresentava essa oposição como se estivesse enraizada em verdades atemporais sobre a psique humana”<sup>15</sup> (p. 13). Como efeito, os escritos de Jung sobre os arquétipos de masculinidade e feminilidade inspiraram uma ampla gama de teóricos, embora, segundo a autora, muitos destes formularam textos confusos com interpretações inadvertidas e equivocadas sobre gênero.

Depois de Freud e Jung, outras teorias de base psicodinâmica se desenvolveram e tentaram engendrar diferentes explicações para os fenômenos de gênero e sexualidade. Entretanto, Connell sugere que muitos escritos produzidos após a ascensão da psicanálise freudiana disseminaram práticas conservadoras de gênero e teorias normalizadoras da masculinidade. Não obstante, outros teóricos tomaram o rumo inverso e buscaram a formulação

---

<sup>14</sup> Grosso modo, Jung concebia a existência de uma espécie de personalidade interior aos sujeitos que se comportaria de forma compensatória em relação à personalidade externa. A *anima* se refere às características femininas presentes no interior dos homens, ao passo que o *animus* se refere às características masculinas presentes no interior das mulheres.

<sup>15</sup> Trecho original: “While Freud was struggling to overcome the masculine/feminine polarity, Jung not only settled for it, but presented the familiar opposition as rooted in timeless truths about the human psyche” (Connell, 2005, p. 13).



de versões dissidentes e aplicações inesperadas da psicanálise. A autora destaca os nomes de Alfred Adler, Wilhelm Reich, Erich Fromm, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Jacques Lacan, Nancy Chodorow, Dorothy Dinnersteins, dentre outros.

Em retrospectiva, Connell observa que, embora Freud tenha proporcionado ferramentas importantes para a compreensão das masculinidades, elas foram incompletas. Em última análise, as formulações psicanalíticas sobre a estrutura da personalidade e as complexidades do desejo para a compreensão da masculinidade são insuficientes, devendo acrescentar-se a essas noções o papel contraditório e dinâmico das relações sociais. Tais argumentações a conduzem ao segundo campo de conhecimentos para a construção de uma ciência da masculinidade: as ciências sociais.

## **1.2 O conhecimento derivado da teoria dos papéis sexuais**

A primeira tentativa relevante de elaborar compreensões acerca da masculinidade no âmbito das ciências sociais centrou-se na ideia dos papéis sexuais. Connell destaca que as origens deste modelo explicativo remontam aos debates sobre diferença sexual suscitados no final do século XIX – nesse momento histórico, as mulheres lutavam por emancipação e, como forma de preterir esse movimento, impulsionou-se a ideia de que existia uma diferença sexual inata que justificava a inferioridade e fragilidade feminina. Nesse período, por exemplo, mulheres eram excluídas do ambiente universitário sob alegação de que a “mente” feminina era delicada demais para lidar com os rigores do trabalho acadêmico. Investigações científicas posteriores no âmbito da psicologia demonstraram que as diferenças sexuais, em quase todos os traços psicológicos mensurados, eram inexistentes ou ínfimas – apesar de, culturalmente, sermos estimulados a exagerá-las (Connell, 2005). Na verdade, esses contrastes “certamente

são muito menores do que as diferenças sociais que são comumente justificadas pela diferença psicológica”<sup>16</sup> (p. 21).

Em meados do século XX o conceito de “papel social” foi introduzido em pesquisas sobre diferenças sexuais, inaugurando um modelo explicativo para o gênero aparentemente mais atualizado (Connell, 2005). Essa inter-relação conceitual deu origem ao termo “papel sexual”<sup>17</sup> que, mais tarde, passou a integrar o vocabulário cotidiano do senso comum. Para Connell, na aplicação mais popular aos estudos de gênero, a teoria dos papéis sexuais determinava que ser homem ou mulher implicava em agir de acordo com um conjunto geral de expectativas ligadas ao sexo – tais expectativas eram produtos da elaboração cultural das diferenças biológicas. Segundo essa perspectiva, há sempre (e somente) dois papéis sexuais a serem desempenhados em qualquer contexto cultural: um feminino e outro masculino. Em outras palavras, a teoria tradicional dos papéis sexuais determinava quais eram os comportamentos mais apropriados às mulheres e aos homens de acordo com uma lógica binária. Tais comportamentos eram aprendidos por meio da socialização, que tinha como consequência última a “internalização” dos papéis pelos sujeitos. A teoria dos papéis sexuais, portanto, também apresentou algumas fragilidades, conforme será demonstrado a seguir.

A primeira geração de teóricos que se debruçou sobre esse novo sistema explicativo assumiu que os papéis sexuais eram bem definidos, que a socialização acontecia harmoniosamente e que a aprendizagem dos papéis era algo totalmente positivo, uma vez que se acreditava que a internalização dos papéis sexuais e a conformidade com as normas contribuía para a estabilidade social, para a saúde mental e para o desempenho de funções

---

<sup>16</sup> Trecho original: “Certainly, they are much smaller than the difference in social situations that are commonly justified by the belief in psychological difference” (Connell, 2005, p. 21).

<sup>17</sup> Connell sugere que o termo “papel” pode ser compreendido em uma dimensão metafórica. De forma mais específica, trata-se de uma metáfora dramaturgica ou teatral, na qual os sujeitos, de forma análoga às encenações teatrais desempenhadas por atores com base em roteiros pré-definidos, performam cotidianamente papéis de masculinidade e feminilidade prescritos por roteiros culturalmente determinados.

sociais necessárias (Connell, 2005). Tratava-se, portanto, de uma teoria que não era sensível às complexidades e diversidades inerentes às práticas de masculinidades e feminilidades. Não se admitia, por exemplo, diferenças existentes entre um mesmo grupo de homens ou de mulheres.

Já na década de 1970, Connell argumenta, o movimento feminista buscou interromper a complacência política desta estrutura conceitual e propôs uma reforma dos papéis sexuais, tendo como base argumentos de que o papel sexual feminino era opressivo e que a ideia de internalização contribuía com a manutenção da posição de subordinação de meninas e mulheres. Inspirados pelo Movimento de Libertação das Mulheres popularizado na época, homens estadunidenses organizaram o Movimento de Libertação dos Homens e, em outros países, surgiram pequenos grupos de conscientização a fim de denunciar a opressão dos papéis sexuais masculinos e fomentar uma reforma. Como efeito, desenvolveu-se uma nova categoria de livros sobre os homens e produziu-se uma série de artigos sobre o tema em revistas de aconselhamento e ciências sociais. Foi lançada a ideia de se criar um projeto de “estudo dos homens” para acompanhar o projeto feminista de estudos das mulheres. A autora menciona os livros *The Liberated Man*, de Warren Farrell, e *Men's Liberation*, de Jack Nichols, como exemplos da formalização das denúncias sobre o caráter opressivo dos papéis sexuais masculinos. No que concerne aos artigos, a autora ilustra essa nova onda de produções com os trabalhos *The Inexpressive male: A tragedy of American Society*, publicado em 1971 por Jack Balswick e Charles Peek, e *Warning: The Male Sex Role May Be Dangerous to Your Health*, publicado em 1978 por James Harrison.

As manifestações sobre o caráter engessado e demasiadamente prescritivo dos papéis sexuais desvelaram a fragilidade desta proposição teórica. De forma geral, a maior parte da literatura produzida sobre os papéis sexuais era pouco convincente e carecia de suporte empírico, o que resultou em poucas tentativas concretas de se investigar mais a fundo os efeitos das expectativas e normas na vida social de homens e mulheres (Connell, 2005). Ademais, a

autora sugere que, apesar destas discussões terem sido inspiradas pelo movimento feminista, a cooperação com esse projeto foi temporária, uma vez que parte dos escritos sobre os papéis sexuais masculinos passou a endossar tentativas de fíndar o compromisso destes estudos com a agenda feminista. Alguns teóricos, inclusive, equipararam equivocadamente a opressão sofrida pelos homens com a opressão sofrida pelas mulheres, sugerindo não haver uma “hierarquia de opressões”.

Na tentativa de tornar essa teoria mais consistente, Connell destaca que alguns teóricos afirmaram que a conformidade aos papéis seria, ao contrário do que era concebido até o momento, psicologicamente disfuncional aos homens e mulheres. Argumentaram, ainda, que as normas não eram tão fixas como se supunha e a transgressão era comum. Buscava-se, com base nesses ajustes, desprender a teoria dos papéis sexuais dos vestígios de determinismo biológico que ainda permeavam esse projeto. Contudo, mesmo com as contínuas prescrições de adaptações para a teoria, seus limites intelectuais não foram ultrapassados, pois os teóricos quase unanimemente optaram por ignorá-las (Connell, 2005).

Tomando como base as inconsistências das formulações tradicionais sobre papéis sexuais, Connell ressalta que essa teoria é logicamente vaga. O termo “papel”, por exemplo, é usado para descrever coisas distintas: “uma ocupação, um status político, uma transação momentânea, um hobby, uma fase da vida e um gênero”<sup>18</sup> (Connell, 2005, p. 26). Devido a essas contradições, a teoria dos papéis reproduziu uma série de incoerências ao analisar a vida social dos indivíduos e a autora elabora uma série de críticas a esse modelo explicativo, as quais serão agrupadas, resumidamente, em três pontos:

I. O caráter binário da teoria. A teoria dos papéis sexuais tradicionalmente funcionava de acordo com uma lógica binária ligada ao status biológico dos sujeitos. Deste modo, admitia-se

---

<sup>18</sup> Trecho original: “An occupation, a political status, a momentary transaction, a hobby, a stage in life and a gender” (Connell, 2005, p. 26).

a existência tão somente de duas possibilidades de desempenhar os papéis e assumia-se que os papéis femininos e masculinos, nesse contexto, eram recíprocos e complementares. Em nenhum momento foi proposta uma análise das relações de poder, por exemplo, pois, ao assumir que os papéis femininos e masculinos eram recíprocos, a mesma teoria subestimava a desigualdade social e as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres. Devido à rigidez dicotômica dos papéis, os sujeitos que tentavam desafiar a norma invariavelmente se deparavam com sentimentos de inadequação e insegurança, o que contribuía, em certa medida, com a manutenção da dicotomia e impedia a dissidência. Em outras palavras, a teoria normativa dos papéis sexuais ajudava a neutralizar a mudança social, pois os que não correspondiam às normas preconizadas eram chancelados como desviantes ou anormais.

II. A prescrição exagerada de condutas. Os papéis sexuais resultavam das expectativas sociais elaboradas com base na diferença sexual entre homens e mulheres. Por terem como base uma dicotomia biológica, os papéis femininos e masculinos eram exageradamente fixos, engessados. Como efeito, acentuava-se a prescrição das condutas femininas e masculinas mais apropriadas. A teoria dos papéis sexuais, ao prescrever normas, se caracterizava como uma forma de controle, apesar de, por muito tempo, não ter sido vista como tal.

III. A suposição de uma internalização passiva dos papéis por meio da socialização. Tomando como ponto de partida a ideia de que o gênero não é uma categoria fixa, bem definida, binária e complementar, Connell elucida que os sujeitos, mesmo diante de um processo de socialização bem definido, podem rejeitar as normas, afastando-se do papel passivo que era constantemente reiterado por teóricos tradicionais dos papéis sexuais. A teoria dos papéis sexuais frequentemente confundia as expectativas sociais sobre feminilidade e masculinidade com o comportamento que, de fato, era apresentado pelos sujeitos.

Em suma, a teoria dos papéis sexuais parece carregar vestígios do determinismo biológico<sup>19</sup>, uma vez que nesta teoria “a ação (a encenação do papel) está ligada a uma estrutura definida pela diferença biológica, a dicotomia de masculino e feminino – não a uma estrutura definida por relações sociais”<sup>20</sup> (p. 26), e isso teve como consequência última a criação de estereótipos baseada em uma redução do gênero a duas categorias homogêneas, exagerando as diferenças entre homens e mulheres, ao passo que obscurecia as nuances provenientes de marcadores como raça, classe, sexualidade.

### **1.3 O conhecimento derivado das ciências sociais contemporâneas**

Estimuladas pelo Movimento de Liberação dos Homens e pela teoria dos papéis sexuais, novas abordagens sobre a masculinidade surgiram em diversas disciplinas das ciências sociais contemporâneas. As pesquisas históricas e etnográficas, por exemplo, promoveram importantes avanços à ciência da masculinidade, conforme será explicitado adiante.

Connell salienta que as pesquisas históricas sempre trataram sobre homens, uma vez que estes eram o objeto privilegiado da investigação científica – fato extensivamente denunciado por feministas na segunda metade do século XX. Contudo, esses escritos não abordavam a dimensão generificada das experiências masculinas, o que sinalizou a necessidade de se elaborar uma nova história dos homens mais sensível aos pormenores da masculinidade. A primeira onda de trabalhos direcionada a esse objetivo correspondeu à produção americana dos estudos sobre o papel sexual masculino que, de acordo com as discussões levantadas na seção anterior, foi um projeto marcado pela imprecisão e pelo alto nível de generalidade

---

<sup>19</sup> As duas proposições partem de uma divisão sexual dicotômica entre homens e mulheres. O gênero, no determinismo biológico, é definido pela diferença psicológica causada por diferenças sexuais, ao passo que na teoria dos papéis sexuais o gênero é definido pelas diferenças sociais construídas sobre a diferença sexual. As discussões sobre gênero que enfatizam essas dicotomias ainda são muito populares na sociedade (Connell & Pearse, 2014/2015).

<sup>20</sup> Trecho original: “Action (the role enactment) is linked to a structure defined by biological difference, the dichotomy of male and female – not to a structure defined by social relations” (Connell, 2005, p. 26).

(Connell, 2005). Avanços foram impulsionados com o surgimento de uma abordagem mais diretiva e criteriosa sobre masculinidade e normas culturais, cuja orientação se deu pelas produções sobre a história das mulheres e pela riqueza encontrada em estudos que abordavam a masculinidade em suas diferentes realidades locais e regionais.

Com a nova onda de pesquisas históricas buscou-se investigar mais a fundo questões tidas pela literatura dos papéis sexuais como partes essenciais da masculinidade, ou seja, pretendeu-se desnaturalizar os saberes que até então haviam sido produzidos sobre os homens (Connell, 2005). Por exemplo, prover financeiramente a família era uma das características consideradas como essenciais do papel masculino. As novas pesquisas históricas sobre a masculinidade focaram seus objetivos na investigação das origens destas conexões.

Desta forma, segundo Connell, foi se tornando cada vez mais claro que as definições de masculinidade estavam profundamente enredadas na história de diferentes instituições e estruturas econômicas. A masculinidade já não poderia mais ser considerada apenas uma “ideia na cabeça ou uma identidade pessoal”<sup>21</sup> (p. 29). Pelo contrário, “ela também se estende no mundo e está fundida em relações sociais organizadas”<sup>22</sup> (p. 29). Isto é, para que seja possível uma compreensão mais autêntica da masculinidade, faz-se necessário estudar essas relações sociais de um ponto de vista histórico e culturalmente situado. A pesquisa histórica sobre masculinidade conduziu os debates às questões de agência social. Connell observa que uma lógica semelhante emergiu na antropologia, campo no qual as pesquisas etnográficas obtiveram acentuada notoriedade especialmente no início do século XX. Esse tipo de pesquisa demonstrou ser uma abundante fonte de informações sobre gênero, sendo os relatos etnográficos acumulados em bibliotecas importantes fontes de referências sobre as questões

---

<sup>21</sup> Trecho original: “An idea in the head, or a personal identity” (Connell, 2005, p. 29).

<sup>22</sup> Trecho original: “It also extended in the world, merged in organized social relations” (Connell, 2005, p. 29).

que já estavam sendo debatidas pelo feminismo, pela psicanálise e pela teoria dos papéis sexuais.

No que tange à ciência das masculinidades, corroborando com os dados explicitados anteriormente, a antropologia é considerada “uma mina de informações sobre homens e masculinidade”<sup>23</sup> (p. 32). Nesta seara de estudos, buscou-se investigar etnografias produzidas em diferentes sociedades e as análises foram direcionadas às diferentes configurações de masculinidades e os processos preconizados para alcançá-las (e.g., ritos de iniciação). Alguns estudos, apoiados no modelo positivista das ciências sociais, buscaram encontrar generalizações e leis gerais sobre a sociedade humana. Connell menciona o estudo de David Gilmore intitulado *Manhood in the Making: Cultural Concepts of Masculinity*, no qual o autor tentou encontrar uma ampla base para generalizações sobre a masculinidade, investigando a existência de estruturas profundas ou arquétipos globais sobre a masculinidade. O que se observa é que o método positivista pressupõe um objeto de conhecimento estável e constante, e a masculinidade não se encaixa nos moldes deste objeto (Connell, 2005). Ainda, a ciência positivista, segundo a autora, funciona suprimindo a dimensão histórica dos conhecimentos. Não obstante, pesquisas etnográficas mais sensíveis às especificidades regionais e menos empenhadas em impor uma visão hegemônica ocidental generalista sobre as experiências investigadas também foram produzidas.

Os equívocos e o contraste relatado entre as diferentes pesquisas etnográficas sobre masculinidade conduziram Connell ao questionamento “Como, então, a etnografia pode ser parte de uma ciência social de gênero?”<sup>24</sup>, ao qual conclui que o conhecimento etnográfico sobre masculinidade é útil na medida em que o entendemos como parte de uma história global

---

<sup>23</sup> Trecho original: “a mine of information about men and masculinity” (Connell, 2005, p. 32).

<sup>24</sup> Trecho original: “How, then, can ethnography be part of a social science of gender?” (Connell, 2005, p. 33).



marcada por “expropriação, luta e transformação”<sup>25</sup> (p. 34). À medida que outros povos reivindicarem o direito de contar suas próprias histórias, o conhecimento da masculinidade ocidental se transformará profundamente.

Com base nesse panorama histórico, se evidencia que a sociologia foi, ao mesmo tempo, o suporte para a elaboração dos primeiros trabalhos sobre papéis sexuais e o local de ruptura com esse modelo explicativo. Novas perspectivas teóricas sobre feminilidades e masculinidades acompanharam os avanços deste campo de estudos e, apesar de não existir um caminho homogêneo de análise, alguns temas são comuns: a construção da masculinidade na vida cotidiana, o papel das estruturas econômicas e institucionais nesse processo, o significado das diferenças entre as categorias de masculinidades e o caráter contraditório do gênero (Connell, 2005).

Sumariamente, os novos estudos sobre os homens na sociologia contemporânea atestaram o caráter mutável do gênero e sua construção na interação social. Ao invés de tratar a masculinidade como uma norma preexistente que é passivamente internalizada – como sugeriam os teóricos dos papéis sexuais – a sociologia moderna explora as (re)construções das convenções na própria prática social (Connell, 2005). Isto é, “as relações que constroem a masculinidade são dialéticas; elas não correspondem à causação única de um modelo de socialização”<sup>26</sup> (p. 37). Marcadores de classe, raça, dentre outros, são incorporados nas análises, a fim de elucidar que um mesmo cenário cultural e institucional produz diferentes masculinidades.

---

<sup>25</sup> Trecho original: “Dispossession, struggle and transformation” (Connell, 2005, p. 34).

<sup>26</sup> Trecho original: “The relationships constructing masculinity are dialectical: they do not correspond to the one-way causation of a socialization model” (Connell, 2005, p. 37).

#### **1.4 Caminhos para compreender as contribuições de R. Connell à ciência da masculinidade**

As seções anteriores versaram sobre os diferentes projetos do século XX para uma ciência da masculinidade. Connell, ao reconstruir a história deste campo de estudos, ressalta a importância e as limitações de cada projeto, a fim de reunir argumentos para elucidar sua própria proposta teórica.

Deste modo, Connell evidencia que as masculinidades não são entidades fixas e universais, isto é, a produção de conhecimento a respeito destes fenômenos não pode assumir um caráter absoluto, uma verdade generalizável – o que afastaria sua proposta teórica do positivismo, uma vez que a autora concebe o método positivista como algo que “pressupõe um objeto de conhecimento estável e constante em todos os casos”<sup>27</sup> (p. 33). Apesar de existir a possibilidade de que a ciência dos homens defina a masculinidade como característica intrínseca a qualquer pessoa que possui um pênis, um cromossomo Y e um certo suprimento de testosterona, esse não é o tipo de ciência que vale a pena ser produzida, pois não é sensível às nuances sociais e culturais do fenômeno: “acreditar que podemos compreender o mundo social por meio de uma demarcação biológica significa não compreender a relação entre corpos e processos sociais”<sup>28</sup> (p. 43). Assim, Connell também destaca a importância de se incorporar à ciência da masculinidade o conhecimento derivado de práticas políticas. O conhecimento político da masculinidade se desenvolveu com base em práticas diversas, tais como os já mencionados movimentos antissexistas da segunda metade do século XX e o movimento de liberação gay. A dimensão do poder já não mais pode ser deixada de lado nas análises.

---

<sup>27</sup> Trecho original: “Presupposes a stable object of knowledge which is constant across all the cases” (Connell, 2005, p. 33).

<sup>28</sup> Trecho original: “To believe that we can understand the social world through a biological demarcation is to misunderstand the relation between bodies and social processes” (Connell, 2005, p. 43).

Levando em conta as potencialidades e críticas ao que até então fora produzido sobre a ciência das masculinidades, Connell reivindica que as relações de gênero passem a ser reconhecidas como objetos coerentes de conhecimento científico. A compreensão das masculinidades deve ser construída consoante a este projeto. A autora exprime, ainda, sua profunda preocupação com uma base ética empiricamente fundamentada para os estudos de gênero e ressalta que sua obra é fundamentada na ideia de justiça social. Para isso, reconhecer o caráter inerentemente político e social da masculinidade é imprescindível para o seu projeto de construir uma ciência significativa e coerente da masculinidade, conforme será elucidado no próximo capítulo.

## **2 Conceitualização de gênero e masculinidades**

O caminho percorrido até este momento nos dá importantes indícios sobre como Connell concebe o fenômeno das masculinidades e organiza sua proposta teórica. Na contramão de projetos anteriores que preconizavam a masculinidade como categoria fixa e estável, a autora confere ao fenômeno um caráter multifacetado, impermanente e relacional. Nesta sua perspectiva teórica, se contra-argumenta as diferentes noções estabelecidas de que os homens não podem mudar seus comportamentos e que qualquer tentativa nesta direção seria inútil ou perigosa, bem como as premissas do senso comum que frequentemente determinam a existência de uma masculinidade estável e verdadeira, um modelo de “homem de verdade”, um “masculino profundo”. Assume-se doravante que as masculinidades devem ser tratadas no plural, de modo a afirmar seu caráter múltiplo.

Partindo destas proposições, sugere-se que as masculinidades e as feminilidades são conceitos inerentemente relacionais, isto é, são definidos em relação uns aos outros, bem como são atravessados pelas realidades históricas, sociais e culturais dos sujeitos. Nesse sentido, “a

masculinidade como objeto de conhecimento é sempre masculinidade-em-relação”<sup>29</sup> (p. 44). De forma mais específica, as masculinidades são caracterizadas como “configurações de prática estruturadas por relações de gênero”<sup>30</sup> (p. 44), configurações estas que podem assumir ora um caráter provisório, ora um caráter mais duradouro, mas sempre um caráter mutável e passível de transformações. As práticas, por sua vez, referem-se às condutas concretas dos sujeitos (i.e., Connell não se ocupa de traços psicológicos, expectativas, identidades pessoais etc.), sendo que estas são plurais e históricas, se fazem e refazem mediante processos políticos que afetam o equilíbrio entre os interesses da sociedade e a direção da mudança social. Em síntese, esse projeto teórico busca contemplar as masculinidades em sua heterogeneidade e complexidade:

Em vez de tentar definir a masculinidade como um objeto (um tipo de caráter natural, uma medida comportamental, uma norma), precisamos nos concentrar nos processos e relações por meio dos quais homens e mulheres conduzem vidas generificadas. A “masculinidade”, na medida em que o termo pode ser brevemente definido, é simultaneamente um lugar nas relações de gênero, as práticas pelas quais homens e mulheres se engajam nesse lugar de gênero e os efeitos destas práticas na experiência corporal, personalidade e cultura.<sup>31</sup> (p. 71)

Connell também esclarece que as masculinidades não são consideradas objetos isolados, pois fazem parte de uma estrutura maior: nenhuma masculinidade surge afastada de um sistema de relações de gênero. Assim, faz-se pertinente elaborar algumas considerações a

---

<sup>29</sup> Trecho original: “Masculinity as an object of knowledge is always masculinity-in-relation” (Connell, 2005, p. 44).

<sup>30</sup> Trecho original: “Masculinities are configurations of practice structured by gender relations” (Connell, 2005, p. 44).

<sup>31</sup> Trecho original: “Rather than attempting to define masculinity as an object (a natural character type, a behavioural average, a norm), we need to focus on the processes and relationships through which men and women conduct gendered lives. ‘Masculinity’, to the extent the term can be briefly defined at all, is simultaneously a place in gender relations, the practices through which men and women engage that place in gender, and the effects of these practices in bodily experience, personality and culture” (Connell, 2005, p. 71).

respeito de sua proposta teórica acerca deste conceito – a autora, assim como várias outras pensadoras das ciências humanas e sociais, buscou elaborar explicações sobre gênero, apesar de estas não terem sido amplamente reconhecidas como foram suas produções a respeito das masculinidades.

Connell compreende o gênero como uma estrutura<sup>32</sup> que organiza as práticas sociais cotidianas. Isto é, não se trata de uma dicotomia biológica fixa, mas de diferentes padrões e arranjos sociais que regulam a ação de sujeitos e grupos. Essa estrutura possui três principais dimensões: poder, produção e catexia<sup>33</sup>, que interagem simultaneamente – esse modelo não tem como objetivo tornar-se um esquema filosófico fixo, mas fornece ferramentas úteis para análise das masculinidades. Além disso, enfatiza-se a necessidade de se considerar as correspondências estabelecidas entre gênero e outras estruturas sociais. De acordo com a autora, para compreender o gênero precisamos ir muito além do próprio gênero. Por exemplo, com o crescente reconhecimento da intersecção entre gênero, raça e classe, as configurações de práticas de masculinidades também se mostraram diversas em homens brancos, negros, com

---

<sup>32</sup> Grosso modo, de acordo com Connell e Pearse (2014/2015), o termo “estrutura” é utilizado pelas ciências sociais para contemplar o fato de que existem padrões fortemente arraigados nas relações sociais. Longe de ser um processo determinista mecânico, as estruturas de relações sociais definem possibilidades para as ações e suas consequências. Deste modo, “a estrutura social condiciona a prática” (p. 157), contudo, não pode ser considerada anterior à vida cotidiana: ambas se constituem mutuamente em um processo historicamente situado.

<sup>33</sup> Sinteticamente, Connell descreve cada uma destas relações da seguinte maneira: (1) Relações de poder: o principal eixo de poder na ordem de gênero ocidental contemporânea é a subordinação das mulheres e dominação dos homens – ao que, comumente, nomeia-se como patriarcado; (2) Relações de produção: refere-se às divisões laborais de acordo com o gênero. Ser homem ou mulher implica em diferenças na distribuição de tarefas e, conseqüentemente, no acesso à remuneração – mulheres, via de regra, são impelidas à esfera privada, ao passo que homens dominam a esfera pública. A desigualdade desencadeada por essas relações beneficia os homens, que acumulam taxas salariais significativamente maiores. Além disso, devemos considerar em nossas análises o próprio sistema econômico vigente: o capitalismo. A economia capitalista funciona por meio da divisão de trabalho por gênero, a qual determina que os homens controlem as grandes corporações e detenham a maior parte das grandes fortunas; (3) Catexia: essa dimensão está relacionada ao vínculo emocional. Para explicar esse domínio do gênero a autora se utiliza do conceito freudiano de catexia, o qual faz referência ao investimento da energia pulsional a um objeto. De acordo com a lógica de gênero, os vínculos emocionais podem ter um caráter hostil ou favorável em relação ao objeto. Por exemplo, a misoginia e a homofobia são alguns tipos de catexia que assumem um caráter negativo. Ainda, no Norte global assume-se um padrão heterossexual de vinculação emocional como norma.

deficiência, da classe trabalhadora, da classe média, e assim por diante: “as masculinidades dos homens brancos, por exemplo, são construídas não apenas em relação às mulheres brancas, mas também em relação aos homens negros”<sup>34</sup> (p. 75).

Tendo essas considerações preliminares em vista, o aspecto organizativo da estrutura de gênero demonstra ser um ponto relevante de sua teoria e será brevemente examinado. Conforme foi elucidado, o gênero organiza as práticas sociais e, para Connell, essa organização se dá mediante a *arena reprodutiva*, conceito utilizado para se referir às estruturas corporais e processos reprodutivos humanos, que incluem, dentre outras coisas, “excitação e relação sexual, parto e cuidados infantis, diferenças e semelhanças de sexo corporal”<sup>35</sup> (p. 71). Ou seja, as práticas generificadas são construídas com base nos diferentes usos materiais que se faz dos corpos.

A corporeidade, portanto, é um elemento significativo na proposta interpretativa de gênero – e, conseqüentemente, das masculinidades – elaborada por Connell, isto é, a dimensão física da feminilidade e masculinidade assume uma posição central na sua interpretação cultural do gênero. Como será explorado nos parágrafos subsequentes, a autora não considera os corpos como determinantes biológicos fixos, mas como processos históricos construídos por e para os sujeitos. Deste modo, gênero e arena reprodutiva estão ligados de maneira social, ou seja, essa ligação pouco tem a ver com dados biológicos da reprodução, a arena reprodutiva sofre influência dos processos sociais.

Para melhor compreender essa perspectiva sobre os corpos e as relações que estes estabelecem com o gênero, será apresentada uma descrição sucinta do itinerário teórico percorrido por Connell até chegar às suas conclusões sobre a temática. A autora começa

---

<sup>34</sup> Trecho original: “White men's masculinities, for instance, are constructed not only in relation to white women but also in relation to black men” (Connell, 2005, p. 75).

<sup>35</sup> Trecho original: “Sexual arousal and intercourse, childbirth and infant care, bodily sex difference and similarity” (Connell, 2005, p. 71).

tratando sobre as explicações tradicionais e essencialistas que concebiam a masculinidade como algo inerente ao corpo do homem, corpo este que impulsiona e dirige à ação (e.g., “homens são naturalmente mais agressivos do que as mulheres” ou “o estupro resulta de um desejo masculino incontrolado ou de uma tendência inata à violência”), bem como estabelece os limites para a ação (e.g., “os homens não têm destreza para cuidar de bebês”, “a homossexualidade é antinatural”). Baseada em um determinismo biológico, essa perspectiva estabelece o corpo como uma máquina natural que produz as diferenças de gênero por meio da disposição genética, da diferença hormonal ou do papel reprodutivo (i.e., de acordo com essa perspectiva, o corpo dos homens conserva uma masculinidade natural herdada biologicamente). Com os genes masculinos, se herdaria tendências à agressão, competitividade, poder político, devassidão, dentre outros. Embora amplamente difundida, Connell indica que essas noções são consideradas ficcionais, pois “pressupõem amplas diferenças nos traços de caráter e comportamentos de mulheres e homens”<sup>36</sup> (p. 47). Pesquisas<sup>37</sup> já demonstraram que não há diferenças significativas entre homens e mulheres no que tange o intelecto, o temperamento e outros traços psicológicos – essas diferenças são muito pequenas comparadas às diferenças que derivam da posição social de homens e mulheres. Para Connell, a evidência biológica das diferenças entre os sexos é, portanto, muito frágil quando comparada às diversidades transculturais e históricas que atravessam o fenômeno de gênero.

Na sequência, Connell apresenta alguns argumentos derivados das ciências humanas e sociais para contrapor o determinismo biológico. Esses novos argumentos sugerem que o corpo funciona como uma superfície neutra na qual imprime-se um simbolismo social. De acordo com essa perspectiva, “em vez de os arranjos sociais serem efeitos do corpo-máquina, o corpo

---

<sup>36</sup> Trecho original: “It presupposes broad differences in the character traits and behaviours of women and men” (Connell, 2005, p. 47).

<sup>37</sup> Connell menciona os livros *Deceptive Distinction* de Cynthia Epstein e *Social Structure and Testosterone* de Theodore Kemper como exemplos de estudos que objetivaram refutar a existência de diferenças amplas e naturais entre os sexos.

é um campo em que a determinação social se descontrola”<sup>38</sup> (p. 50). Muitos teóricos que adotam percebem o gênero como uma posição do sujeito no discurso, uma performance, uma metáfora. Connell também se opõe a essas propostas explicativas: “uma explicação totalmente semiótica ou cultural de gênero não é mais sustentável do que uma explicação biológica reducionista. A superfície na qual os significados culturais se inscrevem não é descaracterizada e não fica imóvel”<sup>39</sup> (p. 51). Essas propostas, segundo a autora, costumam exagerar a docilidade dos corpos.

Tomando como base as falhas identificadas nas duas concepções examinadas, Connell estabelece suas próprias noções sobre a corporeidade, rejeitando a passividade dos corpos no processo social e conferindo importância à materialidade destes: corpos fisicamente envelhecem, adoecem, gozam, dão à luz; ou seja, “há uma dimensão corporal irreduzível na experiência e na prática”<sup>40</sup> (p. 51). O gênero masculino, por exemplo, contempla, entre outras coisas, certas sensações táteis, tensões musculares, posturas, maneiras de se mover, possibilidades no sexo etc. Essa materialidade dos corpos, por sua vez, ultrapassa as dimensões biológicas e fisiológicas, pois possui uma sólida história na estrutura de gênero (e.g., as diferenças anatômicas possuem dimensões biológicas, mas atribuí-las às categorias homem ou mulher é resultado de um longo e complexo processo histórico e cultural). Ou seja, os corpos não são dados biológicos fixos, mas processos históricos (Connell, 2005).

Os corpos, além de serem dados históricos, também atuam ativamente na construção ou manutenção dos processos históricos a respeito de seus usos, ou seja, existe uma relação de reciprocidade entre a materialidade dos corpos e os processos históricos que a geram (i.e., uma

---

<sup>38</sup> Trecho original: “Rather than social arrangements being the effects of the body-machine, the body is a field on which social determination runs riot” (Connell, 2005, p. 50).

<sup>39</sup> Trecho original: “A wholly semiotic or cultural account of gender is no more tenable than a biological reductionist one. The surface on which cultural meanings are inscribed is not featureless, and it does not stay still” (Connell, 2005, p. 51).

<sup>40</sup> Trecho original: “There is an irreducible bodily dimension in experience and practice” (Connell, 2005, p. 51).



relação de coconstrução: as práticas generificadas, ao mesmo tempo que são construídas com base nas propriedades corporais, também precedem o corpo, criando as condições para seu desenvolvimento e manutenção<sup>41</sup>). De acordo com essa noção, práticas históricas e sociais incidem sobre os corpos em sua materialidade e os sujeitos, baseadas nos usos que fazem dos seus corpos, podem assimilar ou recusar tais práticas, funcionamento este que se assemelha a um circuito (Connell, 2005). Sumariamente, nesse "circuito", o gênero e os corpos interagem da seguinte maneira: a experiência corporal sofre influência de processos sociais e pode, com base nesta interação, transformar ou manter os significados atribuídos aos gêneros.

Conclui-se que, para Connell, os corpos, ao contrário da passividade preconizada pelo determinismo social, não são “telas em branco” prontas para serem preenchidas com os simbolismos sociais; possuem, sim, um caráter atuante, uma vez que os indivíduos, ao utilizarem seus corpos, podem desobedecer e resistir ativamente ao controle social. Ou seja, as pessoas constroem a si mesmas como masculinas e femininas apoiadas nas inúmeras possibilidades de utilizarem seus corpos, uma vez que esses corpos devem ser considerados, simultaneamente, agentes e produtos das práticas sociais.

Tratando especificamente das masculinidades, as diferentes maneiras de se construir uma presença física no mundo constitui uma parte importante de ser homem. Para elucidar seus argumentos, Connell cita um trecho de um escrito no qual ela mesma relata sobre uma experiência pessoal relacionada à dimensão corporal da masculinidade:

Descendo a rua, eu endireito meus ombros e secretamente me comparo a outros homens. Tarde da noite, passando por um grupo de jovens punks, me pergunto se pareço formidável o suficiente. Em uma manifestação, eu avalio os policiais e me pergunto se

---

<sup>41</sup> Na obra *Gênero: Uma Perspectiva Global*, Connell e Pearse (2014/2015) retomam alguns conceitos trabalhados na obra *Masculinities* com maior riqueza de detalhes. As autoras ressaltam que nossos corpos são afetados por processos sociais (e.g., acesso à comida, costumes culturais, guerras, trabalho, esporte, urbanização etc.) e todas essas influências são estruturadas, em algum grau, pelo gênero.

sou maior e mais forte do que eles caso a situação fique séria – uma consideração ridícula, dada as técnicas de ação em massa e controle de multidões, mas uma reação automática, no entanto<sup>42, 43</sup>. (p. 57)

Salienta-se, portanto, que os corpos dos homens são diversos, mutáveis e podem ser utilizados ativamente para a resistência às normativas sociais. Ainda, considerando a multiplicidade das práticas de masculinidade, conclui-se que cada um destes conjuntos de práticas específicas resulta em diferentes maneiras de se usar os corpos. Em outras palavras, há uma ampla gama de possibilidades de corporificação para os homens, ou seja, existem inúmeras formas de usar, sentir e mostrar os corpos em diferentes expressões de masculinidades, sendo que a realização destas possibilidades viabiliza a (des)continuidade de práticas generificadas, que podem, por meio destes usos dos corpos, ser transformadas ou conservadas: “o corpo, concluiria, é inescapável na construção da masculinidade; mas o que é inescapável não é fixo. O processo corporal, entrando no processo social, torna-se parte da história (tanto pessoal quanto coletiva)”<sup>44</sup> (p. 56).

Dando continuidade às considerações teóricas de Connell sobre as masculinidades, ressalta-se que o reconhecimento da multiplicidade do fenômeno é apenas um primeiro passo para sua análise. Precisamos, também, examinar as relações que se estabelecem entre suas diferentes configurações de práticas. Nesse sentido, a autora se utiliza de quatro diferentes

---

<sup>42</sup> Trecho original: “Walking down the street, I square my shoulders and covertly measure myself against other men. Walking past a group of punk youths late at night, I wonder if I look formidable enough. At a demonstration I size up the policemen and wonder if I am bigger and stronger than them if it comes to the crunch – a ludicrous consideration, given the actual techniques of mass action and crowd control, but an automatic reaction nevertheless” (Connell, 2005, p. 57).

<sup>43</sup> O livro *Masculinities* teve sua primeira edição publicada em 1995. À época, a autora assinava suas obras com o nome atribuído no seu nascimento (Robert W. Connell) ou com um nome neutro (R. W. Connell), bem como escrevia sobre si mesma no masculino, pois ainda não havia passado pelo processo de transição de gênero formalmente.

<sup>44</sup> Trecho original: “The body, I would conclude, is inescapable in the construction of masculinity; but what is inescapable is not fixed. The bodily process, entering into the social process, becomes part of history (both personal and collective)” (Connell, 2005, p. 56).

categorias<sup>45</sup> de masculinidades: hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada. Estas oferecem um quadro geral no qual podemos analisar masculinidades específicas: não possuem um caráter fixo, mas são práticas geradas em situações particulares em uma estrutura de relacionamentos mutáveis. Cada categoria representa um conjunto de práticas coletivas, não sendo, portanto, resultados de características ou impulsos internos das pessoas. Esses padrões de práticas parecem ser, via de regra, emitidos de forma inconsciente, no sentido de que os homens não parecem escolher seguir determinado padrão de forma deliberada, com base em uma análise criteriosa das variáveis que podem afetar essa “escolha” e suas consequências a curto e longo prazo. É importante ressaltar que todas as categorias de masculinidade apresentam suas vantagens e desvantagens, conforme será demonstrado nas seções subsequentes. Os homens, nesse contexto, adotam um padrão de conduta mais vantajoso (ou menos desvantajoso) nas circunstâncias em que vivem.

Deste modo, é possível que homens se comprometam com novas práticas de masculinidades, contudo isso demanda ações de resistência, uma vez que renunciar às normas provavelmente resultará em exposição ao desprezo de outros homens, homofobia e ambivalência das próprias mulheres. Reformar e/ou revolucionar práticas de masculinidades pode gerar uma espécie de “vertigem de gênero”<sup>46</sup> (p. 137), pois se tenciona a mudança de relações de gênero profundamente estruturadas. Contudo, salienta-se que uma resposta que somente rejeita a masculinidade dominante, não necessariamente caminha para a

---

<sup>45</sup> Essas categorias derivaram de pesquisas empíricas desenvolvidas por Connell nos anos 1980 e 1990, as quais, em sua maioria, buscaram descrever a construção das masculinidades em contextos específicos (em locais de trabalho, nas escolas, no esporte etc.) e forneceram evidências empíricas sobre a multiplicidade das hierarquias de gênero – mesmo em uma mesma categoria de gênero. Após anos de tentativas de formular uma explicação sociocientífica integrada acerca das relações de gênero, a autora reuniu algumas das suas análises mais relevantes sobre essa temática na obra *Gender and Power* (Connell, 1987). Já nesse livro, Connell demonstrou a existência de masculinidades plurais e a necessidade de se desenvolver escritos que preenchessem as lacunas sobre elas. Na obra *Masculinities*, por sua vez, a autora conseguiu documentar e investigar de forma mais sistemática cada uma destas práticas de masculinidade.

<sup>46</sup> Trecho original: “gender vertigo” (Connell, 2005, p. 137).

transformação social – para que avanços se efetivem é necessário estruturar uma política antissexista (Connell, 2005). Esse deve ser, portanto, um projeto coletivo, uma mobilização política, pois a reforma individualizada corre sérios riscos de ajudar a modernizar o patriarcado em vez de aboli-lo.

## **2.1 Considerações sobre os estudos empíricos conduzidos por R. Connell na obra *Masculinities***

Na obra *Masculinities*, Connell relata investigações empíricas sobre os aspectos teóricos de seu projeto para uma ciência da masculinidade. A autora apresenta um estudo qualitativo, no qual foi utilizada a metodologia de história de vida, a fim de explorar as diferentes configurações de práticas de masculinidades reproduzidas por quatro grupos distintos de homens australianos. Segundo Connell, a metodologia da pesquisa de história de vida é uma das mais antigas nas ciências sociais e fornece uma descrição valiosa das estruturas e movimentos sociais, bem como das instituições envolvidas nestas dinâmicas. Em outras palavras, as pesquisas de histórias de vida proporcionam informações relevantes sobre processos pessoais e coletivos. A amostra destes estudos geralmente é pequena, pois trata-se de um tipo de pesquisa bastante trabalhoso.

Para construir seu estudo empírico, Connell procurou identificar grupos de homens para quem a construção da masculinidade estivesse sendo, de alguma forma, conflituosa. Para tal, a autora avaliou quais grupos poderiam expressar tendência à crise em cada uma das três dimensões do gênero (poder, produção e catexia). Os grupos selecionados foram brevemente descritos na Tabela 2.

As entrevistas realizadas com os diferentes grupos seguiram o mesmo plano geral, podendo terem sido flexibilizadas de acordo com os rumos de cada conversa. Para iniciar o procedimento, solicitou-se que os entrevistados realizassem uma narrativa de introdução, isto

é, falassem um pouco sobre a história da sua vida. Buscou-se atrair e/ou manter o foco nas ações concretas dos homens nos vários cenários de suas vidas. Nas entrevistas, a transições entre instituições (por exemplo, entrada no ensino médio) foi utilizada como uma baliza para evocação de memórias e, nesta perspectiva, relatos de relacionamentos em instituições como famílias e locais de trabalho foram solicitados. A condução das entrevistas buscou coletar evidências sobre cada uma das estruturas de gênero (poder, trabalho e catexia) em diferentes períodos da vida.

**Tabela 2**

*Grupos entrevistados por R. Connell na obra Masculinities*

<b>Grupo<sup>1</sup></b>	<b>Características relevantes<sup>2</sup></b>
Homens desempregados	Foram entrevistados cinco homens desempregados. Destes cinco, um era analfabeto e outro era quase analfabeto. Todos abandonaram a escola e entraram em conflito com o Estado. A maioria odiava a escola e tinha interações antagônicas e às vezes violentas com professores. Connell comparou a experiência deste grupo com um outro grupo composto por três homens de idade e classe similares, mas que tinham uma posição diferente no mercado de trabalho. Todos eram filhos de trabalhadores braçais e cresceram em famílias pobres. O trabalho das mães era a principal fonte de renda da família. A característica mais marcante da experiência de relações de poder do grupo principal foi a violência.
Homens envolvidos em movimentos sociais	Foram entrevistados seis homens que estavam tentando reformar sua masculinidade, em parte por conta dos impactos do movimento feminista. Todos os entrevistados estavam envolvidos no movimento ambientalista e a maioria tinha uma experiência mais ampla com a contracultura. Os seis eram heterossexuais, dois deles tinham filhos. Para cinco dos seis homens, durante a infância, a mãe era dona de casa em tempo integral. Em cada uma das seis histórias de vida, foi identificado um momento de engajamento com a masculinidade hegemônica – constatado por comportamentos de competitividade, supressão de emoções e homofobia, por exemplo. Após engajarem-se em movimentos sociais, esses homens deram início à produção de uma nova política de gênero. O projeto era se separar da masculinidade dominante com a qual estavam familiarizados e reconstruir novas práticas menos sexistas.
Homens ligados à comunidade gay	Foram entrevistados oito homens ligados à comunidade gay em Sydney, Austrália. A maioria teve relações sexuais com mulheres, embora todos atualmente se dedicassem exclusivamente ao sexo com homens. Dois dos entrevistados tinham filhos e os demais achavam que deveriam ter. A maioria originava-se da classe trabalhadora e vários ascenderam socialmente. Todos os homens deste grupo cresceram em famílias com uma divisão convencional de trabalho dividido por gênero. Esses ambientes familiares eram locais de práticas masculinizantes paralelos

Grupo <sup>1</sup>	Características relevantes <sup>2</sup>
	<p>àqueles encontrados na história de vida dos homens heterossexuais. Deste modo, algum envolvimento com a masculinidade hegemônica foi identificado em cada uma das histórias de vida. Para mais da metade do grupo, seus primeiros relacionamentos sexuais importantes foram heterossexuais – a heterossexualidade compulsória foi identificada em todas essas histórias de vida. Interpretações convencionais da homossexualidade pareceram monolíticas quando confrontadas com as realidades vividas por esses homens. A cultura dominante, por exemplo, costuma definir os homens homossexuais como afeminados – e essa definição claramente não se aplicava aos homens deste grupo. O grupo, em sua maioria, possuía uma visão apolítica de gênero, o que não desencadeia nenhum tipo de revolução significativa. Isso pode se dar, segundo Connell, pelo fato de que eles não precisaram lutar por sua própria existência, como fizeram as gerações anteriores, além de terem passado grande parte de suas vidas inseridos em uma estrutura de masculinidade hegemônica.</p>
Homens de classe média	<p>Foram entrevistados nove homens que ocupavam cargos diversos: contador, arquiteto, técnico de informática, jornalista, bibliotecário, piloto, psicólogo, professor e administrador. Esse foi o grupo mais diversificado entre todos os entrevistados por Connell. Para a maior parte do grupo, durante a infância o lar foi organizado de maneira convencional – os pais trabalhavam, as mães cuidavam da casa. Contudo, poucos homens relataram ter crescido em lares afetuosos. Cerca da metade do grupo comentou sobre as formas de masculinidades pelas quais eles se sentiam repelidos ou das quais se distanciavam – isso era feito por meio da menção de exemplos negativos de “ser homem”, por exemplo, nerds, esportistas homossexuais, homens “fracos” que demonstram problemas em suas vidas pessoais, gays afeminados, dentre outros. Muitos dos homens entrevistados reproduziam os modelos observados em casa: pais autoritários, mães dóceis. Os homens deste grupo cresceram em ambientes marcados pela heterossexualidade compulsória. Muitos dos entrevistados assumiam uma posição conservadora em relação às relações de gênero e, em alguns momentos, notou-se uma clara resistência à mudança.</p>

<sup>1</sup> A autora ressalta que essas categorias têm como principal objetivo elucidar situações particulares sendo, portanto, estratégicas. Apesar dos quatro estudos conduzidos não pretenderem, em si mesmos, traçar um mapa de mudanças em grande escala, eles servem para discutir questões mais amplas e relevantes de sua proposta conceitual sobre masculinidades, endossando alguns de seus argumentos teóricos.

<sup>2</sup> As características relevantes aqui descritas referem-se a uma síntese das informações dispostas por Connell nos capítulos referentes ao seu estudo empírico.

No que se refere ao tratamento dos dados, a primeira fase de análise, a autora ouviu as gravações, leu as transcrições das entrevistas e escreveu cada entrevista como um estudo de caso. Em cada estudo de caso, a entrevista foi examinada com base em três pontos de vista: (a) a sequência narrativa dos eventos; (b) uma análise estrutural baseada nas três estruturas das

relações de gênero; (c) uma análise dinâmica, traçando o fazer e desfazer da masculinidade, tentando apreender o projeto de gênero envolvido.

Na segunda fase, a autora reanalisou os estudos de caso em grupos, objetivando explorar as semelhanças e diferenças nas trajetórias de vida dos homens em relação às suas atuais posições sociais e compreender como eles poderiam atuar coletivamente em direção a uma mudança em grande escala. Posteriormente, foi escrita uma análise separada para cada grupo, de modo que cada relato correspondesse à tentativa de um retrato coletivo de homens que estavam vivenciando um certo processo de mudança. Deste modo, a autora pôde explorar as quatro categorias de masculinidades – hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada – e verificar como estas operavam na prática. Essas quatro categorias já haviam sido conceituadas previamente pela autora e a escolha dos grupos de investigação se deu em função delas. Com base nas definições teóricas das práticas de masculinidades, a autora buscou entrevistar grupos que pudessem expressar na prática os principais elementos descritos na teoria.

Com base no material coletado nas entrevistas, a autora reuniu argumentos que endossaram suas formulações a respeito das diferentes categorias de masculinidades exploradas em trabalhos anteriores. Nas próximas seções, cada uma das quatro categorias será conceituada e discutida de forma mais detalhada.

## **2.2 Masculinidade hegemônica**

Consoante ao que foi elucidado no primeiro tópico deste capítulo, reconhecer a diversidade das configurações de práticas de masculinidades não é suficiente; devemos, também, analisar as relações que se estabelecem entre elas (i.e., relações de dominação, subordinação, cumplicidade etc.). De acordo com Connell, “essas relações são construídas por

meio de práticas que excluem e incluem, que intimidam, exploram e assim por diante”<sup>47</sup> (p. 37).

Isto posto, a *masculinidade hegemônica*<sup>48</sup> pode ser considerada como o conjunto de práticas mais valorizado e mais admirado pelos homens, além de exercer maior autoridade sobre as demais categorias de masculinidade. A atual configuração de masculinidade hegemônica no Ocidente desempenha um importante papel na legitimação das premissas do patriarcado, garantindo a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. Apesar de não se tratar de uma hegemonia no sentido numérico, esse tipo de masculinidade é normativo<sup>49</sup>, pois, ao materializar as maneiras mais admiradas de ser homem, ele ordena que todos os outros homens se posicionem em relação a ele.

A autora ressalta que hegemonia não significa um controle total e automático, pelo contrário, esse controle pode ser interrompido ou se romper a qualquer momento. Assim como as demais categorias de masculinidade, o conjunto de práticas que atualmente compõem a masculinidade hegemônica não assume um caráter fixo e não é o mesmo em todos os lugares e períodos históricos. Trata-se, antes, de uma “posição hegemônica em um determinado padrão de relações de gênero, posição esta sempre contestável”<sup>50</sup> (p.76). Assim, a qualquer momento, um novo conjunto de práticas pode ser culturalmente exaltado em vez de outros. A mutabilidade das práticas que compõem essa categoria, portanto, possibilita que novos grupos possam desafiar práticas antigas e, conseqüentemente, criar uma nova hegemonia.

No que toca às relações de poder, a autora ressalta que os homens mais poderosos nem

---

<sup>47</sup> Trecho original: “These relationships are constructed through practices that exclude and include, that intimidate, exploit, and so on” (Connell, 2005, p. 37).

<sup>48</sup> Connell evidencia que o conceito de “hegemonia” é derivado da análise das relações de classe proposta por Antonio Gramsci e refere-se à dinâmica cultural pela qual determinado grupo reivindica e sustenta uma posição de liderança na vida social.

<sup>49</sup> Connell e Messerschmidt (2005/2013) salientam que a masculinidade hegemônica pode ser construída de maneira que não se assemelhe efetivamente à vida de nenhum homem real. Apesar disso, esses modelos exprimem, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos amplamente difundidos.

<sup>50</sup> Trecho original: “It is, rather, the masculinity that occupies the hegemonic position in a given pattern of gender relations, a position always contestable” (Connell, 2005, p. 76).



sempre agem de acordo com o modelo hegemônico de masculinidade, ou seja, aqueles que possuem grande poder institucional e riquezas podem se distanciar do padrão hegemônico em suas vidas individuais. Contudo, é muito provável que a hegemonia seja estabelecida apenas se houver alguma correspondência entre o ideal cultural e o poder institucional – se não no âmbito individual, certamente no coletivo. Desta forma, “os negócios de alto nível, os militares e o governo fornecem uma demonstração corporativa bastante convincente de masculinidade, ainda muito pouco abalada por mulheres feministas ou homens dissidentes”<sup>51</sup> (p. 77). Pode-se afirmar, então, que a masculinidade hegemônica é institucionalizada em organizações específicas.

Connell também indica a pertinência de se notar que é a reivindicação de autoridade, mais do que a violência direta, que configura a hegemonia – não obstante, a violência muitas vezes sustenta ou apoia essa autoridade. Deste modo, condutas agressivas não podem ser julgadas como decorrências mecânicas da masculinidade hegemônica, mas estas podem surgir como efeito da própria busca por hegemonia. Existe, também, a possibilidade de que essas relações de poder entrem em crise, o que caracteriza uma ameaça direta à masculinidade hegemônica. Connell indica que o encontro com o feminismo pode ser considerado um dos principais fomentadores de tensão às práticas preconizadas pela masculinidade hegemônica.

Em relação à catexia, o atual modelo hegemônico de masculinidade estabelece que os vínculos emocionais dos homens se organizem principalmente em torno da heterossexualidade. Isso pode ser atestado quando, no momento em que um homem se interessa sexualmente por outro homem, sua masculinidade é prontamente interpelada e invalidada. Algumas autoras nomeiam esse fenômeno como “heterossexualidade compulsória” (e.g., Adrienne Rich) ou “heterossexualidade obrigatória” (e.g., Gayle Rubin). Esses termos fazem referência às

---

<sup>51</sup> “The top levels of business, the military and government provide a fairly convincing corporate display of masculinity, still very little shaken by feminist women or dissenting men” (Connell, 2005, p. 77).

pressões culturais e sociais impostas sobre as mulheres para que elas se tornem sexualmente disponíveis aos homens – o inverso também ocorre, uma vez que a heterossexualidade compulsória também é imposta aos homens (Connell, 2005). Nesta perspectiva, sugere-se que, no modelo de masculinidade hegemônica, “o corpo masculino tem que ser disciplinado para a heterossexualidade”<sup>52</sup> (p. 104). Além disso, a masculinidade hegemônica endossa uma atitude defensiva frente às emoções, resultando em uma rigidez ou embrutecimento emocional, uma vez que a vulnerabilidade é tida como característica feminina, logo, desqualificada. A desqualificação da feminilidade também é útil para a compreensão de práticas antagonistas aos gays e o medo de ser chamado de homossexual, comportamentos estes comuns de serem identificados em homens que se aproximam do modelo hegemônico. Deste modo, um dos efeitos da masculinidade hegemônica é moldar percepções acerca da homossexualidade e das mulheres<sup>53</sup>. Frente às relações de produção, a masculinidade hegemônica passou a associar os homens à função de provedor e chefe de família. Quando um homem é impossibilitado de desempenhar essas funções, ele possivelmente sofrerá repressão e constrangimento.

A masculinidade hegemônica se (re)produz socialmente mediante o contato estabelecido entre meninos jovens e homens mais velhos (e.g., de pai para filho, de irmão mais velho para irmão mais novo, dentre outras possibilidades), e baseada na construção midiática de modelos de homens que exprimem alguma forma de autoridade (e.g., estrelas do esporte profissional, atores de grandes produções cinematográficas, dentre outros), mesmo que a maioria dos homens e meninos não possam viver de acordo com esses modelos. Connell acredita que há uma apropriação ativa dos modelos oferecidos, isto é, uma construção de um modo de estar no mundo. Tal apropriação é conceituada como “o momento de engajamento

---

<sup>52</sup> Trecho original: “The male body has to be disciplined to heterosexuality” (Connell, 2005, p. 104).

<sup>53</sup> É pertinente reiterar que os dois principais elementos que constituem o atual modelo hegemônico de masculinidade no Ocidente são a misoginia e a homofobia (Kimmel, 1998).

com a masculinidade hegemônica”<sup>54</sup> (p. 122), ou seja, o momento em que os meninos assumem o projeto de masculinidade hegemônica para si. A autora ressalta que uma das partes fundamentais deste processo de engajamento seria o desenvolvimento de uma experiência corporal e sensibilidade física particulares. Apesar de existir uma face social no processo de corporificação masculina, as práticas corporais características da masculinidade hegemônica tendem a ser naturalizadas – alguns exemplos envolvem excitar-se sexualmente somente em resposta às mulheres, submeter-se a uma rotina de exercícios físicos, dietas e uso de drogas para dar uma forma específica ao corpo, ou, ainda, assumir práticas de risco para estabelecer uma reputação diante de seus pares (e.g., dirigir perigosamente, ingerir álcool e outras drogas em excesso, escolher práticas de alimentação e de lazer específicas).

Em resumo, nota-se que a masculinidade hegemônica é produzida e reproduzida por práticas individuais, coletivas e institucionais. Suas práticas frequentemente acentuam a dicotomia feminino/masculino, atribuindo à feminilidade um caráter depreciativo, o que assegura a perpetuação do patriarcado como sistema de dominação e exploração das mulheres – um tema familiar na ideologia patriarcal, por exemplo, é o de que homens são racionais e mulheres são emocionais (Connell, 2005). Os homens que se engajam nas práticas hegemônicas são beneficiados pelo patriarcado, não obstante isso também acarreta custos significativos para esses sujeitos<sup>55</sup> e para aqueles que com eles se relacionam. Dentre os principais efeitos da hegemonia, os danos físicos e emocionais são os mais evidentes. Esses homens frequentemente se expõem a situações de risco e, como efeito, reafirmam sua autoridade, bem como podem apresentar dificuldades para lidar com suas próprias incapacidades de desempenhar o papel normativo de forma satisfatória.

---

<sup>54</sup> Trecho original: “moment of engagement with hegemonic masculinity” (Connell, 2005, p. 122).

<sup>55</sup> Aqui, é oportuno destacar uma citação de Connell e Messerschmidt (2005/2013) a respeito dos custos de se engajar nas práticas hegemônicas: “sem tratar os homens privilegiados como objeto de pena, devemos reconhecer que a masculinidade hegemônica não necessariamente se traduz em uma experiência de vida satisfatória” (p. 271).

Por outro lado, as práticas hegemônicas de masculinidade podem se tornar menos opressivas; as interações entre a masculinidade hegemônica e os movimentos contemporâneos contra a homofobia e a favor do feminismo geram tensões nas relações de gênero que podem, futuramente, ocasionar transformações significativas. Deste modo, Connell evidencia que o conceito de masculinidade hegemônica não deve ser usado como justificativa para o comportamento danoso dos homens (i.e., não podemos utilizar esses pressupostos teóricos para formular argumentos circulares que criam subterfúgios para não responsabilizar os homens por suas condutas deletérias), pelo contrário, esse conceito deve ser utilizado para expandir a possibilidade de pensarmos criticamente sobre essas condutas e fomentar transformações, uma vez que não se tratam de práticas naturais, estáticas, imutáveis.

### **2.3 Masculinidade subordinada**

No quadro geral das relações de gênero, alguns grupos de homens podem desempenhar autoridade, ao passo que outros são subordinados. A *masculinidade subordinada* é aquela que ocupa o lócus da subalternidade, suas práticas são construídas em oposição à hegemonia e, como efeito, são desvalorizadas e preteridas.

O exemplo mais ilustrativo de masculinidade subordinada, segundo Connell, faz referência aos homens homossexuais: “a homossexualidade, na ideologia patriarcal, é um receptáculo do que é simbolicamente expelido da masculinidade hegemônica, esses elementos vão desde o gosto meticuloso na decoração da casa até o prazer anal receptivo”<sup>56</sup> (p. 78). De acordo com a lógica patriarcal, a homossexualidade é assimilada à feminilidade e, devido à misoginia e homofobia que sustentam o funcionamento deste sistema, ela é prontamente desqualificada e rejeitada. Homossexuais são vistos como homens desprovidos de

---

<sup>56</sup> Trecho original: “Gayness, in patriarchal ideology, is the repository of whatever is symbolically expelled from hegemonic masculinity, the items ranging from fastidious taste in home decoration to receptive anal pleasure” (Connell, 2005, p. 78).

masculinidade, por exemplo. Tais concepções são expressas por uma notória variedade de piadas sobre homens gays e apelidos pejorativos, bem como por investigações no campo da psiquiatria sobre as origens da homossexualidade na infância. Essas interpretações estão intimamente ligadas à suposição cultural dicotômica de que os opostos se atraem: “se alguém é atraído pelo masculino, então essa pessoa deve ser feminina – se não no corpo, então de alguma forma na mente”<sup>57</sup> (p. 143). Além disso, nossa cultura também toma a heterossexualidade como dado natural e universal. Faz-se necessário abandonar esse ponto de vista e adotar uma compreensão da sexualidade humana como um campo de diversas possibilidades – o que já vem sendo descrito em pesquisas nas ciências humanas e sociais (Connell, 2005).

Embora a homossexualidade seja o exemplo mais conspícuo de prática referente à masculinidade subalterna, ela não é a única. Alguns meninos e homens heterossexuais também são preteridos e deslegitimados ao se oporem às normas da masculinidade hegemônica (Connell, 2005). Esses sujeitos, geralmente, recebem insultos<sup>58</sup> do tipo: filhinho da mamãe, covarde, babaca, maricas, mulherzinha, bicha, viado, baitola, frutinha, boiola, arrombado, dentre outros similares. Em muitos destes insultos a correspondência com estereótipos de feminilidade é evidente.

O que as práticas de masculinidade subordinada têm em comum, sejam elas desempenhadas por homens gays, heterossexuais, ou de quaisquer outras orientações sexuais, é o fato de que esses homens, em alguma medida, renunciam às práticas masculinizantes hegemônicas – e, conseqüentemente, renunciam aos benefícios derivados delas. De acordo com Connell, renunciar tem conseqüências práticas e simbólicas. Como exemplo, a autora menciona

---

<sup>57</sup> Trecho original: “If someone is attracted to the masculine, then that person must be feminine – if not in the body, then somehow in the mind” (Connell, 2005, p. 143).

<sup>58</sup> Connell menciona alguns insultos comuns na sua língua nativa: “wimp, milksop, nerd, turkey, sissy, lily liver, jellyfish, yellowbelly, candy ass, ladyfinger, pushover, cookie pusher, cream puff, motherfucker, pantywaist, mother's boy, four-eyes, ear-'ole, dweeb, geek, Milquetoast, Cedric, and so on” (Connell, 2005, p. 79).

que renunciar a uma carreira masculina convencional de sucesso para trabalhar com profissões menos valorizadas resulta, via de regra, em uma renda mais baixa e, como efeito, torna-se mais difícil manter-se no papel de provedor da família – a sobrevivência depende, então, de práticas de compartilhamento de renda. Além disso, a renúncia também implica em abrir mão de privilégios masculinos cotidianos e determinados estilos de interação, como não dominar discussões e tomadas de decisões. Como efeito, a ameaça, a violência, a patologização e a criminalização são algumas das respostas possíveis aos homens que descumprem às normativas da masculinidade tradicional.

Apesar dos prejuízos, engajar-se em práticas de masculinidade subordinada pode proporcionar aos homens um espaço de desenvolvimento de novas qualidades pessoais e formas de interação menos opressivas. Os estudos conduzidos por Connell trazem dois exemplos: (1) homens que se permitiram desenvolver a capacidade de estarem mais sensíveis às suas emoções; e (2) homens que trabalharam sua capacidade de expressividade, de dizer a verdade, especialmente sobre seus sentimentos. Deste modo, os homens podem estabelecer relações mais saudáveis com as mulheres e com outros homens, uma vez que a barreira mais arraigada para estabelecimento de laços profundos entre homens é a homofobia, quando se assume um projeto de masculinidade menos opressivo, essa barreira é facilmente superada (Connell, 2005). A masculinidade subordinada implica, também, em construir novas práticas corporais e possibilidades de prazeres: “a escolha de um homem como objeto sexual não é apenas a escolha de um corpo-com-pênis, é a escolha da masculinidade-corporificada”<sup>59</sup> (p. 157).

Homens homossexuais também podem expressar, ainda que de forma limitada, um certo engajamento com a masculinidade hegemônica, contudo, pelo fato de subverterem uma

---

<sup>59</sup> Trecho original: “The choice of a man as sexual object is not just the choice of a body-with-penis, it is the choice of embodied-masculinity” (Connell, 2005, p. 157).

característica estrutural da masculinidade hegemônica (i.e., a heterossexualidade compulsória), o rompimento com as práticas normativas é, em alguma medida, inevitável. Em outras palavras, “essa subversão é uma característica estrutural da homossexualidade em uma sociedade patriarcal; é independente do estilo ou identidade pessoal”<sup>60</sup> (p. 162).

A masculinidade subordinada, portanto, abrange uma grande diversidade de práticas que envolvem, necessariamente, uma recusa aos ideais hegemônicos. Esse grupo pode ser composto, por exemplo, por homens gays, homens idosos, homens engajados com o movimento feminista, homens de cor, dentre outros. Esses sujeitos assumem uma posição inferior na hierarquia das masculinidades, não acessando alguns benefícios comuns àqueles que ocupam posições privilegiadas. Por outro lado, a subalternidade possibilita o desenvolvimento de estilos de vida menos opressivos e mais saudáveis às suas relações inter e intrapessoais.

## 2.4 Masculinidade cúmplice

De acordo com o que foi explicitado anteriormente, poucos homens atendem efetivamente ao padrão normativo de masculinidade hegemônica. Contudo, um grande número de homens se beneficia das práticas de dominação preconizadas pela hegemonia. Uma vez que o atual modelo de masculinidade hegemônica está a serviço do patriarcado, os homens que se engajam nestas práticas têm acesso ao chamado “*dividendo patriarcal*”<sup>61</sup> (p. 79), isto é, às vantagens que os homens obtêm com a subordinação de mulheres. Deste modo, Connell categoriza como *masculinidade cúmplice* o conjunto de práticas desempenhadas por homens que constroem alguma ligação com o projeto hegemônico sem, necessariamente, incorporar explicitamente a masculinidade hegemônica. Como o próprio nome sugere, esses homens

---

<sup>60</sup> Trecho original: “This subversion is a structural feature of homosexuality in a patriarchal society where hegemonic masculinity is defined as exclusively heterossexual” (Connell, 2005, p. 162).

<sup>61</sup> Trecho original: “patriarchal dividend” (Connell, 2005, p. 79).

estabelecem uma relação de cumplicidade com o modelo hegemônico.

Na masculinidade cúmplice, os homens aceitam seus privilégios e agem de acordo com seus interesses; eles sistematicamente se aproximam ou se distanciam das práticas hegemônicas de acordo com as vantagens que podem obter. Embora a hegemonia possa representar um fardo, ela também lhes confere privilégios importantes (e.g., usufruir de melhores posições sociais em relação às mulheres e outros homens considerados inferiores na hierarquia das masculinidades). Desta maneira, Connell ressalta que os homens que desempenham práticas de masculinidade cúmplice conseguem acessar esses privilégios “sem as tensões ou os riscos de serem as tropas da linha de frente do patriarcado”<sup>62</sup> (p. 79).

No cotidiano, homens precisam se relacionar e se comprometer, em alguma medida, com as mulheres, seja no casamento, na paternidade ou na vida comunitária. Assim, torna-se praticamente inviável assumir uma postura rígida e absoluta de dominação ou demonstrar uma autoridade incontestável (Connell, 2005). Nesse sentido, Connell indica que muitos homens que se engajam com a masculinidade cúmplice costumam, via de regra, respeitar suas esposas e mães, não assumem uma postura declaradamente violenta contra as mulheres e podem, inclusive, reproduzir alguns discursos sobre igualdade entre gêneros. Contudo, esses mesmos homens não costumam se empenhar em práticas de resistência, pois contribuir com o projeto coletivo do patriarcado é benéfico a eles, uma vez que pagam um preço relativamente menor por sustentar esse sistema quando comparados aos homens que exercem a masculinidade hegemônica de forma explícita.

## **2.5 Masculinidade marginalizada**

Até o presente momento foram explicitadas as relações de hegemonia, subordinação e

---

<sup>62</sup> Trecho original: “Without the tensions or risks of being the frontline troops of patriarchy” (Connell, 2005, p. 79).



cumplicidade estabelecidas entre diferentes práticas de masculinidades. As obrigatórias interações de gênero com outras estruturas sociais, como classe e raça, dão origem à última categoria de masculinidade descrita por Connell: a *masculinidade marginalizada*. A autora ressalta que o termo “marginalizada”, apesar de não ser ideal, faz referência às relações desiguais entre as masculinidades das classes dominantes com as masculinidades das classes ou grupos étnicos inferiorizados, contudo, essa característica não deve ser tomada isoladamente para definir a masculinidade marginalizada, pois ela pode estar presente, também, na masculinidade subordinada. O parágrafo subsequente elucidará a principal distinção entre essas duas configurações de práticas.

A masculinidade marginalizada, assim como a subordinada, ocupa um lugar inferior na hierarquia das práticas masculinas. Apesar da desvantagem decorrente das intersecções de marcadores sociais importantes, os homens que desempenham uma masculinidade marginalizada não renunciam às normas da hegemonia, como ocorre no caso da masculinidade subordinada. Ao contrário, na masculinidade marginalizada os homens reivindicam o poder e, para isso, buscam reformar e adaptar as normas da masculinidade hegemônica à sua realidade social, tendo em vista que esses sujeitos são desprovidos de recursos econômicos e autoridade institucional para se comportar de acordo com as práticas da categoria privilegiada de masculinidade (e.g., atualmente, os homens que praticam a masculinidade hegemônica são, majoritariamente, brancos e ricos, características estas que são incompatíveis com a realidade dos homens que compõem a configuração de masculinidade marginalizada). Como exemplo, Connell menciona que, nos Estados Unidos, atletas negros podem servir de modelos para a masculinidade hegemônica, contudo, a fama e a riqueza individuais destas estrelas não são suficientes para conceder autoridade social aos homens negros como um todo.

As práticas da masculinidade marginalizada, segundo Connell, têm muito em comum com o que Alfred Adler, um psicanalista vienense, chamou de “protesto masculino”. No

conceito psicanalítico de “protesto masculino”, os sujeitos que vivenciam experiências infantis de impotência passam, mais tarde, a reivindicar exageradamente o poder, como uma espécie de compensação de sua inferiorização. Nesta perspectiva, jovens que vivenciam desigualdades socioeconômicas podem elaborar respostas à impotência e reivindicar uma posição mais favorável na hierarquia de gênero – até mesmo pela via da violência. A autora sugere que as práticas de masculinidade marginalizada podem ser observadas, por exemplo, no comportamento de gangues de rua da classe trabalhadora, especialmente de minorias étnicas, existentes nos Estados Unidos.

Em síntese, homens e meninos que praticam a masculinidade marginalizada costumam “reivindicar poder onde não há recursos reais para exercer esse poder”<sup>63</sup> (p. 111). Assim como as demais categorias, essa masculinidade não é composta por uma série de condutas estereotipadas, podendo ser compatível com o respeito às mulheres, afeição por crianças e visões igualitárias sobre os sexos. Mesmo não havendo recusa às normas da hegemonia, esses homens perdem uma parte considerável do dividendo patriarcal em virtude das intersecções de seus marcadores sociais, tais como classe e raça.

### **3 Panorama histórico das práticas de masculinidades no Ocidente**

Retomando a perspectiva histórica dos estudos sobre os homens e masculinidades, após a década de 1970, pesquisas sobre esses temas se multiplicaram de forma acelerada em muitas regiões e países. Apesar da ampla variedade de referências produzidas, Connell sugere que não podemos simplesmente somá-las entre si para formular uma compreensão integral sobre esses fenômenos; em contrapartida, devemos compreender as relações globais que os permeiam. Ainda que estudos locais sejam muito relevantes para um entendimento mais fidedigno das

---

<sup>63</sup> Trecho original: “Making a claim to power where there are no real resources for power” (Connell, 2005, p. 111).

especificidades inerentes às masculinidades em diferentes partes dos hemisférios, em um mundo cada vez mais globalizado, a formulação de compreensões das práticas generificadas em uma escala global também é desejável (Connell, 2005). De forma geral, “processos sociais em larga escala – relações de mercado global, migração e conflito étnico/cultural – são cada vez mais importantes para a compreensão das questões de gênero em geral”<sup>64</sup> (p. xxi).

Para compreender a construção das relações de gênero em uma escala global, precisamos olhar para os processos históricos que as produziram (Connell, 2005). A autora menciona a conquista imperial, o neocolonialismo e os atuais sistemas mundiais de poder, investimento, comércio e comunicação como fatores que colocaram sociedades bastante diversas em contato umas com as outras – o que resulta em padrões locais de gênero que são, em alguma medida, marcados por essa relação global. As práticas de masculinidades, evidentemente, também são atravessadas por esses fatores, conforme será explicitado nos parágrafos subsequentes.

As seções anteriores deste estudo destacaram, em diversos momentos, que as masculinidades se originam em contextos e momentos históricos específicos, estando, por isso, sempre sujeitas a mudanças. Ao analisar as origens de algumas práticas hegemônicas de masculinidades do Ocidente, Connell destaca que estudos etnográficos têm demonstrado como o estabelecimento destas práticas – que, apesar de reformuladas, permanecem vigentes até hoje – se inter-relaciona com o crescimento do poder europeu e norte-americano, a criação de impérios globais, o capitalismo e o encontro desigual de ordens de gênero no mundo colonizado. Ou seja, ao mesmo tempo que esses fatores moldam as práticas de masculinidades vigentes, estas também atuam ativamente na modificação ou manutenção de contextos sociais e históricos.

---

<sup>64</sup> Trecho original: “Large-scale social processes – global market relations, migration and ethnic/cultural conflict – are increasingly important for understanding gender issues in general” (Connell, 2005, p. xxi).

Em linhas gerais, a construção de práticas de masculinidade hegemônica no Ocidente está profundamente vinculada à colonização, à violência e à construção de hierarquias raciais e étnicas – elementos estes estreitamente relacionados entre si (Connell, 2005). Não perdendo de vista os elementos globais que interagem para a construção deste cenário, ressalta-se que “não podemos entender a conexão entre masculinidade e violência em nível pessoal sem entender que também é uma conexão global. As masculinidades europeias/americanas estiveram profundamente implicadas em uma violência mundial, por meio da qual a cultura europeia/americana se tornou dominante”<sup>65</sup> (pp. 185, 186).

Em seu exame histórico, Connell destaca que no século XVIII, ao menos no litoral da Europa e na América do Norte, já era possível observar uma ordem de gênero na qual “a masculinidade no sentido moderno – um caráter individual, definido pela oposição à feminilidade e institucionalizado na economia e no Estado – foi produzida e estabilizada”<sup>66</sup> (p. 189). A autora, então, discorre sobre as principais práticas hegemônicas de masculinidade naquele período, seu percurso de construção histórica e as relações que eram estabelecidas com os modelos subordinados.

Um dos primeiros elementos históricos destacados por Connell faz referência à criação de impérios ultramarinos. Esse período de exploração marítima e expansão imperial foi marcado pelo estabelecimento de relações específicas entre metrópoles e colônias. Para além das relações econômicas e de exploração que foram amplamente exploradas por livros de história e outros estudos, as relações de gênero também foram elementos que marcaram o intercâmbio (caracterizado como desigual, assimétrico e violento) entre metrópoles e colônias.

---

<sup>65</sup> Trecho original: “We cannot understand the connection of masculinity and violence at a personal level without understanding that it is also a global connection. European/American masculinities were deeply implicated in the world-wide violence through which European/American culture became dominant” (Connell, 2005, pp. 185, 186).

<sup>66</sup> Trecho original: “Masculinity in the modern sense – gendered individual character, defined through an opposition with femininity and institutionalized in economy and state – had been produced and stabilized” (Connell, 2005, p. 189).

Muitos dos principais elementos que compunham as práticas de masculinidade hegemônica das metrópoles foram importados às colônias (i.e., muitos dos costumes praticados por colonizadores se repetiram no contexto das colônias), e, nesse cenário, apesar das revoltas e da resistência ativa dos povos colonizados, os colonizadores persistiram na manutenção, controle e reprodução, frequentemente violentas, dos costumes patriarcais (Connell, 2005).

Outro aspecto relevante das práticas de masculinidade no contexto imperial refere-se à criação e conservação de hierarquias étnicas e raciais entre colonizadores e colonizados, conforme já mencionado. Para discutir esse elemento, Connell tece algumas considerações sobre a lógica econômica imperial que predominava naquele contexto. Segundo a autora, a economia da época era baseada na exploração e escravização dos povos nativos como meio para suprir as demandas por força de trabalho. Mediante a essas práticas opressivas, hierarquias raciais e étnicas foram estabelecidas entre os povos, o que, conseqüentemente, exerceu papel significativo na construção histórica das masculinidades; mais tarde, com o advento das noções de racionalidade, essas hierarquias foram legitimadas, afinal, endossou-se a ideia de que os povos nativos eram considerados “ignorantes”, “selvagens”, “primitivos”, pois apresentavam um comportamento acentuadamente diferente do homem branco europeu, a quem era concedido o status de racional e civilizado.

Nas colônias em que os povos não foram massacrados e dizimados, mas transformados em força de trabalho útil aos exploradores, “as conseqüências de gênero envolveram uma reformulação da cultura local sob pressão dos colonizadores”<sup>67</sup> (p. 198). Em uma linguagem metafórica, os homens das colônias “herdaram” alguns dos principais elementos das práticas de masculinidade vigentes nas metrópoles, fato este mais bem explorado no excerto abaixo:

---

<sup>67</sup> Trecho original: “The gender consequences involved a reshaping of local culture under the pressure of the colonizers” (Connell, 2005, p. 198).

É uma sugestão bastante familiar de que o machismo latino-americano foi um produto da interação de culturas sob o colonialismo. Os conquistadores forneceram provocação e modelo, o catolicismo espanhol forneceu a ideologia da abnegação feminina e a opressão econômica bloqueou outras fontes de autoridade para os homens. O colonialismo espanhol também promoveu um ataque violento e prolongado à homossexualidade costumeira das culturas nativas. Isso influenciou as expressões contemporâneas de masculinidade.<sup>68</sup> (p. 198)

Ademais, os elementos generificados no contexto da conquista imperial também podem ser observados no fato de que eram os homens, em sua imensa maioria, que atuavam na ocupação de territórios (Connell, 2005). As mulheres, por sua vez, quando se deslocavam para as colônias exerciam majoritariamente o papel de esposas e servas dentro dos lares controlados por seus cônjuges, ao passo que as mulheres do território colonizado sofriam diversas violências de caráter sexual. A autora também menciona que os estados imperiais criados para governar as colônias eram quase inteiramente compostos por homens, tendo estes se desenvolvido com base em uma política do uso da força. Os chamados “conquistadores” podem ser considerados como “o primeiro grupo a ser definido como um tipo cultural masculino no sentido moderno”<sup>69</sup> (p. 187).

Mais adiante, Connell discorre sobre um outro marco importante para a construção das práticas de masculinidade hegemônicas ocidentais: o domínio, no século XVIII, da classe da pequena nobreza no Atlântico Norte. O nome de George Washington é apontado como exemplo perceptível da masculinidade hegemônica deste período. Os homens da pequena

---

<sup>68</sup> Trecho original: “It is a familiar suggestion that Latin American machismo was a product of the interplay of cultures under colonialism. The conquistadors provided both provocation and model, Spanish Catholicism provided the ideology of female abnegation, and economic oppression blocked other sources of authority for men. ... Spanish colonialism also involved a violent and sustained assault on the customary homosexuality of native cultures. This has influenced contemporary expressions of masculinity” (Connell, 2005, p. 198).

<sup>69</sup> Trecho original: “The first group to become defined as a masculine cultural type in the modern sense” (Connell, 2005, p. 187).

nobreza, via de regra, estavam bastante envolvidos nas relações econômicas com base na propriedade de terras e com as atividades integradas ao Estado: “a pequena nobreza fornecia a administração local (por meio de juízes de paz, no sistema britânico) e equipava o aparato militar”<sup>70</sup> (p. 190). A violência e a defesa da honra familiar permeavam todo esse processo. Por exemplo, a disposição de enfrentar um oponente em combate potencialmente letal era uma peça-chave para testar a masculinidade dos homens da época (Connell, 2005). Além disso, manter relações sexuais sem consentimento, especialmente com mulheres de classes mais baixas, sem sofrer quaisquer represálias era um dos privilégios acessado por muitos homens que compunham o grupo dominante.

Avançando em sua análise histórica, Connell sublinha que, em decorrência de modificações sociais e econômicas, houve o deslocamento gradual das práticas de masculinidades da classe da pequena nobreza para a classe de empresários e burocratas nos países metropolitanos. Ou seja, com a expansão da economia industrial e o crescimento dos estados burocráticos, os poderes econômico e político da pequena nobreza foram se enfraquecendo e, no fluxo desta transição, algumas das formas de masculinidade deste grupo foram transferidas aos homens da burguesia – esse processo foi acompanhado pela transformação das populações camponesas em classes trabalhadoras industriais e urbanas. Essa mudança também teve sua dimensão de gênero; o sistema fabril significou uma separação mais nítida entre âmbito público e privado, e o surgimento dos salários mudou as relações econômicas no lar (Connell, 2005). Nesse sentido, a expansão da produção industrial implicou no surgimento de formas de masculinidade organizadas em torno, por exemplo, da capacidade assalariada, das habilidades mecânicas, do patriarcado doméstico.

---

<sup>70</sup> Trecho original: “The gentry provided local administration (through justices of the peace, in the British system) and staffed the military apparatus” (Connell, 2005, p. 190).

Os produtos do período histórico anteriormente mencionado reverberaram significativamente nos anos e século subsequentes. A autora menciona, por exemplo, a emergência do movimento feminista no século XIX, o qual mobilizou mulheres na luta por seus direitos e deu início a uma mudança histórica na política de gênero – o movimento das sufragistas, por exemplo, ganhou bastante notoriedade na época. Além da luta pelo direito ao voto, mulheres se uniram para propor mudanças nos costumes do âmbito doméstico, o que desafiou profundamente as prerrogativas sexuais dos homens de classes sociais privilegiadas. Como efeito, as condições para a manutenção do patriarcado se modificaram e, em decorrência, uma nova masculinidade hegemônica começou a se estabelecer – como uma espécie de resposta ou proteção diante da grande preocupação de que os meninos fossem “feminilizados” devido à influência excessiva de mulheres (Connell, 2005). Ademais, esse mesmo século foi também marcado pela clara definição social do sujeito “homossexual”, o que envolveu tanto uma demarcação médica, quanto legal. A homossexualidade passou a definir um tipo particular de homem, tido como “desviante”, “invertido”, “anormal”. Nesta perspectiva, leis foram criadas para criminalizar práticas homossexuais e, em decorrência, equipes policiais passaram a vigiar e patrulhar a rotina dos “pervertidos”, pois, do ponto de vista da masculinidade hegemônica, “o potencial de prazer homoerótico foi expulso do masculino e localizado em grupo desviante, simbolicamente assimilado às mulheres ou a uma natureza incivilizada. ... A heterossexualidade tornou-se uma parte necessária da masculinidade”<sup>71</sup> (p. 196).

Outros marcos importantes dos séculos XIX e XX dizem respeito a guerras e combates que, metaforicamente, construíram um palco para a demonstração de uma masculinidade violenta (Connell, 2005). Os exércitos carregaram – e ainda carregam – marcas desta prática masculina. Apesar da perpetuação desta relação entre masculinidade e guerra, os contextos

---

<sup>71</sup> Trecho original: “The potential for homoerotic pleasure was expelled from the masculine and located in a deviant group, symbolically assimilated to women or to beasts. ... Heterosexuality became a required part of manliness” (Connell, 2005, p. 196).



sociais sofreram importantes modificações e o grupo de homens designado aos serviços oficiais foi profissionalizado e treinado em escolas militares. Os combates passaram a adquirir um caráter racional, com técnicas burocráticas de organização e constante avanço tecnológico em armamento e transporte. A militarização da masculinidade, iniciada à época das masculinidades da pequena nobreza, chega ao seu ápice na Primeira Guerra Mundial. Como uma espécie de atualização das práticas hegemônicas que já vinham sendo endossadas por sociedades combatentes em diferentes períodos históricos, a masculinidade desempenhada nas guerras exigia que os homens fossem destemidos e tolerassem os ferimentos, a dor e a morte.

No contexto previamente mencionado, o fascismo ocupa um lugar de evidência significativa. Segundo Connell, o fascismo foi uma reafirmação inequívoca da supremacia masculina nas sociedades europeias. Em meados do século XX, o fascismo buscou promover novas imagens de masculinidade hegemônica, exaltando, inclusive, uma certa irracionalidade (i.e., “o ‘triunfo da vontade’, pensando com o ‘sangue’”<sup>72</sup> [p. 193]) e a violência descomedida dos soldados da linha de frente do combate. As figuras de Mussolini e Hitler<sup>73</sup> contribuíram com a constituição de uma classe de combatentes sempre prontos para matar e morrer – apesar de terem sido derrotados e da conseqüente supressão desta masculinidade hegemônica, não houve um rompimento com a institucionalização burocrática da violência masculina. A autora, na época em que publicou *Masculinities* pela primeira vez, já observava que, naquele período, existiam cerca de vinte milhões de pessoas prestando serviços para as forças armadas no mundo todo, sendo a grande maioria homens.

---

<sup>72</sup> Trecho original: “‘The 'triumph of the will', thinking with 'the blood'” (Connell, 2005, p. 193).

<sup>73</sup> No terceiro volume da obra *A História da Virilidade*, Chapoutot (2018), ao discorrer sobre a virilidade fascista, salienta que os fascismos do século XX fizeram dos homens a sua pedra angular. A feminilidade era radicalmente excluída da masculinidade militarizada – o homem que servia a esses regimes totalitários deveria amar a sua nação, não mais as mulheres, por exemplo. Intensificava-se, portanto, a marginalização do feminino e o ódio aos homossexuais. O autor destaca, ainda, que o simples ato de vestir o uniforme da SS era um indicativo de coragem e violência potencial. Hitler e Mussolini eram, naquelas sociedades, modelos de homens realizados, figuras que contemplavam todas as características definidoras do homem viril.

Um último fator de influência para um novo modelo de masculinidade hegemônica no Ocidente destacado pela autora refere-se à crescente importância do conhecimento técnico nas forças armadas, que impactou outros setores da economia. Os mercados de trabalho, por exemplo, foram transformados pela multiplicação de profissões especializadas, particularmente aquelas ligadas à tecnologia da informação. Connell, à época em que escreveu sua obra, destacava que uma das duas pessoas mais ricas dos Estados Unidos era especialista em programação de computadores. Atualmente esse cenário não é muito diferente, uma vez que, segundo ranking da Forbes, as três pessoas mais ricas do mundo são homens e exercem atividades relacionadas, em alguma medida, à tecnologia<sup>74</sup>.

Em suma, vale a pena ressaltar que, apesar dos dados apresentados previamente, a história da masculinidade não é linear, ao contrário, “no mundo criado pelos impérios europeus, estruturas complexas de relações de gênero nas quais masculinidades dominantes, subordinadas e marginalizadas estão em constante interação, mudando as condições de existência umas das outras e se transformando à medida que o fazem”<sup>75</sup> (p. 198). Sinteticamente, o que se observa é que as construção e reconstrução das práticas de masculinidades são complexas; a despeito disso, Connell resume que os três processos centrais para as entender podem ser assim definidos: “os desafios à ordem de gênero pelas mulheres, a lógica do processo generificado de acumulação no capitalismo industrial e as relações de poder imperiais”<sup>76</sup> (p. 191), conforme foi sendo delineado ao longo desta seção.

---

<sup>74</sup> O norte-americano considerado o mais rico no ano de 2021 foi Jeff Bezos, fundador e CEO da Amazon. Em segundo lugar, destaca-se o nome de Elon Musk, CEO da Tesla. Mark Zuckerberg, fundador do Facebook, ocupa o terceiro lugar do ranking (Dolan, 2021).

<sup>75</sup> Trecho original: “In the world created by the European empires, complex structures of gender relations in which dominant, subordinated and marginalized masculinities are in constant interaction, changing the conditions for each other’s existence and transforming themselves as they do” (Connell, 2005, p. 198).

<sup>76</sup> Trecho original: “Challenges to the gender order by women, the logic of the gendered accumulation process in industrial capitalism, and the power relations of empire” (Connell, 2005, p. 191).

Ademais, é importante reiterar que, em uma escala global, a ordem de gênero é fortemente impactada pelos costumes europeus e norte-americanos – considerados hegemônicos nesse sistema. Os homens oriundos destas regiões podem ser coletivamente considerados os principais beneficiários da ordem global de gênero contemporânea:

A característica mais marcante de sua situação histórica é o poder imensamente aumentado, sobre o mundo natural e sobre os serviços de outras pessoas, que a acumulação e concentração de riquezas lhes proporcionou. Esse poder é amplificado e realizado de várias maneiras. O consumo de recursos (como petróleo e minérios do resto do mundo) sustenta um nível de conforto material antes disponível apenas para aristocratas. O investimento em tecnologia eliminou a maior parte do trabalho pesado dos processos de produção nos países ricos e ... reestruturou as hierarquias ocupacionais. Os usos materiais e prazeres dos corpos masculinos mudaram dramaticamente. ... Ao mesmo tempo, a riqueza dos países metropolitanos sustenta elaboradas indústrias de serviços. Nestas indústrias são elaborados os significados simbólicos da masculinidade – notadamente na mídia de massa, esporte comercial e transporte (carros velozes e caminhões pesados são veículos da masculinidade em todos os sentidos). A riqueza e a tecnologia metropolitana também sustentaram as forças armadas masculinizadas, que atingiram um nível aterrorizante de destrutividade, de tempos em tempos infligidos sobre oponentes do terceiro mundo.<sup>77</sup> (p. 201)

---

<sup>77</sup> Trecho original: “The most striking feature of their historical situation is the vastly increased power, over the natural world and over the services of other people, that the accumulation and concentration of wealth has delivered to them. This amplified power is realized in a number of ways. As consumption of resources (such as oil and ores from the rest of the world), it sustains a level of material comfort previously available only to aristocracies. As investment in technology, it has eliminated most heavy labour from production processes in the rich countries and ... has restructured occupational hierarchies. The material uses and pleasures of male bodies have thus changed dramatically. ... At the same time the wealth of the metropolitan countries sustains elaborate service industries. In these industries the symbolic meanings of masculinity are elaborated – notably in mass media, commercial sport and transportation (fast cars and heavy trucks being vehicles of masculinity in every sense). Metropolitan wealth and technology also sustain masculinized armed forces. which have reached a terrifying level of destructiveness, from time to time visited on third-world opponents” (Connell, 2005, p. 201).

Em contrapartida, o crescimento do poder dos homens oriundos dos países metropolitanos foi acompanhado pela intensificação nas tendências de crise na ordem de gênero, o que pode resultar, em alguma medida, na perda de legitimidade do patriarcado e, conseqüentemente, em uma negociação desta perda por parte dos homens por ela afetados (Connell, 2005). Segundo a autora, o indício mais claro destas transformações na ordem de gênero é observado na contestação explícita dos privilégios masculinos feita pelo movimento feminista. Ademais, a heterossexualidade compulsória também vem sendo contestada por movimentos LGBTQIA+. Apesar disso, uma resistência é claramente produzida, uma vez que “a maioria dos homens heterossexuais é capaz de marginalizar esse desafio, de considerá-lo como uma questão que diz respeito a uma minoria e que não os afeta”<sup>78</sup> (p. 202).

Em suma, esses movimentos de contestação e oposição contribuíram com a abertura de um leque de possibilidades nas relações de gênero – o que demarca uma novidade na história destas relações. Os homens, acostumados com os benefícios do patriarcado, passam a vivenciar um momento paradoxal na história. Ao mesmo tempo que detêm coletivamente o poder, eles já não mais podem deliberar e escolher os rumos desta história, pois as diferenças existentes nesta categoria são profundas (Connell, 2005). Ao passo que muitos compartilham interesses e defendem o status quo, os debates sobre o seu próprio gênero são inescapáveis. O crescente reconhecimento da pluralidade de masculinidades e as dificuldades cada vez mais incisivas em reproduzir o ideal hegemônico resultam, invariavelmente, em novas políticas de gênero que têm transformado o curso desta história.

#### **4 Debates contemporâneos sobre masculinidades**

Até o presente momento, o projeto teórico de Connell sobre as masculinidades foi

---

<sup>78</sup> Trecho original: “Most heterosexual men are able to marginalize this challenge, to regard it as an issue concerning a minority and not affecting them” (Connell, 2005, p. 202).

extensivamente detalhado a fim de elucidar os principais elementos de sua proposta e os aspectos históricos que a sustentam. Esta seção, por sua vez, contemplará os desdobramentos práticos das condutas generificadas, especialmente aquelas que compõem as práticas de masculinidades.

Para tratar deste tema, Connell destaca que diferentes tipos de práticas produzem conhecimentos diversos. Deste modo, “as lutas sociais sobre questões de gênero certamente geraram informações e entendimentos altamente significativos sobre masculinidade”<sup>79</sup> (p. 39). Tais conhecimentos retroalimentam as práticas que os produzem, pois assumem um caráter ativo e político. No que tange às masculinidades, os conhecimentos derivados destas práticas desenvolveram-se em vários contextos, dentre os quais destaca-se: (i) o Movimento de Libertação dos Homens e seus sucessores, como o *National Organization for Men Against Sexism*, nos Estados Unidos; (ii) os partidos conservadores e igrejas que lutam para restaurar o que consideram ser a “família tradicional”; (iii) os movimentos sociais de oposição, tais como os movimentos feminista e LGBTQIA+, que compartilham a percepção de que a masculinidade dominante, especialmente nos países desenvolvidos apoiados pela lógica capitalista, estão fundamentalmente ligadas ao poder e, como meio de manter essa posição, resistem à mudança.

O projeto teórico de Connell enfatiza que as relações de gênero são formadas e transformadas com o passar do tempo. Com a ascensão de movimentos sociais voltados às questões de gênero, os conflitos de interesse contidos nas relações generificadas foram sendo gradativamente desvelados e indicados como mantenedores de desigualdades, uma vez que se definia quais grupos deviam (ou não) receber os benefícios da estrutura de gênero. Assim, “falar do dividendo patriarcal é levantar exatamente essa questão de interesses. Os homens

---

<sup>79</sup> Trecho original: “Social struggles on gender issues have certainly generated highly significant information and understanding about masculinity” (Connell, 2005, p. 39).

ganham o dividendo patriarcal em termos de honra, prestígio e direito de comando”<sup>80</sup> (p. 82). Além disso, “eles também ganham um dividendo material. Nos países capitalistas ricos, a renda média dos homens é aproximadamente o dobro da renda média das mulheres”<sup>81</sup> (p. 82). Como efeito, uma parcela significativa de homens nutre um profundo interesse pelo patriarcado; apesar de não ser homogêneo, esse interesse se exprime em práticas de masculinidade hegemônica (Connell, 2005). Essa realidade, entretanto, não é uma sentença: atualmente, o patriarcado vem sendo reiteradamente contestado por movimentos sociais, o que pode impulsionar transformações e a criação de práticas alternativas.

Partindo do que foi exposto, é possível observar que as desigualdades que derivam das atuais práticas de gênero produzem lutas sociais e políticas<sup>82</sup> específicas que objetivam transformá-las. Por conta disso, ressalta-se que as políticas de masculinidades não podem focar apenas em questões da vida individual dos homens, mas também devem direcionar ações coletivas à justiça social (Connell, 2005).

Enquanto transformações significativas não ocorrem, as desigualdades de gênero ainda encontram sustentação em diferentes práticas cotidianas. Dentre essas, Connell chama atenção para o fato de que as estruturas de gênero desiguais estão implicadas direta ou indiretamente em ações violentas: “a violência nasce da desigualdade, sustenta a desigualdade e é também uma resposta ao desafio contemporâneo da desigualdade”<sup>83</sup> (p. 245). A autora destaca que a violência pode ser considerada um problema crônico das relações interpessoais, especialmente quando analisamos os aspectos generificados destas. Estatísticas apontam, conforme verificado

---

<sup>80</sup> Trecho original: “To speak of a patriarchal dividend is to raise exactly this question of interest. Men gain a dividend from patriarchy in terms of honour, prestige and the right to command” (Connell, 2005, p. 82).

<sup>81</sup> Trecho original: “They also gain a material dividend. In the rich capitalist countries, men's average incomes are approximately double women's average incomes” (Connell, 2005, p. 82).

<sup>82</sup> Ao utilizar o termo “política”, Connell refere-se, em um sentido genérico, às diferentes formas de se organizar para cumprir um determinado programa de objetivos.

<sup>83</sup> Trecho original: “Violence grows out of inequality, sustains inequality, and is also a response to the contemporary challenge to inequality” (Connell, 2005, p. 245).

na seção introdutória da pesquisa, que há uma possível correlação entre violência e gênero masculino. Outrossim, a violência institucionalizada também é predominantemente masculina: homens são a maioria nos exércitos, na força aérea, nas corporações policiais, dentre outros. O reconhecimento das masculinidades como um elo entre os conflitos sociais e a violência foi fundamental para que novas perspectivas fossem adotadas em políticas de prevenção e combate à violência (Connell, 2005). Contudo, é importante evidenciar o fato de que não existe uma peça-chave simples para a compreensão da violência, uma vez que esta é multicausal, variando social e historicamente.

Considerando as masculinidades como parte relevante das variáveis implicadas nas situações de violência, apesar de não serem as únicas, precisamos explorar as configurações específicas destas práticas para compreendermos como as tensões sociais são expressas de forma violenta por alguns homens (Connell, 2005). A violência, nesse contexto, pode surgir como resposta às políticas de gênero direcionadas à justiça social, e a autora descreve dois principais padrões deste tipo de reação. No primeiro, uma parte do grupo privilegiado busca utilizar-se da violência para sustentar seu domínio contra as mulheres. No segundo, a violência passa a assumir um papel central nas políticas de gênero entre os próprios homens: “a maioria dos episódios de grande violência (contados combates militares, homicídios e assaltos à mão armada) são transações entre homens. O terror é usado como meio de traçar limites e fazer exclusões”<sup>84</sup> (p. 83). O que se observa é que a violência é um elemento basilar dos sistemas de dominação.

Modificar as atuais configurações das práticas de gênero, seria, então, algo desejável. Essas modificações têm como efeito mudanças complexas nas condições em que homens e mulheres praticam masculinidades e feminilidades. Tendo em vista que a masculinidade e

---

<sup>84</sup> Trecho original: “Most episodes of major violence (counting military combat, homicide and armed assault) are transactions among men. Terror is used as a means of drawing boundaries and making exclusions” (Connell, 2005, p. 83).

feminilidade são relacionais e os sujeitos atuam ativamente na construção destas práticas, tanto homens como mulheres não são meros espectadores dos processos de rupturas e transformações nas relações de gênero (Connell, 2005). Apesar de, mundialmente, o movimento das mulheres ter repercutido de forma mais conspícua na sociedade, Connell sugere que os homens também são capazes de atuar política e ativamente para a construção de novas relações de gênero, uma vez que esse tema, conforme reiteradamente tratado nas seções anteriores, apresenta importantes decorrências nas suas vidas individuais e em grupo.

Adentrando de forma mais enfática no tema da política, Connell salienta que quando falamos sobre política, em quase todas as definições, estamos falando sobre política dos homens, uma vez que são eles que ocupam majoritariamente o lugar de representação governamental, os gabinetes, os cargos públicos, os partidos políticos, os níveis executivos de corporações etc. Deste modo, “a política como de costume é a política dos homens. As tentativas das mulheres de ganhar uma fatia do poder revelaram uma profunda defesa operada pelos homens por trás das barricadas”<sup>85</sup> (p. 204). Para sustentar essa argumentação, destaca-se que três anos após o fim da Década da Mulher declarada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que ocorreu de 1975 a 1985, os homens ainda integravam 85% dos representantes eleitos em todo o mundo – porcentagem que subiu novamente para 90% já em 1993 (Connell, 2005).

Tendo explicitado toda a problemática envolvendo as relações de gênero e política, Connell inicia uma discussão mais voltada às *políticas de masculinidade*, definindo esse conceito como “aquelas mobilizações e lutas onde o significado do gênero masculino está em jogo e, com ele, a posição dos homens nas relações de gênero. Em tais políticas, a

---

<sup>85</sup> Trecho original: “Politics-as-usual is men's politics. Women's attempts to gain a share of power have revealed a defence in depth operated by the men behind the barricades” (Connell, 2005, p. 204).



masculinidade torna-se um tema principal, não sendo dada como pano de fundo”<sup>86</sup> (p. 205). O que está em jogo nas políticas de masculinidade geralmente são as relações de poder que concedem a um certo grupo de homens a capacidade de controlar recursos sociais, bem como os tipos de sociedade que estão sendo produzidas por essas relações de poder:

O controle dos recursos pelos homens e os processos que sustentam seu controle não são, obviamente, as únicas forças que moldam o mundo. Mas são uma influência substancial em questões sobre violência, desigualdade, tecnologia, poluição e desenvolvimento mundial. A política da masculinidade diz respeito à construção do poder de gênero que é implantado nestas questões.<sup>87</sup> (p. 205)

As políticas de masculinidade devem focar, também, nas desvantagens geradas pelas práticas hegemônicas. Para analisar os ganhos e prejuízos dos homens nas relações generificadas, Connell se utiliza de sua própria formulação teórica a respeito das diferentes dimensões que compõem a estrutura de gênero: poder, produção e catexia.

a. Poder: nesta dimensão, as vantagens abrangem a predominância de autoridade nos negócios e no Estado por parte dos homens, que tendem a controlar os espaços públicos. A autoridade também é exercida na família e nas instituições da sociedade civil. Os homens são os que detêm controle quase total das instituições coercitivas (exército, polícia) e dos meios de violência. No que concerne às desvantagens agrupadas na dimensão do poder, menciona-se que os homens compõem a maioria esmagadora de pessoas encarceradas e executadas. São os homens os principais alvos da violência militar e dos crimes violentos.

b. Produção: nesta dimensão, os homens apresentam vantagem no que tange à renda e

---

<sup>86</sup> Trecho original: “Those mobilizations and struggles where the meaning of masculine gender is at issue, and, with it, men's position in gender relations. In such politics masculinity is made a principal theme, not taken for granted as background” (Connell, 2005, p. 205).

<sup>87</sup> Trecho original: “Men's control of resources, and the processes that sustain their control, are of course not the only forces shaping the world. But they are a substantial influence on issues about violence, inequality, technology, pollution and world development. Masculinity politics concerns the making of the gendered power that is deployed in those issues” (Connell, 2005, p. 205).

o controle das riquezas. Os homens apresentam maior participação econômica e melhor acesso a oportunidades no mercado de trabalho quando comparados às mulheres. São eles que recebem, via de regra, os benefícios do trabalho não remunerado de suas mães, esposas, filhas e outras mulheres. No que se refere às desvantagens, menciona-se que os homens são os que mais ocupam cargos perigosos e insalubres. Existe, também, uma obrigatoriedade implícita para que eles se mantenham empregados, uma vez que se atribui a eles o papel de provedores.

c. Catexia: nesse domínio, as vantagens concedidas aos homens dizem respeito ao apoio emocional fornecido por mulheres sem que exista uma obrigação social de reciprocidade. A heterossexualidade – modelo privilegiado de expressão dos afetos nas grandes nações ocidentais – é organizada de modo a priorizar o prazer masculino; nesse contexto, homens podem usufruir de uma liberdade sexual irrestrita, apoiada, inclusive, por uma indústria comercial do sexo pronta para atendê-los. No que se refere às desvantagens, menciona-se uma sexualidade alienada e fortemente restringida pela homofobia. Além disso, a expressão emocional masculina dificilmente é legitimada, especialmente quando aborda vulnerabilidades.

Além destas dimensões, Connell também aborda alguns efeitos corporais destas relações generificadas para os homens. Nesta perspectiva, os homens apresentam as seguintes desvantagens: “maiores níveis de lesões (incluindo acidentes industriais, acidentes de trânsito), maior exposição a muitas formas de toxicidade e estresse, maiores níveis de dependência de drogas (mais comumente, alcoolismo)”<sup>88</sup> (p. 248), dentre outras.

Considerando o que foi previamente exposto, faz-se importante ressaltar que as desvantagens mencionadas funcionam, em linhas gerais, como requisitos para obtenção das vantagens:

---

<sup>88</sup> Trecho original: “Higher levels of injury (including industrial accidents, road injuries), higher exposure to many forms of toxicity and stress, higher levels of drug dependency (most commonly, alcoholism)” (Connell, 2005, p. 248).

Os homens não podem deter o poder do Estado sem terem se tornado, coletivamente, os agentes da violência. Os homens não podem ser beneficiários do trabalho doméstico e emocional sem perder conexões íntimas, por exemplo, com crianças pequenas. Os homens não podem predominar na economia capitalista sem estar sujeitos ao estresse econômico e pagar a maior parte dos serviços sociais. E assim por diante.<sup>89</sup> (p. 248).

Connell chama atenção para o fato de que os homens que mais recebem os benefícios da atual ordem de gênero não são, necessariamente, os que mais sofrem com as desvantagens. Não podemos ignorar a diversidade inerente à categoria “homem”, que é atravessada por diferentes classes, raças, gerações, orientações sexuais, dentre outros elementos. Considerando as masculinidades como plurais, temos, como efeito, múltiplas políticas de masculinidade; entretanto, apesar de assumir várias formas, essas políticas não se configuram em um número infinito de possibilidades. A autora destaca que, nos países ricos ocidentais, quatro principais formas de políticas de masculinidade foram desenvolvidas, conforme será sumariamente descrito a seguir.

I. *Terapia da masculinidade*. Trata-se de um tipo comum de política de masculinidade nos Estados Unidos. Teve início à época do Movimento de Libertação dos Homens, na década de 1970, quando homens se reuniram em pequenos grupos de conscientização para discutir temas como o papel sexual masculino tradicional e feminismo. A justificativa para a criação destes grupos era a de que os homens precisavam de apoio terapêutico para desconstruir o papel masculino e se tornarem mais sensíveis e emocionalmente expressivos (Connell, 2005). Contudo, novos rumos foram tomados já na década de 1980. Essa nova tendência pautava-se na busca e resgate do masculino “profundo”, “verdadeiro”. Nesse novo momento histórico, a

---

<sup>89</sup> Trecho original: “Men cannot hold state power without having become, collectively, the agents of violence. Men cannot be the beneficiaries of domestic labour and emotion work without losing intimate connections, for instance with young children. Men cannot predominate in the capitalist economy without being subject to economic stress and paying for most of the social services. And so on” (Connell, 2005, p. 248).

terapia da masculinidade direcionou-se à busca pela “restauração de uma masculinidade que se pensava ter sido perdida ou danificada pelas mudanças sociais recentes”<sup>90</sup> (p. 207). Isto é, objetivava-se diminuir o desconforto sentido pelos homens frente às modificações nas relações de gênero que estavam tomando grandes proporções na época<sup>91</sup>. Nesta época, obras como *Iron John* de Robert Bly ganharam grande notoriedade; segundo Connell, Bly considerava que os homens eram injustamente acusados pelo feminismo e, ao contrário de aceitar essa culpa, os homens deveriam reconhecer e celebrar as suas diferenças em relação às mulheres. Bly enfatizava a necessidade de uma iniciação masculina entre os homens e a restauração de uma “masculinidade profunda”. Em suma, como resultado desta política de masculinidade, os homens passaram a se voltar para seus problemas individuais e não se preocuparam em direcionar suas ações para mudanças coletivas, o que traz como consequência última o fortalecimento das estruturas patriarcais.

II. *O lobby das armas*. Essa política, também popularizada nos Estados Unidos, é conhecida por exaltar o poder masculino e endossar explicitamente pautas antifeministas. A organização masculina em prol do armamento tornou-se um estilo cultural: “revistas de caça e armas vestem seus modelos com camisas xadrez e botas para enfatizar sua masculinidade”<sup>92</sup> (p. 212). Connell destaca que já está bem consolidado no senso comum a relação simbólica entre arma e pênis e, tanto no nível simbólico quanto no prático, defender o armamento significa defender, em alguma medida, a masculinidade hegemônica e, por conseguinte, a ordem patriarcal.

---

<sup>90</sup> Trecho original: “Restore a masculinity thought to have been lost or damaged in recent social change” (Connell, 2005, p. 207).

<sup>91</sup> Connell enfatiza que os homens ocidentais, brancos, de classe média muitas vezes experimentavam o feminismo como uma acusação, o que resultava, em alguns casos, em um sentimento de culpa. O compromisso inicial da política de terapia da masculinidade com o feminismo foi rapidamente dissolvido e, na década de 1980, a nova terapia da masculinidade buscava manejar o estresse e resolver individualmente o sentimento de culpa, não sugerindo nenhuma reforma da situação produtora deste sentimento.

<sup>92</sup> Trecho original: “Hunting and gun magazines dress their models in check shirts and boots to emphasize their masculinity” (Connell, 2005, p. 212).

Direta ou indiretamente associada a essa temática está a violência. A violência é o principal objetivo dos militares, sendo o militarismo uma das instituições mais importantes para a definição da masculinidade hegemônica norte-americana e europeia. A violência exercida pelos homens passa a ser considerada até mesmo um direito irrestrito – o que é especialmente visível em casos de violência doméstica; homens que batem em suas esposas geralmente acreditam que estão exercendo seu direito de manter a ordem na família, punindo os “desvios” que podem perturbar essa hierarquia (Connell, 2005). O militarismo também se utiliza de estratégias para que os homens se mantenham “na linha” e produzam os efeitos violentos necessários para a manutenção desta organização; tais estratégias, segundo Connell, englobam o estabelecimento de padrões de condutas, a reivindicação do consentimento popular à violência e a represália aos que não cumprem com as expectativas da corporação.

Além da produção de práticas de masculinidades violentas pelo militarismo, a construção e comercialização das chamadas *masculinidades exemplares* também fazem parte deste projeto (Connell, 2005). As masculinidades exemplares, nesse contexto, são enfatizadas pela cultura, pela política e nos negócios. Sua comercialização pode ser notada em filmes hollywoodianos, em esportes televisionados, nas revistas masculinas do tipo “Playboy”, nos quadrinhos de super-heróis, nos jogos violentos de videogame e nos brinquedos infantis; esse mercado, segundo Connell, foi criado para representar a violência como parte do poder inerentemente masculino que ainda podia ser reivindicado, apesar da pressão cada vez maior pela igualdade de gênero.

Ao explicitar as diferentes estratégias pelas quais homens de grupos hegemônicos reivindicam poder e agem de modo a preservar sua posição de dominação, sugere-se que “as instituições não se mantêm por si só; alguém tem que praticar o poder para que os efeitos de

poder ocorram”<sup>93</sup> (p. 215). São os próprios homens engajados nas práticas hegemônicas os principais representantes e beneficiados pelas mais diversas instituições, conforme foi observado, e é previsível que estes ajam de forma a preservar e defender seu poder, seja endossando a violência, seja neutralizando as transformações sociais de forma mais sutil.

III. *A liberação gay*. O Movimento da Liberação Gay, ocorrido na década de 1970 nos Estados Unidos e Europa, engendrou uma série de críticas aos modelos de masculinidades tradicionais que operavam como fontes de opressão. Assim, esse movimento se consolidou como um desafio explícito ao modelo de masculinidade hegemônica e à ordem de gênero correntes. A opressão à homossexualidade masculina, argumenta Connell, é uma consequência direta da misoginia, uma vez que o feminino é amplamente preterido e interpelado – e, muitas vezes, isso é feito mediante o uso da violência. A repressão à feminilidade, seja ela expressa por mulheres ou contida nas práticas homossexuais masculinas, acentua a supremacia da masculinidade hegemônica. Deste modo, destaca-se que “existe, então, uma inevitável política de masculinidade dentro e em torno da homossexualidade dos homens contemporâneos”<sup>94</sup> (p. 219). Dentre as várias possibilidades, destacam-se as políticas que constroem uma oposição ao modelo dominante, oferecendo alternativas que provoquem a reconfiguração de práticas de masculinidades.

IV. *As políticas “de saída”*<sup>95</sup>. O quarto item engloba uma série de políticas que também podem ser chamadas de *transformativas*. Sumariamente, o principal objetivo deste conjunto de políticas é o de endossar o movimento antissexista dos homens, iniciado pelo Movimento de Liberação dos Homens da década de 1970, e a transformação das estruturas patriarcais por

---

<sup>93</sup> Trecho original: “Institutions do not maintain themselves; someone has to practise power for power effects to occur” (Connell, 2005, p. 215).

<sup>94</sup> Trecho original: “There is, then, an unavoidable politics of masculinity in and around contemporary men's homosexuality” (Connell, 2005, p. 219).

<sup>95</sup> Segundo Connell (1995) não há nenhum termo suficientemente adequado para nomear essa política. O termo “de saída” faz referência às tentativas de distanciar-se das atuais estruturas patriarcais e promover transformação nas práticas de masculinidades existentes.

meio de tentativas de “saída dos mundos das masculinidades hegemônica e cúmplice”<sup>96</sup> (p. 220). Essas políticas apresentam similaridades com a primeira fase da política de terapia da masculinidade, no sentido de que existe uma preocupação com as práticas masculinas deletérias e uma explícita reivindicação pela reparação destas. Entretanto, existe uma diferença importante: as políticas de saída objetivam explicitamente a contestação das desigualdades de gênero, especialmente aquelas que resultam na subordinação feminina.

As políticas de saída englobam homens de orientações sexuais diversas, e, nesse sentido, salienta-se que “nenhum homem heterossexual está mecanicamente comprometido em defender a ordem de gênero, assim como homens gays não estão mecanicamente comprometidos em rejeitá-la. É possível que homens heterossexuais oponham-se ao patriarcado e tentem sair do mundo da masculinidade hegemônica e cúmplice”<sup>97</sup> (p. 220). Esses homens buscam, portanto, contestar as desigualdades de gênero e promover justiça social. Apesar desta proposta ter se mostrado promissora, Connell destaca que os projetos antissexistas organizados por homens ainda são pequenos, não tendo gerado nenhuma mobilização de grande porte compatível ao movimento feminista e ao movimento gay, pois uma parcela significativa dos homens não tolera renunciar a seus privilégios. Outrossim, trata-se de um projeto significativamente deslegitimado por outros homens, por mulheres e pelas mídias de massa.

Ademais, as políticas de saída abrangem práticas de violação de gênero e de dissidência, o que pode contemplar grupos que tencionam a transformação (ou abolição) do gênero como um todo, bem como grupos que buscam tão somente a transformação das formas como as masculinidades vêm sendo praticadas; os objetivos destes dois grupos não precisam,

---

<sup>96</sup> Trecho original: “Exit from the worlds of hegemonic and complicit masculinity” (Connell, 2005, p. 220).

<sup>97</sup> Trecho original: “No straight man is mechanically committed to defending the gender order, any more than a gay man is mechanically committed to rejecting it. It is possible for straight men to oppose patriarchy and try to exit from the world of hegemonic and complicit masculinity” (Connell, 2005, p. 220).

necessariamente, coexistir:

A masculinidade é moldada em relação a uma estrutura geral de poder (a subordinação das mulheres aos homens) e em relação a um simbolismo geral da diferença (a oposição de feminilidade e masculinidade). A política antissexista dos homens é a dissidência direcionada ao primeiro, a violação de gênero é a dissidência direcionada ao segundo.<sup>98</sup>  
(pp. 223, 224)

Em suma, as políticas de saída podem ser muito estressantes, pois têm como premissa última a renúncia aos aspectos centrais de uma masculinidade dominante – também esse é o principal motivo pelo qual ela não se torna uma política de massa. Contudo, apesar de ser difícil contemplar a ampliação deste projeto no futuro dos homens, também é difícil contemplar qualquer futuro sem ele: “mais do que qualquer outra forma contemporânea de política de masculinidade, ela representa o potencial de mudança na ordem de gênero como um todo”<sup>99</sup>  
(p. 224).

Na segunda edição de *Masculinities*, lançada dez anos após a primeira publicação, Connell acrescenta um capítulo inédito à obra, no qual aborda políticas de masculinidades contemporâneas, atualizando seus debates e análises. Para iniciar essas discussões, a autora aborda a ambivalência masculina em relação às mudanças nas relações de gênero desencadeadas por movimentos sociais na década de 1970. Essas mudanças – a ocupação feminina do mercado de trabalho formal, a reivindicação homossexual à legitimação de seus afetos, a transformação da estrutura das famílias, o aumento da expectativa de vida, a expansão das taxas de divórcio etc. – intensificaram as tendências à crise nos padrões tradicionais de masculinidade. Apesar destas transformações, alguns padrões permaneceram consistentes,

---

<sup>98</sup> Trecho original: “Masculinity is shaped in relation to an overall structure of power (the subordination of women to men), and in relation to a general symbolism of difference (the opposition of femininity and masculinity). Men's counter-sexist politics is dissidence directed towards the former, gender-violation is dissidence directed towards the latter” (Connell, 2005, pp. 223, 224).

<sup>99</sup> Trecho original: “More than any other contemporary form of masculinity politics it represents the potential for change across the gender order as a whole” (Connell, 2005, p. 24).



sendo a conservação do dividendo patriarcal o principal deles:

Em quase todas as regiões do mundo na década de 1990, os homens praticamente monopolizavam os níveis de elite do poder corporativo e estatal. Homens heterossexuais de todas as classes estão em posição de comandar os serviços sexuais das mulheres por meio de compra, dos hábitos, da força ou pressão. Os homens ainda monopolizam as armas e, na maioria das vezes, controlam máquinas pesadas e novas tecnologias.<sup>100</sup> (p. 226)

Como parte deste funcionamento, Connell chama a atenção para o atual modelo econômico mundial: o neoliberalismo. Intensificando-se após as grandes guerras, o neoliberalismo endossou a ideologia individualista e, conseqüentemente, a máxima de que existem oportunidades iguais para todos os sujeitos foi legitimada. Seguindo essa lógica, o neoliberalismo se apoia em uma ideia de neutralidade, especialmente em termos de gênero: “o indivíduo não tem gênero e o mercado oferece vantagem ao empreendedor mais inteligente, não a homens ou mulheres como tais”<sup>101</sup> (p. 254). Não há nenhum interesse aparente por políticas de justiça social – ao contrário, o neoliberalismo intensificou as disparidades que prejudicam majoritariamente grupos socialmente minorizados (Connell, 2005). No que tange à ordem de gênero, as mulheres foram as mais prejudicadas:

Nos países ricos do Ocidente, o neoliberalismo atacou o estado de bem-estar social, do qual dependem muito mais mulheres do que homens; apoiou a desregulamentação dos mercados de trabalho, resultando no aumento da precarização para as trabalhadoras; reduziu o número de empregos no setor público, setor da economia no qual predominam as mulheres; reduziu as taxas de tributação pessoal, a principal base das transferências

---

<sup>100</sup> Trecho original: “In almost all regions of the world in the 1990s, men virtually monopolize the elite levels of corporate and state power. Heterosexual men of all classes are in a position to command sexual services from women, through purchase, custom, force or pressure. Men still virtually monopolize weapons, and mostly control heavy machinery and new technology” (Connell, 2005, p. 224).

<sup>101</sup> Trecho original: “The individual has no gender, and the market delivers advantage to the smartest entrepreneur, not to men or women as such” (Connell, 2005, p. 254).

de impostos para as mulheres; e precarizou a educação pública, considerada o caminho-chave para o avanço do mercado de trabalho para as mulheres.<sup>102</sup> (p. 255)

O que se observa é que o neoliberalismo, apesar de também solapar a posição socioeconômica de alguns homens, é especialmente nefasto para as mulheres (Connell, 2005). Na verdade, muitos homens são favorecidos por esse modelo econômico, sendo o grupo de homens empresários os maiores beneficiários; apesar das práticas neoliberais encararem os indivíduos formalmente de modo “neutro”, é bastante óbvio que essa lógica não se aplica ao “empreendedor”: “os atributos desejados de gerentes e capitalistas como empreendedores (competitividade, crueldade, foco no resultado final, etc.) são codificados como masculinos na ideologia de gênero e, de fato, as pessoas que cumprem essas funções são predominantemente homens”<sup>103</sup> (p. 255). Deste modo, as novas configurações do capitalismo surgem como arenas globais nas quais constroem-se práticas generificadas contemporâneas; em meio a esse contexto, novos padrões de masculinidades se estabelecem e, conseqüentemente, novas hegemonias são instituídas. As dimensões do trabalho, do desempenho laboral e do empreendedorismo vêm ocupando um lugar central nestas novas configurações de práticas masculinas que são, por sua vez, amplamente difundidas e vendidas como ideais.

Com base no que foi exposto até o momento, Connell acentua que, contemporaneamente, o que vem sendo colocado em xeque na ordem de gênero mundial é a legitimação do patriarcado, não as suas estruturas. O reconhecimento das possibilidades de transformações nas relações de gênero emergiu tardiamente. O movimento de transformação

---

<sup>102</sup> Trecho original: “In rich Western countries, neo-liberalism has attacked the welfare state, on which far more women than men depend; supported deregulation of labour markets, resulting in increased casualization of women workers; shrunk public sector employment, the sector of the economy where women predominate; lowered rates of personal taxation, the main basis of tax transfers to women; and squeezed public education, the key pathway to labour market advancement for women” (Connell, 2005, p. 255).

<sup>103</sup> Trecho original: “The desired attributes of managers and capitalists as entrepreneurs (thrusting competitiveness, ruthlessness, focus on the bottom line, etc.) are coded masculine in gender ideology, and in cold fact the people who fulfil these functions overwhelmingly are men” (Connell, 2005, p. 255).

da ordem de gênero foi reconhecido, historicamente, como uma questão sobre as mulheres; os homens se inseriram nesse movimento de forma muito lenta e com dificuldade. Não obstante, a reivindicação dos homens por mudanças no que tange à masculinidade em sua forma tradicional trouxe algumas mudanças irreversíveis. Apesar de muitos homens nesses movimentos terem defendido uma “aniquilação” da masculinidade – que dificilmente seria atingida – a consciência histórica proveniente destas mobilizações abriu espaço para que, mais tarde, novos objetivos políticos fossem formulados e uma pluralidade de políticas fossem almeçadas neste horizonte (Connell, 2005). Nesta perspectiva, destaca-se que “implícito na maioria destes projetos e condição para o sucesso de outros, está o princípio de justiça social, que na maioria dos casos significa a busca da igualdade”<sup>104</sup> (p. 229). A busca por justiça social deve se estender a todos os domínios do gênero – poder, produção e catexia:

Buscar a justiça social nas relações de poder significa contestar a predominância dos homens no Estado, nas profissões e na gestão, e acabar com a violência dos homens contra as mulheres. Isso também significa mudar as estruturas institucionais que tornam o poder da elite e a violência corpo a corpo possíveis em primeiro lugar. Buscar a justiça social na divisão do trabalho por gênero significa acabar com o dividendo patriarcal na economia monetária, compartilhar o fardo do trabalho doméstico e igualar o acesso à educação e treinamento (ainda massivamente desigual em escala mundial). Perseguir a justiça social na estrutura da catexia significa acabar com o estigma da diferença sexual e a imposição da heterossexualidade compulsória, e reconstruir a heterossexualidade com base na reciprocidade e não na hierarquia.<sup>105</sup> (pp. 229, 230)

---

<sup>104</sup> Trecho original: “Implicit in most of these projects, and a condition for the success of others, is the principle of social justice, which in most cases means the pursuit of equality” (Connell, 2005, p. 229).

<sup>105</sup> Trecho original: “Pursuing social justice in power relations means contesting men's predominance in the state, professions and management, and ending men's violence against women. It also means changing the institutional structures that make elite power and body-to-body violence possible in the first place. Pursuing social justice in the gender division of labour means ending the patriarchal dividend in the money economy, sharing the burden of domestic work and equalizing access to education and

Tendo isso em vista, a política pode fornecer as bases para a materialização da justiça social. Não se trata de construir políticas que atuem, basicamente, contra as vantagens e o poder dos homens – se esse fosse o ponto, segundo a autora, grande parte das angústias referentes à construção social de práticas de masculinidade não faria sentido e, como forma de resolução do problema, bastaria uma reforma nas máquinas econômicas e políticas que sustentam esses privilégios (Connell, 2005). Sobre isso, a autora sugere, com certa dose de sarcasmo, que:

Focar apenas em dismantlar as vantagens dos homens sobre as mulheres por meio de uma política de igualdade de direitos seria abandonar nosso conhecimento de como essas vantagens são reproduzidas e defendidas. Isso, na verdade, abandonaria nossa compreensão da masculinidade como prática, presumindo que houve algum acidente cósmico em que corpos-com-pênis acabaram por pousar em posições de poder e começaram a recrutar seus amigos-com-pênis para substituí-los para sempre.<sup>106</sup> (p. 231)

Precisamos, então, avaliar histórica e contextualmente as práticas de masculinidades que contribuíram ativamente na consolidação e difusão de privilégios masculinos. Isso vai muito além da produção de políticas que objetivam meramente uma mudança nos costumes dos homens, uma vez que se ignora o fato de que as próprias mulheres podem fortalecer práticas tidas como masculinas, pois “meninas e mulheres participam de instituições e práticas masculinizadas, de burocracias a esportes competitivos”<sup>107</sup> (p. 231). Essa participação, entretanto, não ocorre em condições de igualdade. Ao contrário, “ocorre em um contexto de instituições patriarcais onde o 'masculino é a norma', ou o masculino é autoritário. Extirpar a

---

training (still massively unequal on a world scale). Pursuing social justice in the structure of cathexis means ending the stigma of sexual difference and the imposition of compulsory heterosexuality, and reconstructing heterosexuality on the basis of reciprocity not hierarchy” (Connell, 2005, pp. 229, 230).

<sup>106</sup> Trecho original: “Focus only on dismantling men's advantages over women through a politics of equal rights would be to abandon our knowledge of how those advantages are reproduced and defended. It would, indeed, abandon our understanding of masculinity as practice; presuming there had been some cosmic accident in which bodies-with-penises happened to land in positions of power and proceeded to recruit their friends-with-penises to replace them ever after” (Connell, 2005, p. 231).

<sup>107</sup> Trecho original: “Girls and women participate in masculinized institutions and practices, from bureaucracies to competitive sports” (Connell, 2005, p. 231).

masculinidade como tal exigiria um projeto de mudança na vida das mulheres e também na dos homens”<sup>108</sup> (p. 231).

Connell sugere que as políticas de justiça social devem focar em um processo de desgenerificação (*degendering*) e regenerificação (*regendering*), isto é, um processo em que as condutas generificadas como conhecemos são desmanteladas, reformadas ou transformadas, e dão espaço a práticas menos opressivas. A ideia da autora não é a de abolir os elementos de gênero, mas de reconstruí-los, recompô-los. Esse processo também deve abranger ações sobre os corpos – um processo de recorporificação (*re-embodiment*). Nesse sentido, deve-se trabalhar novas formas dos homens utilizarem, sentirem e mostrarem seus corpos, visando uma transformação radical que mine os interesses compartilhados por homens que praticam a masculinidade hegemônica. Em síntese, “a política antissexista deve ser uma fonte de desunião entre homens, não uma fonte de solidariedade”<sup>109</sup> (p. 236). A intersecção do gênero com outras estruturas deve ser considerada. Existem grupos específicos de homens que não buscam a preservação de práticas da masculinidade dominante, estabelecendo relações de solidariedade entre si e com as mulheres, o que demonstra ser significativo para a sustentação das políticas de justiça social. Como exemplo destas práticas, mencionam-se as ações desenvolvidas em “partidos trabalhistas e socialistas, nos sindicatos, no movimento ambientalista, na política comunitária, nos movimentos de resistência anticolonial, nos movimentos pela democracia cultural e nos movimentos pela igualdade racial”<sup>110</sup> (p. 237). As políticas de justiça social são, portanto, políticas de aliança e sobreposição de interesses entre diferentes grupos.

Para que essas mudanças preconizadas pela autora sejam viabilizadas, sugere-se a

---

<sup>108</sup> Trecho original: “It occurs in a context of patriarchal institutions where the 'male is norm', or the masculine is authoritative. To root out masculinity as such would require a project of change in women's lives as well as men's” (Connell, 2005, p. 231).

<sup>109</sup> Trecho original: “Anti-sexist politics must be a source of disunity among men, not a source of solidarity” (Connell, 2005, p. 236).

<sup>110</sup> Trecho original: “Labour and socialist parties, the unions, the environmental movement, community politics, anti-colonial resistance movements, movements for cultural democracy and movements for racial equality” (Connell, 2005, p. 237).

fomentação de transformações em diferentes instituições, como a educação, a economia, o Estado, dentre outras, o que impactará nas práticas culturais hegemônicas. Outrossim, Connell sugere que desenvolver de forma contínua nossos conhecimentos sobre as masculinidades também é uma etapa importante para a construção de um mundo mais justo, pacífico e sustentável.

## **Etapa II: Proposta interpretativa das masculinidades à luz do Comportamentalismo**

### **Radical**

#### **1 Considerações gerais para uma definição comportamentalista radical das masculinidades**

Conforme explicitado nas seções anteriores, os estudos sobre masculinidades se consolidaram em meio aos debates promovidos pelo movimento feminista acerca da naturalização das condutas generificadas e dos papéis normativos socialmente atribuídos aos sujeitos com base em uma lógica binária. Na contramão dos projetos teóricos que endossavam a existência de uma essência masculina (i.e., uma masculinidade verdadeira e inerente a todos os sujeitos que possuem um pênis, um cromossomo Y ou uma certa dose de testosterona), Connell (2005) concebe as masculinidades em seu caráter plural, relacional e mutável. O projeto para uma ciência da masculinidade circunscrito por Connell refuta categoricamente quaisquer reivindicações universalizantes da categoria “homem”, pois estabelece que as masculinidades não podem assumir um caráter absoluto e generalizável.

Um caminho semelhante foi traçado por B. F. Skinner ao fundar a Análise do Comportamento. Contrapondo-se às noções de *eu iniciador* ou *agente autônomo*, o Comportamentalismo Radical nega que as causas dos comportamentos possam ser encontradas no interior dos próprios sujeitos e, como efeito, rejeita explicações essencialistas ou mentalistas para as condutas humanas – o que acarretou um rompimento significativo com as teorias até então dominantes na Psicologia. Em verdade, o Comportamentalismo Radical privilegia as interações que os indivíduos estabelecem com o ambiente, consoante salienta Skinner (1971/1973): “o agente autônomo ao qual o comportamento foi tradicionalmente atribuído é substituído pelo ambiente – o ambiente no qual a espécie evoluiu e no qual o comportamento

do indivíduo é moldado e mantido”<sup>111</sup> (p. 180).

Ao negligenciar o papel do ambiente e sustentar explicações embasadas na determinação interna das condutas, argumenta Skinner (1972/1978), perde-se a oportunidade de planejar e executar mudanças realmente eficazes no que tange às condutas humanas e seus produtos. Isso ocorre porque, ao procurar a solução dos problemas no interior dos sujeitos, os(as) cientistas se afastam dos problemas mais relevantes aos quais são solicitados a intervir. Lançar um olhar sobre a integralidade dos episódios comportamentais, segundo o autor, é indispensável: devemos levar em conta a situação em que ocorre o comportamento, o comportamento em si e as suas consequências, considerando os três níveis de variação e seleção pelas consequências (i.e., filogênese, ontogênese e cultura).

Apesar da complexidade que caracteriza o Comportamentalismo Radical, o fato desta filosofia propor uma visão de mundo que rejeita explicações mentalistas e essencialistas como causas dos comportamentos humanos abriu espaço para interpretações equivocadas a respeito de seus pressupostos. Conforme sumariza Skinner (1972/1978):

Costuma-se dizer que uma análise behaviorista “desumaniza o homem [*sic*]”. Mas ela apenas dispensa uma ficção explicativa prejudicial. Ao fazê-lo, move-se muito mais diretamente ao encontro dos objetivos que a ficção foi projetada, erroneamente, para servir. As pessoas se compreendem e se administram com muito mais eficácia quando entendem as contingências relevantes.<sup>112</sup> (p. 52)

Isto posto, uma interpretação comportamentalista radical das masculinidades, consoante aos projetos contemporâneos dos estudos de gênero, terá como foco o caráter

---

<sup>111</sup> Trecho original: “The autonomous agent to which behaviour has traditionally been attributed is replaced by the environment – the environment in which the species evolved and in which the behaviour of the individual is shaped and maintained” (Skinner, 1971/1973, p. 180).

<sup>112</sup> Trecho original: “It is often said that a behavioristic analysis ‘dehumanizes man.’ But it merely dispenses with a harmful explanatory fiction. In doing so it moves much more directly toward the goals that fiction was designed, erroneously, to serve. People understand themselves and manage themselves much more effectively when they understand the relevant contingencies” (Skinner, 1972/1978, p. 52).



contextual dos comportamentos generificados, fornecendo interpretações histórica e socialmente situadas para esses fenômenos. Tal proposta demonstra ser compatível com os delineamentos conceituais traçados por Connell (2005). Para a autora, as masculinidades são compreendidas como um conjunto de práticas que se configura de acordo com a posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Tais configurações são múltiplas, provisórias e passíveis de transformações, sendo atravessadas por variáveis históricas, sociais e culturais dos sujeitos. Ademais, quando Connell fala sobre *práticas* de masculinidade, ela faz referência a condutas concretas dos sujeitos, não se ocupando, portanto, em investigar e descrever traços psicológicos, de personalidade, temperamento, inclinações inatas, dentre outras características que recaem em explicações essencialistas do comportamento masculino.

Outra crítica tecida por Connell direcionou-se às teorias que tradicionalmente explicavam o gênero partindo de uma lógica binária ligada ao aparato biológico dos indivíduos. De acordo com essas teorias, o sujeito deveria ser chancelado como masculino ou feminino, e, então, assumir uma série de condutas padronizadas tidas como mais apropriadas para seu gênero, partindo de uma lógica universal e limitante. Ou seja, ser homem ou mulher implicava agir de acordo com padrões bem delimitados, fixos, engessados, e, aos indivíduos, restava a obediência e submissão – fato que balizava o caráter fortemente prescritivo destes modelos. Para Connell, em oposição a essas teorias, existem inúmeras diferenças em uma mesma categoria de gênero (e.g., há muitas formas de ser homem ou mulher na sociedade, a depender de uma ampla gama de variáveis, tais como orientação sexual, raça, classe etc.) e essas possibilidades não se encerram em uma suposta dicotomia. Além disso, os sujeitos desempenham um papel ativo na construção do seu gênero, o que os afasta, logicamente, de um papel passivo e exageradamente dócil diante das normativas sociais. Essa discussão é também pertinente à Análise do Comportamento, uma vez que, devido a interpretações errôneas, sugere-se que essa filosofia admite os seres humanos como meros produtos do

ambiente, passivos diante do controle externo, funcionando como um simples “depósito” de influências do meio. Trata-se de uma concepção equivocada, pois, ao estabelecer o comportamento como produto de contingências ambientais, enfatiza-se, também, o papel dos sujeitos nesta interação, principalmente no que concerne à construção do seu próprio ambiente:

Por vezes diz-se que a hipótese [de que os comportamentos são influenciados por forças genéticas e ambientais] implica o fato de que o homem [*sic*] é uma vítima indefesa, mas não devemos ignorar até que ponto ele controla as coisas que o controlam. O homem [*sic*] é em grande parte responsável pelo ambiente em que vive.<sup>113</sup> (Skinner, 1969/2013, p. 59)

Nesse sentido, os indivíduos, ao passo que são controlados pelo contexto no qual estão inseridos, também são os responsáveis por criar seu ambiente. Esse fato fica mais evidente quando avaliamos o papel dos sujeitos na construção de seus ambientes sociais. Assim, transpondo essas premissas para o fenômeno das masculinidades, nota-se que, à medida que existem normativas a respeito das condutas masculinas mais valorizadas que controlam o comportamento masculino, os próprios homens são os responsáveis por criá-las e legitimá-las. Não obstante, também é possível que os sujeitos contracontrolem tais práticas, ou seja, se oponham ativamente ao controle exercido sobre seu comportamento.

Ainda, no que concerne à multiplicidade de configurações das práticas generificadas, em uma perspectiva comportamentalista radical, podemos nos valer das reflexões de Skinner (1953/2014) sobre a inconsistência dos ambientes sociais que sustentam essas práticas. Conforme o autor ressalta:

Há sempre uma tendência a argumentar que, porque os indivíduos são semelhantes em um aspecto, também são semelhantes em outros. Embora certas características de

---

<sup>113</sup> Trecho original: “The hypothesis is sometimes said to imply that man is a helpless victim, but we must not overlook the extent to which he controls the things which control him. Man is largely responsible for the environment in which he lives” (Skinner, 1969/2013, p. 59).

comportamento possam diferir consistentemente entre as culturas, também existem grandes diferenças entre os indivíduos de um determinado grupo. Vimos que um ambiente social nunca é totalmente consistente.<sup>114</sup> (p. 424)

Deste modo, apesar de existir possibilidades de que homens, como grupo, compartilhem algumas semelhanças, estas não podem ser generalizadas e pressupostas inadvertidamente a todas as culturas e períodos históricos. A presença de algumas semelhanças pontuais não implica que os integrantes do grupo mantenham similaridades em todos os demais aspectos. As masculinidades, por exemplo, além de variar de cultura para cultura, se mostram diversas também em uma mesma cultura.

Em resumo, ao tomar as masculinidades como objeto de investigação, tanto o projeto teórico de Connell, como os pressupostos do Comportamentalismo Radical circunscritos por Skinner, não recorrem a explicações baseadas em traços ou características supostamente inerentes aos homens. Mais especificamente, de acordo com a filosofia comportamentalista radical, devemos investigar as maneiras pelas quais os comportamentos que compõem determinadas práticas de masculinidades são contextualmente selecionados e se mantêm ao longo dos anos. Assim, essa teoria demonstra ser um instrumento coerente para examinar quais são os comportamentos emitidos pelos homens, por quais homens, em que circunstâncias e em função de quais consequências. Tal análise demonstra ser especialmente útil para a previsão e controle dos comportamentos, sobretudo quando estes acarretam consequências nefastas aos sujeitos e à sociedade.

---

<sup>114</sup> Trecho original: “There is always a tendency to argue that, because individuals are similar in one respect, they are similar in others also. Although certain features of behavior may differ consistently between cultures, there are also great differences among the individuals in a given group. We have seen that a social environment is never wholly consistent” (Skinner, 1953/2014, p. 424).

## **2 Definindo as masculinidades à luz do Comportamentalismo Radical**

Este capítulo terá como objetivo elaborar, de forma mais profunda e detalhada, uma interpretação comportamentalista radical para o tema das masculinidades, o qual foi extensivamente descrito na primeira etapa deste estudo. É importante mencionar que se trata de uma proposta interpretativa histórica e socialmente situada, enfocada especificamente nas práticas de masculinidades ocidentais, não tendo como pretensão o esgotamento das possibilidades explicativas para o fenômeno. Connell (2005) chama atenção para o fato de que os sistemas explicativos sobre gênero – incluindo-se, aqui, as masculinidades – são multifacetados e influenciados pela realidade histórica e social de quem se propõe a construí-los. Isso vai ao encontro do que Skinner (1957/2020) preconiza a respeito da ciência; para o autor, a ciência é, sumariamente, o comportamento verbal dos cientistas e, como tal, também está sob controle das variáveis contextuais dos sujeitos.

Estar vigilante às variáveis de controle é especialmente importante quando tratamos do comportamento de produzir ciência no campo dos estudos de gênero, uma vez que, segundo Connell (2005), os conhecimentos derivados desta área têm potencial para (a) emancipar sujeitos; ou (b) intensificar o controle baseado no interesse dominante. Tendo isso em vista, espera-se que as elaborações conceituais explicitadas nesse capítulo, apoiadas nos projetos de R. Connell e B. F. Skinner, se constituam como ferramentas interpretativas úteis para a construção de tecnologias que auxiliem no fortalecimento da justiça social – sobretudo no campo da Análise do Comportamento.

### **2.1 Masculinidades e comportamento social**

Versar sobre masculinidades demanda, necessariamente, tocar na temática de gênero. De acordo com Connell (2005), as masculinidades integram a ampla estrutura de gênero, não sendo, portanto, objetos de investigação isolados. Em linhas gerais, gênero é um conceito

polissêmico e diferentes perspectivas teóricas tentaram elaborar análises coerentes sobre esse fenômeno, porém o dissenso interteórico ainda é comum nesse campo de estudos. Nesta seção da pesquisa, o conceito de gênero a ser explorado à luz do Comportamentalismo Radical é aquele descrito por Connell (2005), a fim de se manter uma coerência conceitual.

Connell compreende o gênero como uma estrutura social complexa que organiza as práticas sociais, isto é, regula a ação cotidiana de indivíduos e grupos. Essa regulação se dá mediante a arena reprodutiva (i.e., os corpos constituem a principal arena de ocorrência das práticas generificadas). Para a autora, gênero e corpo interagem em uma relação de coconstrução. Isto é, partindo de uma lógica de implicação mútua e complexa, os processos históricos e sociais que compõem a estrutura de gênero criam condições para a construção material dos corpos, ao passo que também são construídos por esses corpos em suas diversas possibilidades de usos. Deste modo, o gênero não pode ser considerado um simples produto de propriedades corporais, pois ele também precede o corpo, influenciando a sua manutenção e desenvolvimento. As práticas de masculinidades e feminilidades, de acordo com essa autora, são mantidas, demonstradas e perpetuadas por meio dos corpos e vice-versa.

O primeiro ponto a ser considerado é a caracterização do gênero como estrutura social. O termo estrutura, segundo Connell e Pearse (2014/2015), faz referência a padrões fortemente arraigados nas relações sociais. Esses padrões, uma vez que regulam as práticas cotidianas, definem possibilidades para ações e suas consequências. Em termos comportamentalistas radicais, podemos entender o conceito de estrutura social como um conjunto de contingências sociais que condicionam os comportamentos dos membros de um dado grupo. Ou seja, são conjuntos de contingências dispostas e mantidas por outras pessoas ou agências que passam a controlar o comportamento dos membros de um grupo, de forma a reforçar ou punir um dado conjunto de respostas em determinados contextos.

Assumindo os pressupostos de Connell, as contingências que compõem o gênero como

estrutura regulam a ação dos sujeitos com base no que eles fazem com seus corpos. Ultrapassando interpretações puramente biológicas, a autora estabelece que os corpos são dados históricos e sociais. Ou seja, as práticas generificadas não são descontextualizadas, pois a forma como os sujeitos usam seus corpos é resultado de um longo e complexo processo histórico:

A prática nunca ocorre no vácuo. Ela sempre responde a uma situação, e as situações são estruturadas de maneira que admitem certas possibilidades e não outras. A prática também não prossegue no vácuo. As práticas constroem o mundo. Ao agir, transformamos situações iniciais em novas situações. A prática constitui e reconstitui estruturas.<sup>115</sup> (Connell, 2005, p. 65)

Analisando essas reflexões de forma mais sistemática, temos que os processos históricos e sociais que construíram significados à materialidade dos corpos dão origem a estímulos (verbais e não verbais) que funcionam como antecedentes nas contingências sociais. Ao discriminar esses antecedentes, os sujeitos fazem alguma coisa a respeito da dimensão corporal (de si e/ou dos outros) e essas respostas são reforçadas diferencialmente pelo grupo em que estão inseridos; as consequências individuais<sup>116</sup> também devem ser consideradas, uma vez que, segundo Connell (2005), os efeitos de determinados usos dos corpos ultrapassam uma mera determinação social. Nota-se, portanto, que os comportamentos que compõem as práticas

---

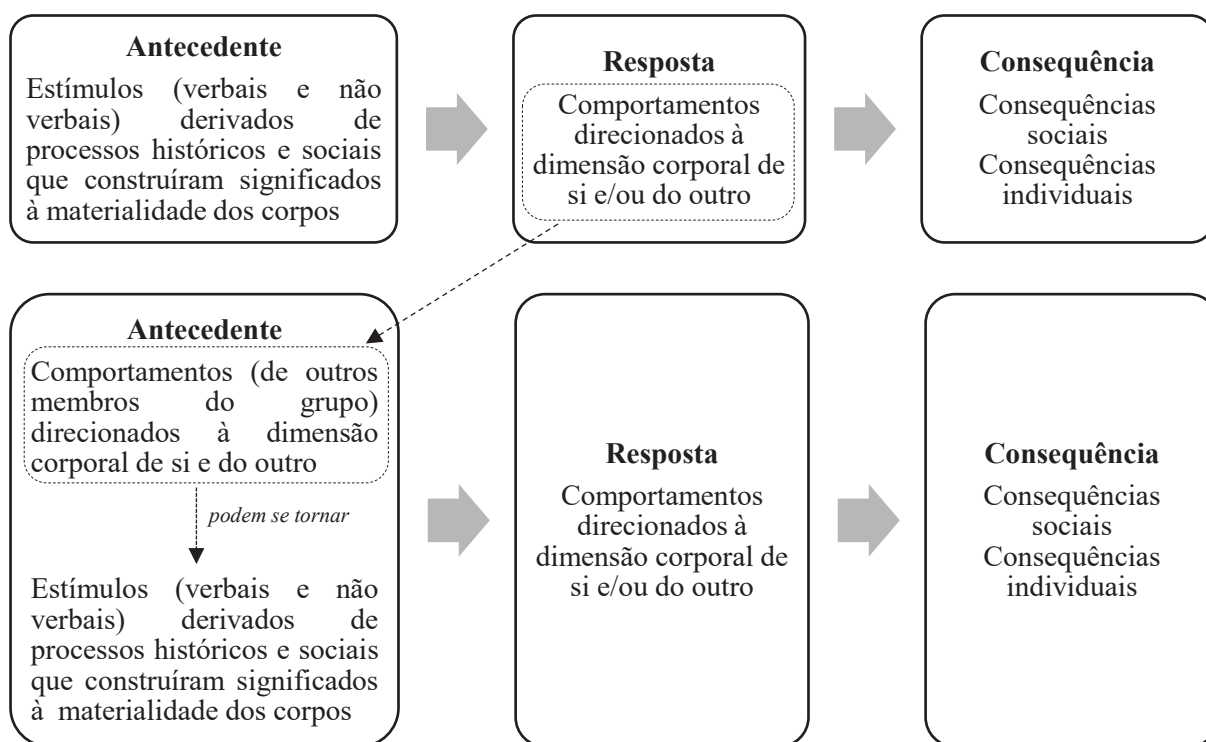
<sup>115</sup> Trecho original: “Practice never occurs in a vacuum. It always responds to a situation, and situations are structured in ways that admit certain possibilities and not others. Practice does not proceed into a vacuum either. Practice makes a world. In acting, we convert initial situations into new situations. Practices constitutes and re-constitutes structures” (Connell, 2005, p. 65).

<sup>116</sup> Segundo Connell (2005), nas relações de gênero os sujeitos não são meros receptores do que está posto socialmente. Para a autora, esses sujeitos podem manter ou rejeitar práticas generificadas que são endossadas por seu grupo – e há, certamente, um motivo para isso. Deste modo, argumentamos que há consequências para além das sociais operando nesse sistema. A existência de consequências individuais, em contraste com as consequências sociais, pode nos ajudar a entender o porquê alguns grupos seguem algumas regras sociais e outras não; ou, ainda, o porquê certos grupos se engajam em práticas que são socialmente punidas. O uso do termo “consequências individuais” pode parecer artificial à primeira vista, contudo ele foi empregado justamente para estabelecer um contraponto às “respostas reforçadas pelo grupo”.

generificadas são afetados por mais de um tipo de consequência (ver Figura 1). O modelo esquematizado na Figura 1 é propositalmente genérico para que possa contemplar a fluidez das contingências sociais que constituem a estrutura de gênero e, também, para que possa ser flexibilizado e utilizado na compreensão das diferentes práticas generificadas, sejam elas de feminilidade ou masculinidade.

### Figura 1

*Análise ontogenética do conceito de gênero descrito por Connell (2005) em termos analítico-comportamentais*



É importante retomar o que Connell (2005) compreende sobre a relação entre corpos e gênero. Quando a autora trata desta relação, ela enfatiza a dimensão material dos corpos (i.e., sua existência física no mundo) e é essa materialidade do corpo que se insere nas práticas de gênero. Segundo a autora, são os corpos que estão, substancialmente, em jogo nas práticas de gênero (e.g., a autora menciona, por exemplo, que os corpos dos homens são frequentemente

agredidos em nome de determinadas práticas de masculinidades, como pode-se observar claramente nos contextos de guerra). Ao ressaltar que as práticas generificadas incluem diferentes formas de se usar o corpo, a autora está se referindo ao uso da dimensão física do corpo: manter certas posturas, fazer sexo de uma dada maneira, intervir sobre a materialidade do corpo por meio de exercícios ou cirurgias etc. Tais performances corporais, ao passo que exercem um importante papel na construção das condutas generificadas de masculinidades e feminilidades, são também influenciadas por estas – é um processo complexo de coconstrução, como outrora mencionado. Desta forma, assumindo que a própria ação dos sujeitos pode ser instrumento de manutenção ou construção de novas práticas generificadas, diferentes contingências podem se entrelaçar, nas quais observa-se que os comportamentos dos sujeitos podem exercer a função de estímulo discriminativo para outros membros do grupo, por exemplo – o que também pode ser verificado nos elementos pontilhados da Figura 1. Ou seja, na situação aqui analisada, os indivíduos podem manipular as variáveis que controlam o comportamento de outro indivíduo, além de eles mesmos também terem seus comportamentos controlados por algo ou alguém (Skinner, 1953/2014). Nota-se, portanto, que a explicação do comportamento por múltiplas variáveis deve ser considerada nas análises de comportamentos que integram práticas de masculinidades e feminilidades.

Outro ponto importante de ser ressaltado diz respeito às considerações de Connell (2005) sobre os diferentes domínios da estrutura de gênero. Segundo a autora, o gênero não pode ser considerado uma estrutura unidimensional, pois, além de se interseccionar com outras estruturas sociais (e.g., classe, raça etc.), é composto, simultaneamente, por práticas relacionadas ao poder, produção e catexia. Transpondo esses pressupostos ao modelo analítico-comportamental anteriormente apresentado, temos que as contingências de reforçamento e punição sociais que compõem a estrutura de gênero são formadas por práticas que integram diferentes classes comportamentais, sendo estas: (1) exercer controle (ou contracontrole) sobre



o comportamento do outro<sup>117</sup>; (2) relacionar-se afetiva e sexualmente; e (3) exercer uma atividade laboral em um funcionamento econômico específico. Essas classes frequentemente interagem entre si e se sobrepõem. Deste modo, ao analisarmos uma prática generificada, seja de masculinidade ou feminilidade, devemos examinar que classes de comportamentos integram essa prática para melhor compreendermos suas origens e funções na estrutura de gênero.

Segundo as formulações até aqui produzidas, nota-se que o corpo ocupa um lugar de destaque nas práticas generificadas descritas por Connell (2005). Ao transpormos o conceito de corpo, correntemente utilizado por diferentes teóricas dos estudos de gênero, para formulações analítico-comportamentais, algumas possíveis inconsistências teóricas podem surgir. Para o Comportamentalismo Radical, o conceito corpo pode parecer problemático quando este é utilizado para denotar a existência de uma entidade dentro da estrutura física do corpo que o “usa”, que o “sente” etc. – nesta perspectiva, ocorre uma duplicação inconsistente entre corpo e sujeito que se comporta, como se fossem duas entidades diferentes e separadas. Isso soaria de forma análoga ao mentalismo: quando o corpo é tratado nesses termos, já não temos mais uma mente que governa o comportamento humano, mas um corpo que, de algum modo, parece assumir uma existência para além das pessoas que se comportam. Em primeiro lugar, para o Comportamentalismo Radical, é sempre o sujeito que se comporta e esse sujeito possui uma existência física (um corpo). O corpo possui, naturalmente, um funcionamento fisiológico particular, obedecendo leis da física e química. Contudo, segundo Skinner (1990/1999), esse funcionamento fisiológico não determina o que esse corpo faz; o que determina o que o corpo faz são as contingências de variação e seleção filogenética,

---

<sup>117</sup> Tendo em vista que não existe um conceito explícito de poder na obra de B. F. Skinner, a operacionalização deste conceito deu-se com base nas considerações de Baum (1994/2005). Sinteticamente, segundo o autor, o conceito de poder refere-se ao grau de controle que cada sujeito exerce sobre o comportamento de outro.

ontogenética e cultural<sup>118</sup>: “O corpo funciona *como* funciona por causa das leis da física e da química; ele faz *o que* faz por causa da sua exposição a contingências de variação e seleção”<sup>119</sup> (p. 581). Logo, ao pensarmos na materialidade do corpo, devemos considerar que, apesar de seu funcionamento biológico, ele também passa por um processo de construção contextual, o que vai ao encontro das formulações delineadas nesta seção.

A título de exemplo, as Figuras 2, 3 e 4 ilustram o esquema da Figura 1 de forma mais concreta. Na Figura 2, estímulos verbais (e.g., regras sociais) e não verbais (e.g., modelos midiáticos ou os comportamentos de outros membros do grupo) derivados de processos históricos e sociais a respeito de como os homens deveriam usar os seus corpos emergem. Em resposta a esses estímulos, alguns homens podem começar a emitir comportamentos específicos (e.g., ir à academia, tomar anabolizantes, fazer dietas restritivas) com relação à sua própria dimensão corporal. Como consequência, o grupo poderá reforçá-los (e.g., aprovação social), o que provavelmente manterá tais práticas e fortalecerá os modelos de masculinidades normativos, bem como consequências reforçadoras naturais atuam na manutenção deste padrão. Ao se comportar de acordo com as normativas<sup>120</sup>, esses sujeitos, por si só, podem

---

<sup>118</sup> Segundo Lopes et al. (2018), apesar da existência dos corpos em sua materialidade ser um dado pré-verbal, ao desenvolver-se comunidades verbais o corpo, com suas diferentes partes, adquiriu funções de acordo com as práticas culturais difundidas pelo grupo. Nesta perspectiva, “o discurso sobre o corpo não é isento, não é uma mera descrição anatômica ou ‘apreensão’ de uma estrutura física. A narrativa em primeira pessoa sobre o corpo está, desde o início, permeada por valores de uma cultura” (p. 83). Isso é especialmente importante para discutirmos a dimensão generificada dos corpos, uma vez que, conforme anteriormente explicitado, os corpos não se reduzem à sua dimensão física: são, antes, produtos de uma história cultural de determinados grupos.

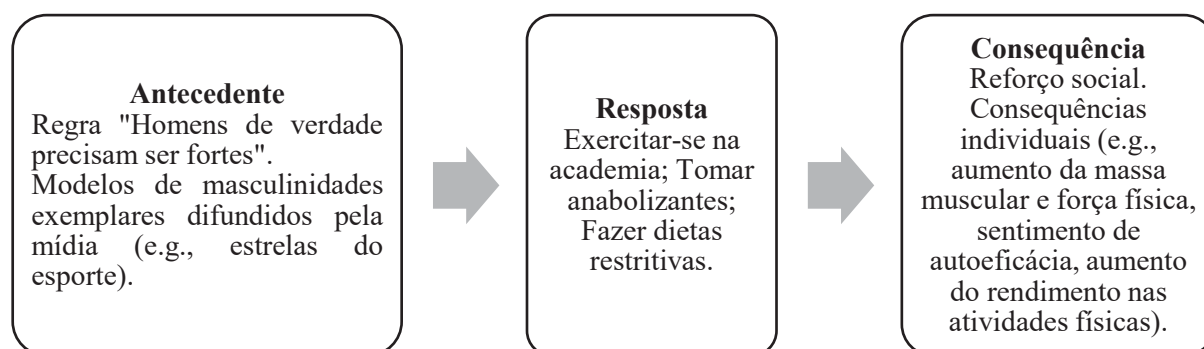
<sup>119</sup> Trecho original: “The body works *as* it does because of the laws of physics and chemistry; it does *what* it does because of its exposure to contingencies of variation and selection” (Skinner, 1990/1999, p. 581).

<sup>120</sup> O termo *normativo* deve ser entendido, neste trabalho, como um conjunto de contingências socialmente programadas a respeito de práticas atribuídas a um determinado gênero. Quando um sujeito responde adequadamente a essas contingências, ele consegue acessar reforçadores sociais relevantes. No caso da masculinidade hegemônica, podemos interpretar que ela é normativa no sentido de corresponder a um conjunto de contingências socialmente programadas que integram os comportamentos tidos como mais apropriados para o gênero masculino, e, uma vez que os homens emitem respostas compatíveis com essas normativas, eles acessam reforçadores sociais importantes, como aprovação e pertencimento. Entretanto, também é possível que grupos subordinados subvertam contingências socialmente programadas de gênero e acessem reforçadores de maior intensidade quando comparados àqueles obtidos com a mera obediência às normas.

manter o padrão, atuando como estímulos discriminativos para outros membros do grupo.

## Figura 2

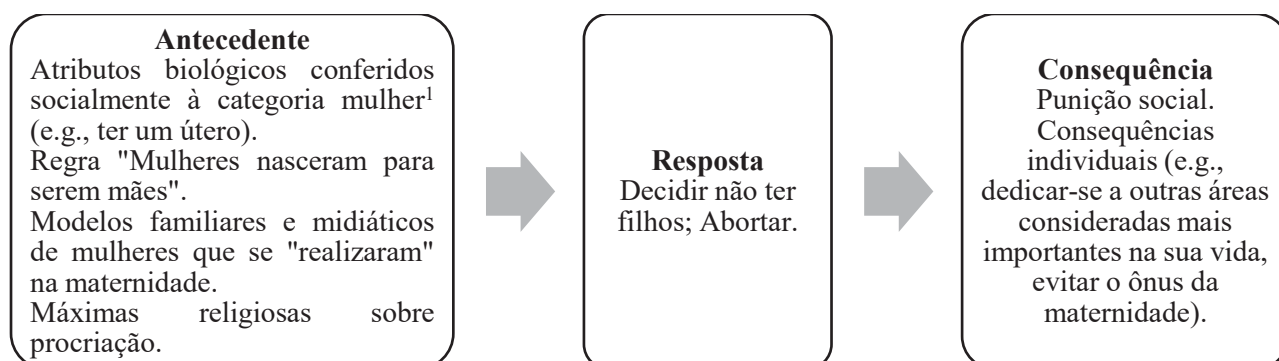
*Exemplo 1 de aplicação da análise ontogenética do conceito de gênero descrito por Connell (2005) em termos analítico-comportamentais*



O mesmo funcionamento se aplica aos comportamentos que compõem as feminilidades, conforme pode ser observado no exemplo esquematizado na Figura 3. Esse segundo exemplo demonstra uma das possíveis formas de resistência ativa às normas, ou seja, os sujeitos não são meros produtos das normas sociais, eles atuam ativamente na sua (des)construção. Ao emitir comportamentos contrários às regras ou modelos aprendidos, os indivíduos desempenham um importante papel na construção de novos antecedentes para outros membros do grupo devido ao entrelaçamento de contingências sociais anteriormente descrito. Assim, também poderíamos analisar no exemplo esquematizado respostas emitidas por homens transexuais que engravidam. Nesse caso, apesar dos antecedentes sociais determinarem que corpos com útero devem ser categorizados como mulheres e associarem essa categoria à maternidade, homens transexuais subvertem acentuadamente tais normas e, comportando-se de forma avessa à estrutura de gênero vigente, podem transformá-la.

### Figura 3

*Exemplo II de aplicação da análise ontogenética do conceito de gênero descrito por Connell (2005) em termos analítico-comportamentais*



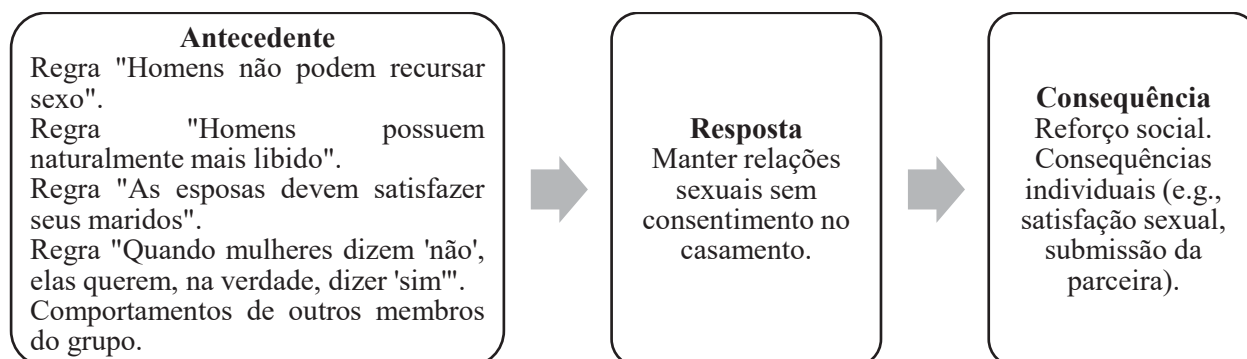
<sup>1</sup> As categorias "homem" e "mulher" são construções sociais. Apesar de diferenças anatômicas naturalmente existirem, o significado atribuído a essas diferenças (e.g., vagina = mulher; ter útero = mulher; pênis = homem) é produto histórico e social, de acordo com Connell.

<sup>2</sup> Considerando a existência de punição social, podemos argumentar que o comportamento se mantém devido às consequências individuais que podem assumir uma intensidade superior às consequências aversivas de caráter social.

Por fim, a Figura 4 exemplifica como as respostas em relação ao corpo de outrem podem ocorrer neste esquema de funcionamento de gênero – considerando que, conforme nota-se na Figura 1, as respostas englobam comportamentos auto e heterodirigidos (i.e., direcionados a si e ao outro).

### Figura 4

*Exemplo III de aplicação da análise ontogenética do conceito de gênero descrito por Connell (2005) em termos analítico-comportamentais*



De acordo com o que foi exposto e atentando-se a multiplicidade das práticas de

masculinidade e feminilidade, temos que os sujeitos podem explorar inúmeras possibilidades (re)corporificação dos processos de gênero, isto é, conforme salienta Connell (2005), existem diversas maneiras de se usar, sentir e mostrar os corpos. Conforme brevemente mencionado nos parágrafos anteriores, as transmascunidades são bons exemplos da reelaboração das maneiras de se usar os corpos e dos significados históricos atribuídos à hombridade; homens transsexuais resistem ativamente às regras e demais antecedentes sociais que estabeleceram os significados ao corpo masculino: esses homens têm engravidado e amamentado, por exemplo. Esse uso que tem sido feito destes corpos demonstram a flexibilidade e pluralidade dos gêneros – bem como a possibilidade de se reconfigurar as contingências sociais que os definem. Deste modo, responder de forma contrária às normativas de gênero vigentes pode criar novos antecedentes para o comportamento de outros membros do grupo. Ao competir com as normas já arraigadas sobre comportamentos generificados, esses novos antecedentes podem sinalizar reforçadores de maior intensidade, disponibilizados pelos pares que integram o grupo dissidente, e exercer um controle maior sobre as respostas destes sujeitos.

A possibilidade de comportar-se de forma avessa às normas e processos sociais referentes ao gênero toca em um importante aspecto da obra de Connell: os sujeitos possuem caráter ativo (i.e., criam e recriam seu próprio gênero). Nesta perspectiva, o indivíduo pode construir seu próprio gênero, a depender da forma como utiliza seu corpo no esquema das contingências sociais. Esse assunto, por sua vez, remete ao conceito de agência preconizado pela autora. Segundo Connell (2005),

Os corpos dos homens não são apenas diversos e mutáveis, mas também podem ser positivamente obstinados. Propõem-se formas de participação dos corpos na vida social, e os corpos muitas vezes se recusam ... os corpos não podem ser entendidos como um meio neutro de prática social. Sua materialidade importa. Eles vão fazer certas

coisas e não outras <sup>121</sup> (pp. 57–58).

Em outras palavras, os corpos possuem agência e podem se rebelar contra certos tipos de pressão social, gerando e moldando o curso das condutas sociais. Para analisarmos a proposta de Connell sob a ótica analítico-comportamental, faz-se necessário um exercício de operacionalização constante. Por se tratar de uma autora oriunda de um campo de estudos com vocabulário e termos próprios, é natural que suas obras sejam marcadas por uma produção verbal que carrega vestígios de uma linguagem metafórica e, até mesmo, mentalista. Por exemplo, na citação mencionada anteriormente, a linguagem utilizada pela autora pode, em um primeiro momento, denotar a existência dos corpos como uma entidade autônoma, descolada dos indivíduos que se comportam. Contudo, em um exame mais cuidadoso e amplo de sua obra, conclui-se que Connell trata da agência de sujeitos corporificados, isto é, os sujeitos, ao agir sobre o mundo utilizando seus corpos de maneiras diversas, podem transformar as estruturas sociais vigentes, sobretudo a de gênero. O conceito de agência, que perpassa essas discussões da autora, também deve ser contemplada pelas formulações analítico-comportamentais de gênero, uma vez que, conforme já foi elucidado, os sujeitos não são meros receptores das influências do seu meio. Skinner (1974/1976) rejeita as concepções que conferem agência à mente (e.g., à consciência, ao inconsciente ou quaisquer outras instâncias internas), ou seja, recusa explicações que conferem aos comportamentos uma origem no interior dos sujeitos (i.e., a noção de agente autônomo/eu iniciador, já explorada em outros momentos desta dissertação). As explicações do comportamento devem estar embasadas nas contingências que o integram. Assim, quando Connell (2005) indica que os corpos têm agência e podem desobedecer ao que foi pré-estabelecido para seu gênero, podemos interpretar como

---

<sup>121</sup> Trecho original: “Not only men’s bodies diverse and changing, they can be positively recalcitrant. Ways are proposed for bodies to participate in social life, and the bodies often refuse ... bodies cannot be understood as a neutral medium of social practice. Their materiality matters. They will do certain things and not others” (Connell, 2005, pp. 57–58).

um processo em que o sujeito discrimina as variáveis que afetam o seu comportamento generificado (i.e., as formas como ele usa o seu corpo diante de estímulos verbais e não verbais sobre o seu gênero) e pode mudar o curso de suas ações (e.g., seguir ou não as regras ou modelos estabelecidos). Isto é, o sujeito é agente no sentido de ser "frequentemente apto a fazer algo a respeito das variáveis que o afetam"<sup>122</sup> (Skinner, 1953/2014, p. 228).

Adentrando, agora, de forma mais específica e diretiva no tema das masculinidades, temos que Connell (2005) afirma que estas correspondem a diferentes conjuntos de práticas que são estabelecidos conforme a posição que os homens ocupam na estrutura das relações de gênero. Esses conjuntos são múltiplos e as práticas correspondem às ações concretas dos sujeitos. Ademais, acentua-se que as masculinidades são fenômenos inerentemente relacionais, ou seja, são estabelecidas de acordo com uma estrutura de relações mutáveis – as relações de gênero. Em um exame mais amplo, as práticas de masculinidades derivam das complexas relações que são estabelecidas entre os diferentes gêneros e do mesmo gênero entre si.

Atentando ao caráter relacional das masculinidades e às ponderações conceituais acerca das estruturas de gênero dispostas na seção anterior, verifica-se que a construção de diferentes práticas de masculinidades é um produto social. Considerando que (1) diferentes grupos são responsáveis pelo arranjo das contingências sociais que constituem a estrutura das relações de gênero e (2) as práticas de masculinidades derivam destas relações generificadas, conclui-se que o processo de construção das masculinidades é atravessado por elementos concernentes aos comportamentos de homens em grupos. É importante esclarecer que são sempre os indivíduos que se comportam: os comportamentos típicos de um grupo e, em um nível mais amplo, a cultura, são criados e mantidos por ações individuais (Skinner, 1953/2014). Apesar disso, ao analisarmos fenômenos inerentemente sociais como as masculinidades, a análise do

---

<sup>122</sup> Trecho original: "often able to do something about the variables affecting him" (Skinner, 1953/2014, p. 228).

comportamento individual dos homens não é suficiente. Precisamos examinar como as contingências sociais e culturais são dispostas para compreendermos quais são e como foram adquiridas as funções dos comportamentos destes sujeitos. Nesta seção serão abordados elementos concernentes às masculinidades e o comportamento social, ou seja, o segundo nível de seleção pelas consequências será priorizado nessas análises. Na seção subsequente, as masculinidades serão analisadas de acordo com pressupostos do terceiro nível de seleção pelas consequências – a cultura. Apesar de tratar-se de níveis distintos, as duas análises se complementam e se inter-relacionam. Para compreendermos as masculinidades de forma integral, todos os níveis de análises devem ser considerados atuando em conjunto, sendo as divisões traçadas nesta pesquisa meramente didáticas.

Isto posto, de acordo com Skinner (1953/2014), as comunidades que integram uma determinada sociedade compõem o chamado *ambiente social* dos indivíduos. Isso significa que, além de comporem os eventos antecedentes, as comunidades também são responsáveis pela consequenciação dos comportamentos, ou seja, funcionam como um ambiente em que certos comportamentos são reforçados e outros são punidos. Nota-se, portanto, que o grupo tem um efeito potente sobre o comportamento dos indivíduos. Isso ocorre porque, quando os indivíduos fazem parte de um grupo, as chances de obterem determinados reforçadores são expandidas. Além do aumento na probabilidade de acessar dados reforçadores, tais reforçadores podem assumir uma intensidade superior àquela derivada dos comportamentos individuais, pois “as consequências reforçadoras geradas pelo grupo excedem facilmente a soma das consequências que poderiam ser alcançadas pelos membros agindo separadamente. O efeito de reforço total é enormemente aumentado”<sup>123</sup> (Skinner, 1953/2014, p. 312).

Em se tratando das práticas de masculinidades, estas produzem consequências que

---

<sup>123</sup> Trecho original: “The reinforcing consequences generated by the group easily exceed the sums of the consequences which could be achieved by the members acting separately. The total reinforcing effect is enormously increased” (Skinner, 1953/2014, p. 312).



difícilmente seriam alcançadas por homens se comportando separadamente (e.g., por meio de determinadas práticas de masculinidade hegemônica, os homens acessam o *dividendo patriarcal*, termo cunhado por Connell para tratar sobre os benefícios obtidos pelos homens ao aderirem às preconizações do patriarcado). Apesar de, atualmente, os homens conseguirem acessar esses reforçadores individualmente, tais efeitos vantajosos só puderam ser construídos em conjunto, exigindo que diversos membros do grupo se comportassem de forma semelhante. Nesse caso, evidencia-se, também, outro aspecto típico dos comportamentos em grupo: o reforço dos comportamentos dos membros de um grupo depende do comportamento de todos eles (Skinner, 1953/2014). Ou seja, no exemplo mencionado anteriormente, os reforços derivados do dividendo patriarcal não foram estabelecidos e mantidos devido ao comportamento de um ou outro homem agindo individualmente; foi necessário a participação de um grande contingente de homens<sup>124</sup> para o estabelecimento deste efeito.

Outro fator importante que abrange a temática do comportamento de pessoas em grupos diz respeito ao controle ético, descrito por Skinner em diversas obras (Skinner, 1953/2014; Skinner, 1956/1999; Skinner, 1971/1973; Skinner, 1977/1978; Skinner, 1974/1976; Skinner, 1982/1987). De acordo com o autor, o controle ético exercido pelo grupo é a principal técnica empregada no controle do comportamento dos indivíduos (Skinner, 1953/2014). Nesse tipo de

---

<sup>124</sup> Segundo Lerner (1986/2019), o patriarcado é um produto histórico que resultou de ações específicas de homens e mulheres – em graus e qualidades distintas, evidentemente. Os homens, sobretudo, devem ser considerados os principais autores e mantenedores do sistema patriarcal. Este processo, segundo a autora, levou quase 2.500 anos para ser concluído e, no decorrer deste período, elucida-se que “‘homens *como grupo*’ tinham direitos sobre as mulheres que ‘mulheres *como grupo*’ não tinham sobre os homens” (p. 262, grifos nossos). As nuances inerentes às intersecções de classe, raça, etnia, sexualidade etc. devem ser consideradas nesta análise. Os homens que mais são beneficiados do dividendo patriarcal – e que, provavelmente, mais contribuíram para sua instalação e manutenção – são aqueles privilegiados por prerrogativas de poder interseccionais (i.e., homens brancos, cis, heterossexuais, ricos) e que, atualmente, desempenham a masculinidade hegemônica. Apesar de serem, numericamente falando, minorias, esses homens recebem apoio de homens que ocupam posições inferiores na hierarquia de gênero que também se beneficiam, em alguma medida, pelo dividendo patriarcal. Em suma, contemplando uma visão mais ampla e generalista, hooks (1984/2019) salienta que todos os homens, como grupo, apoiam e perpetuam o sexismo em alguma medida, sendo este grupo o principal responsável pela instalação e preservação do sexismo e da opressão sexista, elementos intimamente relacionados ao dividendo patriarcal.

controle, os comportamentos dos sujeitos são caracterizados como “corretos” ou “errados”, “bons” ou “maus”, e são consequenciados de acordo com essa classificação:

Quando um indivíduo se comporta de uma maneira aceitável para o grupo, ele recebe admiração, aprovação, afeto e muitos outros reforçadores que aumentam a probabilidade de que ele continue a se comportar desta maneira. Quando seu comportamento não é aceitável, ele é criticado, censurado, culpado ou punido de outra forma. No primeiro caso, o grupo chama [o comportamento] de "bom"; no segundo, "ruim".<sup>125</sup> (Skinner, 1956/1999, p. 45)

Nesta perspectiva, os próprios termos utilizados para classificar os comportamentos de acordo com os padrões éticos de um grupo passam a funcionar como reforçadores condicionados e, como efeito, fortalecem ou suprimem comportamentos (1977/1978). No que toca às relações entre práticas de masculinidades, tem-se que são, sobretudo, os próprios homens que qualificam e legitimam os comportamentos mais apropriados para outros homens, ou seja, são eles que determinam os padrões éticos a serem empregados no controle do comportamento de outros membros do grupo.

Para endossar a conformidade dos sujeitos às práticas do grupo, as comunidades estabelecem regras. Isso pode ser verificado ao revisitarmos as figuras 2, 3 e 4. Em todos estes exemplos, as regras formuladas pela comunidade verbal exerceram um papel importante na emissão de respostas generificadas; os indivíduos, por sua vez, podem segui-las ou não, uma vez que não são passivos ao controle externo, como já foi argumentado. Ao seguirem as regras, entretanto, os indivíduos se conformam mais rapidamente ao padrão ético de uma dada comunidade e, deste modo, evitam consequências aversivas e retroalimentam o sistema,

---

<sup>125</sup> Trecho original: “When an individual behaves in a fashion acceptable to the group, he receives admiration, approval, affection, and many other reinforcements which increase the likelihood that he will continue to behave in that fashion. When his behavior is not acceptable, he is criticized, censured, blamed, or otherwise punished. In the first case the group calls him ‘good’; in the second, ‘bad’”. (Skinner, 1956/1999, p. 45).

conforme salienta Skinner (1953/2014):

À medida que cada indivíduo se conforma a um padrão de conduta, ele também passa a apoiar este padrão aplicando uma classificação semelhante ao comportamento dos outros. Além disso, seu próprio comportamento que está em conformidade com as normas contribui para o padrão com o qual o comportamento dos outros é comparado.<sup>126</sup> (pp. 418–419)

A retroalimentação ou autossustentação do sistema de controle ético exercido pelo grupo pode ser especialmente problemática quando discutimos práticas de gênero e, conseqüentemente, de masculinidades. De acordo com Skinner (1953/2014), uma dada classificação ética dos comportamentos pode continuar vigente mesmo já estando desatualizada, ou seja, “o comportamento muitas vezes continua a ser classificado como bom ou mau, embora, por alguma mudança nas condições, não seja mais reforçador ou aversivo”<sup>127</sup> (p. 324). Isso pode ser observado, por exemplo, quando a demonstração de uma masculinidade violenta, apesar de ter sido, em alguma medida, útil nos contextos de guerra, ainda é amplamente valorizada e difundida por meio de diferentes regras. O mesmo ocorre com outras práticas de masculinidades e feminilidades – apesar de estarem desatualizadas e já não produzirem reforços ou conseqüências aversivas para o grupo, ainda continuam sendo classificadas como desejáveis ou indesejáveis por determinadas comunidades e, desta maneira, a estrutura de gênero vigente se mantém.

Por fim, um último ponto referente ao comportamento social que apresenta relevância acentuada às discussões aqui suscitadas alude ao fato de que o controle que é exercido pelo grupo costuma ser tão arraigado em nossa cultura que, frequentemente, deixamos de

---

<sup>126</sup> Trecho original: “As each individual comes to conform to a standard pattern of conduct, he also comes to support that pattern by applying a similar classification to the behavior of others. Moreover, his own conforming behavior contributes to the standard with which the behavior of others is compared” (Skinner, 1953/2014, pp. 418–419).

<sup>127</sup> Trecho original: “Behavior often continues to be branded good or bad although, through some change in conditions, it is no longer reinforcing or aversive” (Skinner, 1953/2014, p. 324).

reconhecê-lo como tal (Skinner, 1953/2014). Em outras palavras, o controle exercido por diferentes grupos costuma ser “naturalizado” no ambiente social. No que se refere às masculinidades, isso pode ser observado quando, em dadas culturas e períodos históricos específicos, os comportamentos que são classificados como “ações *verdadeiramente masculinas*”, “atitudes de *homens de verdade*” e afins, são tomados como um dado da própria natureza dos homens. Na verdade, trata-se de uma classificação ética construída pelo grupo, tendo em vista uma multiplicidade de fatores históricos e culturais, e que está operando um controle sutil sobre os comportamentos dos homens, passando, deste modo, despercebido. Por ser uma técnica de controle sutil do comportamento, Skinner (1953/2014) ressalta que “quase sempre estamos engajados em tal controle”<sup>128</sup> (p. 45).

## 2.2 Masculinidades e práticas culturais

Além do controle ético discutido nos parágrafos anteriores, os indivíduos adquirem da sua comunidade amplos repertórios de modos e costumes (Skinner, 1953/2014), também chamados de comportamentos habituais de uma comunidade (Skinner, 1971/1973). Segundo o autor, estes repertórios abrangem:

O que um homem [*sic*] come e bebe e como ele faz isso, que tipo de comportamento sexual ele pratica, como ele constrói uma casa ou desenha um quadro ou rema um barco, de que assuntos ele fala ou permanece em silêncio, que música ele faz, que tipos de relacionamentos pessoais ele entra e quais tipos ele evita – todos dependem em parte das práticas do grupo do qual ele é membro.<sup>129</sup> (Skinner, 1971/1973, p. 415)

O conjunto de modos e costumes de um determinado grupo faz parte do que Skinner

---

<sup>128</sup> Trecho original: “We are almost always engaged in such control” (Skinner, 1953/2014, p. 45).

<sup>129</sup> Trecho original: “What a man eats and drinks and how he does so, what sorts of sexual behavior he engages in, how he builds a house or draws a picture or rows a boat, what subjects he talks about or remains silent about, what music he makes, what kinds of personal relationships he enters into and what kinds he avoids – all depend in part upon the practices of the group of which he is a member” (Skinner, 1953/2014, p. 415).

(1974/1976) chama de cultura – entretanto, a cultura não se limita a essas práticas, como será demonstrado adiante. Não obstante, o conceito comportamentalista radical de cultura tem se mostrado controverso, pois não há, na obra de Skinner, uma única definição para este fenômeno. A exemplo disso, podemos encontrar a cultura sendo definida pelo autor como ambiente social (Skinner, 1953/2014; Skinner, 1971/1973; Skinner, 1974/1976), como conjunto de contingências de reforços sociais (Skinner, 1974/1976; Skinner, 1984/1987), como um conjunto de práticas (Skinner, 1971/1973), como um experimento (Skinner, 1953/2014) ou, de forma ainda mais ampla, um conjunto de condições sob as quais muitos sujeitos crescem e vivem (Skinner, 1953/2014). Como exemplo desta variedade de definições, a Tabela 3 demonstra alguns dos diferentes conceitos empregados por Skinner para definir cultura, extraídos da Base de Citações II (ver Apêndice II) desta pesquisa.

É importante salientar que, a despeito do conceito a ser adotado para definir os fenômenos culturais, Skinner (1953/2014) sobrepuja os projetos teóricos que buscam explicar a cultura como um “espírito, atmosfera ou algo com dimensões igualmente não físicas”<sup>130</sup> (p. 419) ou, ainda, como um “produto de uma ‘mente grupal’ criativa ou a expressão de uma ‘vontade geral’”<sup>131</sup> (Skinner, 1971/1973, p. 132), adotando uma interpretação sobre o fenômeno mais compatível com as ciências naturais, o que permite aos analistas do comportamento não apenas compreender de forma ampla e funcional os efeitos da cultura, como também planejar práticas culturais mais efetivas.

### **Tabela 3**

#### *Possíveis conceitos de cultura nas obras selecionadas de Skinner*

<b>Science and human behavior (Skinner, 1953/2014)</b>	
1	“Um ambiente social é geralmente referido como a ‘cultura’ de um grupo” <sup>132</sup> . (p. 419)
2	“No sentido mais amplo possível, a cultura na qual um indivíduo nasce é composta de todas as variáveis que o afetam e que são organizadas por outras pessoas. O ambiente social é, em

<sup>130</sup> Trecho original: “A spirit or atmosphere or something with equally nonphysical dimensions” (Skinner, 1953/2014, p. 419).

<sup>131</sup> Trecho original: “The product of a creative ‘group mind’ or the expression of a ‘general will’” (Skinner, 1971/1973, p. 132)

<sup>132</sup> Trecho original: “A social environment is usually spoken of as the ‘culture’ of a group” (Skinner, 1953/2014, p. 419).

---

parte, resultado daquelas práticas do grupo que geram comportamentos éticos e da extensão destas práticas aos modos e costumes”<sup>133</sup>. (p. 419)

- 3 “Uma dada cultura é, em suma, um experimento de comportamento. É um conjunto particular de condições sob as quais um grande número de pessoas cresce e vive”<sup>134</sup>. (p. 430)

**Contingencies of reinforcement (Skinner, 1968/2013)**

- 4 “Uma cultura não é o comportamento das pessoas que ‘vivem nela’; é o ‘aquilo’ em que vivem – as contingências de reforço social que geram e mantêm seu comportamento”<sup>135</sup>. (p. 31)

**Beyond freedom and dignity (Skinner, 1971/1973)**

- 5 “A maioria destas contingências são organizadas por outras pessoas. Eles são, de fato, o que se chama de cultura, embora o termo seja geralmente definido de outras maneiras”<sup>136</sup>. (p. 126)

- 6 “Uma cultura é um conjunto de práticas, mas não é um conjunto que não pode ser misturado com outros conjuntos”<sup>137</sup>. (p. 130)

- 7 “O ambiente social que constitui uma cultura é muitas vezes difícil de identificar”<sup>138</sup>. (p. 131)

- 8 “Uma cultura é muito parecida com o espaço experimental usado na análise do comportamento. Ambos são conjuntos de contingências de reforço”<sup>139</sup>. (p. 150)

**Reflections on behaviorism and society (Skinner, 1977/1978)**

- 9 “Já foi uma prática dividir o ambiente social em três partes: (1) a política (governo, no sentido estrito, especializado em controle aversivo), (2) a economia (especializada na produção e troca de reforçadores) e (3) a cultura, ou todas as outras contingências de reforçamento mantidas pelo grupo – nas práticas familiares, ritos religiosos, artes, artesanato e assim por diante”<sup>140</sup>. (p. 8)

- 10 “Uma cultura é um ambiente social completo, no qual algumas contingências são mantidas por indivíduos e outras por instituições”<sup>141</sup>. (p. 9)

- 11 “O que distingue a espécie humana, no entanto, é o desenvolvimento de uma cultura, um ambiente social que contém as contingências geradoras de autoconhecimento e autocontrole”<sup>142</sup>. (p. 52)
- 

<sup>133</sup> Trecho original: “In the broadest possible sense the culture into which an individual is born is composed of all the variables affecting him which are arranged by other people. The social environment is in part the result of those practices of the group which generate ethical behavior and of the extension of these practices to manners and customs” (Skinner, 1953/2014, p. 419).

<sup>134</sup> Trecho original: “A given culture is, in short, an experiment in behavior. It is a particular set of conditions under which a large number of people grow and live” (Skinner, 1953/2014, p. 430).

<sup>135</sup> Trecho original: “A culture is not the behavior of the people ‘living in it’; it is the ‘it’ in which they live – the contingencies of social reinforcement which generate and sustain their behavior” (Skinner, 1968/2013, p. 31).

<sup>136</sup> Trecho original: “Most of these contingencies are arranged by other people. They are, in fact, what is called a culture, although the term is usually defined in other ways” (Skinner, 1971/1973, p. 126).

<sup>137</sup> Trecho original: “A culture is a set of practices, but it is not a set which cannot be mixed with other sets” (Skinner, 1971/1973, p. 130).

<sup>138</sup> Trecho original: “The social environment which is a culture is often hard to identify” (Skinner, 1971/1973, p. 131).

<sup>139</sup> Trecho original: “A culture is very much like the experimental space used in the analysis of behaviour. Both are sets of contingencies of reinforcement” (Skinner, 1971/1973, p. 150).

<sup>140</sup> Trecho original: “It was once the practice to divide the social environment into three parts: (1) the polity (government in the narrow sense, specializing in aversive control), (2) the economy (specializing in the production and exchange of reinforcing goods), and (3) the culture, or all the other contingencies of reinforcement maintained by the group — in family practices, religious rituals, arts, crafts, and so on” (Skinner, 1973/1978, p. 8)

<sup>141</sup> Trecho original: “A culture is a complete social environment, in which some contingencies are maintained by individuals and others by institutions” (Skinner, 1973/1978, p. 9).

<sup>142</sup> Trecho original: “What distinguishes the human species, however, is the development of a culture, a social environment that contains the contingencies generating self-knowledge and self-control” (Skinner, 1973/1978, p. 52).

---

**About behaviorism (Skinner, 1974/1976)**

- 12 “O ambiente social ao qual me referi é geralmente chamado de cultura, embora uma cultura seja frequentemente definida de outras maneiras – como um conjunto de costumes ou maneiras, como um sistema de valores e ideias, como uma rede de comunicação e assim por diante. Como um conjunto de contingências de reforço mantidas por um grupo, possivelmente formuladas por meio de regras ou leis, tem um status físico bem definido, uma existência contínua para além da vida dos membros do grupo, um padrão que se altera à medida que práticas são adicionadas, descartadas, ou modificadas e, sobretudo, poder. Uma cultura assim definida controla o comportamento dos membros do grupo que a pratica”<sup>143</sup> (p. 79).

**Upon further reflection (Skinner, 1984/1987)**

- 13 “Uma cultura pode ser definida como as contingências de reforço social mantidas por um grupo”<sup>144</sup>. (p. 74).
- 

Para dar seguimento à interpretação cultural das masculinidades, algumas considerações acerca da cultura na perspectiva comportamentalista radical serão feitas, ainda que existam imprecisões na teoria. Na seção introdutória deste trabalho, a cultura foi apresentada como um terceiro nível de variação e seleção pelas consequências, ou seja, a cultura de uma dada comunidade exerce um papel importante na determinação, ainda que probabilística, dos comportamentos dos indivíduos. Em uma definição mais genérica do termo, Skinner (1953/2014) estabelece que a cultura na qual um sujeito está inserido abrange “todas as variáveis que o afetam e que são organizadas por outras pessoas” (p. 419), sendo estas variáveis responsáveis por moldar e manter o comportamento dos membros de um grupo. Analisando os conceitos dispostos na Tabela 3, nota-se a prevalência de duas principais maneiras de se definir cultura: (1) como um *ambiente social*, conforme consta nas definições 1, 2, 7, 9, 10, 11 e 12; ou (2) como um *conjunto de contingências* organizadas e mantidas por outras pessoas (i.e., contingências sociais), conforme consta nas definições 4, 5, 9, 12 e 13.

---

<sup>143</sup> Trecho original: “The social environment I have been referring to is usually called a culture, though a culture is often defined in other ways - as a set of customs or manners, as a system of values and ideas, as a network of communication, and so on. As a set of contingencies of reinforcement maintained by a group, possibly formulated in rules or laws, it has a clear-cut physical status, a continuing existence beyond the lives of members of the group, a changing pattern as practices are added, discarded, or modified, and, above all, power. A culture so defined controls the behavior of the members of the group that practices it” (Skinner, 1974/1976, p. 79)

<sup>144</sup> Trecho original: “A culture may be defined as the contingencies of social reinforcement maintained by a group” (Skinner, 1984/1987, p. 74).



Apesar das concepções de *ambiente* e *contingência*<sup>145</sup> serem distintas, é possível alinhar estes conceitos de forma coerente, incluindo-se, também, a acepção de práticas culturais.

Este refinamento conceitual pode ser encontrado no texto de Fernandes et al. (2017) e será aqui utilizado, pois não faz parte dos objetivos deste trabalho propor uma reconstrução conceitual ou uma análise exaustiva do conceito de cultura. Ademais, as definições traçadas pelos autores são compatíveis como escopo da dissertação, uma vez que têm como base as obras de Skinner. Desta forma, de acordo os autores supracitados, no Comportamentalismo Radical a cultura pode ser compreendida como:

[Um] *conjunto de contingências sociais*, isto é, contingências de reforçamento e punição mantidas pelos membros de um grupo em contextos específicos. Isso implica em dizer que há relações típicas dessa cultura entre as pessoas e seus ambientes; nesse sentido, dizemos que um sujeito faz parte de uma cultura se as contingências sociais que a caracterizam possuem alguma função no controle de seu comportamento. Naturalmente, aspectos do ambiente físico, como características do espaço geográfico em que vivem e se comportam as pessoas, são parte considerável de tais contingências. *Práticas culturais*, por sua vez, dizem respeito a padrões comportamentais de indivíduos ou de pessoas se comportando em grupo, modelados e mantidos pelas contingências sociais definidoras de uma dada cultura. (pp. 276–277)

Ou seja, a cultura, uma vez que é concebida como um conjunto de contingências sociais,

---

<sup>145</sup> De acordo com Fernandes et al. (2017), o conceito de *ambiente* compreende qualquer parte do universo capaz de modificar comportamentos, compondo os eventos antecedentes e eventos consequentes das respostas dos sujeitos. A partir desta definição, os autores concluem que *ambiente social* se refere, então, “às situações em que comportamentos de um ou mais sujeitos, ou os produtos destes comportamentos (tais como regras e leis), atuam como contexto antecedente ou eventos consequentes de comportamentos de outro(s) sujeito(s)” (p. 274). O conceito de *contingência*, por sua vez, contempla três principais elementos: antecedentes, resposta e consequências, que integram em uma dinâmica funcional. Nota-se que o ambiente está inserido nestas contingências, contudo, as contingências não se limitam ao ambiente, pois envolvem, também, as respostas dos sujeitos. No caso das contingências sociais, como definido anteriormente nesta dissertação, os eventos antecedentes e consequentes são arranjados por outras pessoas.



é diretamente afetada pelo ambiente social (i.e., os membros da cultura ou agências de controle são responsáveis pelo arranjo e manutenção das contingências que a compõem, atuando, especialmente, como contextos antecedentes e consequentes para determinadas práticas culturais). Isso quer dizer, por exemplo, que o controle ético, descrito na seção anterior, integra uma parte importante das culturas, pois funciona como estímulo antecedente e arranja as consequências para o comportamento dos membros de um grupo. As práticas culturais, na verdade, são compostas por complexas cadeias de operantes e, como tal, têm origem nas contingências ontogenéticas (Skinner, 1981/1987). Considerando a relação entre ontogenia e cultura, dois principais efeitos operam sobre as práticas culturais: (1) consequências dispostas aos operantes que constituem essas práticas (e.g., reforçamento ou punição), produtos dos comportamentos a nível ontogenético; e (2) consequências culturais, que operam sobre as práticas culturais como unidade. Ao examinarmos contingências sociais, quando esse segundo efeito é identificado (i.e., existem consequências culturais para essas contingências sociais) podemos classificá-las como cultura<sup>146</sup>. Nota-se, portanto, a existência de uma estreita relação entre os níveis ontogenético e cultural, não obstante existam diferenças que também devem ser consideradas nas análises, conforme será elucidado adiante.

Uma primeira diferença a ser considerada refere-se à transgeracionalidade das práticas culturais. Segundo Skinner (1971/1973), uma cultura é transmitida de geração para geração, o que permite que determinadas práticas culturais se mantenham no repertório dos seus membros no transcorrer do tempo. Essa transmissibilidade se dá porque os sujeitos não apenas têm seus repertórios comportamentais moldados pela cultura, mas também ajudam a mantê-la, possibilitando a autoperpetuação da cultura (Skinner, 1971/1973).

Outra distinção importante a se fazer entre esses dois níveis culturais diz respeito às

---

<sup>146</sup> De acordo com Fontana e Laurenti (2020), “nem todo fenômeno social é cultural (embora o inverso seja verdadeiro)” (p. 315).

consequências que atuam na seleção dos comportamentos e práticas culturais. Para tratar deste tópico, serão extraídos da obra de Skinner alguns aspectos que distinguem as consequências culturais das ontogenéticas, apesar de não ter sido feita uma distinção direta entre esses dois elementos. Em primeiro lugar, o autor ressalta que as consequências culturais exercem efeito sobre o grupo como um todo, e não sobre os indivíduos separadamente (como ocorre no nível ontogenético) (Skinner, 1981/1987). Além disso, os efeitos das consequências culturais, assim como as filogenéticas, se estendem para além do curso de vida dos indivíduos; em verdade, “apenas o segundo [nível de variação e seleção dos comportamentos], o condicionamento operante, ocorre a uma velocidade em que pode ser observada de momento a momento”<sup>147</sup> (Skinner, 1981/1987, p. 55). Ou seja, as contingências culturais, necessariamente, funcionam em uma temporalidade que não se limita ao período de vida dos indivíduos – o que pode ser explicado pela transgeracionalidade anteriormente mencionada. Em suma, mesmo que seja possível traçar diferenças entre as consequências culturais e ontogenéticas, elas frequentemente se sobrepõem e mantêm uma relação de interdependência<sup>148</sup>.

---

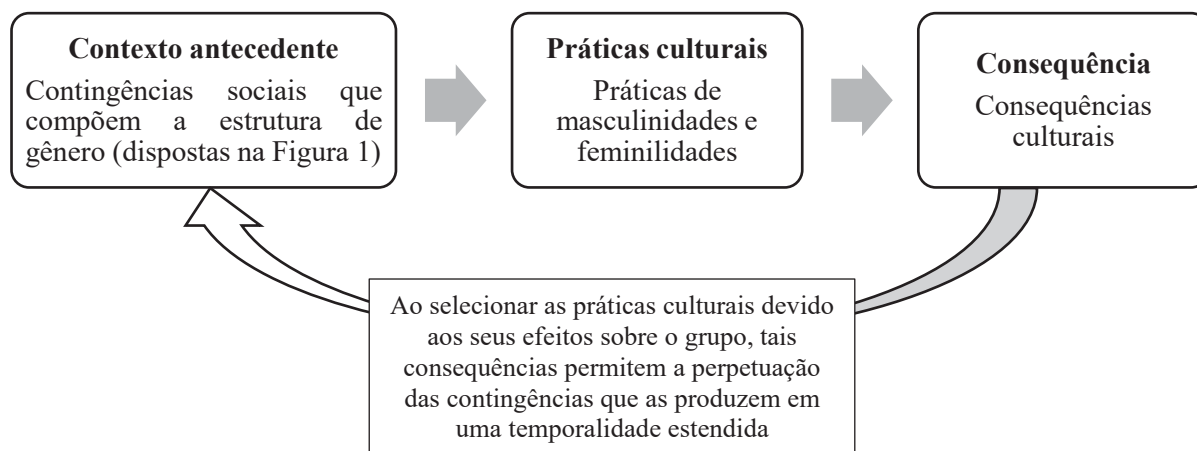
<sup>147</sup> Trecho original: “Only the second, operant conditioning, occurs at a speed at which it can be observed from moment to moment” (Skinner, 1981/1987, p. 55).

<sup>148</sup> Segundo Abib (2007), um certo comportamento pode produzir mais de um tipo de consequência. Nesse sentido, “as consequências culturais ocorrem sobrepostas às consequências reforçadoras, as quais são, aparentemente, imprescindíveis para que as consequências culturais sejam efetivamente realizadas” (p. 18), ou seja, sugere-se que as consequências culturais encontram sustentação nas consequências ontogenéticas. Como exemplo da diferença entre esses dois níveis de análise e da inter-relação estabelecida entre eles, o autor supracitado descreve: “o comportamento de cientistas que pesquisam uma vacina contra uma moléstia fatal é reforçado com salário, com bolsas de estudo, sem qualquer certeza definitiva se serão ou não bem sucedidos, isto é, se produzirão ou não uma vacina. Se produzirem a vacina, ela, a vacina, é uma consequência cultural. Trata-se de um produto cultural que fortalece o comportamento dos pesquisadores como pode ser verificado, por exemplo, nos esforços subsequentes envidados para aperfeiçoá-la. É somente nesse momento, no momento em que o produto cultural fortalece o comportamento, que podemos dizer que ele, o comportamento, é uma prática cultural. A consequência cultural não é o reforço, mas isso não quer dizer que o reforço não seja importante para a produção de consequências culturais. O comportamento do indivíduo está sob efeito de duas consequências sobrepostas: o reforço e a consequência cultural” (pp. 63–64). Neste exemplo, as consequências reforçadoras (o salário dos pesquisadores, as bolsas de estudo) foram fundamentais para o surgimento da consequência cultural (a vacina). Apesar desta estreita relação entre os dois tipos de consequências, as consequências culturais não se limitam às consequências reforçadoras, pois operam sobre o comportamento de um grupo como um todo, alterando a probabilidade de sobrevivência deste, além de atuarem em uma temporalidade diferente daquela observada à nível ontogenético – de acordo com o autor, consequências culturais atuam, necessariamente, a longo prazo.

Isto posto, é possível conceber as práticas de masculinidade como práticas culturais, o que, conseqüentemente, amplia-se às práticas generificadas como um todo. Desta forma, devemos analisar as práticas generificadas sob um nível diferente de análise (ver Figura 5). Ainda, o próprio conjunto de comportamentos que compõe essas práticas culturais podem exercer função de estímulos discriminativos para outros membros do grupo, podendo-se alterar ou manter os padrões vigentes. As conseqüências culturais, por sua vez, podem aumentar a probabilidade de ocorrência das práticas culturais, consideradas a unidade de seleção do terceiro nível, uma vez que permitem que os membros do grupo resolvam seus problemas e possam sobreviver (Skinner, 1990/1999).

### Figura 5

#### *Análise cultural do conceito de gênero*



Nesta perspectiva, as diversas práticas de masculinidades são compostas por diferentes conjuntos de comportamentos operantes que, por serem selecionados por um tipo de conseqüência específica (as conseqüências culturais) e transmitidos de geração para geração, em uma temporalidade para além da vida individual de cada homem, caracterizam-se como parte de um terceiro nível de seleção. Tomando novamente o esquema como referência, temos que o controle ético, as agências de controle e os modelos privilegiados de hombridade, por exemplo, fazem parte do ambiente social que compõe a cultura, pois compõem as contingências

sociais do gênero como estrutura. Outro elemento que nos permite caracterizar as masculinidades como práticas culturais diz respeito à forma como são transmitidas. Em resumo, Skinner (1971/1973) ressalta que as práticas culturais são transmitidas de geração para geração; a mesma lógica se aplica às masculinidades, pois, via de regra, essas práticas são transmitidas aos meninos por homens mais velhos (e.g., pai, irmãos, tios, avôs, padrastos etc.) de forma transgeracional (Connell, 2005).

A transmissão transgeracional de práticas culturais pode ocorrer mediante a modelagem, modelação ou seguimento de regras (Skinner, 1978/1978). Esses três elementos serão sumariamente conceituados para, no próximo capítulo, serem abordados de forma mais específica em relação às diferentes configurações de masculinidades. A modelagem corresponde, em resumo, ao reforçamento de aproximações sucessivas de um dado comportamento-alvo. A modelação, por sua vez, abarca comportamentos de imitação. Ao imitar um modelo, o indivíduo provavelmente obterá os mesmos reforçadores daquele organismo que está sendo imitado (Skinner, 1982/1987). Além disso, o autor ressalta que “quando os membros de um grupo imitam uns aos outros e modelam o comportamento a ser imitado, eles adquirem repertórios muito mais amplos, que são eficazes sob uma maior variedade de condições”<sup>149</sup> (p. 3), o que demonstra ser vantajoso. Outro possível benefício da modelação corresponde ao fato de que, ao imitar aqueles cujo comportamento já sofreu os efeitos das contingências predominantes, o sujeito adquire o comportamento apropriado sem precisar se expor às contingências aversivas diretas.

Skinner (1982/1987) também enfatiza que a espécie humana conseguiu ultrapassar as aprendizagens por modelagem e modelação com a evolução do comportamento verbal. Segundo o autor, o comportamento social transformou-se substancialmente quando a

---

<sup>149</sup> Trecho original: “When members of a group imitate each other and model behavior to be imitated, they acquire much larger repertoires, which are effective under a greater variety of conditions” (Skinner, 1982/1987, p. 3).

musculatura vocal dos seres humanos ficou sob controle operante, marco histórico que também proporcionou vantagens significativas à espécie. O autor salienta que “o desenvolvimento do controle ambiental da musculatura vocal ampliou significativamente a ajuda que uma pessoa recebe de outras. ... Ao receber conselhos, prestar atenção aos avisos, seguir instruções e observar regras, elas se beneficiam daquilo que os outros já aprenderam”<sup>150</sup> (p. 54). Em outras palavras, a evolução do comportamento verbal permitiu aos seres humanos formular regras e instruções que, além de auxiliar os membros do grupo a resolver determinados problemas sem se expor às contingências, viabilizou uma conformação mais rápida destes aos padrões estabelecidos pela comunidade. Deste modo, o comportamento verbal possibilitou o desenvolvimento de um terceiro nível de seleção e variação dos comportamentos (i.e., a cultura).

Por fim, um último elemento útil para a discussão deste tópico diz respeito à mutabilidade das configurações de masculinidades. Dado que práticas de masculinidades podem ser consideradas práticas culturais, temos que estas, assim como qualquer outra prática cultural analisada sob a ótica comportamentalista radical, não pode ser tomada como um elemento fixo e imutável. Segundo Skinner (1974/1976), a cultura, tomada como conjunto de contingências sociais, além de possuir uma existência para além da vida dos seus membros, abrange “um padrão que se altera à medida que práticas são adicionadas, descartadas ou modificadas”<sup>151</sup> (p. 79). Isso corrobora com as preconizações de Connell (2005), ao afirmar que as diferentes práticas de masculinidades assumem posições diversas nas relações de gênero, sendo que essas posições são sempre passíveis de contestação e reformulação, pois as próprias práticas que as compõem estão sujeitas a profundas transformações em decorrência

---

<sup>150</sup> Trecho original: “The development of environmental control of the vocal musculature greatly extended the help one person receives from others. ... By taking advice, heeding warnings, following instructions, and observing rules, they profit from what others have already learned” (Skinner, 1982/1987, p. 54).

<sup>151</sup> Trecho original: “A changing pattern as practices are added, discarded, or modified” (Skinner, 1974/1976, p. 79).

de modificações contextuais.

### **3. Masculinidades hegemônica, cúmplice, subordinada e marginalizada**

Admitir que as práticas de masculinidade são multifacetadas constitui-se como um elemento-chave das proposições teóricas contemporâneas sobre o fenômeno, contudo, consoante salienta Connell (2005), a completude das análises só poderá ser atingida se considerarmos também as relações que são construídas entre diferentes configurações de masculinidades. Essas relações podem assumir nuances de dominação, subordinação, cumplicidade e marginalização. Nos parágrafos subsequentes, as diferentes categorias de masculinidades descritas por Connell serão brevemente retomadas e interpretadas à luz do Comportamentalismo Radical. Para isso, algumas das reflexões tecidas na seção anterior também serão revisitadas e aprofundadas.

Nesta rede de relações, à *masculinidade hegemônica*, como o próprio nome sugere, atribui-se uma posição dominante (i.e., de autoridade) diante das demais configurações de masculinidades. Trata-se do conjunto de práticas mais valorizadas e admiradas pelos homens de uma determinada cultura, em um dado período histórico, que assume um caráter normativo. É importante destacar que, atualmente, as práticas de masculinidade hegemônica ocidentais endossam as premissas do patriarcado, o que sustenta a posição privilegiada dos homens em detrimento das mulheres. Ou seja, suas normas endossam comportamentos masculinos que reivindicam uma posição de soberania nas relações de gênero, preterindo, especialmente, as mulheres.

Em termos analítico-comportamentais, podemos compreender as práticas de masculinidade hegemônica como aquelas que são eticamente classificadas como “boas”, “desejáveis”, “corretas” por um determinado grupo e, como efeito, são amplamente reforçadas. De acordo com Skinner (1953/2014), essas classificações não são explícitas, mas inferidas com

base na observação das práticas de controle. Os principais reforços oriundos destas práticas referem-se ao acesso do dividendo patriarcal (i.e., os privilégios decorrentes do patriarcado), por meio do qual os homens são beneficiados em termos de honra, prestígio e dominação, além das vantagens materiais, como acesso a maiores salários, por exemplo. Deste modo, engajar-se em práticas de masculinidade hegemônica resulta, além da aprovação social, no acesso a posições privilegiadas na sociedade – em relação a outros homens que ocupam posições inferiores nas hierarquias de gênero e, sobretudo, em relação às mulheres. Tais posições privilegiadas na sociedade são acessadas, principalmente, mediante o controle de outros sujeitos. Aderir a práticas de masculinidade hegemônica, portanto, é vantajoso, pois, segundo Skinner (1953/2014), ao compor o grupo dominante, o indivíduo passa a controlar todos os outros sujeitos que têm seus comportamentos eticamente classificados como indesejáveis. Ainda que esse mesmo indivíduo também esteja sob controle de outros membros do seu grupo, ele igualmente “se engaja em práticas semelhantes no controle do comportamento dos outros”<sup>152</sup> (p. 327).

Apesar de comportamentos de violência serem frequentemente associados a práticas de masculinidade hegemônica, Connell (2005) enfatiza que a hegemonia é mais bem caracterizada pela reivindicação de autoridade do que pela violência direta. Na verdade, a violência<sup>153</sup> constantemente é utilizada com a função de alcançar ou manter essa posição de autoridade e prestígio (i.e., condutas violentas não são meros efeitos mecânicos de práticas de

---

<sup>152</sup> Trecho original: “Engages in similar practices in controlling the behavior of others” (Skinner, 1953/2014, p. 327).

<sup>153</sup> De acordo com Almeida e Zilio (2020), não há uma operacionalização consensual para o termo “violência” na Análise do Comportamento. Segundo os autores, “atos de violência podem ser cometidos de várias formas (topografias), por razões variadas (funções), e devido a fatores distintos (contextos)” (p. 2). No cenário aqui abordado, respostas violentas de topografias diversas (e.g., causar danos físicos, psicológicos ou materiais a outrem; explorar; restringir o comportamento de outrem etc.), nas quais há apresentação de estimulação aversiva a seus antagonistas, são emitidas por homens que desempenham a masculinidade hegemônica em função de diferentes consequências em níveis de análise que se sobrepõe. Por exemplo, à nível ontogenético, esses homens podem conquistar a submissão de suas parceiras, na mesma medida em que, à nível cultural, conservam o dividendo patriarcal, que lhes conferem benefícios individuais e coletivos.

masculinidade, como se costuma afirmar; elas fazem parte ou decorrem da própria busca pela hegemonia), seja de forma deliberada ou não. De acordo com Skinner (1953/2014), determinados grupos adquirem prestígio quando controlam sujeitos que agem de forma distinta àquela por eles preconizadas; ou seja, homens que se engajam em práticas de masculinidade hegemônica, no processo de reivindicação de autoridade, obtêm prestígio, no sentido de que são aceitos como parte do grupo dominante, ao controlar sujeitos que compõem grupos subalternizados. Conforme apontamos, esse controle que é exercido sobre sujeitos dissidentes pode ser (e, correntemente, o é) executado de forma violenta.

Uma vez que as práticas de masculinidade hegemônica assumem esse lugar privilegiado na sociedade, elas se constituem como modelos prioritários de aprendizagem para meninos desde tenra idade. Baseado em uma citação não creditada, Skinner (1980) observou as intromissões da aprendizagem social no comportamento de meninos, conforme segue:

“Aos seis anos de idade, meninos se percebem como menos vulneráveis ou sensíveis do que meninas da mesma idade”. Meninos são menos intimidados por pequenos ferimentos. Eles escalam brinquedos de formas mais prováveis de produzir cortes e machucados. Eles correm mais rápido sobre terrenos acidentados, mesmo caindo com mais frequência. Esses são os fatos disponíveis. Mas eles fazem tudo isso porque se percebem como menos vulneráveis? Não seria simplesmente porque as contingências sociais diferem? É menos provável que meninos sejam “consolados” por pequenos ferimentos, e mais provável que sejam censurados por chorar. “Os meninos se comportam como se pensassem que seriam menos propensos a se machucar” não é uma tradução satisfatória porque o “pensar” está muito próximo do “perceber”. Eles são



menos propensos a evitar pequenas feridas, sob contingências que são, se não biológicas, sociais.<sup>154</sup> (pp. 346–347)

Ou seja, muitos dos comportamentos que observamos em meninos (e.g., se engajar em brincadeiras potencialmente perigosas, expressar sentimentos por meio da raiva ou agressividade, iniciar a vida afetiva e sexual precocemente, dentre outros) não são traços naturalmente herdados de sua biologia, mas fazem parte de um extenso processo de aprendizagem social. Quem ensina esses comportamentos aos meninos são, via de regra, homens mais velhos (i.e., pais, irmãos, tios, primos, avôs, amigos etc.), conforme indica Connell (2005), sendo que estes também passaram pelo mesmo processo de aquisição de comportamentos em sua infância e juventude, uma vez que essas práticas são transgeracionais. Para além da aprendizagem via modelagem direta dos comportamentos, os meninos podem aprender as práticas de masculinidade hegemônica por meio da observação e imitação de modelos, sejam eles midiáticos (e.g., estrelas do cinema, do esporte etc.) ou de pessoas de seu convívio cotidiano. Connell (2005) denomina esses modelos de masculinidades exemplares e identifica que estas são, inclusive, amplamente comercializadas pela mídia.

No que toca às formas de aprendizagem das práticas de masculinidade hegemônica, temos, ainda, uma terceira – e extremamente relevante – possibilidade: a aprendizagem por regras. Essas regras são extraídas de contingências, sejam elas naturais ou sociais, que predominam em um dado ambiente e são utilizadas para manter essas mesmas contingências em vigor (Skinner, 1968/2013; Skinner, 1969/2013). Portanto, formular e fazer com que

---

<sup>154</sup> Trecho original: “‘By six years of age, males perceive themselves to be less vulnerable or susceptible than females of the same age’. Boys are less deterred by small injuries. They climb jungle gyms in ways which are more likely to produce cuts and bruises. They run faster over rough ground even if they fall more often. These are kinds of facts available. But do they do these things because they perceive they are less vulnerable? Isn’t it simply because the social contingencies differ? Boys are less likely to be ‘nurtured’ for small wounds and more likely to be shamed for crying. ‘Boys behave as if they thought they were less likely to be hurt’ is not a satisfactory translation because ‘thought’ is too close to ‘perceive’. They are less inclined to avoid small hurts, under contingencies which are, if not biological, social” (Skinner, 1980, pp. 346–347).

pessoas sigam as regras mostra-se extremamente relevante para a manutenção e sobrevivência de determinadas sociedades e culturas. De acordo com Skinner (1971/1973),

Sem ajuda, uma pessoa adquire muito pouco comportamento moral ou ético sob contingências naturais ou sociais. O grupo fornece contingências de apoio quando descreve suas práticas em códigos ou regras que dizem ao indivíduo como se comportar e quando aplica essas regras com contingências suplementares. Máximas, provérbios e outras formas de sabedoria popular dão a uma pessoa razões para obedecer às regras. Governos e religiões formulam as contingências que estes mantêm de maneira um pouco mais explícita, e a educação transmite regras que permitem satisfazer as contingências naturais e sociais sem ser diretamente exposto a elas.<sup>155</sup> (p. 170)

Na medida em que a masculinidade hegemônica é predominante, as regras elaboradas a respeito dos comportamentos masculinos terão como efeito último o endosso deste modelo dominante. Tomando como base os pressupostos de Connell (2005) sobre gênero e masculinidades, tais regras surgem a partir de contingências históricas a respeito dos corpos tidos como masculinos. Ao longo da história (como pode ser verificado no Capítulo 3 da primeira etapa deste estudo), a diversidade dos corpos, em sua materialidade, foi adquirindo funções e significados específicos. Por exemplo, os corpos que possuem uma dada característica anatomofisiológica (e.g., um pênis, certa dose de testosterona, um cromossomo Y) foram atribuídos a uma categoria (e.g., homens) e, com base nesta classificação, uma série de condutas passaram a ser conferidas aos sujeitos. Com a função de manter essas contingências vigentes, regras foram sendo elaboradas: por exemplo, homens são aqueles que

---

<sup>155</sup> Trecho original: “Without help a person acquires very little moral or ethical behaviour under either natural or social contingencies. The group supplies supporting contingencies when it describes its practices in codes or rules which tell the individual how to behave and when it enforces those rules with supplementary contingencies. Maxims, proverbs, and other forms of folk wisdom give a person reasons for obeying rules. Governments and religions formulate the contingencies they maintain somewhat more explicitly, and education imparts rules which make it possible to satisfy both natural and social contingencies without being directly exposed to them” (Skinner, 1971/1973, p. 170).

assumem riscos, são emocionalmente rígidos, dominantes, sexualmente ativos, se atraem por mulheres, chefiam suas famílias, entre outros. Geralmente essas regras – e as práticas a elas associadas – acentuam a dicotomia construída entre o feminino e masculino, conferindo à feminilidade um caráter pejorativo, o que viabiliza a perpetuação do patriarcado como sistema de dominação e exploração das mulheres, e, conseqüentemente, que os homens continuem acessando o dividendo patriarcal.

Essas regras são úteis para os membros de um grupo, segundo Skinner (1971/1973), porque possibilitam uma rápida aprendizagem e conformação às práticas vigentes da comunidade, visto que os sujeitos não precisam se expor diretamente a contingências punitivas, se beneficiando, portanto, do que os outros já aprenderam. Essas práticas de masculinidade, além de possuírem uma função para a coletividade, elas também possuem uma função para o indivíduo (i.e., as conseqüências dos diferentes níveis de seleção operam simultaneamente). Por exemplo, a baixa expressividade emocional pode emergir no repertório do indivíduo em função das conseqüências sociais (e.g., aprovação social), culturais (e.g., acesso e perpetuação do dividendo patriarcal), como também em função das conseqüências individuais (e.g., esquiva experiencial). Ou seja, ao examinarmos as práticas de masculinidade, identificar as topografias não é suficiente; precisamos analisar as funções destes comportamentos com base nos diferentes níveis de seleção.

Tendo tudo isso em vista, uma vez que adquirem esses comportamentos, seja por meio da modelagem, modelação ou regras, os jovens meninos podem começar a controlar o comportamento de outrem, constituindo-se como estímulos discriminativos para outros membros do grupo. Ao discriminar esses estímulos, esses outros sujeitos podem retroalimentar o sistema social (i.e., atuar na manutenção das práticas vigentes) ou se engajar em práticas dissidentes (i.e., transformar a lógica dominante, pois, ao agir de forma diversa àquela preconizada, esse mesmo indivíduo pode dar origem a novos estímulos discriminativos aos

seus pares) – esse ponto será aprofundado ao tratarmos da masculinidade subordinada. Nota-se, ainda, que por meio de diferentes estratégias de aprendizagem social, meninos aprendem desde muito cedo a discriminar quais são os comportamentos que os classificam como “homens de verdade” e passam a emití-los, aumentando-se a chance de que estes acessem reforçadores, sobretudo aqueles de ordem social.

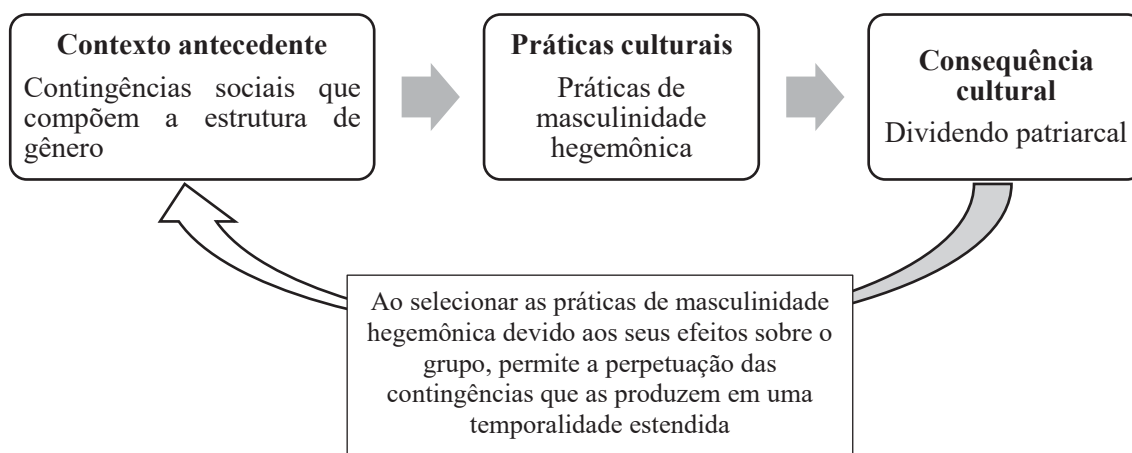
Os comportamentos que permitem o acesso aos reforçadores das práticas de masculinidade hegemônica podem, também, gerar consequências aversivas a longo prazo. Isso pode ser verificado nos dados apresentados na introdução desta pesquisa: homens são os que mais assumem comportamentos de risco, são os que mais morrem por homicídio, são os que compõem a maior parte da população carcerária, são mais propensos a desenvolver vícios por drogas lícitas e ilícitas, dentre outros. Segundo Skinner (1961/1999), estas consequências postergadas não são óbvias e há pouco incentivo para examiná-las. Ainda, de acordo com Connell (2005), muitas vezes os efeitos aversivos funcionam como requisitos para obtenção dos reforçadores. Por exemplo, com a função de obter reconhecimento de seus pares, os jovens meninos frequentemente precisam assumir comportamentos de risco (e.g., abusar de drogas lícitas e ilícitas, dirigir perigosamente, fazer sexo desprotegido). Ou seja, acessar o dividendo patriarcal implica em assumir condutas potencialmente danosas.

Alguns elementos precisam ser considerados nesta análise. Em primeiro lugar, consoante aos delineamentos conceituais da seção anterior, as práticas de masculinidade podem ser consideradas práticas culturais. Como tal, estas devem produzir consequências culturais. Ao se engajarem em práticas de masculinidade hegemônica, os homens passaram a acessar o dividendo patriarcal, o que se mostrou extremamente vantajoso para a sobrevivência deste grupo em específico, além de auxiliá-los a resolverem seus problemas (Skinner, 1990/1999). O dividendo patriarcal é entendido aqui como a consequência cultural destas práticas: age sobre o grupo como unidade, as práticas que o geram são transmitidas transgeracionalmente, bem

como possui uma temporalidade estendida, uma vez que, somente observando o curso da história, é possível compreender sua produção (ver Figura 6).

### Figura 6

#### *Análise cultural das práticas de masculinidade hegemônica*



A origem mais remota destas práticas e das de outras configurações de masculinidades, conforme salienta Skinner (1953/2014), pode remeter a acidentes: “maneiras e costumes muitas vezes surgem de circunstâncias que têm pouca ou nenhuma relação com o efeito final sobre o grupo”<sup>156</sup> (p. 426). Tais circunstâncias adventícias, ao fortalecerem o grupo, passaram a sobreviver com ele, de forma análoga ao que ocorre na seleção natural. Apesar de ser difícil de identificar com precisão a origem destas práticas culturais, podemos, por outro lado, observar a sua transmissão.

Por conferir ao grupo maneiras de resolver seus problemas e auxiliar na sobrevivência destes, as atuais práticas de masculinidade hegemônica perduraram (e ainda perduram). Entretanto, conforme indica Skinner (1953/2014), a cultura que sobrevive nem sempre é a melhor para a humanidade. Para melhor avaliarmos quais culturas devem ou não perecer, precisamos olhar para as consequências postergadas – e possivelmente letais – que estão a elas

<sup>156</sup> Trecho original: “Manners and customs often spring from circumstances which have little or no relation to the ultimate effect upon the group” (Skinner, 1953/2014, p. 426).

associadas. Nesta perspectiva, o autor sublinha que “o problema é que a sobrevivência é muitas vezes promovida por um comportamento que não só não é reforçado, mas pode ter consequências punitivas (até mesmo letais)”<sup>157</sup> (Skinner, 1969/2013, p. 54). Ou seja, as mesmas práticas que produzem consequências vantajosas para o grupo, podem produzir consequências aversivas a longo prazo. Desta maneira, dado que as atuais práticas de masculinidade hegemônica têm se mostrado possivelmente letais, não só para o grupo que as propaga, mas para todos os demais grupos que estão envolvidos nesta dinâmica social generificada, práticas menos danosas precisam ser planejadas para gerar uma modificação cultural efetiva. Esse assunto será retomado e aprofundado no último capítulo desta dissertação.

Isto posto e levando em consideração que a *masculinidade cúmplice* mantém uma estreita relação com a masculinidade hegemônica, muitas das interpretações apresentadas nos parágrafos anteriores também se aplicam a esse conceito. Conforme o próprio termo sugere, as práticas de masculinidade cúmplice estabelecem uma relação de cumplicidade com a masculinidade hegemônica. Connell (2005) ressalta que, efetivamente, poucos homens conseguem se comportar de acordo com as normativas do modelo hegemônico de masculinidade, não obstante uma numerosa parcela deste grupo se beneficie das consequências destas práticas. Sumariamente, a masculinidade cúmplice corresponde ao conjunto de práticas mediante as quais os homens ora se aproximam, ora se afastam do modelo dominante de acordo com as vantagens que podem ser logradas. Ao agirem por conveniência, esses homens constroem elos com o modelo dominante, sem, necessariamente, apoiar suas práticas de forma integral. Deste modo, esses homens acessam os privilégios conferidos à hegemonia sem se expor às tensões ou riscos de adotar integralmente as práticas de masculinidade hegemônica.

---

<sup>157</sup> Trecho original: “The problem is that survival is often furthered by behavior which is not only not reinforced but may have punishing (even lethal) consequences” (Skinner, 1969/2013, p. 54).

Já argumentamos que o modelo de masculinidade hegemônica é priorizado no processo de aprendizagem social. Os homens que se engajam nas práticas de masculinidade cúmplice passam pelos mesmos processos de aprendizagem descritos anteriormente (i.e., aprendizagem por modelagem, modelação e regras) e, como efeito, também conseguem discriminar quais comportamentos devem emitir com a função de serem considerados “homens de verdade” e acessarem os reforçadores correspondentes. Entretanto, é possível notar que, no caso da masculinidade cúmplice, o controle de estímulos é ainda mais sensível. Além de discriminar em quais contextos emitir comportamentos atrelados às práticas de masculinidade hegemônica é vantajoso, esses homens também passam a discriminar contextos em que emitir comportamentos opostos à hegemonia pode ser mais benéfico – e assim o fazem<sup>158</sup>. Segundo Skinner (1971/1973), quando os sujeitos aprendem a fazer discriminações sutis, o reforço diferencial de seus comportamentos acaba sendo mais preciso.

Isso pode ser útil para compreendermos alguns comportamentos peculiares concernentes às práticas de masculinidade cúmplice, os quais denotam uma certa ambivalência em relação às mulheres e às premissas do patriarcado. Por exemplo, os homens que emitem comportamentos consistentes com essas práticas usualmente se relacionam bem com mulheres (e.g., mãe, esposa, irmãs, amigas) e podem, inclusive, reproduzir discursos reivindicando igualdade de gênero (Connell, 2005). Uma vez emitidos esses comportamentos mais brandos, nos quais não se assume uma postura rígida de dominação, diante de contextos em que não há ameaça de punição, esses homens acessam reforçadores importantes (e.g., atenção e aprovação feminina, afeto). Entretanto, em contextos diferentes, especialmente aqueles compostos por homens que representam modelos de autoridade ou admiração, esses mesmos sujeitos podem

---

<sup>158</sup> Homens que emitem comportamentos compatíveis com as práticas de masculinidade hegemônica também podem discriminar contextos em que emitir comportamentos incompatíveis com a dominação e autoridade irrestrita da hegemonia pode ser mais benéfico, contudo, estes sujeitos dificilmente renunciam à soberania nas relações de gênero, mesmo diante de contextos a eles desfavoráveis.

emitir respostas opostas (e.g., podem fazer comentários sexistas, assediar mulheres, dificultar o acesso de mulheres a bons empregos ou salários, bem como podem serem coniventes com comportamentos análogos emitido por seus pares), dado que estes discriminam a possibilidade de serem punidos ou de acessarem reforçadores específicos. Esses exemplos ilustram a ideia de que “nosso comportamento pode ser muito diferente na presença ou ausência de uma determinada pessoa”<sup>159</sup> (Skinner, 1953/2014, p. 303) – ou grupo de pessoas. É importante salientar que, apesar de emitirem comportamentos mais sutis no que tange aspectos de dominação e conservação da autoridade, esses homens reivindicam o poder e não renunciam aos privilégios oriundos do patriarcado.

Um terceiro modelo de práticas de masculinidade corresponde à *masculinidade subordinada*. Trata-se de um conjunto de práticas de masculinidades que, por ser construído em oposição à hegemonia, é socialmente preterido (Connell, 2005). O termo *subordinada* conferido ao conceito faz referência, então, a essa relação de inferioridade e subalternidade estabelecida com a masculinidade hegemônica. Atualmente, os homens que se engajam em práticas de masculinidade subordinada necessariamente renunciam às práticas hegemônicas e aos benefícios decorrentes delas. Não há reivindicação de autoridade nas relações de gênero, tampouco busca-se ocupar uma posição de poder e prestígio irrestrita.

O exemplo mais representativo de homens que emitem comportamentos consistentes com a masculinidade subordinada, segundo Connell (2005), refere-se aos homens homossexuais, visto que estes representam uma boa parcela daquilo que a masculinidade hegemônica repudia. Dado que o desprezo à feminilidade é um dos pilares do modelo dominante, a homossexualidade, por ser socialmente assimilada a comportamentos femininos, é prontamente desqualificada. Como exemplo, temos que frequentemente homens

---

<sup>159</sup> Trecho original: “Our behavior may be very different in the presence or absence of a particular person” (Skinner, 1953/2014, p. 303).



homossexuais são vistos como desprovidos de masculinidade. Apesar de este ser o exemplo mais evidente de masculinidade subordinada, ele não é o único. Homens heterossexuais também podem se opor ativamente às normativas dominantes e, como efeito, sofrerem deslegitimação daqueles que ocupam o lugar de dominação. Sumariamente, o que podemos verificar é que os homens que desempenham essas práticas, a despeito de sua orientação sexual, recusam as normativas hegemônicas, tampouco assumem uma relação de cumplicidade com estas. De acordo com Connell (2005), homens gays, homens idosos, homens engajados com o movimento feminista, homens de cor, dentre outros, podem compor esse grupo.

Em termos comportamentalistas radicais, é possível verificar que as práticas que compõem a masculinidade subordinada são aquelas classificadas eticamente pelo grupo dominante (i.e., pelos homens que desempenham, em alguma medida, as práticas de masculinidade hegemônica) como “ruins”, “indesejáveis”, “incorretas”, e são conseqüenciadas de acordo com essas avaliações. Conforme já foi argumentado, essas classificações éticas, em se tratando de práticas generificadas, frequentemente são desatualizadas, no sentido de que os comportamentos continuam a ser categorizados como “bons” ou “ruins” ainda que não sejam mais reforçadores ou aversivos para o grupo. Skinner (1953/2014) argumenta que essas classificações, além de desatualizadas, podem ser deficientes devido a “falhas na estrutura do grupo”<sup>160</sup> (p. 324). Sobre esse assunto, o auto também destaca que:

Todos os membros não participam [da classificação ética dos comportamentos] na mesma medida. Uma vez que um ato pode ter efeitos diferentes sobre diferentes membros, alguns dos quais podem, portanto, classificá-lo como bom e outros como ruim, as subdivisões do grupo podem entrar em conflito umas com as outras na direção

---

<sup>160</sup> Trecho original: “faulty structure of the group” (Skinner, 1953/2014, p. 324).

de seu controle.<sup>161</sup> (p. 324)

Assim, considerando as hierarquias das práticas de masculinidades, a classificação ética oriunda dos grupos dominantes acaba se sobressaindo. As práticas de masculinidade subordinada são consideradas desviantes e, segundo Skinner (1953/2014), os comportamentos que são assim considerados provavelmente se mostraram aversivos para o grupo em uma condição anterior. Podemos inferir que, por ameaçarem a manutenção do dividendo patriarcal por meio de comportamentos que expressam renúncia a esses benefícios, as práticas de masculinidade subordinada se constituíram como elementos aversivos para os grupos dominantes e, como efeito, passaram a ser depreciadas.

No que toca à aprendizagem destas práticas, temos que, assim como para as demais categorias, as práticas de masculinidade hegemônica são tidas como modelos privilegiados para a aprendizagem social. De acordo com Connell (2005), uma vez que a masculinidade hegemônica é predominante nas sociedades, os homens que se aproximam do modelo de masculinidade subordinada usualmente manifestam, em diferentes graus e em diferentes etapas da vida, certo engajamento com o modelo hegemônico. Contudo, por subverterem características tidas como estruturais do patriarcado, esse engajamento só pode ocorrer de forma restrita e temporária. Por exemplo, homens homossexuais podem se engajar apenas de forma limitada a práticas hegemônicas, uma vez que violam um dos pressupostos basilares da hegemonia: a heterossexualidade compulsória. Assim, o rompimento com as práticas normativas é inevitável.

Em termos analítico-comportamentais, esse engajamento nas práticas de masculinidade hegemônica pode estar atrelado à discriminação de estímulos. Desviar das normas sociais

---

<sup>161</sup> Trecho original: “All members may not participate to the same extent. Since an act may have different effects upon different members, some of whom may, therefore, classify it as good and others as bad, subdivisions of the group may conflict with each other in the direction of their control (Skinner, 1953/2014, p. 324).

acarreta, frequentemente, efeitos aversivos. Com a função de evitar a exposição às punições, especialmente aquelas de caráter social, os sujeitos podem aprender a discriminar respostas (suas ou de outros membros do grupo) que foram anteriormente punidas – e, a partir daí, emitir respostas opostas ou incompatíveis nos mesmos contextos. De fato, Skinner (1953/2014) destaca que “o efeito mais importante da punição é o estabelecimento de condições aversivas que são evitadas por qualquer comportamento de 'fazer alguma outra coisa'”<sup>162</sup> (p. 189). Por exemplo, um homem homossexual que é punido por demonstrar sua orientação sexual em público, pode passar a emitir respostas incompatíveis a esse comportamento inicial (e.g., em ambientes majoritariamente compostos por homens heterossexuais, os homens homossexuais que já passaram por um histórico de punição podem não revelar sua orientação sexual publicamente, forjar relacionamentos com mulheres, entre outros). Em adição, predisposições emocionais, como culpa, vergonha e o sentimento de pecado, comumente acompanham os efeitos das punições. No caso anteriormente exemplificado, esses homens também podem passar a avaliar sua própria orientação sexual como pecaminosa, tomando a heterossexualidade compulsória como modelo privilegiado de expressão afetiva e sexual – modelo este que emerge como subproduto social, produzido e sustentado por agências religiosas, governamentais, médicas etc. Nesta perspectiva, observa-se que homens que se engajam temporariamente em práticas hegemônicas podem estar agindo em função do reforçamento negativo. Tal fato também pode ser verificado quando esses sujeitos, consoante às indicações de Connell (2005), passam a receber alcunhas pejorativas (e.g., bicha, baitola, afeminado etc.), sendo estas atribuídas por membros do grupo dominante; tais estímulos verbais adquirem um caráter aversivo e os sujeitos tendem evitá-los se comportando em conformidade com as premissas hegemônicas, o que é elucidado pela seguinte citação de Skinner (1953/2014): “O menino que

---

<sup>162</sup> Trecho original: “The most important effect of punishment, then, is to establish aversive conditions which are avoided by any behavior of ‘doing something else’” (Skinner, 1953/2014, p. 189).

não mergulha de um trampolim é chamado de afeminado; e ele pode escapar deste estímulo verbal condicionado apenas mergulhando. Seus companheiros apresentam o estímulo para aumentar a probabilidade de ele mergulhar”<sup>163</sup> (p. 174).

Apesar das práticas de masculinidade subordinada serem acompanhadas por diversos tipos de punição, nota-se que, a despeito disso, muitos homens resistem ativamente às normativas hegemônicas. Isso pode ocorrer porque, de acordo com Skinner (1953/2014), a punição suprime apenas temporariamente os comportamentos. Quando os efeitos punitivos cessarem, a probabilidade de que a frequência das respostas aumente novamente é alta. Não obstante, engajar-se em práticas de masculinidade subordinada, para além de todo ônus relatado, também acarreta benefícios importantes. Temos que, a curto prazo, esses sujeitos podem sofrer com a reprovação social (muitas vezes executada por meio de violência, patologização e criminalização). Contudo, esses mesmos homens podem obter vantagens relevantes a longo prazo, tais como a possibilidade de desenvolver novas qualidades pessoais e formas de interação menos opressivas com as mulheres e seus pares. Isso pode decorrer do fato de que, para acessar o dividendo patriarcal, homens usualmente desempenham práticas de masculinidade hegemônica que são potencialmente danosas. Uma vez que se renuncia ao dividendo patriarcal, não há necessidade de comportar-se de forma arriscada, pois não há reivindicação deste benefício.

Ou seja, apesar das consequências aversivas decorrentes da atual masculinidade hegemônica, a qual se sustenta na misoginia e homofobia, homens que se empenham em práticas de masculinidade subordinada também acessam benefícios relevantes a nível ontogenético e cultural – e esse pode ser um dos motivos pelos quais muitos sujeitos não abandonam essas práticas. A intensidade dos reforços obtidos por esses sujeitos, sejam eles de

---

<sup>163</sup> Trecho original: “The boy who does not dive from the high board is called a sissy; and he can escape from this conditioned verbal stimulus only by diving. His companions present the stimulus to increase the probability that he will dive” (Skinner, 1953/2014, p. 174).

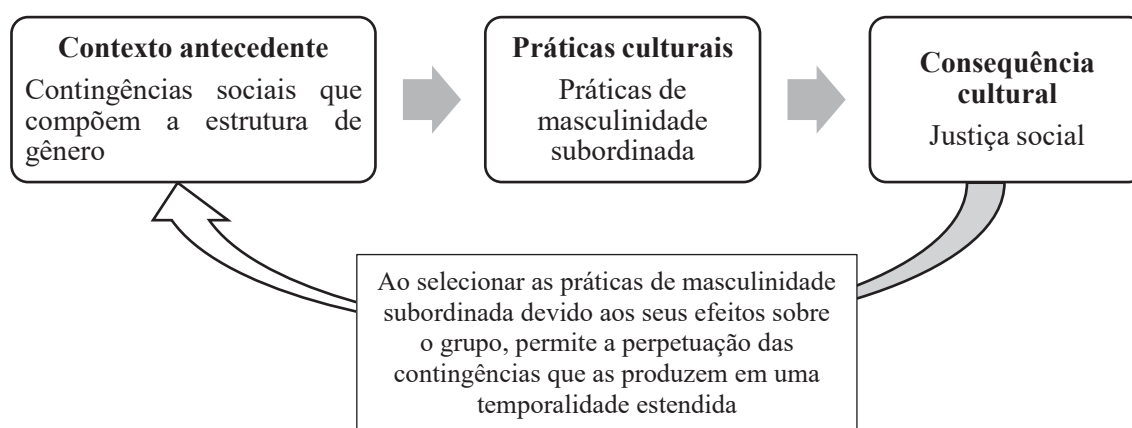
caráter social ou individual (e.g., maior expressividade emocional, relações interpessoais menos opressivas, explorar possibilidades variadas de obter prazer sexual, exercer integralmente a paternidade etc.), pode ser muito superior à intensidade das punições imediatas. Ademais, também podemos inferir que as práticas de masculinidade subordinada ainda vigoram, apesar dos seus efeitos punitivos, devido ao entrelaçamento e mutabilidade das contingências sociais. Uma vez que se comportam de forma distinta ao modelo dominante, os comportamentos destes homens se constituem como estímulos discriminativos para outros membros do grupo. As práticas tidas como dissidentes, então, passam a se constituir como variáveis independentes para o comportamento de outros homens – e, ao concorrerem com estímulos discriminativos derivados das práticas hegemônicas, podem adquirir maior controle sobre os comportamentos de uma parcela do grupo. Com base nesta reformulação das contingências vigentes, oportuniza-se a produção de novas regras e modelos que busquem consolidar configurações de masculinidades menos opressivas, assim, os homens que se engajam em práticas subordinadas podem, também, acessar reforçadores positivos de ordem social (e.g., aprovação, afeto etc.) dispostos por seus pares. À vista disso, paulatinamente, vão se viabilizando novas configurações de contingências sociais que possibilitam variações das práticas generificadas. Isso remete ao que indica Connell (2005): o atual modelo hegemônico de masculinidade não deve ser considerado fixo e inalterável. Pelo contrário, é possível transformá-lo e dar origem a novas práticas hegemônicas – o que será mais bem explorado no último capítulo da dissertação. Desta forma, práticas que hoje são consideradas subordinadas podem futuramente ser transformadas em práticas hegemônicas.

Por também se constituírem como práticas culturais, as práticas de masculinidade subordinada são igualmente fortalecidas e mantidas por consequências culturais. Neste caso, a consequência cultural dessas práticas é a justiça social. Isto é, ao se engajarem em práticas de masculinidade subordinada, grupos de sujeitos passam a acessar a justiça social, que, por sua

vez, mostra-se vantajosa para a sobrevivência de grupos específicos de homens (e.g., LGBTQIA+, negros, pobres etc.) e de mulheres, o que nos ajudaria a compreender a sobrevivência de práticas de masculinidade subordinada no decorrer do tempo (ver Figura 7).

### Figura 7

#### *Análise cultural das práticas de masculinidade subordinada*



Ademais, tais práticas tem se fortalecido de forma acentuada nas últimas décadas, sendo transmitidas, de forma cada vez mais corrente, de geração para geração – podendo, inclusive, competir com as contingências que produzem o dividendo patriarcal, sinalizando, para muitos grupos de homens e mulheres, consequências mais vantajosas. Assim, a justiça social, concebida como consequência cultural, tem agido sobre determinados grupos como unidade e, dentre estes grupos, é transmitida transgeracionalmente. Sua temporalidade também é estendida, se alongando para além do curso de vida dos indivíduos. Em suma, verifica-se que, assim como ocorre com as práticas de masculinidade hegemônica, as práticas de masculinidade subordinada se mantêm devido às consequências obtidas em diferentes níveis de seleção. Por exemplo, os sujeitos que emitem comportamentos compatíveis com essas práticas podem acessar consequências sociais (e.g., validação daqueles que pertencem ao mesmo grupo), consequências individuais (e.g., reforços derivados de comportamentos compatíveis com maior

expressividade emocional e sexual, participação ativa na criação de filhos etc.) e consequências culturais (e.g., justiça social), o que viabiliza sua perpetuação entre as gerações.

Por fim, a última categoria de práticas de masculinidades descrita por Connell (2005) faz referência à *masculinidade marginalizada*. Segundo a autora, a masculinidade marginalizada necessariamente interage com outros marcadores sociais, tais como classe e raça, e, assim como a masculinidade subordinada, essa categoria também ocupa um lugar inferior na hierarquia das práticas de masculinidades. Apesar das desvantagens oriundas das intersecções com outras estruturas sociais, esses homens, ao contrário daqueles que emitem comportamentos consistentes com a masculinidade subordinada, não renunciam às normas da masculinidade hegemônica. Deste modo, a principal característica da masculinidade marginalizada é a reivindicação da autoridade e do poder, mesmo diante de um contexto social desfavorável. Os homens que se engajam em práticas de masculinidade marginalizada buscam adaptar as preconizações do modelo dominante à sua realidade, uma vez que são destituídos de recursos econômicos e representatividade institucional para sustentar os padrões da masculinidade hegemônica. Isso ocorre porque os homens que atualmente representam a masculinidade hegemônica são favorecidos pela intersecção de diversos marcadores socialmente privilegiados (i.e., são, geralmente, homens brancos, cisgênero, heterossexuais, com grande poder aquisitivo e institucional<sup>164</sup>), sendo que esses sujeitos dificilmente ocupariam essa posição dominante sem essas prerrogativas interseccionais.

Connell (2005) sugere que jovens que vivenciam profundas desigualdades sociais, sejam elas decorrentes de sua raça ou status econômico, podem reivindicar uma posição mais favorável na hierarquia de gênero como meio de reagir à impotência (i.e., busca-se uma espécie

---

<sup>164</sup> É importante salientar que essas características isoladas não são suficientes para definir a masculinidade hegemônica atual. Devemos considerar se esses homens, necessariamente, reivindicam uma posição de autoridade e dominação sobre os sujeitos que ocupam uma posição inferior nas hierarquias de gênero.

de “compensação” de sua inferiorização social) – o que, correntemente, envolve o uso da violência. Nesse sentido, é possível sugerir que esses indivíduos vivenciam estados extremos de privação decorrentes de seu status social. Como efeito, o valor reforçador dos benefícios oriundos do patriarcado, que podem colocar esses sujeitos em posições privilegiadas (pelo menos em relação às mulheres), é significativamente aumentado. Logo, as práticas de masculinidade marginalizada, em suas mais variadas topografias, têm como função a obtenção de posições mais favoráveis na estrutura de gênero. Entre essas topografias, destacam-se comportamentos de agressividade e violência; segundo Skinner (1971/1973) comportamentos deste tipo são muitas vezes suscitados porque os seres humanos parecem ser reforçados ao causarem danos aos outros, o que decorre da interação de diferentes tipos de contingências:

Os etólogos têm enfatizado as contingências de sobrevivência que contribuiriam com essas características para a dotação genética da espécie, mas as contingências de reforço ao longo da vida do indivíduo também são significativas, uma vez que qualquer um que aja agressivamente para prejudicar os outros provavelmente será reforçado em outras maneiras – por exemplo, tomando posse de seus bens. As contingências explicam o comportamento independentemente de qualquer estado ou sentimento de agressão ou qualquer ato iniciador do homem [*sic*] autônomo.<sup>165</sup> (pp. 181–182)

Assim, reivindicar a autoridade, especialmente por meio da violência, aumenta a probabilidade de que esses homens acessem reforços imediatos e, como efeito, atinjam, ainda que temporariamente, um estado de saciedade. Cabe ressaltar que a intersecção entre marcadores sociais também está presente nas práticas de masculinidade subordinada, e homens negros e pobres, por exemplo, frequentemente se aproximam desta configuração de práticas.

---

<sup>165</sup> Trecho original: “The ethologists have emphasized contingencies of survival which would contribute these features to the genetic endowment of the species, but the contingencies of reinforcement in the lifetime of the individual are also significant, since anyone who acts aggressively to harm others is likely to be reinforced in other ways – for example, by taking possession of goods. The contingencies explain the behaviour quite apart from any state or feeling of aggression or any initiating act by autonomous man” (Skinner, 1971/1973, pp. 181–182)



Entretanto, quando esses grupos não renunciam às recomendações do modelo hegemônico, eles passam a desempenhar as práticas de masculinidade marginalizada.

Ainda, nota-se que os homens que emitem comportamentos consistentes com a masculinidade marginalizada, por estarem expostos ao controle aversivo decorrente da intersecção dos diferentes marcadores sociais e da impossibilidade de desempenhar satisfatoriamente as normas dominantes devido a essas particularidades, podem demonstrar uma variabilidade comportamental significativa no que toca às tentativas de acessar o dividendo patriarcal. Skinner (1968/1999) destaca que a punição, apesar de, em um sentido estrito, ocasionar a supressão de comportamentos indesejados, também pode gerar comportamentos, pois induz as pessoas a se comportarem de determinada maneira (i.e., de formas diferentes daquelas punidas). Podemos inferir, então, que esses homens, ao serem punidos devido às especificidades de sua condição socioeconômica, podem variar seus comportamentos com a função de acessar benefícios que estão, mesmo que de forma parcial e remota<sup>166</sup>, a seu alcance (i.e., o dividendo patriarcal). Por exemplo, se esses homens não conseguem acessar esses benefícios por meio da ocupação de lugares de autoridade nas instituições, eles se organizam em gangues à margem da lei.

Conforme enfatizado ao longo de toda esta etapa do trabalho, os grupos exercem um papel fundamental no arranjo de contingências sociais que podem manter ou transformar

---

<sup>166</sup> É importante reiterar que, segundo Connell (2005), esses homens só conseguem acessar o dividendo patriarcal de forma limitada, em virtude das intersecções de classe e raça. Isso ocorre porque os homens que melhor representam a atual masculinidade hegemônica assumem uma série de características incompatíveis com a realidade socioeconômica dos grupos socialmente minorizados. Por exemplo, Goffman (1963/1988), ao tratar do modelo ideal de homem americano, destaca que “há só um tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar: um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Norte [global], heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos esportes” (p. 139). Qualquer homem que destoa destas normas pode ser desqualificado. Observando essas características, é fácil constatar aquilo que Connell já enfatizava: apenas um número muito pequeno de homens consegue se comportar em conformidade com as normativas da masculinidade hegemônica. A inexistência destas normativas é ainda mais implacável àqueles que são atravessados por realidades étnicas, raciais, econômicas etc. distintas.

práticas de masculinidades. Não obstante, as agências controladoras também são elementos relevantes para a análise destes fenômenos. Deste modo, no próximo capítulo serão exploradas possíveis relações das agências controladoras com as práticas de masculinidades caracterizadas nesta seção.

#### **4. O papel das agências de controle na manutenção das práticas hegemônicas de masculinidade**

Ao discutir sobre as agências de controle, Skinner (1953/2014) afirmou que estas, juntamente com os indivíduos que são por elas controlados, compõem os sistemas sociais. As agências controladoras, de acordo com o autor, exercem um papel relevante e efetivo na manipulação de variáveis, uma vez que estas operam com maior êxito e são mais bem organizadas quando comparadas ao grupo como um todo. Nesta perspectiva, estabelece-se que “ao discutirmos as agências de controle, estamos preocupados especificamente com certos tipos de poder sobre as variáveis que afetam o comportamento humano e com as práticas de controle que podem ser empregadas por causa deste poder”<sup>167</sup> (Skinner, 1953/2014, pp. 334–335). As agências controladoras potencializam esse controle exercido sobre os indivíduos quando atuam de forma congruente com o controle ético exercido pelos grupos. O governo, a religião, a educação, a economia e a psicoterapia são exemplos de agências que foram diretamente examinadas e descritas por Skinner.

Connell (2005) sublinha que os homens que emitem comportamentos consistentes com as práticas de masculinidade hegemônica são os principais representantes e beneficiados pelas mais diversas instituições. Ou seja, atualmente, os homens que se aproximam do padrão hegemônico de masculinidade são os principais representantes das mais variadas agências controladoras (e.g. são esses sujeitos que ocupam, majoritariamente, os cargos públicos e

---

<sup>167</sup> Trecho original: “In discussing controlling agencies we are concerned specifically with certain kinds of power over variables which affect human behavior and with the controlling practices which can be employed because of this power” (Skinner, 1953/2014, pp. 334–335).

políticos, os gabinetes, os níveis executivos de corporações, as posições de autoridade religiosa etc. [Connell, 2005]). Essas prerrogativas são parte do dividendo patriarcal – bem como requisitos para sua manutenção. Deste modo, os homens, ao mesmo tempo em que ocupam posições privilegiadas na sociedade, utilizam-se destas com a função de manter ou atualizar seus privilégios. Ou seja, o papel desempenhado pelas agências controladoras atualmente resulta na preservação dos interesses de um grupo bastante específico de homens.

Ocupando-se mais especificamente deste tema, temos que o governo pode ser caracterizado como o tipo mais evidente de agência controladora, sendo definida pelo seu poder de punir – apesar de, frequentemente, se utilizar de outros tipos de controle (Skinner, 1953/2014). À medida que o grupo classifica eticamente os comportamentos como “corretos”, “incorretos”, “bons”, “ruins” etc., o governo adota a categorização “legal” e “ilegal” e, como efeito, passa a regular comportamentos, sendo que esses dois processos mantêm relações estreitas entre si, pois “na medida que o poder do governo deriva do grupo, as definições [‘legal’ e ‘ilegal’] aproximam-se das de ‘certo’ e ‘errado’”<sup>168</sup> (p. 337). Entretanto, considerando que essa agência opera, sobretudo, baseada no controle aversivo, a ênfase recai sobre os comportamentos tidos como ilegais, ruins, incorretos etc., e diversas estratégias são utilizadas com a função de suprimi-los (e.g., punição direta dos comportamentos) e promover a obediência (e.g., uso do reforçamento negativo). Nesta perspectiva, o comportamento verbal exerce um papel primordial para o funcionamento desta agência:

O indivíduo controlado é obediente aos ditames da agência se ele se comporta em conformidade com suas práticas controladoras, mas há uma forma especial de obediência na qual uma determinada resposta é colocada sob controle de um comando verbal. Como estímulo verbal, um comando tem uma dupla função. Especifica o

---

<sup>168</sup> Trecho original: “To the extent that the power of the government derives from the group, the definitions approach those of ‘right’ and ‘wrong’” (Skinner, 1953/2014, p. 337).

comportamento a ser realizado e gera uma condição aversiva da qual somente aquele comportamento proporcionará uma fuga.<sup>169</sup> (Skinner, 1953/2014, p. 338)

Esses comandos verbais estão mais bem descritos e sistematizados nas leis. Skinner (1953/2014) sugere que as leis especificam os comportamentos e as consequências destes – especialmente as medidas punitivas a serem adotadas caso haja uma transgressão. Assim, “uma lei é, portanto, *uma descrição de uma contingência de reforço mantida por uma agência governamental*”<sup>170</sup> (p. 339, grifos do autor). Essas proposições podem ser úteis para complementar as interpretações tecidas no tópico anterior acerca do processo de manutenção das práticas de masculinidade hegemônica. Connell (2005) assinala que a masculinidade se institucionaliza, via de regra, na economia e no Estado. Uma vez que os homens engajados com práticas de masculinidade hegemônica são os principais representantes e beneficiados das agências controladoras, é possível notar a representatividade destes sujeitos nas mais diversas esferas do governo. O controle governamental exercido por esses homens tem como efeito, na maior parte das vezes, a manutenção dos seus próprios privilégios.

O fato acima explicitado pode ser ilustrado ao analisarmos a construção de legislações que historicamente foram utilizadas com a função de conservar os benefícios oriundos do patriarcado. Por exemplo, em diversas regiões, os homens possuíam (e, em alguns casos, ainda possuem) respaldo jurídico para exercer um controle irrestrito sobre as mulheres, seja na posição de pai ou de cônjuge, sustentando, deste modo, a posição de subalternidade feminina nas relações de gênero. No caso do Brasil, em um retrospecto histórico, nota-se que os homens (brancos e socialmente prestigiados) ocupavam o centro das disposições jurídicas, sendo estas

---

<sup>169</sup> Trecho original: “It is a staple product of governmental control. In the broadest sense the controlled individual is obedient to the dictates of the agency if he behaves in conformity with its controlling practices, but there is a special form of obedience in which a particular response is brought under the control of a verbal command. As a verbal stimulus a command serves a double function. It specifies behavior to be carried out, and it generates an aversive condition from which only that behavior will bring escape” (Skinner, 1953/2014, p. 338).

<sup>170</sup> Trecho original: “A law is thus a *statement of a contingency of reinforcement maintained by a governmental agency*” (Skinner, 1953/2014, p. 339).

utilizadas com a finalidade de mantê-los nesta posição privilegiada em detrimento das mulheres. A violência era frequentemente utilizada como instrumento de controle social sobre as mulheres. Nesse contexto, a existência de uma suposta honra masculina<sup>171</sup> servia como subterfúgio para ensejar a violência contra as mulheres com respaldo das legislações vigentes. No período colonial brasileiro, por exemplo, estavam em vigor as Ordenações Filipinas (Portugal, 1870), um código de leis herdado de Portugal, nas quais havia o reconhecimento da licitude do assassinato de mulheres em casos de adultério, conforme consta no livro V, capítulo XXXVIII da referida legislação (transcrita com a linguagem da época):

Do que matou sua mulher, pola achar em adulterio:

Achando o homem casado sua mulher em adulterio, licitamente poderá matar assi a ella, como adultero, salvo se o marido for peão, e o adultero Fidalgo, ou nosso Dezembargador, ou pessoa de maior qualidade. ... Não somente poderá o marido matar sua mulher e o adultero, que achar com ella em adulterio, mas ainda os pôde licitamente matar, sendo certo que lhe commetterão adulterio<sup>172</sup>. (p. 1188)

Apesar da referência longínqua, uma breve análise da conquista de direitos das mulheres brasileiras demonstra que a utilização de comandos verbais no formato de leis, até muito recentemente, operou na conservação de práticas de subjugação feminina. Por exemplo, somente em 1962 foi aprovado o Estatuto da Mulher Casada (Brasil, 1962), por meio do qual as mulheres adquiriram alguns direitos e puderam assumir uma série de condutas independentemente da autorização do cônjuge (i.e., as mulheres poderiam trabalhar, receber herança, solicitar a guarda dos filhos etc. sem necessitar da autorização de seus esposos) e em 1977 foi aprovada a Lei do Divórcio (Brasil, 1977), o que viabilizou a dissolução da sociedade

---

<sup>171</sup> Para mais informações, ver Pimentel, S., Pandjarian, V., & Belloque, J. (2006). “Legítima defesa da honra”: ilegítima impunidade dos assassinos: Um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. In M. Correa & R. de Souza. *Vida em família: Uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”* (pp. 65–34). Unicamp/Pagu.

<sup>172</sup> Nesse código legal, os homens não só tinham o direito de matar suas esposas caso houvesse o flagrante de adultério, como também poderiam assassiná-las mediante a mera suspeita de infidelidade.

conjugal. A igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres só foi amplamente reconhecida em 1988, quando a Constituição Federal entrou em vigor.

Outro pilar fundamental da masculinidade hegemônica também foi (e, de alguma forma, ainda tem sido) sustentado pelas agências governamentais: a heterossexualidade compulsória encontrou, por muito tempo, sustentação em legislações que criminalizavam a homossexualidade. Connell (2005) elucida que a demarcação de tipos específicos de homens como “desviantes” ou “anormais” fomentou a produção de diferentes estratégias para conter os “pervertidos”, tanto na forma de leis, como por meio de patrulhas policiais para vigiar a rotina destes sujeitos, o que, em sua consequência última, serviu para legitimar a heterossexualidade como característica basilar da masculinidade hegemônica. No contexto brasileiro, temos que a união estável e o casamento civil homoafetivos só foram reconhecidos, respectivamente, nos anos de 2011, pelo Supremo Tribunal Federal, e em 2013 pelo Conselho Nacional de Justiça (Conselho Nacional de Justiça, 2013). De acordo com a Organização das Nações Unidas (2018), existem pelo menos 76 países que criminalizam relações homoafetivas, as quais são penalizadas com processos, prisões e, em pelo menos cinco países, penas de morte.

Nota-se, portanto, que os homens, como representantes majoritários da agência de controle governamental, têm exercido um papel imperativo na designação de quais comportamentos devem ser entendidos como legais ou ilegais – em consonância com as próprias definições do seu grupo acerca das condutas desejáveis e indesejáveis – e, desta maneira, diversas estratégias de controle são utilizadas com função de induzir os sujeitos a agirem legalmente, dentre as quais destaca-se a produção e emissão de comandos verbais que acarretam estimulação aversiva. Comportando-se de acordo com as leis, os sujeitos, portanto, evitam a punição. Em adição, esse mesmo sujeito que suprime e modifica suas ações de modo que estas sejam consideradas lícitas, passa a controlar o comportamento de outros membros do grupo e, como efeito, previne-se que estes não subvertam as normas: “um homem [*sic*] que

tenha observado um comportamento ilegal e a punição a ele condicionada pode agir para evitar tal comportamento e impedir que outros se comportem da mesma maneira ... ao fazer isso, ele apoia o controle governamental”<sup>173</sup> (Skinner, 1953/2014, p. 340). Essa complexa interação entre governo e governado, quando há obediência às normas, viabiliza a continuidade desta agência em seus moldes atuais: “a mudança de comportamento dos governados fornece de volta um reforço ao governo, o que explica a continuidade de sua função”<sup>174</sup> (Skinner, 1953/2014, p. 346).

Apesar disso, em consonância com a recente conquista de direitos de grupos socialmente subalternizados, observa-se a existência e gradual fortalecimento de práticas subversivas no interior das próprias agências. Ainda que os principais representantes das agências sejam homens que desempenham a masculinidade hegemônica e que, como efeito, transformações significativas sejam desaceleradas ou desencorajadas, estratégias de contracontrole têm sido desenvolvidas e ampliadas por grupos tidos como dissidentes – o que tem promovido mudanças importantes no que toca à garantia de direitos.

Outro fator importante sobre o governo refere-se à atribuição de encargos específicos a grupos particulares. Segundo Skinner (1953/2014), “no governo organizado de um Estado moderno, a tarefa específica de punição é atribuída a grupos especiais – a polícia e os militares”<sup>175</sup> (p. 335). De acordo com Connell (2005), são os homens que exercem um controle quase total das instituições coercitivas, sendo que estes integram a maior parte dos exércitos, as corporações policiais, dentre outros. Por muito tempo, as guerras foram, metaforicamente, um dos principais palcos para se performar a masculinidade hegemônica, no qual a violência

---

<sup>173</sup> Trecho original: A man who has observed illegal behavior and the punishment contingent upon it may act to keep himself from such behavior and to prevent others from behaving in the same way ... in doing so, he supports governmental control (Skinner, 1953/2014, p. 340).

<sup>174</sup> Trecho original: “The change in the behavior of the governed supplies a return reinforcement to the government which explains its continuing function” (Skinner, 1953/2014, p. 346).

<sup>175</sup> Trecho original: “In the organized government of a modern state the specific task of punishment is assigned to special groups – the police and military” (Skinner, 1953/2014, p. 335).

era executada sem escrúpulos. A violência, ainda hoje, constitui-se como um meio de garantir autoridade e domínio. Assim, a masculinidade hegemônica se institucionaliza no governo e utiliza-se das atribuições desta agência controladora com a função de perpetuar suas práticas, muitas vezes por intermédio da coerção.

O tipo de controle exercido pelo governo também se estende a outras agências, dentre as quais podemos mencionar, por exemplo, a religião. Segundo Skinner (1953/2014), no controle empregado pelas religiões “o comportamento não é classificado simplesmente como ‘bom’ e ‘mau’ ou ‘legal’ e ‘ilegal’, mas como ‘moral’ e ‘imoral’ ou ‘virtuoso’ e ‘pecaminoso’. É então reforçado ou punido de acordo com isso”<sup>176</sup> (p. 352). O autor determina que o controle religioso deriva de uma aparente conexão com o sobrenatural e, com base nisso, a agência arranja ou altera contingências sob pretexto de que os sujeitos obtenham bençãos ou condenações no futuro. Não obstante, o controle exercido por essa agência assume uma particularidade que precisa ser considerada:

Os reforçadores retratados em Céu e Inferno são muito mais poderosos do que aqueles que sustentam o “bom” e o “mau” do grupo ético ou o “legal” e “ilegal” do controle governamental, mas essa vantagem é compensada até certo ponto pelo fato de que eles não operam realmente durante a vida do indivíduo. O poder alcançado pela agência religiosa depende de quão efetivamente certos reforços verbais são condicionados – em particular a promessa do Céu e a ameaça do Inferno<sup>177</sup> (Skinner, 1953/2014, p. 353).

A punição do comportamento pecaminoso, portanto, gera uma condição aversiva que o

---

<sup>176</sup> Trecho original: “Behavior is classified, not simply as ‘good’ and ‘bad’ or ‘legal’ and ‘illegal’, but as ‘moral’ and ‘immoral’ or ‘virtuous’ and ‘sinful’. It is then reinforced or punished accordingly” (Skinner, 1953/2014, p. 352).

<sup>177</sup> Trecho original: “The reinforcers portrayed in Heaven and Hell are far more powerful than those which support the “good” and “bad” of the ethical group or the “legal” and “illegal” of governmental control, but this advantage is offset to some extent by the fact that they do not actually operate in the lifetime of the individual. The power achieved by the religious agency depends upon how effectively certain verbal reinforcements are conditioned – in particular the promise of Heaven and the threat of Hell” (Skinner, 1953/2014, p. 353).



sujeito descreve como “sentimento de pecado”. Como efeito, tal comportamento é enfraquecido. O controle religioso também pode ser sutil, geralmente apoiado na noção de que acessar o Céu ou o Inferno depende apenas do comportamento dos sujeitos. No que toca às masculinidades, conforme Connell (2005) indica em seu apanhado histórico sobre práticas de masculinidade hegemônica, o modelo religioso predominante nas grandes potências mundiais (i.e., o cristianismo) forneceu as bases para endossar a posição de subjugação feminina e os ataques contra homossexualidade – sustentando, pois, os principais pilares do atual modelo hegemônico de masculinidade. Em um exame abrangente, é possível sintetizar a narrativa bíblica como predominantemente patriarcal e heteronormativa. No Antigo Testamento, verifica-se que Deus é associado à figura do homem, relacionando-se a um poder notadamente masculino (e.g., Deus Pai Todo-Poderoso), bem como cria-se uma narrativa criacionista na qual o homem se sobressai em relação à mulher (Bíblia Sagrada: Almeida Revista e Atualizada, 1993, Gn. 2). Além disso, a mulher é tida como primeira figura pecadora, responsável por conduzir os homens ao pecado, e, por isso, punida com as dores do parto (Gn. 3). Há, ainda, trechos que sugerem explicitamente a submissão feminina, endossando os papéis tradicionais de esposa obediente e mãe exemplar: “Mulheres, sede vós, igualmente, submissas a vosso próprio marido, para que, se ele ainda não obedece à palavra, seja ganho, sem palavra alguma, por meio do procedimento de sua esposa, ao observar o vosso honesto comportamento cheio de temor” (1 Pe. 3:1, 2), ou, ainda, “Permaneçam as mulheres em silêncio nas igrejas, pois não lhes é permitido falar; antes permaneçam em submissão, como diz a Lei. Se quiserem aprender alguma coisa, que perguntem a seus maridos em casa; pois é vergonhoso uma mulher falar na igreja” (1 Cor. 14:34, 35). A Bíblia também é correntemente utilizada como subterfúgio para a sustentação de práticas heteronormativas. Nota-se que a homossexualidade é considerada um comportamento pecaminoso: “Não te deitarás com um homem, como se fosse mulher: isso é uma abominação” (Lv. 18:22), e, em adição, “Se um homem se deitar com outro homem como

quem se deita com uma mulher, ambos praticaram um ato repugnante. Terão que ser executados, pois merecem a morte” (Lv. 20:13). Práticas homossexuais, portanto, podem gerar consequências aversivas aos sujeitos que, para alcançar o Céu, devem obedecer aos mandamentos de Deus – tendo seu comportamento reforçado negativamente, neste caso. Quando as estratégias de controle da agência religiosa convergem com os objetivos do governo, o problema se torna ainda mais complexo, acentuando as dificuldades de se instalar repertórios de contracontrole mais efetivos.

Um terceiro tipo de agência descrito por Skinner (1953/2014) é a psicoterapia. Segundo o autor, pessoas que buscam psicoterapia geralmente vivenciam um estado aversivo e, por conta disso, qualquer atenuação ou promessa de atenuação desta aversividade operam como reforçadores. Nesse contexto, terapeutas podem se valer de uma extensão do controle de outras agências (i.e., governo, religião ou o próprio controle ético do grupo) para modificar os comportamentos dos pacientes ou pode, ainda, tomar um caminho oposto, evitando consistentemente o uso do controle aversivo – sendo essa última opção a mais desejável. No que toca às masculinidades, é possível verificar que a psicoterapia, segundo Connell (2005), exerceu um papel significativo nas políticas de masculinidade, seja com objetivo de reformular práticas hegemônicas ou de sustentá-las. Quando as primeiras discussões acerca dos papéis masculinos começaram a ganhar força na década de 1970, muitos homens se reuniram em grupos de conscientização e buscaram apoio psicoterapêutico para atravessar o processo de se desvincular das normas predominantes acerca de seu gênero. Entretanto, na década seguinte, uma tendência contrária ganhou popularidade: o uso da psicoterapia para resgatar uma masculinidade tida como “verdadeira” ou “profunda”, que teria sido abalada ou danificada pelos movimentos sociais da época, especialmente o feminismo, que era acusado de “feminizar” os homens. Deste modo, a psicoterapia, por muito tempo, serviu como instrumento para diminuir o estresse e sentimento de culpa oriundos das mudanças sociais que colocavam

em xeque a posição masculina dominante, retardando a organização de ações coletivas em busca de uma transformação efetiva das condutas masculinas normatizadas. Na verdade, ainda hoje é possível verificar psicoterapeutas sustentando os pilares da atual masculinidade hegemônica por meio da disseminação de práticas que objetivam a conversão ou reversão sexual – popularmente conhecidas no país como práticas de “cura gay” –, as quais buscam “corrigir” a orientação sexual e/ou a identidade de gênero de pessoas LGBTQIA+ a fim de que elas se conformem ao modelo cisheteronormativo dominante (Froes et al., 2022).

A quarta agência de controle descrita por Skinner (1953/2014) é a economia. O autor indica que essa agência é composta por aqueles que possuem riquezas e passam a controlar outros sujeitos, ampliando-se a possibilidade de se preservar ou aumentar essa fonte de poder. Ou seja, “como no controle religioso, governamental ou psicoterapêutico, o poder econômico pode ser usado para promover os interesses especiais daqueles que o possuem”<sup>178</sup> (p. 400). No que toca às masculinidades, já foi descrito que estas também se institucionalizam na economia. Em um panorama histórico, os homens foram significativamente beneficiados no processo de distribuição de tarefas e riquezas quando comparados às mulheres (Connell, 2005). Segundo a autora, com a Revolução Industrial, os homens dos países metropolitanos reelaboraram os significados da masculinidade, que passou a ser estreitamente associada à capacidade e prosperidade laboral. O usufruto do trabalho doméstico feminino não remunerado e a participação ativa na esfera pública possibilitou aos homens acessar melhores cargos e remunerações. Além disso, o próprio sistema econômico vigente atua em benefício de um tipo específico de homens, que representa os principais detentores dos meios de produção e acumuladores de grandes fortunas.

Connell (2005), ao discorrer sobre o neoliberalismo, indica que este opera com base em

---

<sup>178</sup> Trecho original: “As in religious, governmental, or psychotherapeutic control, economic power may be used to further the special interests of those who possess it” (Skinner, 1953/2014, p. 400).

uma suposta neutralidade de gênero. Contudo, a precarização do trabalho e redução da oferta de empregos decorrentes deste modelo econômico acomete, principalmente, mulheres e homens pertencentes a grupos socialmente minorizados. Como exemplo, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) demonstram que, no ano de 2020, cerca de 64,3% dos cargos de gerência eram ocupados por homens, sendo que estes são, em sua grande maioria (quase 70%), brancos. O índice de pessoas que trabalham na informalidade também é representativo: 44,7% das pessoas negras exercem esse tipo de atividade – a título de comparação, o percentual de pessoas brancas nesta mesma condição é de 31,8%. Entre as pessoas desempregadas, mais da metade (cerca de 51,5%) são mulheres; destas 63,6% são pretas ou pardas, em média. No que concerne aos homens desempregados, cerca de 63% são pretos ou pardos. A distribuição salarial também é profundamente impactada por essas variáveis. Por exemplo, as mulheres de todos os níveis de instrução (e.g., sem instrução ou fundamental incompleto; ensino fundamental completo ou médio incompleto; ensino médio completo ou superior incompleto; ensino superior completo) recebem menos que os homens de mesma escolaridade. O mesmo ocorre para pessoas negras, quando comparadas às brancas.

Esses fatos corroboram com os apontamentos de Connell (2005): os homens que são favorecidos pelo neoliberalismo são aqueles que, em alguma medida, cumprem com as normativas da masculinidade hegemônica, sendo seus principais representantes os grandes empresários. A agência econômica, portanto, sustenta uma masculinidade competitiva e focada no acúmulo de riquezas, e, para isso, os representantes de tal agência controlam os indivíduos e, como efeito, preservam e potencializam sua posição economicamente privilegiada, o que significa, na maioria das vezes, a garantia da perpetuação das desigualdades de gênero (i.e., a exploração do trabalho feminino não remunerado, a precarização do trabalho para grupos socialmente marginalizados, a extinção de políticas públicas de distribuição de renda etc.).

Por fim, a última agência de controle descrita por Skinner (1953/2014) é a educação.

De acordo com o autor, essa agência objetiva o estabelecimento – e não, necessariamente, a manutenção – de comportamentos que serão vantajosos para os sujeitos ou para o seu grupo futuramente. Ou seja, à medida que as agências anteriormente descritas buscavam manter ou suprimir certos comportamentos no repertório dos sujeitos (e.g., manter comportamentos “legais”, suprimir comportamentos “ilegais”, manter comportamentos “morais”, suprimir comportamentos “pecaminosos” etc.), a agência educacional busca instalar novos repertórios comportamentais. Por exemplo, o autor menciona que a família funciona como uma agência educacional ao ensinar as crianças a andar, falar, comer etc. De forma geral, o funcionamento da educação como agência controladora depende da cultura na qual o indivíduo está inserido.

A educação, seja ela exercida pela família ou por instituições mais bem organizadas, é primordial para a instalação das práticas de masculinidades, como foi discutido na seção anterior ao tratarmos sobre as diferentes maneiras pelas quais os meninos aprendem os comportamentos tidos como mais adequados para seu gênero. Connell (2005) indica que, dentre outras instituições, a escola também atua de forma a pressionar jovens meninos a adquirirem certos comportamentos que estejam em conformidade com as normas hegemônicas de masculinidade. Isso ocorre por meio dos currículos escolares tradicionais e do controle exercido por professores ou por outros colegas.

Nota-se, ainda, que outras agências controladoras, para além daquelas descritas por Skinner, exerceram uma influência estrita no processo de construção e perpetuação da masculinidade hegemônica, tais como a medicina e a mídia. No primeiro caso, dados históricos elucidam que diferentes práticas médicas – verbais e não verbais – atuaram de forma a patologizar comportamentos que destoavam dos interesses dos grupos dominantes (e.g., a homossexualidade, a transexualidade, a sexualidade feminina etc.), bem como naturalizavam, com base em um suposto determinismo biológico, condutas masculinas vantajosas para os homens (e.g., assumia-se que os homens eram biologicamente mais racionais, agressivos,

voluptuosos etc.). Nesta mesma perspectiva, a mídia contribuiu significativamente com a produção e comercialização das denominadas masculinidades exemplares – modelos que, até hoje, exercem uma intensa influência na construção da masculinidade de jovens meninos e homens adultos.

Isto posto, nota-se que as agências de controle exercem um papel significativo na manutenção de práticas de masculinidade hegemônica. Considerando que, atualmente, o modelo hegemônico de masculinidade sustenta-se na misoginia e homofobia, conclui-se que essas agências acabam contribuindo com a desaceleração e retrocesso das transformações das relações de gênero que endossam a justiça social – não obstante, essa desaceleração pressupõe que alguma transformação tem sido estimulada, o que pode ser verificado nas conquistas recentes de movimentos sociais em prol da equidade. Conforme salienta Connell (2005), os efeitos a longo prazo do funcionamento deste sistema social podem ser desastrosos:

As consequências desta defesa não são apenas a desaceleração ou o retrocesso da mudança de gênero, como as facilidades de representação parlamentar e a quebra de garantias para as mulheres no leste europeu. As consequências também se encontram em tendências de longo prazo na ordem institucional que a masculinidade hegemônica domina. Essas tendências incluem a crescente destrutividade da tecnologia militar (e, não menos, a disseminação de armas nucleares), a degradação de longo prazo do meio ambiente e o aumento da desigualdade econômica em escala mundial. A manutenção bem-sucedida de uma masculinidade competitiva e orientada para o domínio, nas instituições centrais da ordem mundial, torna cada uma destas tendências mais perigosa e mais difícil de reverter.<sup>179</sup> (p. 216)

---

<sup>179</sup> Trecho original: “The consequences of this defence are not just the slowing down or turning back of gender change, as in the cases of parliamentary representation and the breakdown of guarantees for women in Eastern Europe. The consequences are also found in long-term trends in the institutional order that hegemonic masculinity dominates. These trends include the growing destructiveness of military technology (not least the spread of nuclear weapons), the long-term degradation of the

Em resumo, uma vez que os principais representantes e beneficiários das agências controladoras são os homens que desempenham, em algum grau, práticas de masculinidade hegemônica, estas operam com função de preservar os benefícios oriundos do dividendo patriarcal, contribuindo, portanto, para a sobrevivência desta cultura dominante. Não obstante, a continuidade deste padrão de funcionamento pode ser nefasta para a sociedade como um todo. Deste modo, faz-se necessário e urgente o planejamento de transformações significativas nestas práticas, o que esbarra, necessariamente, em questões políticas, que serão abordadas no próximo capítulo.

## **5 Políticas de masculinidades e a prática de analistas do comportamento**

Em seu projeto teórico, Connell (2005) deixa bastante claro o caráter mutável de todas as configurações de práticas de masculinidade. Atualmente, movimentos sociais, especialmente aqueles voltados para questões de gênero, têm exercido um papel relevante na interpelação e promoção de transformações no que toca às práticas generificadas. Nesta perspectiva, é possível afirmar que o modelo de masculinidade hegemônica outrora apresentado pode ser transformado e dar lugar a práticas menos opressivas – tanto para os próprios homens quanto para as mulheres. Partindo deste ponto, a autora utiliza o conceito *políticas de masculinidades* para tratar de ações coletivas organizadas com objetivo de modificar as configurações de masculinidades vigentes.

Este último capítulo da pesquisa direcionará seu foco principalmente às atuais práticas de masculinidade hegemônica, tecendo reflexões sobre como analistas do comportamento podem contribuir para modificá-las. Este enfoque se justifica pelo fato de que a categoria hegemônica de masculinidade, uma vez que esta ocupa a posição mais privilegiada na

---

environment and the increase of economic inequality on a world scale. The successful maintenance of a competitive and dominance-oriented masculinity, in the central institutions of the world order, makes each of these trends more dangerous and more difficult to reverse” (Connell, 2005, p. 216).

hierarquia das relações de gênero, regula as relações estabelecidas entre e com as demais configurações de masculinidades. Desse modo, ao modificarmos as práticas que compõem o modelo masculinidade mais prestigiado socialmente (i.e., a masculinidade hegemônica), as demais categorias de masculinidades (e.g., subordinada, cúmplice e marginalizada) serão inevitavelmente modificadas, pois estas se configuram em relação ao modelo hegemônico.

Isto posto, segundo Connell (2005), para que os resultados sejam efetivos, as políticas de masculinidades devem visar a produção e o fortalecimento da justiça social, ou seja, devem ter como produto final a redução da disparidade entre os gêneros. Os homens (bem como as mulheres) não devem ser meros espectadores deste processo, ao contrário, devem manter uma postura socialmente ativa nesse curso de rupturas e transformações das relações de gênero. Para tratar deste tema em termos analítico-comportamentais, é importante definir o seu cerne: promover transformações de práticas de masculinidades, isto é, práticas culturais, que possam ser positivamente reforçadoras a diferentes grupos – e não só ao grupo dominante. Deste modo, os escritos referentes ao planejamento cultural mostram-se pertinentes a essas discussões, bem como são relevantes para identificarmos como analistas do comportamento podem contribuir com as políticas de masculinidades.

Segundo Skinner (1953/2014), a Análise do Comportamento pode fornecer as bases para o planejamento de culturas mais eficazes. O autor sugere que “o planejamento de uma nova cultura é necessariamente uma espécie de reforma, e quase necessariamente significa uma mudança de reforçadores”<sup>180</sup> (Skinner, 1971/1973, p. 160). Com base nesta citação, podemos inferir, em um primeiro momento, que parte de seus encaminhamentos sobre modificações culturais se sustentam em ações reformistas – e não transformativas<sup>181</sup>, como recomenda

---

<sup>180</sup> Trecho original: “The design of a new culture is necessarily a kind of re-form, and it almost necessarily means a change of reinforcers” (Skinner, 1971/1973, p. 160).

<sup>181</sup> De acordo com Collins (2022), projetos reformistas e transformativos são diferentes, sobretudo em seus objetivos: “projetos reformistas veem fundamentalmente as condições sociais existentes como passíveis de melhoria ... um problema social é uma questão específica que pode ser resolvida ao se



Connell (2005). Contudo, para considerarmos o uso das premissas analítico-comportamentais como reformistas ou transformativas, devemos examinar, sobretudo, os objetivos dos(as) aplicadores(as) e planejadores(as) culturais. Para um planejamento cultural transformativo – que deve ser o principal foco das políticas de masculinidades compatíveis com a justiça social – as modificações nas contingências dos três níveis de seleção devem ser executadas objetivando mudanças na estrutura de gênero vigente. Isso demanda modificações nas contingências dispostas por grupos e agências, bem como a introdução de variações que coloquem os homens em contato com a justiça social, enquanto consequência cultural, e demais consequências positivamente reforçadoras a nível ontogenético oriundas de comportamentos menos opressivos.

Para que o planejamento cultural seja executado, é necessário analisar o ambiente social e descrever as características mais essenciais de uma cultura de acordo com a estrutura de uma ciência natural, o que nos permite compreender o funcionamento e os efeitos de uma dada cultura (Skinner, 1953/2014). Esses passos foram tomados no segundo capítulo desta dissertação, ao discutirmos sobre as masculinidades como práticas culturais.

Outrossim, o Comportamentalismo Radical enfatiza que, ao identificarmos elementos aversivos e potencialmente destrutivos em uma dada cultura, podemos agir de forma a promover transformações, o que, certamente, demandará previsão e controle. Para tal, sugere-se que planejadores culturais questionem “Que comportamento por parte dos membros de uma comunidade provavelmente contribuirá para seu sucesso? Como esse comportamento pode ser gerado e mantido?”<sup>182</sup> (Skinner, 1968/1999, p. 71). Sobre esse processo, o autor também destaca:

---

manter um sistema social intacto” (pp. 120–121). Por outro lado, “os projetos transformativos veem os próprios sistemas sociais específicos tanto como a causa de problemas sociais específicos quanto como problemas em si” (p. 121).

<sup>182</sup> Trecho original: “What behavior on the part of the members of a community is most likely to contribute to its success? How may that behavior be generated and maintained?” (Skinner, 1968/1999, p. 71).

Ninguém conhece *a melhor* (grifos do autor) maneira de criar filhos, pagar trabalhadores, manter a lei e a ordem, ensinar ou tornar as pessoas criativas, mas é possível propor maneiras melhores do que as que temos agora e apoiá-las prevendo e, eventualmente, demonstrando resultados mais reforçadores. Isso foi feito no passado com a ajuda da experiência pessoal e da sabedoria popular, mas uma análise científica do comportamento humano é obviamente relevante. Ajuda de duas maneiras: define o que deve ser feito e sugere maneiras de fazê-lo.<sup>183</sup> (Skinner, 1971/1973, p. 143)

Podemos adaptar o trecho supracitado para refletirmos sobre o papel do planejamento cultural na promoção de políticas de masculinidades: “Ninguém conhece *a melhor* forma de agir como um homem, ensinar ou tornar meninos masculinos, mas é possível propor maneiras melhores do que as que temos agora e apoiá-las prevendo e, eventualmente, demonstrando resultados mais reforçadores”. Nesse sentido, as práticas que atualmente compõem a masculinidade hegemônica podem dar lugar a práticas menos danosas, ou seja, com menos resultados aversivos a curto e longo prazo, e que produzam consequências culturais mais vantajosas para grupos diversos, sobretudo os socialmente subordinados, mediante a manipulação de algumas variáveis. Entretanto, essa tarefa não é simples, pois precisamos considerar a estrutura estratificada das práticas generificadas. No caso aqui examinado, o grupo que desempenha a masculinidade hegemônica possui acesso a reforçadores poderosos e, além disso, controla o acesso a reforçadores de outros grupos inferiores na hierarquia de gênero. Esse grupo provavelmente não estará disposto a ampliar o acesso a reforçadores para os grupos que controlam, especialmente porque isso acarreta potencial perda de controle ou acesso a seus privilégios. Apesar da complexidade inerente a esse cenário, algumas estratégias podem ser

---

<sup>183</sup> Trecho original: “No one knows the *best* way of raising children, paying workers, maintaining law and order, teaching, or making people creative, but it is possible to propose better ways than we now have and to support them by predicting and eventually demonstrating more reinforcing results. This has been done in the past with the help of personal experience and folk wisdom, but a scientific analysis of human behaviour is obviously relevant. It helps in two ways: it defines what is to be done and suggests ways of doing it” (Skinner, 1971/1973, p. 143).

úteis para enfraquecer as práticas atualmente hegemônicas de masculinidades e fortalecer àquelas subordinadas que são sustentadas pela justiça social.

Cabe salientar a importância de se considerar um obstáculo relevante no que toca ao planejamento cultural: o comportamento de planejar culturas é controlado pela própria cultura na qual os sujeitos estão inseridos. Segundo Skinner (1971/1973), “quando uma pessoa muda seu ambiente físico ou social ... ela desempenha dois papéis: um como controlador, como o planejador de uma cultura controladora, e outro como o controlado, como produto de uma cultura”<sup>184</sup> (p. 202). Apesar do controle ser inescapável, técnicas mais efetivas de controle estão disponíveis e podem produzir efeitos mais úteis à sociedade. Tendo isso em vista, Skinner (1956/1999) questiona: “devemos ser controlados por acidente, por tiranos ou por nós mesmos em um planejamento cultural eficaz?”<sup>185</sup> (p. 33). O autor sugere que o problema dificilmente poderá ser resolvido se simplesmente optarmos pelo status quo (i.e., optarmos pelas práticas culturais e de controle social vigentes presumindo que correspondem às melhores práticas disponíveis).

Em síntese, uma vez que não podemos escapar do controle, devemos recorrer ao uso de estratégias controladoras mais úteis, isto é, a um planejamento cultural eficaz. Para combater a tirania e outros elementos que contribuem com a manutenção do status quo das relações controladoras, Skinner (1956/1999) sugere a restrição do uso da força física por pessoas que detêm o poder; a exposição das técnicas de controle da forma mais completa possível; e a elaboração de um projeto ético que previna o mal uso do poder. O contracontrole exercido pelos controlados em relação aos controladores – no caso aqui examinado, dos homens que desempenham práticas de masculinidades inferiorizadas na hierarquia das relações de gênero

---

<sup>184</sup> Trecho original: “When a person changes his physical or social environment ... he plays two roles: one as controller, as the designer of a controlling culture, and another as the controlled, as the product of a culture” (Skinner, 1971/1973, p. 202).

<sup>185</sup> Trecho original: “Are we to be controlled by accident, by tyrants, or by ourselves in effective cultural design?” (Skinner, 1956/1999, p. 33).

em relação a homens que desempenham a masculinidade hegemônica ou cúmplice – também deve ser considerado uma alternativa relevante nesse processo.

Dentre esses aspectos, alguns elementos podem ser particularmente úteis para a elaboração de políticas de masculinidades que produzam e fortaleçam a justiça social. O primeiro refere-se à elaboração de um projeto ético que possa contribuir com a transformação das práticas de masculinidades opressivas. Isso envolve, necessariamente, modificações no processo de controle ético atualmente exercido por grupos e agências. Conforme foi demonstrado no capítulo anterior, tanto o grupo como as agências exercem controle sobre o comportamento dos sujeitos, especialmente por meio de classificações éticas e das consequências que delas decorrem. Via de regra, o atual modelo de masculinidade hegemônica estabelece um padrão ético bastante rígido para os comportamentos de homens e meninos (i.e., para que os sujeitos sejam considerados “homens de verdade”, exige-se que estes sejam heterossexuais, economicamente independentes, sexualmente ativos, emocionalmente contidos etc.), sendo tais comportamentos reforçados ou punidos de acordo com esse padrão. Também foi elucidado que, muitas vezes, a classificação ética é desatualizada.

Isto posto, para que ocorra uma transformação das práticas de masculinidade hegemônicas vigentes, é necessário que o controle ético exercido por grupos e agências seja modificado e dê lugar a classificações menos desatualizadas sobre as práticas generificadas. O grupo de homens que diverge do que é socialmente estabelecido no atual modelo de masculinidade hegemônica é numeroso, uma vez que, segundo Connell (2005), talvez apenas uma minoria consiga desempenhar essa masculinidade de forma integral e satisfatória. A união destes sujeitos em prol de um objetivo comum – promover uma transformação nas características que são socialmente atribuídas à hombridade – já se mostrou possível em outros momentos da história como, por exemplo, na década de 1970 com o Movimento da Liberação dos Homens (Connell, 2005). Atualmente, as masculinidades têm sido amplamente debatidas

na ciência (e.g., a Associação Americana de Psicologia possui uma divisão exclusiva para os estudos sobre os homens e as masculinidades<sup>186</sup>) e nos espaços não acadêmicos (e.g., grupos reflexivos para homens<sup>187</sup>). Todas essas iniciativas têm contribuído com a modificação das classificações éticas emitidas pelos grupos acerca do que determinada cultura valida como comportamentos masculinos. Essas iniciativas contribuem para que, gradativamente, os grupos abandonem classificações éticas desatualizadas acerca dos comportamentos que caracterizam os sujeitos masculinos e, conseqüentemente, novas classificações (mais flexíveis) sejam adotadas. Deste modo, homens e mulheres podem atuar ativamente na construção de contingências que viabilizem a ampliação e/ou o desenvolvimento de novos repertórios verbais e não verbais sobre as masculinidades (e.g., o grupo pode descrever um sujeito como masculino ainda que este emita comportamentos que destoam das práticas de masculinidade hegemônica vigentes).

Outra estratégia relevante para um planejamento cultural que objetiva a transformação de práticas de masculinidade danosas contempla a explicitação das conseqüências a longo prazo dos comportamentos que as compõem. De acordo com Skinner (1969/2013), “recompensas imediatas são muitas vezes compensadas por punições adiadas, e ... punições muitas vezes precisam ser aceitas por causa de recompensas adiadas”<sup>188</sup> (p. 54). As observações

---

<sup>186</sup> Segundo a Associação Americana de Psicologia (n.d), a divisão 51, intitulada Sociedade para o Estudo Psicológico de Homens e Masculinidades (*Society for the Psychological Study of Men and Masculinities*) foi criada em 1995 em decorrência do crescente número de estudos feministas e sobre aprendizagem social. Essa divisão faz parceria com divisões que se dedicam ao estudo sobre mulheres, orientação sexual, diversidade de gênero, etnia, raça etc. No ano 2000, a APA criou o periódico *Psychology of Men & Masculinities* a fim de disseminar os avanços científicos no campo da psicologia dos homens e das masculinidades. Atualmente, o periódico está em seu 23º volume.

<sup>187</sup> Atualmente, diversos estados brasileiros têm buscado desenvolver e implementar, com base nos princípios da justiça restaurativa, programas de recuperação de homens agressores. De acordo com o Ministério Público do Paraná (2020), as comarcas que propuseram trabalhos nesse sentido obtiveram êxito significativo. A condução destes programas é realizada por equipes multiprofissionais, contando com profissionais do Direito, Psicologia e Serviço Social. A participação dos homens nesses grupos é determinada pelo judiciário e os encontros objetivam estimular a reflexão acerca dos comportamentos, valores e ideias que emergem no contexto da violência contra a mulher. Para suscitar essas reflexões, discussões sobre o caráter histórico e social das identidades masculinas são incentivadas.

<sup>188</sup> Trecho original: “immediate rewards are often offset by deferred punishments, and ... punishments must often be taken for the sake of deferred rewards” (Skinner, 1969/2013, p. 54).

de Connell (2005) a respeito das vantagens e desvantagens concernentes às práticas de masculinidade hegemônica podem ilustrar tal princípio. Segundo a autora, as desvantagens decorrentes destas práticas são, muitas vezes, condições para o acesso às vantagens (e.g., “os homens não podem ser beneficiários do trabalho doméstico e emocional sem perder conexões íntimas, por exemplo, com crianças pequenas” [Connell, 2005, p. 248]). Nesse sentido, apesar desta cultura patriarcal que endossa as atuais práticas de masculinidade hegemônica ter sobrevivido, essa sobrevivência tem sido promovida por comportamentos que acarretam consequências punitivas e até mesmo letais (não só para o gênero masculino).

Assim, por meio do esclarecimento das consequências remotas das práticas que atualmente compõem a masculinidade hegemônica, planejadores culturais podem acelerar o desenvolvimento de práticas menos nocivas. Segundo Skinner (1961/1999):

Uma cultura que levanta a questão dos efeitos colaterais ou diferidos tem mais probabilidade de descobrir e adotar práticas que sobreviverão ou, à medida que as condições mudarem, levarão a modificações que, por sua vez, sobreviverão. Este é um passo importante no planejamento cultural, mas não é fácil de ser tomado. Consequências a longo prazo geralmente não são óbvias, e há pouco incentivo para prestar atenção a elas.<sup>189</sup> (p. 60)

Deve-se, portanto, planejar maneiras de maximizar os ganhos líquidos nestas culturas. No entanto, essa não é uma tarefa simples, pois, na história filogenética dos seres humanos, as consequências mais imediatas do comportamento adquiriram um valor de sobrevivência significativo e, como efeito, o comportamento dos indivíduos tende a ficar mais sob controle dos reforços imediatos do que das possíveis punições postergadas. Apesar disso, o

---

<sup>189</sup> Trecho original: “A culture which raises the question of collateral or deferred effects is most likely to discover and adopt practices which will survive or, as conditions change, will lead to modifications which in turn will survive. This is an important step in cultural design, but it is not easily taken. Long-term consequences are usually not obvious, and there is little inducement to pay any attention to them” (Skinner, 1961/1999, p. 60).

planejamento cultural não deve ter como foco principal a modificação da herança filogenética dos indivíduos, mas contribuir para que eles lidem com esses fatos de forma mais eficaz (Skinner, 1969/2013). Entre as formas pelas quais planejadores culturais podem induzir os sujeitos a lidar com a suscetibilidade filogenética aos reforços imediatos, o autor sugere:

Reforçadores condicionados podem ser usados para preencher o intervalo entre o comportamento e suas consequências mais remotas, e reforçadores suplementares podem ser arranjados para servir até que reforçadores remotos possam ser acionados. Um ponto importante é que as contingências eficientes precisam ser programadas – ou seja, elas só são eficientes quando a pessoa passou por uma série de contingências intermediárias. Aqueles que atingiram as contingências terminais serão produtivos, criativos e felizes – em uma palavra, extremamente eficientes.<sup>190</sup> (p. 54)

Transpondo essas orientações às políticas de masculinidades, temos que aqueles que dominam as tecnologias comportamentais podem treinar os agentes sociais (e.g., professores, psicoterapeutas, cuidadores etc.) a antecipar o acesso aos reforçadores quando homens e meninas emitem comportamentos compatíveis com a justiça social. Já foi argumentado que os comportamentos que compõem as atuais práticas de masculinidade subordinada podem produzir resultados aversivos a curto prazo (e.g., violência e exclusão), não obstante produzam efeitos reforçadores a longo prazo (e.g., relacionamentos interpessoais mais saudáveis, participação mais ativa na criação dos filhos etc.). É importante salientar que os reforços postergados tendem a ser menos efetivos do que os imediatos. Assim, usar reforçadores condicionados entre o comportamento e suas consequências reforçadoras mais remotas pode

---

<sup>190</sup> Trecho original: “Contingencies of reinforcement which maximize net gains need to be much more effective. Conditioned reinforcers can be used to bridge the gap between behavior and its remoter consequences, and supplementary reinforcers can be arranged to serve until remote reinforcers can be brought into play. An important point is that effective contingencies need to be programmed – that is, they are effective only when a person has passed through a series of intermediate contingencies. Those who have reached the terminal contingencies will be productive, creative, and happy – in a word, maximally effective” (Skinner, 1969/2013, p. 54).

acelerar o fortalecimento de práticas de masculinidades mais vantajosas. Por exemplo, psicoterapeutas que trabalham com homens e meninos podem utilizar a própria relação terapêutica para antecipar o acesso a reforçadores quando seus clientes emitem comportamentos incompatíveis ou opostos àqueles que caracterizam o atual modelo hegemônico, fornecendo-lhes acolhimento e validação. Ademais, além do arranjo de reforços suplementares, é parte importante do processo criar condições para que esses sujeitos entrem em contato com os reforçadores naturais das práticas de masculinidades menos opressivas, afinal, “o comportamento é mais rapidamente moldado e mantido por suas consequências naturais”<sup>191</sup> (Skinner, 1977/1978, p. 11).

Implementar comportamentos de autocontrole também pode ser útil em um planejamento cultural que busca corrigir as disposições inatas aos reforços imediatos quando há consequências nocivas a longo prazo. Comportamentos de autocontrole moderam os efeitos dos reforços e favorecem a emissão de comportamentos mais eficazes para a sobrevivência da cultura (Skinner, 1971/1973). Mediante a organização de contingências que busquem estabelecer repertórios de autocontrole, os sujeitos podem ficar mais sob controle dos efeitos postergados de seus comportamentos, do que dos reforçadores imediatos. Em suma, as políticas de masculinidades devem promover um modo de vida que seja apreciado não pelos indivíduos como eles são agora, “mas um modo de vida que será apreciado por aqueles que vivam de acordo com ele”<sup>192</sup> (Skinner, 1969/2013, p. 56).

Nesse processo, bem como nos demais que ainda serão abordados ao longo deste capítulo, a educação se constitui como um elemento indispensável para as transformações almejadas. Por meio da educação, novos repertórios comportamentais são construídos – passo

---

<sup>191</sup> Trecho original: “Behavior is most expeditiously shaped and maintained by its natural consequences” (Skinner, 1977/1978, p. 11).

<sup>192</sup> Trecho original: “But a way of life which will be liked by those who live it” (Skinner, 1969/2013, p. 56).



este fundamental na promoção de comportamentos que colaborem com a produção e fortalecimento da justiça social. Segundo Skinner (1966/2013):

A educação pode fazer muito mais do que faz agora nesse sentido [de promover comportamentos de autocontrole]. Ela pode ensinar as habilidades exibidas por artistas, músicos e artesãos. Pode construir um interesse sustentado na literatura, bem como nas artes e na música. Pode ensinar técnicas de autocontrole (agora largamente abandonadas por agências religiosas e éticas) que ajudam o indivíduo a evitar drogas e consumo excessivo e resistir às contingências especiais organizadas pelos sistemas de jogo. Também pode ensinar as habilidades e construir os interesses que tornarão o trabalho produtivo reforçador.<sup>193</sup> (pp. 80–81)

Outrossim, o contracontrole também deve ser fortalecido no processo de planejamento cultural das políticas de masculinidades. Esse conceito pode ser entendido como as tentativas de enfraquecer o controlador e fortalecer o controlado, sendo executado mediante a algumas estratégias, dentre as quais Skinner (1974/1976) destaca a fuga e/ou o ataque ao controlador – essa última pode ser verificada em revoluções, greves e protestos. Em outras palavras, o contracontrole é caracterizado, principalmente, pela oposição ao controle estabelecido, executado por meio da modificação de contingências nas quais os sujeitos têm seus comportamentos controlados, sobretudo de forma aversiva.

O papel do contracontrole nas políticas de masculinidades se evidencia com base no exame da influência dos movimentos sociais no confronto às relações de gênero tradicionais. Mudanças significativas foram alcançadas por meio da organização de ações proposta pelos movimentos feminista, LGBTQIA+ e de conscientização masculina; essas e outras ações

---

<sup>193</sup> Trecho original: “Education can do much more than it now does in this direction. It can teach the skills exhibited by artists, musicians, and craftsmen. It can build a sustained interest in literature as well as in the arts and music. It can teach techniques of self-management (now largely abandoned by religious and ethical agencies) which help the individual to avoid drugs and excessive consummation and to resist the special contingencies arranged by gambling systems. It can also teach the skills and build the interests which will make productive work reinforcing” (Skinner, 1966/2013, pp. 80–81).

direcionadas à contestação das normas de gênero até então vigentes foram fundamentais para enfraquecer práticas hegemônicas de masculinidade (i.e., para gerar tendências à crise nas práticas vigentes, conforme descreve Connell, 2005). Nos estudos de gênero, as práticas comumente denominadas de *resistência* podem ser compreendidas, em termos analítico-comportamentais, como tentativas de controlar grupos dominantes e modificar as relações de poder. Busca-se, portanto, alterar as contingências controladoras que se distanciam da justiça social mediante a ações individuais e coletivas, sendo esses comportamentos, portanto, imprescindíveis para a formulação de novas políticas de masculinidades. Por meio do controle, os sujeitos podem acessar reforçadores de maior intensidade quando comparados aos reforçadores obtidos pela mera obediência às contingências socialmente programadas de masculinidades.

Tendo isso em vista, analistas do comportamento podem se utilizar da teoria e tecnologia analítico-comportamentais em seus mais diversos campos de atuação com o objetivo de criar ocasiões para o fortalecimento do controle às atuais práticas de masculinidade hegemônica endossadas por grupos e agências. A fim de reduzir disparidades de gênero e sexualidade no campo clínico, por exemplo, as terapias afirmativas e feministas têm se expandido nos últimos anos e a Análise do Comportamento vem fornecendo subsídios teóricos e empíricos para robustecê-las (e.g., Fideles & Vandenberghe, 2014; Mussi & Malerbi, 2020). Como parte deste processo, é importante que esses profissionais possam explicitar as técnicas de controle empregadas em função da manutenção das práticas de masculinidade hegemônica. Isso inclui, também, avaliar e expor o controle que é exercido por reforçamento positivo cujas consequências aversivas são postergadas. O uso do reforçamento positivo pode ser empregado com a função de reduzir ações de controle – e isso precisa ser cuidadosamente avaliado e exposto. Segundo Skinner (1974/1976), as práticas controladoras executadas nesses moldes tendem a passar despercebidas:

O fato importante não é que nos sentimos livres quando somos reforçados positivamente, mas o de que não tendemos a escapar ou contra-atacar. Sentir-se livre é uma marca importante de um tipo de controle que se distingue pelo fato de não gerar contracontrole. ... O fato de que o reforço positivo não gera contracontrole não passou despercebido pelos pretensos controladores, que simplesmente mudaram para meios positivos.<sup>194</sup> (pp. 77–78)

Em suma, discriminar, analisar funcionalmente as relações de controle e expô-las de forma clara são passos importantes para o sustento de políticas de masculinidades que objetivam a transformação das atuais práticas generificadas<sup>195</sup>. Ao mesmo tempo que analistas do comportamento devem passar por esse processo de tomada de consciência das relações de controle, estes devem treinar outros sujeitos a percorrer esse mesmo caminho, contribuindo com a elaboração de comportamentos de contracontrole mais eficazes. Ao analisar as contingências envolvidas no controle de seus comportamentos, sujeitos socialmente subalternizados podem contracontrolar grupos dominantes e, como efeito, diversificar o controle que opera em determinados contextos, tornando, por exemplo, as agências mais representativas, bem como podem contribuir com a modificação das classificações éticas vigentes. De acordo com Skinner (1953/2014), “a diversificação [do controle] permite uma experimentação mais segura e flexível no planejamento da cultura”<sup>196</sup> (p. 441).

---

<sup>194</sup> Trecho original: “The important fact is not that we feel free when we have been positively reinforced but that we do not tend to escape or counterattack. Feeling free is an important hallmark of a kind of control distinguished by the fact that it does not breed countercontrol. ... The fact that positive reinforcement does not breed countercontrol has not gone unnoticed by would-be controllers, who have simply shifted to positive means” (Skinner, 1974/1976, pp. 77–78).

<sup>195</sup> De acordo com Pessotti (2016), expor as técnicas de controle caracteriza-se como o recurso mais eficaz a ser empregado no combate à submissão imposta por agentes controladores, o que permite “prevenir qualquer cidadão contra sua manipulação pelo poder” (p. 102). A instrumentalização dos cidadãos para identificar relações de controle e modificar suas condições de submissão também pode ser parte do fortalecimento do controle face a face, que será elucidado nos próximos parágrafos da dissertação.

<sup>196</sup> Trecho original: “Diversification permits a safer and more flexible experimentation in the design of culture” (Skinner, 1953/2014, p. 441).

Apesar da importância de se fortalecer estratégias de contracontrole quando grupos estão sendo controlados de forma aversiva, esse tipo de estratégia também tem caráter aversivo – ainda que algum tipo de equilíbrio entre as forças controladoras possa ser alcançado (Skinner, 1977/1978). Com base nestas argumentações, Skinner (1977/1978) sugere que as pessoas controlem umas às outras com o uso moderado de medidas aversivas, sem delegar esse poder a agências ou grupos específicos. Essa estratégia é denominada de controle face a face e, consoante às descrições de Skinner (1977/1978), constitui-se como um elemento importante para o estabelecimento de sociedades mais igualitárias. O controle face a face caracteriza-se como um tipo de controle exercido pelas pessoas e para as pessoas, o qual viabiliza a redução do alcance de instituições centralizadas e pode ser promovido mediante as tecnologias da Análise do Comportamento que objetivam a mudança dos comportamentos. O controle face a face pode ser executado no cotidiano por uma ampla gama de pessoas, como exemplo Skinner (1977/1978) destaca que as principais aplicações deste controle têm sido desempenhadas:

Por professores que encontram melhores maneiras de trabalhar com os alunos em sala de aula e que usam materiais instrucionais que permitem que os alunos progridam o mais rápido possível e com um mínimo de pressão aversiva, por atendentes em hospitais e lares para psicóticos e retardados [*sic*] que providenciam condições sob as quais aqueles em seus cuidados levam vidas mais interessantes e dignas, por psicoterapeutas em consultas face a face com aqueles que precisam de ajuda, por pais que descobrem como tornar a família uma instituição mais calorosa e prestativa, por empregadores que projetam sistemas de incentivos sob os quais os funcionários não só funcionam bem, mas gostam do que fazem, e por indivíduos que descobrem como administrar suas próprias vidas de forma eficaz quando estão face a face consigo mesmos.<sup>197</sup> (p. 10)

---

<sup>197</sup> Trecho original: “By teachers who find better ways of working with students in the classroom and who use instructional materials which enable students to progress as rapidly as possible and with a

Por meio do controle face a face é possível promover relações interpessoais mais respeitadas e promissoras sem que esse controle seja delegado a grupos e agências específicas – que podem fazer mal uso do poder. Planejar uma cultura na qual o controle face a face prevaleça é uma importante alternativa às formas de controle atualmente predominantes<sup>198</sup>. À vista disso, políticas de masculinidades que objetivam a transformação de práticas opressivas também devem operar por meio do controle face a face. Tanto homens, como mulheres, podem exercer o controle face a face para modificar repertórios comportamentais incompatíveis com a justiça social, bem como atuar na programação de novas contingências de aprendizagem não coercitiva para meninos, possibilitando que estes construam um repertório verbal e não verbal mais flexível acerca daquilo que se considera uma masculinidade exemplar.

Apesar da desejabilidade de uma sociedade em que apenas o controle face a face seja

---

minimum of aversive pressure, by attendants in hospitals and homes for psychotics and retardates who arrange conditions under which those in their care lead more interesting and dignified lives, by psychotherapists in face-to-face consultation with those who need help, by parents who discover how to make the family a warmer and more helpful institution, by employers who design incentive systems under which employees not only work well but enjoy what they do, and by individuals who discover how to manage their own lives effectively when face to face with themselves” (Skinner, 1977/1978, p. 10).

<sup>198</sup> As agências controladoras, conforme foi exposto no capítulo anterior, desempenham um papel significativo na manutenção das atuais práticas de masculinidade hegemônica, conservando, especialmente, os privilégios oriundos do sistema patriarcal. Deste modo, desenvolver formas alternativas de controle é indispensável para políticas de masculinidades que objetivam a transformação das práticas generificadas vigentes. Lopes et al. (2018) reiteram a importância de fortalecer o controle face a face em detrimento da delegação do controle às instituições (i.e., agências), tomando esse processo como um objetivo político de grande relevância para a Análise do Comportamento. Para os autores, as sociedades só serão democráticas quando as próprias instituições forem democráticas – e, para tal, novas práticas precisam ser desenvolvidas, dentre elas o abandono das figuras de autoridade. Uma vez que as agências controladoras funcionam para o seu próprio bem, parece incoerente esperar que estas tornem as sociedades mais democráticas. O controle face a face passa a ser, então, uma alternativa ao controle institucional, possibilitando o desenvolvimento e implementação de uma democracia mais efetiva. A proposta do controle face a face é transformativa – e não adaptativa, conforme sugerem: "o desafio colocado pela crítica skinneriana ao controle institucional é o de viver *nesta* sociedade e não em uma sociedade ideal, imaginária, utópica ... . A proposta política skinneriana é agir para mudar o que está ao alcance dos cidadãos *nesta* sociedade. Mas se trata de transformação, e não de adaptação" (Lopes et al., p. 140). Assim, as sociedades podem explorar o potencial das relações micropolíticas, diminuindo o peso atribuído ao controle institucional exercido no âmbito macropolítico. Contudo, os autores alertam que "defender a possibilidade de o controle social ser também micropolítico, e não apenas institucional, não significa que as relações micropolíticas sejam necessariamente justas. É preciso atravessar toda a discussão por uma preocupação ética que dirige até mesmo as relações face a face" (p. 141).

suficiente para a prosperidade do grupo, Skinner (1977/1978) reconhece que dificilmente as agências controladoras, especialmente aquelas concernentes ao governo e economia, deixem de existir. Entretanto, isso não significa que elas deverão prevalecer sobre outras estratégias de controle potencialmente mais úteis (i.e., que não perpetuem o status quo, que não se utilizem majoritariamente da coerção, que sejam favoráveis à diversificação do controle etc.). Conforme destaca o autor:

Não há dúvida de que continuarão a existir agências, organizações e instituições governamentais e econômicas, pois elas têm suas funções próprias, mas não devem ter direito de exclusividade. Um ambiente social funciona com mais sucesso para o indivíduo, para o grupo e para a espécie se, tanto quanto possível, as pessoas controlarem diretamente umas às outras. O planejamento de um ambiente social no qual elas o fazem é uma de nossas necessidades mais prementes. É claramente um desafio especial para a psicologia como ciência do comportamento.<sup>199</sup> (p. 15)

Um último elemento a ser considerado no que toca o controle face a face diz respeito às recomendações de que essas relações controladoras envolvam o mínimo de contingências aversivas. É importante observar que mesmo quando objetivamos estabelecer relações de controle com o *mínimo* de aversividade, *algum nível* de controle aversivo acaba sendo inescapável<sup>200</sup>. No que toca às transformações de práticas de masculinidade hegemônica, isso

---

<sup>199</sup> Trecho original: “There will no doubt continue to be governmental and economic agencies, organizations, and institutions, for they have their proper functions, but they should not be given an exclusive franchise. A social environment functions most successfully for the individual, the group, and the species if, so far as possible, people directly control people. The design of a social environment in which they do so is one of our most pressing needs. It is quite clearly a special challenge to psychology as a science of behavior” (Skinner, 1977/1978, p. 15).

<sup>200</sup> As fronteiras – muitas vezes tênues – entre controle aversivo e outras formas de controle têm sido exploradas, especialmente, por Maria Helena Leite Hunziker (e.g., Hunziker, 2011, 2017, 2018). A autora sublinha que não há um critério objetivo que permita classificar uma relação de controle como aversiva (e.g., definições baseadas em operações, efeitos e natureza dos estímulos se mostraram inconsistentes). Somados a essa imprecisão conceitual, alguns dogmas a respeito da ineficácia e prejudicialidade do controle aversivo, cuja sustentação em dados experimentais é fraca, podem influenciar o desenvolvimento de análises comportamentais. A autora, então, sugere que, diante deste

pode ser, até mesmo, necessário. Contestar e confrontar os comportamentos masculinos que tradicionalmente compõem essa configuração de masculinidade acarretará, inevitavelmente, a apresentação de estimulação aversiva para os grupos dominantes. Uma vez que a masculinidade hegemônica, a despeito de seus efeitos deletérios a longo prazo, é sustentada por benefícios imediatos bastante reforçadores para os homens, colocá-la em xeque implicará em uma ameaça de perda destas vantagens – o que pode ser notadamente aversivo para esses sujeitos. Faz-se necessário, portanto, prever os possíveis efeitos colaterais do uso do controle aversivo nesses casos (e.g., possibilidades de contra-ataque, aumento de comportamentos agressivos etc.) e planejar meios para contê-los.

Em síntese, o escopo teórico e tecnológico do Comportamentalismo Radical apresenta potencialidade para contribuir acentuadamente com a construção de políticas de masculinidades direcionadas à justiça social, as quais devem focar no desmantelamento, reforma e, em última instância, na transformação das práticas generificadas. Ou seja, a Análise do Comportamento pode colaborar na catalisação dos processos sociais de desgenerificação (*degendering*) e regenerificação (*regendering*) descritos por Connell (2005). No decorrer deste capítulo, foram apresentadas algumas possíveis estratégias a serem empregadas por analistas do comportamento e outros agentes sociais no processo de transformação do que hoje se considera o modelo hegemônico de masculinidade. Foi argumentado que as relações controladoras são inescapáveis, não obstante estratégias de controle mais úteis podem ser utilizadas; quando nos recusamos a admitir esse fato, deixamos a modificação da nossa cultura ao acaso e, de acordo com Skinner (1969/2013), “o acaso é o verdadeiro tirano a ser temido”<sup>201</sup>

---

cenário conceitualmente vago, ao analisar as relações de controle devemos “fazer a análise funcional do comportamento da maneira mais completa possível. É função do analista do comportamento levar em conta as relações existentes entre organismo e ambiente, identificando as múltiplas relações concomitantes e complementares, operantes e respondentes e a direção que o comportamento toma em função delas. ... Minimizar a ênfase na natureza aversiva ou não-aversiva do controle pode ser uma ajuda para que a análise funcional do comportamento se dê de maneira mais objetiva, de forma mais competente e ética” (Hunziker, 2017, p. 97).

<sup>201</sup> Trecho original: “Accident is the tyrant really to be feared” (Skinner, 1969/2013, p. 59).

(p. 59). Apesar de parecer uma realidade distante, a promoção de comportamentos masculinos socialmente mais reforçadores (aos homens e às mulheres) é exequível. Connell (2005) destaca, inclusive, que é muito difícil contemplar um futuro em que essas mudanças não ocorram, pois transformações significativas têm sido gradualmente observadas nas últimas décadas.

Faz-se importante salientar que não se trata de uma proposta de aniquilação da masculinidade, mas de reconstrução e rearranjo das contingências que constituem as práticas de masculinidade que são, atualmente, socialmente privilegiadas. Os processos de desgenerificação e regenerificação estão estreitamente implicados em processos de recorporificação (*re-embodiement*), por meio dos quais ações direcionadas aos usos dos corpos são transformadas (Connell, 2005). Assim, as estratégias derivadas da Análise do Comportamento podem favorecer a promoção e fortalecimento de novas formas de utilização dos corpos masculinos, o que, em sua consequência última, poderá transformar os significados tradicionalmente atribuídos aos gêneros.

Agir politicamente em direção à justiça social é uma conduta desejável a todos os gêneros, no entanto, uma vez que os homens são as principais fontes de manutenção e validação de práticas de masculinidades socialmente nocivas às mulheres e aos próprios homens, envolvê-los ativamente no processo de transformação das práticas generificadas é fundamental. No âmago deste processo de reformas e transformações, portanto, os homens, à medida em que são partes substanciais dos problemas relacionados aos modelos de masculinidade atualmente privilegiados em nossa sociedade, tais como a perpetuação das desigualdades de gênero e conservação do patriarcado, também devem ser parte da solução.



### Considerações finais

Os estudos sobre os homens e as masculinidades têm crescido exponencialmente nas últimas décadas, tornando-se objeto de interesse acadêmico e da vida cotidiana. Pesquisadores vêm buscando, sobretudo, construir interpretações sobre a produção e manutenção dos comportamentos masculinos, bem como investigar possíveis soluções para as problemáticas que acompanham esses fenômenos. Do mesmo modo, numerosos estudos conduzidos no âmbito da Análise do Comportamento vêm atestando que a área possui potencialidade para construir interpretações e intervenções profícuas sobre fenômenos socialmente relevantes. Dentre estes, nota-se uma significativa expansão dos estudos que tencionam a intersecção entre estudos de gênero e o Comportamentalismo Radical, fato que endossa a utilidade da ciência analítico-comportamental para o detalhamento de problemas sociais e para o encaminhamento de propostas de solução em larga escala.

Isto posto e tendo em vista as lacunas acadêmicas ainda existentes no que concerne à interlocução entre Análise do Comportamento e estudos sobre as masculinidades, este trabalho objetivou, mediante a um estudo de caráter teórico e interdisciplinar, construir uma interpretação comportamentalista radical dos conceitos de masculinidades apresentados por Connell (2005). Assim, as masculinidades hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada foram examinadas com base nos pressupostos teóricos descritos por B. F. Skinner.

Em linhas gerais, as masculinidades foram descritas como práticas culturais (i.e., complexas cadeias de operantes) contextualmente produzidas e perpetuadas. Verificou-se, também, que comportamentos que compõem práticas de masculinidades são mantidos pela interação entre variados tipos de consequências – individuais, sociais e culturais – que se sobrepõem e operam juntas nos diferentes níveis de seleção pelas consequências. Uma vez que as masculinidades não são objetos isolados, ou seja, fazem parte de uma estrutura maior (i.e., a estrutura de gênero), uma interpretação analítico-comportamental acerca do conceito de

gênero trabalhado por Connell foi proposta. Foi demonstrado que os estímulos, tanto verbais quanto não verbais, derivados de processos históricos e sociais que construíram os significados da materialidade dos corpos atuam como antecedentes para práticas generificadas – as quais, de acordo com o projeto teórico de Connell, compreendem os diversos usos dos corpos em sua dimensão física (i.e., em termos analítico-comportamentais, essas práticas são compostas por comportamentos direcionados à dimensão corporal de si e/ou do outro). As múltiplas consequências que podem resultar destas respostas e o entrelaçamento comportamental típico das interações sociais têm potencial de manter ou transformar as práticas generificadas vigentes.

Nesta perspectiva, a dimensão corporal (i.e., física, material) das práticas de gênero – e, por conseguinte, de masculinidades – foi ressaltada, sendo esta compreendida não como um dado biológico fixo, mas como produto histórico e social, o qual estabelece uma relação de coconstrução com as práticas generificadas. Ou seja, os processos histórico-sociais que atribuem significado aos gêneros contribuem com a construção das formas pelas quais os corpos, em sua materialidade, são utilizados nas práticas generificadas (e.g., formas de se relacionar sexualmente, de se vestir, de se mover etc.), ao passo que o próprio uso que se faz destes corpos também participa da produção de tais processos históricos e sociais. Com base nesta interação é possível transformar ou manter os significados atribuídos aos gêneros e, conseqüentemente, as práticas generificadas. Numa perspectiva transformadora, práticas generificadas atualmente tidas como “desviantes” podem criar novos antecedentes para o comportamento dos membros da comunidade e, ao competir com os comportamentos socialmente normativos, esses novos antecedentes podem sinalizar reforçadores de maior intensidade, disponibilizados pelos pares que integram o grupo subalterno, e exercer um controle maior sobre as respostas dos indivíduos.

Ademais, os princípios concernentes à aprendizagem social mostraram-se particularmente úteis para sustentar argumentos de que as masculinidades não são traços inerentes aos homens, mas produtos sociais. A modelagem, modelação e aprendizagem por regras foram examinadas com vistas a identificar a instalação de comportamentos característicos de diferentes configurações de práticas de masculinidade. As agências de controle também se constituíram como constructos relevantes para análise da manutenção das práticas de masculinidade socialmente predominantes (i.e., masculinidade hegemônica).

Outro tópico amplamente abordado e debatido faz referência ao fato de que as atuais práticas de masculinidade hegemônica, a despeito dos benefícios imediatos conferidos aos homens (e.g., os privilégios do patriarcado, tais como ocupar melhores posições sociais, usufruir do trabalho doméstico não remunerado exercido pelas mulheres, receber melhores salários etc.), também acarretam consequências nocivas a longo prazo (e.g., os homens são os que mais morrem por homicídio, constituem a maior parcela da população carcerária, se envolvem mais frequentemente em comportamentos de risco etc.). Foi argumentado que os efeitos desta nocividade atingem não apenas o gênero masculino, mas também incidem significativamente sobre as mulheres (e.g., altas taxas de feminicídio, abuso sexual, violência física e psicológica etc.). A elucidação destes dados sinalizou a urgência de se construir estratégias que possam contribuir com a reparação destas adversidades – e a Análise do Comportamento demonstrou possuir subsídios teóricos e tecnológicos para contribuir com esse processo. Uma vez que as práticas de masculinidades, consoante Connell (2005), são mutáveis e provisórias, a transformação dos comportamentos que constituem a atual configuração de masculinidade hegemônica se mostra possível, ou seja, produzir novos modelos de masculinidade hegemônica menos opressivos (i.e., positivamente reforçadores para grupos sociais diversos) não só é viável, como desejável. Tendo isso em vista, temas como planejamento cultural, controle ético, contracontrole e controle face a face foram explorados

como instrumentos relevantes para se construir estratégias comportamentais com potencial transformativo.

Considerando que os homens não estão apenas expostos às contingências que constituem os diferentes modelos de masculinidades, mas ajudam a mantê-las, torna-se indispensável engajá-los no processo de transformação dos comportamentos socialmente privilegiados de masculinidades e que, atualmente, acarretam prejuízos significativos a uma parcela considerável da sociedade. Nesse cenário, a mera modificação de comportamentos problemáticos individuais pouco pode contribuir para uma transformação coletiva e de larga escala, pois se o ambiente destes sujeitos não é modificado, tais ações nocivas tendem a serem preservadas. Conclui-se, portanto, que é o ambiente social destes sujeitos que precisa ser modificado, isto é, esse processo de transformação demanda modificações substanciais nas contingências vigentes, especialmente aquelas de caráter cultural. Isto posto, verificou-se que os homens não só constituem parte dos problemas oriundos dos modelos de masculinidade atualmente privilegiados em nossa sociedade, como também devem se consolidar como parte da solução.

Em suma, os resultados do estudo conduzido indicam que o Comportamentalismo Radical possui ferramentas suficientes para fornecer interpretações cientificamente coerentes com seu escopo sobre diferentes práticas de masculinidades e pode contribuir com a formulação de possíveis respostas às problemáticas individuais e coletivas concernentes a esses fenômenos, uma vez que tais formulações teóricas podem contribuir com a previsão e controle dos comportamentos de homens e meninos.

À vista dos objetivos e dos resultados atingidos nesta dissertação, depreende-se que as interpretações analítico-comportamentais aqui elaboradas possuem potencialidade para contribuir com a condução de pesquisas empíricas e de intervenção, fornecendo subsídios teóricos para futuros estudos, afinal, conforme sugere Skinner (1953/2014), estudos teóricos

devem ultrapassar a mera teoria e reverberar em ações práticas, ou seja, “as teorias afetam a prática”<sup>202</sup> (p. 9). Considerando a incipiência deste campo dos saberes no âmbito da Análise do Comportamento, nota-se que ainda existem diversas possibilidades investigativas e interventivas a serem exploradas e consolidadas a fim de fortalecer, sobretudo, práticas que produzam e fortaleçam a justiça social.

---

<sup>202</sup> Trecho original: “Theories affect practices” (Skinner, 1953/2014, p. 9).

## REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 107–117. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000100009>
- Abib, J. A. D. (2007). Comportamento e sensibilidade: Vida, prazer e ética. ESETec.
- Addis, M. E., Mansfield, A. K., & Syzdek, M. R. (2010). Is “masculinity” a problem?: Framing the effects of gendered social learning in men. *Psychology of Men & Masculinity*, 11(2), 77–90. <https://doi.org/10.1037/a0018602>
- Almeida, R. R., & Zilio, D. (2020). O que é violência? Uma análise sobre os usos do termo na literatura analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22(1), 1–22. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1419>
- Associação Americana de Psicologia. (2018). *Boys and men guidelines group: Guidelines for psychological practice with boys and men*. <http://www.apa.org/about/policy/psychological-practice-boys-men-guidelines.pdf>
- Associação Americana de Psicologia. (n.d.). *Society for the psychological study of men and masculinities*. <https://www.division51.net/about>
- Andery, M. A. P. A. (2001). O modelo de seleção por consequências e a subjetividade. In R. A. Banaco (Ed.). *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (Vol. 1, pp. 182–190). ESETec.
- Andery, M. A. P. A. (2011). Comportamento e cultura na perspectiva da análise do comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 2(2), 203–217. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v2i2.69>
- Baum, W. M. (2005). *Understanding Behaviorism: Behavior, culture and evolution* (2<sup>a</sup> ed.). Blackwell Publishing. (Obra original publicada em 1994)

- Beauvoir, S. (1967). *O segundo sexo: A experiência vivida* (2ª ed., S. Milliet, Trans.). Difusão Europeia do Livro. (Obra original publicada em 1949)
- Bíblia Sagrada: Almeida Revista e Atualizada* (J. F. de Almeida, Trans.). (1993). 2. ed. Sociedade Bíblica do Brasil.
- Bogo, A. C., & Laurenti, C. (2012). Análise do comportamento e sociedade: Implicações para uma ciência dos valores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 956–971.  
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400014>
- Botton, F. B. (2007). As masculinidades em questão: Uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*, 1(19/20), 109–120. <https://doi.org/10.5380/rv.v1i19/20.20548>
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina* (M. H. Kühner, Trans.). Bertrand Brasil. (Obra original publicada em 1998)
- Brasil. (1962). *Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962: Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm)
- Brasil. (1977). *Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977: Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm)
- Brunkow, F. (2014). *Análise do comportamento e evolução cultural: Relações entre as propostas conceituais de B. F. Skinner e S. S. Glenn*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná].  
<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36604?show=full>
- Carvalho, M. P. (2015). Prefácio à edição brasileira. In: R. Connell & R. Pearse, *Gênero: Uma perspectiva global* (M. Moschkovich, Trans.). nVersos.
- Chapoutot, J. (2018). Virilidade fascista. In G. Vigarello (Ed.), *História da virilidade I: A invenção da virilidade. Da Antiguidade às Luzes* (Trans. A. C. Caldeira & J. Alfaro) (pp. 25–74). Orfeu Negro.

- Collins, P. H. (2022). Bem mais que ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica. *Boitempo*.
- Connell, R. W. (1987). *Gender and power*. Stanford University Press.
- Connell, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & realidade*, 20(2), 185–206.  
<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725>
- Connell, R. W. (2005). *Maculinities* (2ª ed.). University of California Press.
- Connell, R. W. (2013). Hombres, masculinidades y violencia de género. In: S. C. Sierra (Ed.), *Vida, muerte y resistencia em Ciudad Juárez: Uma aproximación desde la violencia, el género y la cultura* (pp. 261–280). Juan Pablos Editor.
- Connell, R. (2016). *Gênero em termos reais* (M. Moschkovich, Trans.). nVersos. (Obra original publicada em 2013)
- Connell, R. W.; Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Estudos feministas*, 21(1), 241–282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014> (Obra original publicada em 2005)
- Connell, R., & Pearse, R. (2015). *Gênero: Uma perspectiva global* (M. Moschkovich, Trans.). nVersos. (Obra original publicada em 2014)
- Conselho Nacional de Justiça. (2013). *Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013: Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo*. <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>
- Cortez, P. A., Souza, M. V. R., Salvador, A. P., & Oliveira, L. F. A. (2019). Sexismo, misoginia e LGBTQfobia: Desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil. *Physis*, 29(4), 1–22. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290414>
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147–158.  
<https://doi.org/10.18761/PAC.2016.047>



- Datafolha, & Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2021). *Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil* (3ª ed.). <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>
- Departamento Penitenciário Nacional (2020). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Recuperado em <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>
- Dittrich, A. (2004). *Behaviorismo Radical, ética e política: Aspectos teóricos do compromisso social* (Vol. I). [Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4745?show=full>
- Dittrich, A. (2011). Possibilidades da investigação conceitual/filosófica na análise do comportamento. *Interação em Psicologia*, 15(esp.), 27–33. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v15i0.25369>
- Dolan, K. A. (2021). *Forbes 400: Quem são os norte-americanos mais ricos de 2021*. Forbes. <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/10/forbes-400-quem-sao-os-norte-americanos-mais-ricos-de-2021/>
- Fernandes, D. M., Carrara, K., & Zilio, D. (2017). Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura. *Acta Comportamentalia*, 25(2), 265–280. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/60158>
- Fideles, M. N. D., & Vandenberghe, L. (2014). Psicoterapia Analítica Funcional feminista: Possibilidades de um encontro. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(3), 18–29. <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v16n3p18-29>
- Firestone, S. (1976). *A dialética do sexo* (V. R. R. Terra, Trans.) Editorial Labor do Brasil. (Obra original publicada em 1970)
- Fontana, J. (2019). *Uma análise da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000229238>

- Fontana, J., & Laurenti, C. (2020). Contingência cultural de três termos: Uma proposta de explicação comportamentalista da cultura. *Interação em Psicologia*, 24(3), 308–317. <http://dx.doi.org/10.5380/riep.v24i3.66012>
- Friedan, B. (1971). *Mística feminina* (A. B. Weissenberg, Trans.). Editora Vozes. (Obra original publicada em 1963)
- Froes, A., Bulgarelli, L., & Fontgaland, A. (2022). Entre curas e terapias: Práticas de conversão sexual e de gênero no Brasil. All Out e Instituto Matizes.
- Fuller, N. (2012). Repensando el machismo latinoamericano. *Masculinities and Social Change*, 1(2), 114–133.
- Guimarães, R. P., & Micheletto, N. (2012). Algumas relações entre behaviorismo radical e determinismo: Uma análise de publicações de diferentes autores. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 4(1), 89–110. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v4i1.845>
- Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (M. B. M. L. Nunes, Trans.). 4ª ed. LTC.
- Hamilton, L. F. T. (2012). *Os usos do termo “liberdade” no anarquismo de Bakunin e no behaviorismo radical de Skinner*. [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-05102012-112802/publico/hamilton\\_me.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-05102012-112802/publico/hamilton_me.pdf)
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163–174. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163>
- Holter, Ø. G. (1996). Book review [Book review of *Masculinities*, by R. W. Connell]. *Acta Sociologica*, 39(3), 337–341. <https://doi.org/10.1177/000169939603900309>
- hooks, b. (2019). *Teoria feminista: Da margem ao centro* (R. Patriota, Trans.). Perspectiva. (Obra original publicada em 1984)

- Hunziker, M. H. L. (2011). Afinal, o que é controle aversivo? *Acta Comportamentalia*, 19(4), 9–19.
- Hunziker, M. H. L. (2017). Dogmas sobre o controle aversivo. *Acta Comportamentalia*, 25(1), 85–100.
- Hunziker, M. H. L. (2018). The (non) definition of aversive control in Behavior Analysis. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 14(2), 191–198.  
<http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v14i2.7538>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Síntese de indicadores sociais: Estrutura econômica e mercado de trabalho*.  
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Atlas da violência*.  
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>
- Instituto PdH. (2019). *O silêncio dos homens: Uma pesquisa com mais de 40 mil pessoas em todo o Brasil*. <https://papodehomem.com.br/report-da-pesquisa-parte-1-os-numeros-de-o-silencio-dos-homens>
- Kimmel, M. S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 4(9), 103–117. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud* (V. Whately, Trans.). Relume Dumará. (Obra original publicada em 1992)
- Laurenti, C. & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo (Eds.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41–69). Hogrefe CETEPP.
- Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*

(L. Sellera, Trans.). Cultrix. (Obra original publicada em 1986)

- Lopes, C. E. (2016). Relações entre pesquisa teórica e pesquisa empírica em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo (Eds.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 15–40). Hogrefe CETEPP.
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2018). *Conversas pragmatistas sobre Comportamentalismo Radical* (2ª Ed.). Editora CRV.
- Luna, S. V. (2011). *Planejamento de pesquisa: Uma introdução* (2ª Ed.). EDUC.
- Malavazzi, D. M., & Micheletto, N. (2021). Interpretação: Um objetivo e um método da ciência de B. F. Skinner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa (online)*, 37(e37217), 1–11.  
<https://doi.org/10.1590/0102.3772e37217>
- Mattaini, M. A. (2006). Editorial: Human rights, pragmatic solidarity, and behavior science. *Behavior and Social Issues*, 15(1), 1–4. <https://doi.org/10.5210/bsi.v15i1.382>
- Ministério Público do Paraná. (2020). *Grupo de recuperação de homens agressores reduz violência doméstica*. <https://mppr.mp.br/2020/01/22233,10/Grupo-de-recuperacao-de-homens-agressores-reduz-violencia-domestica.html>
- Mizael, T. M., & de Rose, J. C. (2017). Análise do comportamento e preconceito racial: Possibilidades de interpretação e desafios. *Acta Comportamentalia*, 25(3), 365–377.
- Mussi, S. V., & Malerbi, F. E. K. (2020). Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para pessoas LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22(1), 1–19.  
<http://dx.doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1438>
- Nascimento, M., & Connell, R. (2017). Reflecting on twenty years of Masculinities: An interview with Raewyn Connell. *Ciência & saúde coletiva*, 22(12), 3975–3980.  
<https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.27242016>

- Nicolodi, L. G. (2020). *Considerações sobre o patriarcado na perspectiva analítico comportamental*. [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].  
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-17062020-173252/en.php>
- Organização das Nações Unidas. (2018). *Notas de informação: Criminalização*.  
<https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2018/10/Criminalization-PT.pdf>
- Palmer, D. C., & Donahoe, J. W. (1991). Shared premises, different conclusions. *The Behavior Analyst, 14*(2), 123–127. <https://doi.org/10.1007/BF03392561>
- Pessotti, I. (2016). Análise do Comportamento e política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 18*(esp.), 95–103.  
<http://dx.doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.848>
- Portugal. (1870). *Ordenações e leis do Reino de Portugal*. 14<sup>a</sup> ed.  
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's Radical Behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues, 5*(1), 29–44  
<https://doi.org/10.5210/bsi.v5i2.221>
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2<sup>a</sup> Ed.). Expressão Popular.
- Sartre, M. (2018). Virilidades gregas. In G. Vigarello (Ed.), *História da virilidade I: A invenção da virilidade. Da Antiguidade às Luzes* (A. C. Caldeira & J. Alfaro, Trans., pp. 25–74). Orfeu Negro.
- Schwartzman, S. (2008). *Ciência, universidade e ideologia: A política do conhecimento*. Centro Edelstein.
- Scott, J. (2019). Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. In H. B. Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais* (C. R. Dabat & M. B. Ávila, Trans., pp. 49–80). Bazar do Tempo. (Obra original publicada em 1986)

- Skinner, B. F. (1950). Are theories of learning necessary? *The Psychological Review*, 57(4), 193–216. <http://dx.doi.org/10.1037/h0054367>
- Skinner, B. F. (1973). *Beyond freedom and dignity*. Pelican Books. (Obra original publicada em 1971)
- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. Vintage Books. (Obra original publicada em 1974)
- Skinner, B. F. (1978). Human behavior and democracy. In B. F. Skinner *Reflections on behaviorism and society* (pp. 3–15). Prentice-Hall. (Obra original publicada em 1977)
- Skinner, B. F. (1978). Are we free to have a future? In B. F. Skinner *Reflections on behaviorism and society* (pp. 16–32). Prentice-Hall. (Obra original publicada em 1973)
- Skinner, B. F. (1978). Humanism and behaviorism. In B. F. Skinner *Reflections on behaviorism and society* (pp. 48–55). Prentice-Hall. (Obra original publicada em 1972)
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501–504. <https://doi.org/10.1126/science.7244649>
- Skinner, B. F. (1987). Why we are not acting to save the world. In B. F. Skinner. *Upon further reflection* (pp. 1–14). Prentice-Hall. (Obra original publicada em 1982)
- Skinner, B. F. (1987). Selection by consequences. In B. F. Skinner. *Upon further reflection* (pp. 51–63). Prentice-Hall. (Obra original publicada em 1981)
- Skinner, B. F. (1987). The evolution of behavior. In B. F. Skinner. *Upon further reflection* (pp. 65–74). Prentice-Hall. (Obra original publicada em 1984)
- Skinner, B. F. (1999). Freedom and control of men. In B. F. Skinner. *Cumulative Record: Definitive edition* (pp. 27–38). The B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1956)
- Skinner, B. F. (1999). Some issues concerning human behavior. In B. F. Skinner. *Cumulative Record: Definitive edition* (pp. 43–54). The B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1956)

- Skinner, B. F. (1999). The design of cultures. In B. F. Skinner. *Cumulative Record: Definitive edition* (pp. 55–63). The B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1961)
- Skinner, B. F. (1999). The design of experimental communities. In B. F. Skinner. *Cumulative Record: Definitive edition* (pp. 70–75). The B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1968)
- Skinner, B. F. (1999). Why are the behavioral sciences not more effective? In B. F. Skinner. *Cumulative Record: Definitive edition* (pp. 413–418). The B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1971)
- Skinner, B. F. (1999). Can Psychology be a science of mind? In B. F. Skinner. *Cumulative Record: Definitive edition* (pp. 576–584). The B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1990)
- Skinner, B. F. (2005). *Walden Two*. Hackett Publishing Company. (Obra original publicada em 1948)
- Skinner, B. F. (2013). The role of the environment. In B. F. Skinner. *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 24–45). B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1968)
- Skinner, B. F. (2013). Utopia as an experimental culture. In B. F. Skinner. *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 46–62). B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1969)
- Skinner, B. F. (2013). The environmental solution. In B. F. Skinner. *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 63–81). B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1966)
- Skinner, B. F. (2014). *Science and human behavior*. The B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1953)

- Skinner, B. F. (2020). *Verbal behavior* (Extended Edition). The B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1957)
- Sylvester, M., & Hayes, S. C. (2010). Unpacking masculinity as a construct: Ontology, pragmatism, and an analysis of language. *Psychology of Men & Masculinity, 11*(2), 91–97. <https://doi.org/10.1037/a0019132>
- Torres, J. A., Cândido, G. V., & Miranda, R. L. (2020). Associação de Modificação do Comportamento: Contingências para a institucionalização da análise do comportamento no Brasil. *Perspectivas em Análise do Comportamento, 11*(1), 1–16. <https://doi.org/10.18761/PAC.2020.v11.n1.01>
- Tourinho, E. Z. (1999). Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia, 7*(3), 213–222. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1999000300003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1999000300003)
- Tourinho, E. Z. (2006). *Subjetividade e relações comportamentais*. [Tese para concurso de Professor Titular não publicada]. Universidade Federal do Pará.
- Valério, A., Castro, D. P., & Florêncio, T. (2022). Reflexões sobre masculinidades: Possibilidades de interpretação a partir de uma visão analítico-comportamental. *Perspectivas em Análise do Comportamento, 13*(1), 041–053. <https://doi.org/10.18761/VEEM.13796>
- Veloso, R. J. M. D., Tonet, B., & Dittrich, A. (2018). Contribuições de B. F. Skinner para a interpretação comportamental de termos cognitivos. *Acta Comportamentalia, 26*(3), 363–378. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/66933>
- Vigarello, G. (2018). A virilidade, da Antiguidade à Modernidade. In G. Vigarello (Ed.), *História da virilidade I: A invenção da virilidade. Da Antiguidade às Luzes* (A. C. Caldeira & J. Alfaro, Trans., pp. 17–21). Orfeu Negro.



Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: Dominação das mulheres e homofobia.

*Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460–482. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Appris.

Zilio, D. (2019). O que nos torna analistas do comportamento? A teoria como elemento integrador. *Acta Comportamental*, 27(2), 233–249.

<http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/69862>

## Apêndice I

**Tabela 4**

*Banco de citações referente à obra Masculinities*

<b>Categoria 1: Panorama histórico dos estudos sobre os homens e masculinidades</b>		
<b>Capítulo</b>	<b>Página(s)</b>	<b>Trecho</b>
Introduction to the Second Edition		<p>“A debate about men and gender had taken off in the wake of Women’s Liberation movement; there was even a small Men’s Liberation movement in the 1970s that attempted to reform the ‘male sex role’. This gave rise to interesting political discussions about men, power and change. But it did not immediately produce much research about what men and boys actually do, and it suffered from deep conceptual confusions about gender”.</p> <p>“In the late 1970s I was one of a research group making a study of inequalities in education. This involved an empirical study of social relations in secondary schools, in the course of which we identified multiple patterns of masculinity and femininity among teenagers”.</p>
	xii	<p>“In the 1980s I was involved in a conceptual project with two men who were both gay activists and theoreticians, which produced an outline for ‘a new sociology of masculinity’”</p> <p>“In the mid-1980s I was concerned about the lack of empirical knowledge about masculinities, and also launched a study of gender practices and consciousness of men in circumstances of change, using life-history interviews”.</p> <p>“In a broader sense, the book grew out of theoretical work on gender as a social structure. I had been trying for years to formulate an integrated social-scientific account of gender relations, and eventually got this together in <i>Gender and Power</i> (1987). This analysis showed there were bound to be multiple masculinities, and more or less demanded that I should fill in the blanks about them”.</p> <p>“But I was reluctant to weave them into a book, because there was already a genre of ‘books about men’ that had become hugely popular. This was a mixture of pop psychology, amateur history and ill-tempered mythmaking, and I hated it. Backward-looking, self-centred stereotypes of masculinity were the last things we needed. I didn’t want to reinforce the imaginary identity of ‘men’ that was created by the very existence of this genre of books”.</p>
	xii, xiii	

- xiii “One of the things I hoped to do in *Masculinities* was to show that studies of masculinities and men’s gender practices formed a comprehensible field of knowledge (though not an autonomous science). I tried to show its history, its context, its conceptual dilemmas, and some of its practical consequences”.
- xiv “The argument in *Masculinities* drew extensively on the empirical research that had built up in the 1980s and early 1990s, most of which described the construction of masculinities in specific settings”.
- xv “Another important direction of change is the growth of applied research, policy work and professional practice. The new knowledge about constructions of masculinity is being out to work across a broad spectrum of issues”.
- xvi “In some fields of knowledge, an understanding of the construction of masculinity has (sometimes suddenly) been seen as relevant to the understanding of another problem or theory. A good example is international diplomacy and power relations”.
- xvi, xvii “Knowledge about masculinities has developed very rapidly over the past two decades and the accomplishments of researches in the field are considerable, with new methods, new topics of investigation and new groups being studied. At the same time problems have emerged, and both practical and conceptual debates have sharpened”.
- xvii “Men and their practices are part of the problem of gender inequalities in aid, education and empowerment, and should be part of the solution. But there is a risk that letting men in on what is, at present, the only development agenda controlled by women, will open the door to backlash”.
- xvii “The descriptive research methods that flourished in the wave of masculinities research *c.* 1985-95 are being used in many new studies”.
- xvii “We are getting an ever-growing library of descriptive studies, which provide important understandings of specific settings and problems. But we do not seem to be getting a corresponding growth of general ideas about men and masculinities”
- xviii “The concept of ‘hegemonic masculinity’, introduced to the field in 1980s and formalized in this book, has provided guidance for a large body of research”.
- xviii “An influential approach has recently emerged that treats masculinity as a discursive construction”.
- xviii, xix “Discursive studies suggest that men are not permanently committed to a particular pattern of masculinity. Rather, they make situationally specific choices from a cultural repertoire of masculine behaviour”.

		“In one of the best studies in this vein, Collier (1998) questions the recent ‘masculinity turn’ in criminology based on social-constructionist accounts of masculinity. He argues that a binary division between sex and gender, as well as other binaries (man/woman, hetero/homosexual, for instance) pervade research on masculinities, and need to be disrupted”.
	xix	“Yet discursive approaches have significant limits. They give no grip on issues about economic inequality and the state, which as Segal (1997) argues are crucial to change in masculinities”.
	xix	“A theoretical impasse has thus developed, which is directly relevant to practical problems”.
		“The concepts ‘masculine’ and ‘feminine’, Freud observed in a melancholy footnote, ‘are among the most confused that occur in science’.
	03	“Why should this be? In the course of this book I will suggest that the underlying reason is the character of gender itself, historically changing and politically fraught. Everyday life is an arena of gender politics, not an escape from it. Gender terms are contested because the right to account for gender is claimed by conflicting discourses and systems of knowledge”.
	04	“Local newspapers are always short of news. But this item struck me as exceptionally helpful, at least for clarifying types of knowledge about gender. In the first place it appeals to common-sense knowledge: men and women act differently (‘women are more likely to stop someone’), and they act differently because they <i>are</i> different (‘the sexes think differently’).
The Science of Masculinity	04, 05	“But if we pressed on the question of sex differences, psychologist and journalist would more probably appeal to biology. They might recall research on sex differences in bodies and behaviour, brain sex, hormonal differences and genetic coding. These too have become staple media stories”.
	05	“These views of masculinity and femininity, uncontroversial in the biological sciences, are fiercely contested in the humanities and social sciences. On those parts of the campus, academics talk about ‘sex roles’ or ‘gender relations’, and speak of masculinity and femininity being ‘socially constructed’ or ‘constituted in discourse’”.

“Our everyday knowledge of gender is subject to conflicting claims to know, explain and judge. These forms of knowledge are, as the *Glebe* article showed, connected with particular social practices. This is generally true of knowledge, though intellectual debates are often conducted as if ideas fell from the sky. The sociology of knowledge showed, two generations ago, how major world-views are based on the interests and experiences of major social groups”.

“So the conflicting forms of knowledge about gender betray the presence of different practices addressing gender. To understand both everyday and scientific accounts of masculinity we cannot remain at the level of pure ideas, but must look at their practical bases”.

06 “Science has a definite hegemony in our education system and media. This has shaped the development of ideas about masculinity through the twentieth century. All the leading discourses make some claim to be scientific, or to use scientific 'findings', however grotesque the claim may be”.

“The dominance of science in discussions of masculinity thus reflects the position of masculinity (or specific masculinities) in the social relations of gender”.

“Sciences of masculinity may be emancipatory or they may be controlling. They may even be both at once”.

07 “In the course of the twentieth century there have been three main projects for a science of masculinity. One was based in the clinical knowledge acquired by therapists, and its leading ideas came from Freudian theory. The second was based in social psychology and centred on the enormously popular idea of 'sex role'. The third involves recent developments in anthropology, history and sociology”.

“The first sustained attempt to build a scientific account of masculinity was made in the revolutionary depth psychology founded at the turn of the century by Freud”.

08 “He disrupted the apparently natural object 'masculinity', and made an enquiry into its composition both possible and, in a sense, necessary. Freud nowhere wrote a systematic discussion of masculinity, but it is one of the continuing themes in his writing over thirty years”.

08, 09 “The first came in the initial statements of psychoanalytic principles: the idea of continuity between normal and neurotic mental life, the concepts of repression and the unconscious, and the method that allowed unconscious mental processes to be 'read' through dreams, jokes, slips of the tongue and symptoms. Freud understood that adult sexuality and gender were not fixed by nature but were constructed through a long and conflict-ridden process”.

---

### 1.1 O conhecimento derivado da teoria psicanalítica

---

Capítulo	Página(s)	Trecho
----------	-----------	--------

The Science of  
Masculinity

- “Freud offered the hypothesis that humans were constitutionally bisexual, that masculine and feminine currents coexisted in everyone. This implied that adult masculinity had to be a complex, and in some ways precarious, construction”.
- 09 “The second step in Freud's analysis of masculinity was the development of this architectural approach to gender. It was given full play in his longest case history, the 'Wolf Man', published during the Great War. Here Freud pushed behind the Oedipus complex to find a pre-Oedipal, narcissistic masculinity which underpinned castration anxiety”.
- “The Wolf Man study is a challenge to all later research on masculinity. No approach is adequate that has not absorbed this lesson about the tensions within masculine character and its vicissitudes through the course of a life”.
- “In the years after the Great War, Freud developed his account of the structure of personality; in particular the concept of the super-ego, the unconscious agency that judges, censors, and presents ideals. This concept was the basis of a third step in analysing masculinity”.
- 10 “In *Civilization and its Discontents* and other writings about culture, he also began to see a sociological dimension in the super-ego. He treated it as the means by which culture obtains mastery over individual desire, especially aggression. These lines of thought remained speculative and incomplete, but they have profound implications. Here was the germ of a theory of the patriarchal organization of culture, transmitted between generations through the construction of masculinity”.
- “So Freud opened more doors than he walked through”.
- “The point he most insistently made about masculinity was that it never exists in a pure state. Layers of emotion coexist and contradict each other”.
- “The potential in Freud's work for a science of masculinity was apparent very early. It was taken up even before the Great War by Alfred Adler, whose theory of the 'masculine protest’”.
- 11 “Between 1930 and 1960 psychoanalysis moved far to the right on most issues, and the theory of gender was no exception. When psychoanalysts such as Theodor Reik became popular writers on gender issues in the 1950s, they no longer stressed the contradictory character of gender or the clash between social order and desire. Rather, their message identified mental health with gender orthodoxy, especially conventional heterosexuality and marriage. The course towards adult heterosexuality, which Freud had seen as a complex and fragile construction, was increasingly presented as an unproblematic, natural path of development. Anything else was viewed as a sign of pathology – especially homosexuality. This was declared inherently pathological,

the product of 'disturbed parent-child relationships', as a team of New York psychoanalysts led by Irving Bieber announced in 1962. Psychoanalysis as a practice increasingly became a technique of normalization, attempting to adjust its patients to the gender order”.

“The non-tragic, normalizing psychoanalysis of the 1940s and after lost the capacity for a critique of masculinity that classical theory had provided. It took a long detour for that capacity to be recovered”.

12 “Like Freud and Klein, Jung was concerned with the presence of femininity within men. But his account of it gradually took on a different colour, focusing not on the process of repression but on the resulting balance between a masculine persona and a feminine anima. Further, Jung was increasingly prone to argue, the feminine interior of masculine men was shaped not only by the life-history of the particular man but also by inherited 'archetypal' images of women”.

13 “In Jung's hands, ideas such as the 'anima' could be put to subtle use. He developed an interesting theory of the emotional dynamics of patriarchal marriages. He used the idea of a masculine/feminine polarity to call for a gender balance in mental and social life, a progressive position in the 1920s. He even devised a kind of masculinity therapy, arguing that 'a certain type of modern man', accustomed to repress weakness, could no longer afford to do so. In a striking passage, foreshadowing techniques of therapy that became popular fifty years later, Jung suggested methods for talking to one's anima, as if to a separate personality, and educating it. But in other ways Jung's analysis became schematic and speculative in the extreme. While Freud was struggling to overcome the masculine/feminine polarity, Jung not only settled for it, but presented the familiar opposition as rooted in timeless truths about the human psyche”.

14 “In recent popular psychologies of masculinity the main alternative to the idea of gender archetypes has been the concept of 'gender identity'. This stems from the work of Erik Erikson, perhaps the most influential psychoanalyst of the generation after Freud and Jung”.

15 “Thus, over the half-century that followed the Wolf Man case study, Freudian psychoanalysis and the two most influential alternatives to it developed conservative gender practices and normalizing theories of masculinity – theories that identified psychological health with a narrow orthodoxy in sexuality and emotion. But this was not the only direction Freud's ideas could be taken. Around the edges of the medical world, dissident versions and unexpected applications of psychoanalysis multiplied. A number of them produced original ideas about gender”.



“The first dissident analyst was Alfred Adler, a socialist doctor convinced of the importance of social factors in disease”.

“This 'masculine protest', in Adler's famous phrase, is central to neurosis. It means over-compensation in the direction of aggression and restless striving for triumphs”.

16 “Adler considered the masculine protest to be active in normal as well as neurotic mental life. It was not far from this idea to a critique of conventional masculinity. The masculine protest was a feature of women's psychology as well as men's, but over-determined by women's social subordination. In men it could become a public menace. Adler took a highly critical view of dominating masculinities, commenting on the arch evil of our culture, the excessive pre-eminence of manliness. Adler worked in Austrian military hospitals during the Great War, and was left in no doubt about the connections between masculinity, power and public violence”.

17 “The most famous psychological works of the Frankfurt School, Fromm's *The Fear of Freedom* (1942) and the collective work *The Authoritarian Personality* (1950), were, in effect, catalogues of masculinities and the conditions that produce them. Fromm suggested a broad historical succession of character types over several centuries. The *Authoritarian Personality* worked at much closer focus”.

“The 'authoritarian' type was a masculinity particularly involved in the maintenance of patriarchy: marked by hatred for homosexuals and contempt for women, as well as a more general conformity to authority from above, and aggression towards the less powerful. These traits were traced back to rigid parenting, dominance of the family by the father, sexual repression and conservative morality. The 'democratic' character was less clearly drawn, but included markedly more tolerance and was linked to more relaxed and affectionate family relationships”.

18 “It became increasingly clear that Freud's theory of the Oedipus complex cannot provide an analysis of masculinity in general. This is, rather, a map of one historically possible pattern, and it is necessary to think about this particular pattern in relation to the others”.

“Sartre saw 'empirical psychoanalysis', as he called the Freudian school, as too mechanical, taking one possible form of life (determined by sexual desire) for the condition of all lives. Sartre outlined a striking alternative which he called 'existential psychoanalysis’”.

“Sartre himself applied the method only in literary biography. It was Simone de Beauvoir who applied existential psychoanalysis directly to gender, in *The Second Sex* (1949). Her best-known argument showed woman being constituted as 'other' to the male subject”.



“Gender emerged in her treatment as an evolving engagement with situations and social structures. Different gender forms are different ways of life rather than fixed character types”.

19 “In existential psychoanalysis the contradictions of gender are not fixed and their result is not an identity. They are produced socially, but they become contradictions precisely by being taken up as incompatible courses of action. This approach to personality can connect to theories of social structure, but it does so by an emphasis on engagement and action, not social mechanism”.

“Apart from Simone de Beauvoir there was little interaction between feminism and psychoanalysis between the early 1930s and the late 1960s. Yet the radical potentials of psychoanalysis gradually emerged in feminist thought, in two main forms. The first stemmed from the work of Jacques Lacan”.

19 “Here masculinity is not an empirical fact (as in classical psychoanalysis), still less an eternal archetype (as in Jung). It is, rather, the occupant of a place in symbolic and social relations”.

“Treating gender as a system of symbolic relationships, not fixed facts about persons, makes acceptance of the phallic position a highly political act”.

20 “In the work of Nancy Chodorow and Dorothy Dinnerstein the drama centres on the pre-Oedipal separation from femininity, with the focus definitely on the mother. Chodorow's account of this separation has had a large impact on recent writing about men”.

20, 21 “Looking back, it is clear that while Freud gave us an essential tool, it was radically incomplete; and psychoanalytic orthodoxy consists of defending this incompleteness. Ultimately the worth of psychoanalysis in understanding masculinity will depend on our ability to grasp the structuring of personality and the complexities of desire at the same time as the structuring of social relations, with their contradictions and dynamisms. That observation leads us directly towards the social sciences”.

---

### *1.2 O conhecimento derivado da teoria dos papéis sexuais*

---

<b>Capítulo</b>	<b>Página(s)</b>	<b>Trecho</b>
The Science of Masculinity	21	“The first important attempt to create a social science of masculinity centred on the idea of a male sex role. Its origins go back to late nineteenth-century debates about sex difference, when resistance to women's emancipation was bolstered by a scientific doctrine of innate sex difference. Women's exclusion from universities, for instance, was justified by the claim that the feminine mind was too delicately poised to handle the rigours of academic work. The resulting mental disturbance would be bad for their capacities to be good wives and mothers. The first generation

of women who did get into North American research universities not only violated this doctrine. They also questioned its presuppositions, by researching the differences in mental capacities between men and women. They found very few”.

“Sex differences, on almost every psychological trait measured, are either non-existent or fairly small. Certainly they are much smaller than the differences in social situations that are commonly justified by the belief in psychological difference – such as unequal incomes, unequal responsibilities in child care and drastic differences in access to social power”.

“Their modest size would hardly register them as important phenomena if we were not already culturally cued to exaggerate them”.

“Around the mid-century, sex difference research met up with a concept that seemed to explain its subject-matter in an up-to-date way, the concept of 'social role'. The meeting gave birth to the term 'sex role', which in time passed into everyday speech”.

“There are two ways in which the role concept can be applied to gender. In one, the roles are seen as specific to definite situations”.

22 “Much more common, however, is the second approach, in which being a man or a woman means enacting a general set of expectations which are attached to one's sex – the 'sex role’”.

“Masculinity and femininity are quite easily interpreted as internalized sex roles, the products of social learning or 'socialization’”.

“Most often, sex roles are seen as the cultural elaboration of biological sex differences. But this is not necessary”.

“The idea that masculinity is the internalized male sex role allows for social change, and that was sometimes seen as role theory's advantage over psychoanalysis. Since the role norms are social facts, they can be changed by social processes. This will happen whenever the agencies of socialization – family, school, mass media, etc. – transmit new expectations”.

23 “The first generation of sex role theorists assumed that the roles were well defined, that socialization went ahead harmoniously, and that sex role learning was a thoroughly good thing. Internalized sex roles contributed to social stability, mental health and the performance of necessary social functions. To put it formally, functionalist theory assumed a concordance among social institutions, sex role norms and actual personalities”.

“It was the political complacency of this framework, rather than the 'sex role' concept itself, that was disrupted by feminism in the 1970s. Indeed, sex role research bloomed as

never before with the growth of academic feminism. But it was now generally assumed that the female sex role was oppressive and that role internalization was a means of fixing girls and women in a subordinate position”.

24 “The picture of the male sex role painted in most of this literature was quite conventional, which is not surprising as little new research was being done. Rather, the male sex role literature assembled familiar items such as feminist criticisms of men, media images of masculinity, paper-and-pencil tests of attitudes, findings of sex differences and autobiographical anecdotes about sport – and called the assembly a 'role'. There was little attempt to investigate the effects of expectations or norms in social life. They were simply assumed to exist and to be effective”.

“But in other parts of the male role genre there was an ambivalence about women and a willingness to mute the commitment to feminism. Some writers equated the oppression of men with the oppression of women, and denied that there was any 'hierarchy of oppressions”.

24, 25 “This ambivalence was inherent in the 'sex role' framework. For the logical presupposition of sex role analysis is that the two roles are reciprocal. Roles are defined by expectations and norms, sex roles by expectations attaching to biological status. There is nothing here that positively requires an analysis of power. On the contrary there is a basic tendency in sex role theory to understand men's and women's positions as complementary”.

25 “To the extent oppression appears in a role system, it appears as the constricting pressure placed by the role upon the self. This can happen in the male role as readily as in the female. This pressure was indeed a central theme of the 1970s Books About Men”.

“The concept of sex role identity prevents individuals who violate the traditional role for their sex from challenging it; instead, they feel personally inadequate and insecure”.

“Normative sex role theory thus helps dampen social change”.

25, 26 “What Pleck proposed instead was a non-normative sex role theory, one that disconnected the role from the self. He wanted a model of the male sex role which allowed the sex role conformity might be psychologically dysfunctional; that the role norms might change, and at times ought to; and that many people did violate the norms, and might suffer retribution, so many people also overconformed. This would make the theory of the male role more internally consistent, shaking off the bits of biological determinism and identity theory that clung to it; but it would not break out of the intellectual limits of the role perspective”.

26 “Role theory in general is logically vague. The same term is used to describe an occupation, a political status, a

momentary transaction, a hobby, a stage in life and a gender. Because of the shifting bases on which 'roles' are defined, role theory leads to major incoherence in the analysis of social life. Role theory exaggerates the degree to which people's social behaviour is prescribed. But at the same time, by assuming that the prescriptions are reciprocal, it underplays social inequality and power. For all these reasons 'role' has proved unworkable as a general framework for social analysis. This is not to say the dramaturgical metaphor of role is entirely useless in understanding social situations. It is apt for situations where (a) there are well-defined scripts to perform, (b) there are clear audiences to perform to, and (c) the stakes are not too high (so it is feasible that some kind of performing is the main social activity going on). None of these conditions, as a rule, applies to gender relations. 'Sex role' is basically an inappropriate metaphor for gender interactions”.

“In sex role theory, action (the role enactment) is linked to a structure defined by biological difference, the dichotomy of male and female – not to a structure defined by social relations. This leads to categoricalism, the reduction of gender to two homogeneous categories, betrayed by the persistent blurring of sex differences with sex roles. Sex roles are defined as reciprocal; polarization is a necessary part of the concept. This leads to a misperception of social reality, exaggerating differences between men and women, while obscuring the structures of race, class and sexuality. It is telling that discussions of 'the male sex role' have mostly ignored gay men and have had little to say about race and ethnicity”.

27

“The male sex role literature, though aware of change and often enthusiastic about it, persistently sees change as impinging on the role from elsewhere (as a result of technological change, for instance). It does not have a way of understanding change as a dialectic within gender relations. The male sex role approach, then, is fundamentally reactive. It does not generate a strategic politics of masculinity”.

---

### *1.3 O conhecimento derivado das ciências sociais contemporâneas*

---

<b>Capítulo</b>	<b>Página(s)</b>	<b>Trecho</b>
The Science of Masculinity	27, 28	<p>“The elements of a new approach to masculinity have been emerging in several social science disciplines, stimulated by Men's Liberation and sex role psychology but not limited by role theory. A key element is the evidence of diversity and transformation in masculinities provided by history and ethnography”.</p> <p>“Academic historical writing has, of course, always been about men – at least, about rich and famous men. This was pointed out by feminists, and in the 1970s a strong movement developed to write 'women's history' and redress the balance.</p>

Given the assumption of reciprocal sex roles, it could not be long before someone concluded that there was need for a reciprocal 'men's history'".

28 "But there already was a men's history. The central theme of a new men's history, then, could only be what was missing from the non-gendered history of men – the *idea* of masculinity. This was often called a history of the male role, and the first wave of American work in the genre overlapped the male sex role literature just discussed. It was marked by the same vagueness of scope, and was often written at a high level of generality".

29 "It is clear from such studies that definitions of masculinity are deeply enmeshed in the history of institutions and of economic structures. Masculinity is not just an idea in the head, or a personal identity. It is also extended in the world, merged in organized social relations. To understand masculinity historically we must study changes in those social relations".

30 "Thus historical research on masculinity leads via institutions to questions of agency and social struggle. A similar logic has emerged in anthropology".

31 "So ethnographic reports, accumulating in the libraries of the imperial powers, were a mine of information about the very issues debated by feminism, psychoanalysis and sex role theory".

"Anthropology is a mine of information about men and masculinity".

32 "Gilmore's broad answer was that manhood is difficult to achieve, and that it involves striving in a distinctively masculine realm, so its achievement needs to be marked by rites of entry".

"Psychologically masculinity is a defence against regression to pre-Oedipal identification with the mother".

33 "Has something gone wrong with the ethnographies? I think not; the problem is the way they are put to use. Gilmore's framework is sex role theory, and his work embodies the confusions and foreshortenings discussed above. At a deeper level, his book shows the futility of the attempt to produce a positivist science of masculinity by cross-cultural generalization".

"The positivist method presupposes a stable object of knowledge which is constant across all the cases. Is 'manhood' or masculinity' such an object? Other ethnography suggests it is not".

"A science that attempts to grasp this experience through concepts that reflect the distinctive social relations of modern European/American society – as conventional concepts of masculinity do (see Chapter 3) – must go awry".

- “How, then, can ethnography be part of a social science of gender? Only by recognizing the social relations that are the condition for producing ethnographic knowledge”.
- 34 “Positivist science works by suppressing this historical dimension. It invites us to forget those who steal the smoked meat. But we need not accept this amnesia. I would argue that ethnographic knowledge about masculinity is valuable precisely to the extent we understand it as part of a global history, a history marked by dispossession, struggle and transformation. As indigenous people increasingly claim the right to tell their own stories, our knowledge of Western masculinity will certainly change profoundly”.
- “Sociology, the academic home of some of the earliest sex role work on masculinity, is the site of the sharpest break from the sex role framework”.
- “There is no settled paradigm for this new work, but some common themes are clear: the construction of masculinity in everyday life, the importance of economic and institutional structures, the significance of differences among masculinities and the contradictory and dynamic character of gender”.
- 35 “That gender is not fixed in advance of social interaction, but is constructed in interaction, is an important theme in the modern sociology of gender”.
- “Like sex role research, this is concerned with public conventions about masculinity. But rather than treat these as pre-existing norms which are passively internalized and enacted, the new research explores the making and remaking of conventions in social practice itself”.
- 36 “Difference between class or race settings is important to recognize, but it is not the only pattern of difference that has emerged. It has become increasingly clear that different masculinities are produced in the same cultural or institutional setting”.
- 37 “Such observations show that the relationships constructing masculinity are dialectical; they do not correspond to the one-way causation of a socialization model”.
- “Despite the emphasis on multiple masculinities and on contradiction, few researchers have doubted that the social construction of masculinities is a systematic process. This has been emphasized in Britain, in the main attempts so far to develop a general theory of masculinity. The work has come from the political left and reflects a profound questioning of traditional forms of left politics among men”.
- 38 “The new sociology of masculinity does not offer deterministic models. To use Sartre's term, it studies various projects of masculinity, the conditions under which they arise and the conditions they produce. Such knowledge will not support a positivist science of masculinity. It will, however, illuminate social practice; and in that respect has
- 39



much in common with the knowledge of masculinity coming from social movements”.

*1.4 Caminhos para compreender as contribuições de R. Connell à ciência das masculinidades*

Capítulo	Página(s)	Trecho
The Science of Masculinity	43	<p>“Whatever is significant in issues about masculinity involves both personality and social relations; centrally, it involves the interplay between the two”.</p> <p>“There is no masculine entity whose occurrences in all societies we can generalize about. The things designated by the term in different cases are logically incommensurable”.</p> <p>“Positivism has one line of escape from this difficulty. What is more or less constant, through the shifts of culture, is the anatomy and physiology of male bodies. We could pursue a science of men, defining 'masculinity' as the character of anyone who possessed a penis, a Y chromosome and a certain supply of testosterone. A recent French book about masculinity, one of the better popular books about men, is simply called XY. This is, perhaps, what is ultimately implied by the idea of 'men's studies'. This solves the logical problem, but it is not likely to lead to a science worth having”.</p> <p>“It would be impossible in such a framework to explore one of the main issues raised by psychoanalysis, the masculinity within women and the femininity within men. To believe that we can understand the social world through a biological demarcation is to misunderstand the relation between bodies and social processes”.</p> <p>“To put the point in another and perhaps clearer way, it is gender relations that constitute a coherent object of knowledge for science. Knowledge of masculinity arises within the project of knowing gender relations”.</p>
	44	<p>“Critical social science requires an ethical baseline empirically grounded in the situations under study. The baseline for the analysis in this book is social justice: the objective possibility of justice in gender relations, a possibility sometimes realized and sometimes not. To adopt such a baseline is not to propose an arbitrary value preference that is separate from the act of knowing. Rather, it is to acknowledge the inherently political character of our knowledge of masculinity. We can treat that as an epistemological asset, not an embarrassment”.</p> <p>“In this sense we can have a meaningful science of masculinity. It is part of the critical science of gender relations and their trajectory in history. That, in turn, is part of the larger exploration of human possibility, and its negations, which both social science and practical politics require”.</p>
<b>Categoria 2: Conceitualização das masculinidades</b>		
Capítulo	Página(s)	Trecho

The Science of Masculinity	37	“In recognizing different types of masculinity, then, we must not take them as fixed categories”.
	43, 44	“Masculinity and femininity are inherently relational concepts, which have meaning in relation to each other, as a social demarcation and a cultural opposition. This holds regardless of the changing content of the demarcation in different societies and periods of history. Masculinity as an object of knowledge is always masculinity-in-relation”.
	44	“Masculinities are configurations of practice structured by gender relations. They are inherently historical; and their making and remaking is a political process affecting the balance of interests in society and the direction of social change”.
Men’s Bodies	45	“Arguments that masculinity should change often come to grief, not on counter-arguments against reform, but on the belief that men cannot change, so it is futile or even dangerous to try. Mass culture generally assumes there is a fixed, true masculinity beneath the ebb and flow of daily life. We hear of 'real men', 'natural man', the 'deep masculine'. This idea is now shared across an impressive spectrum including the mythopoetic men's movement, Jungian psychoanalysts, Christian fundamentalists, sociobiologists and the essentialist school of feminism”.
	45	“True masculinity is almost always thought to proceed from men's bodies – to be inherent in a male body or to express something about a male body. Either the body drives and directs action (e.g., men are naturally more aggressive than women; rape results from uncontrollable lust or an innate urge to violence), or the body sets limits to action (e.g., men naturally do not take care of infants; homosexuality is unnatural and therefore confined to a perverse minority).
	45, 46	“So the first task of a social analysis is to arrive at an understanding of men's bodies and their relation to masculinity”.
		“Two opposing conceptions of the body have dominated discussion of this issue in recent decades. In one, which basically translates the dominant ideology into the language of biological science, the body is a natural machine which produces gender difference – through genetic programming, hormonal difference, or the different role of the sexes in reproduction. In the other approach, which has swept the humanities and social sciences, the body is a more or less neutral surface or landscape on which a social symbolism is imprinted. Reading these arguments as a new version of the old 'nature vs. nurture' controversy, other voices have proposed a common-sense compromise: both biology and social influence combine to produce gender differences in behaviour. In this chapter I will argue that all three views are mistaken”.



“Since religion's capacity to justify gender ideology collapsed, biology has been called in to fill the gap”.

“Speculation about masculinity and femininity is a mainstay of sociobiology, the revived attempt at an evolutionary explanation of human society that became fashionable in the 1970s”.

46 “According to these theorists, men's bodies are the bearers of a natural masculinity produced by the evolutionary pressures that have borne down upon the human stock. We inherit with our masculine genes tendencies to aggression, family life, competitiveness, political power, hierarchy, territoriality, promiscuity and forming men's clubs. The list varies somewhat from theorist to theorists, but the flavour remains the same”.

“The account of natural masculinity that has been built up in sociobiology is almost entirely fictional. It presupposes broad differences in the character traits and behaviours of women and men”.

47 “The usual finding, on intellect, temperament and other personal traits, is that there are no measurable differences at all. Where differences appear, they are small compared to variation within either sex, and very small compared to differences in the social positioning of women and men. The natural-masculinity thesis requires strong biological determination of group differences in complex social behaviours (such as creating families and armies). There is no evidence at all of strong determination in this sense. There is little evidence even of weak biological determination of group differences in simple individual behaviours. And the evidence of cross-cultural and historical diversity in gender is overwhelming”.

“Nothing like one-way determination of the social by the biological can be sustained; the situation is far more complex”.

48 “Rather, the power of this perspective lies in its metaphor of the body as machine. The body 'functions' and 'operates'. Researchers discover biological ‘mechanisms’ in behaviour. Brains are 'hardwired' to produce masculinity; men are genetically 'programmed' for dominance; aggression is in our 'biogram”.

“Medicine thus has stepped in to normalize gender: to make sure that adult men will have masculine childhoods, and a consistent gender dichotomy will be preserved”.

49 “Michel Foucault's analysis. of the 'disciplining' of bodies is a corollary of his. account of the production of truth within discourses; bodies became the objects. of new disciplinary sciences as new technologies of power brought 'them under control in finer and finer detail”.

“These practices can be institutionally elaborated on a very large scale”.

50 “The technology now extends to the surgical production of masculinity, with penile implants, both inflatable and rigid, to the fore”.

50 “Social constructionist approaches to gender and sexuality underpinned by a semiotic approach to the body provide an almost complete antithesis to sociobiology. Rather than social arrangements being the effects of the body-machine, the body is a field on which social determination runs riot”.

“Gender is hardly in better case, when it becomes just a subject-position in discourse, the place from which one speaks; when gender is seen as, above all, a performance; or when the rending contradictions within gendered lives become 'an instatement of metaphor’”.

“A wholly semiotic or cultural account of gender is no more tenable than a biological reductionist one. The surface on which cultural meanings are inscribed is not featureless, and it does not stay still”.

51 “Bodies, in their own right as bodies, do matter. They age, get sick, enjoy, engender, give birth. There is an irreducible bodily dimension in experience and practice; the sweat cannot be excluded. On this point we can learn even from the sex role literature”.

“Can we, then, settle for a common-sense compromise, asserting both biology and culture in a composite model of gender? This is, essentially, the formula of sex role theory, which, as shown in Chapter 1, adds a social script to a biological dichotomy”.

“If biological determinism is wrong, and social determinism is wrong, then it is unlikely that a combination of the two will be right. There are reasons to think these two 'levels of analysis' cannot be satisfactorily added. For one thing, they are not commensurate”.

52 “Nor does the pattern of difference at the two levels correspond – though this is constantly assumed, and sometimes made explicit in statements about 'sex dimorphism in behaviour'. Social process may, it is true, elaborate on bodily difference (the padded bra, the penis-sheath, the cod-piece). Social process may also distort, contradict, complicate, deny, minimize or modify bodily difference. Social process may define one gender ('unisexual' fashion, gender-neutral labour), two genders (Hollywood), three (many North American native cultures), four (European urban culture once homosexuals began to be sorted out, after the eighteenth century), or a whole spectrum of fragments, variations and trajectories. Social process has recast our very perception of sexed bodies, as shown by Thomas Laqueur's remarkable history of the transition in medical and popular thought from a one-sex model to a two-sex model”.

“However we look at it, a compromise between biological determination and social determination will not do as the basis for an account of gender. Yet we cannot ignore either the radically cultural character of gender or the bodily presence. It seems that we need other ways of thinking about the matter”.

52, 53 “A rethinking may start by acknowledging that, in our culture at least, the physical sense of maleness and femaleness is central to the cultural interpretation of gender. Masculine gender is (among other things) a certain feel to the skin, certain muscular shapes and tensions, certain postures and ways of moving, certain possibilities in sex. Bodily experience is often central in memories of our own lives, and thus in our understanding of who and what we are”.

“These social relations of gender are both realized and symbolized in the bodily performances”.

54 “The performance is symbolic and kinetic, social and bodily, atone and the same time, and *these aspects depend on each other*”.

“The constitution of masculinity through bodily performance means that gender is vulnerable when the performance cannot be sustained – for instance, as a result of physical disability”.

56 “The body, I would conclude, is inescapable in the construction of masculinity; but what is inescapable is not fixed. The bodily process, entering into the social process, becomes part of history (both personal and collective) and a possible object of politics. Yet this does not return us to the idea of bodies as landscape. They have various forms of recalcitrance to social symbolism and control, and I will now turn to this issue”.

“Philosophy and social theory often speak of 'the body'. But bodies are plural (about 5.4 thousand million in 1994) and are very diverse”.

“What is true of 'bodies' in general is true of men’s bodies in particular. They are diverse to start with, and they get more diverse as they grow and age.”.

57 “I wrote poetically of bodily masculinity as centring on the combination of force and skill symbolized by sport; and remarked that: To be an adult male is distinctly to occupy space, to have a physical presence in the world. Walking down the street, I square my shoulders and covertly measure myself against other men. Walking past a group of punk youths late at night, I wonder if I look formidable enough. At a demonstration I size up the policemen and wonder if I am bigger and stronger than them if it comes to the crunch – a ludicrous consideration, given the actual techniques of mass action and crowd control, but an automatic reaction nevertheless”.

“Not only are men's bodies diverse and changing, they can be positively recalcitrant. Ways are proposed for bodies to participate in social life, and the bodies often refuse”.

“The body is virtually assaulted in the name of masculinity and achievement”.

58 “These are extreme cases; but the principle applies in much more routine situations, such as the industrial workplaces discussed above. Bodies cannot be understood as a neutral medium of social practice. Their materiality matters. They will do certain things and not others. Bodies are substantively in play in social practices such as sport, labour and sex”.

59 “Gender-switching can even be seen as the ultimate triumph of symbol over flesh, with transsexuals' having their bodies literally carved to the shape of the symbolic identity they have adopted”.

“Bodies, it seems, are not only subversives. They can be jokers too”.

59, 60 “Social theory for the most part still operates in the universe created by Descartes, with a sharp split between the knowing, reasoning mind and the mechanical, unreasoning body. Theories of discourse have not overcome this split: they have made bodies the objects of symbolic practice and power but not participants”.

60 “To break out of this universe it is not enough to assert the significance of bodily difference, important as this has been in recent feminist theory. We need to assert the activity, literally the *agency*, of bodies in social processes”.

61 “The socialness of the physical performance is not a matter of social framing around a physiological event. It is a more intimate connection that operates especially in the dimension of fantasy”.

62 “The circuit in this case goes from bodily interaction and bodily experience, via socially structured bodily fantasy (involving the cultural construction of hegemonic and oppressed sexualities), to the construction of fresh sexual relationships centring on new bodily interactions”.

“The public gender meanings are instantaneously fused with the bodily activity and the emotions of the relationship”.

64 “Body-reflexive practices, as we see in all these instances, are not internal to the individual. They involve social relations and symbolism; they may well involve large-scale social institutions. Particular versions of masculinity are constituted in their circuits as meaningful bodies and embodied meanings. Through body-reflexive practices, more than individual lives are formed: a social world is formed”.

64, 65 “Through body-reflexive practices, bodies are addressed by social process and drawn into history, without ceasing to be bodies. They do not turn into symbols, signs or positions in discourse. Their materiality (including material capacities to

engender, to give birth, to give milk, to menstruate, to open, to penetrate, to ejaculate) is not erased, it continues to matter. The social process of gender includes childbirth and child care, youth and ageing, the pleasures of sport and sex, labour, injury, death from AIDS”.

65 “The social semiotics of gender, with its emphasis on the endless play of signification, the multiplicity of discourses and the diversity of subject positions, has been important in escaping the rigidities of biological determinism. But it should not give the impression that gender is an autumn leaf, wafted about by light breezes. Body-reflexive practices form – and are formed by – structures which have historical weight and solidity. The social has its own reality”.

“Practice never occurs in a vacuum. It always responds to a situation, and situations are structured in ways that admit certain possibilities and not others. Practice does not proceed into a vacuum either. Practice makes a world. In acting, we convert initial situations into new situations. Practice constitutes and re-constitutes structures”.

“The practices that construct masculinity are onto-formative in this sense”.

66 “For men, as for women, the world formed by the body-reflexive practices of gender is a domain of politics – the struggle of interests in a context of inequality. Gender politics is an embodied-social politics”.

---

“Masculinity’ is not a coherent object about which a generalizing science can be produced. Yet we can have coherent knowledge about the issues raised in these attempts. If we broaden the angle of vision, we can see masculinity, not as an isolated object, but as an aspect of a larger structure”.

67 “All societies have cultural accounts of gender, but not all have the concept ‘masculinity’. In its modern usage the term assumes that one’s behaviour results from the type of person one is. That is to say, an unmasculine person would behave differently: being peaceable rather than violent, conciliatory rather than dominating, hardly able to kick a football, uninterested in sexual conquest, and so forth”.

“This conception presupposes a belief in individual difference and personal agency. In that sense it is built on the conception of individuality that developed in early-modern Europe with the growth of colonial empires and capitalist economic relations”.

68 “But the concept is also inherently relational. ‘Masculinity’ does not exist except in contrast with ‘femininity’. A culture which does not treat women and men as bearers of polarized character types, at least in principle, does not have a concept of masculinity in the sense of modern European/American culture”.

The social  
organization of  
Masculinity

“Historical research suggests that this was true of European culture itself before the eighteenth century. Women were certainly regarded as different from men, but different in the sense of being incomplete or inferior examples of the same character (for instance, having less of the faculty of reason). Women and men were not seen as bearers of qualitatively different characters; this conception accompanied the bourgeois ideology of 'separate spheres' in the nineteenth century”.

“In both respects our concept of masculinity seems to be a fairly recent historical product, a few hundred years old at most. In speaking of masculinity at all, then, we are 'doing gender' in a culturally specific way”.

“Definitions of masculinity have mostly taken our cultural stand-point for granted, but have followed different strategies to characterize the type of person who is masculine. Four main strategies have been followed; they are easily distinguished in terms of their logic, though often combined in practice”.

“*Essentialist* definitions usually pick a feature that defines the core of the masculine, and hang an account of men's lives on that”.

“The weakness in the essentialist approach is obvious: the choice of the essence is quite arbitrary”.

“*Positivist* social science, whose ethos emphasizes finding the facts, yields a simple definition of masculinity: what men actually are. This definition is the logical basis of masculinity/femininity (M/F) scales in psychology, whose items are validated by showing that they discriminate statistically between groups of men and women. It is also the basis of those ethnographic discussions of masculinity which describe the pattern of men's lives in a given culture and, whatever it is, call the pattern masculinity”.

69 “As modern epistemology recognizes, there is no description without a standpoint. The apparently neutral descriptions on which these definitions rest are themselves underpinned by assumptions about gender”.

“To list what men and women do requires that people be already sorted into the categories 'men' and 'women’”.

“To define masculinity as what-men-empirically-are is to rule out the usage in which we call some women 'masculine' and some men 'feminine', or some actions or attitudes 'masculine' or 'feminine' regardless of who displays them. This is not a trivial use of the terms”.

“If we spoke only of differences between men as a bloc and women as a bloc, we would not need the terms 'masculine' and 'feminine' at all. We could just speak of 'men's' and 'women's', or 'male' and 'female'. The terms 'masculine' and 'feminine' point beyond categorical sex difference to the



ways men differ among themselves, and women differ among themselves, in matters of gender”.

“*Normative* definitions recognize these differences and offer a standard: masculinity is what men ought to be”

“In practice, male sex role texts often blend normative with essentialist definitions”.

“Normative definitions allow that different men approach the standards to different degrees”.

70 “*Semiotic* approaches abandon the level of personality and define masculinity through a system of symbolic difference in which masculine and feminine places are contrasted. Masculinity is, in effect, defined as not-femininity”.

“The approach has been widely used in feminist and post-structuralist cultural analyses of gender and in Lacanian psycho-analysis and studies of symbolism. It yields more than an abstract contrast of masculinity and femininity, of the kind found in M/F scales. In the semiotic opposition of masculinity and femininity, masculinity is the unmarked term, the place of symbolic authority. The phallus is master-signifier, and femininity is symbolically defined by lack”.

70, 71 “This definition of masculinity has been very effective in cultural analysis. It escapes the arbitrariness of essentialism and the paradoxes of positivist and normative definitions. It is, however, limited in its scope – unless one assumes, as some postmodern theorists do, that discourse is all we can talk about in social analysis. To grapple with the full range of issues about masculinity we need ways of talking about relationships of other kinds too: about gendered places in production and consumption, places in institution and in natural environments, places in social and military struggles”.

“No masculinity arises except in a system of gender relations”.

71 “Rather than attempting to define masculinity as an object (a natural character type, a behavioural average, a norm), we need to focus on the processes and relationships through which men and women conduct gendered lives. ‘Masculinity’, to the extent the term can be briefly defined at all, is simultaneously a place in gender relations, the practices through which men and women engage that place in gender, and the effects of these practices in bodily experience, personality and culture”.

“Gender is a way in which social practice is ordered. In gender processes, the everyday conduct of life is organized in relation to a reproductive arena, defined by the bodily structures and processes of human reproduction. This arena includes sexual arousal and intercourse, childbirth and infant care, bodily sex difference and similarity”.

“We are talking about a historical process involving the body, not a fixed set of biological determinants”.

- 71, 72 “Gender is social practice that constantly refers to bodies and what bodies do, it is not social practice reduced to the body. Indeed reductionism presents the exact reverse of the real situation. Gender exists precisely to the extent that biology does not determine the social. It marks one of those points of transition where historical process supersedes biological evolution as the form of change”.
- “Social practice is creative and inventive, but not inchoate. It responds to particular situations and is generated within definite structures of social relations. Gender relations, the relations among people and groups organized through the reproductive arena, form one of the major structures of all documented societies”.
- 72 “Practice that relates to this structure, generated as people and groups grapple with their historical situations, does not consist of isolated acts. Actions are configured in larger units, and when we speak of masculinity and femininity we are naming configurations of gender practice”.
- “Configuration' is perhaps too static a term. The important thing is the *process* of configuring practice”.
- “Taking a dynamic view of the organization of practice, we arrive at an understanding of masculinity and femininity as *gender projects*. These are processes of configuring practice through time, which transform their starting-points in gender structures”.
- “We find the gender configuring of practice however we slice the social world, whatever unit of analysis we choose”.
- “Chapter 1 noted how social science had come to recognize a third site of gender configuration, institutions such as the state, the workplace and the school. Many find it difficult to accept that institutions are substantively, not just metaphorically, gendered. This is, nevertheless, a key point”.
- 73 “Gender is an internally complex structure, where a number of different logics are superimposed. This is a fact of great importance for the analysis of masculinities. Any one masculinity, as a configuration of practice, is simultaneously positioned in a number of structures of relationship, which may be following different historical trajectories”.
- “We need at least a three-fold model of the structure of gender, distinguishing relations of (a) power, (b) production and (e) cathexis (emotional attachment). This is a provisional model, but it gives some purchase on issues about masculinity”.
- 73, 74 “*Power relations*: The main axis of power in the contemporary European/American gender order is the overall subordination of women and dominance of men – the structure Women's Liberation named 'patriarchy'”.
- 74 “*Production relations*: Gender divisions of labour are familiar in the form of the allocation of tasks, sometimes reaching extraordinarily fine detail”.



“Equal attention should be paid to the economic consequences of gender divisions of labour, the dividend accruing to men from unequal shares of the products of social labour. This is most often discussed in terms of unequal wage rates, but the gendered character of capital should also be noted. A capitalist economy working through a gender division of labour is, necessarily, a gendered accumulation process. So it is not a statistical accident, but a part of the social construction of masculinity, that men and not women control the major corporations and the great private fortunes. Implausible as it sounds, the accumulation of wealth has become firmly linked to the reproductive arena, through the social relations of gender”.

“*Cathexis*: As I noted in Chapter 2, sexual desire is so often seen as natural that it is commonly excluded from social theory. Yet when we consider desire in Freudian terms, as emotional energy being attached to an object, its gendered character is clear”.

74, 75 “The practices that shape and realize desire are thus an aspect of the gender order. Accordingly we can ask political questions about the relationships involved: whether they are consensual or coercive, whether pleasure is equally given and received. In feminist analyses of sexuality these have become sharp questions about the connection of heterosexuality with men's position of social dominance”.

75 “Because gender is a way of structuring social practice in general, not a special type of practice, it is unavoidably involved with other social structures. It is now common to say that gender 'intersects' – better, interacts – with race and class. We might add that it constantly interacts with nationality or position in the world order. This fact also has strong implications for the analysis of masculinity. White men's masculinities, for instance, are constructed not only in relation to white women but also in relation to black men”.

“Similarly, it is impossible to understand the shaping of working-class masculinities without giving full weight to their class as well as their gender politics”.

“To understand gender, then, we must constantly go beyond gender”.

“Gender relations are a major component of social structure as a whole, and gender politics are among the main determinants of our collective fate”.

76 “With growing recognition of the interplay between gender, race and class it has become common to recognize multiple masculinities: black as well as white, working-class as well as middle-class. This is welcome, but it risks another kind of oversimplification. It is easy in this framework to think that there is *a* black masculinity or *a* working-class masculinity”.

“To recognize more than one kind of masculinity is only a first step. We have to examine the relations between them”.

		<p>“A focus on the gender relations among men is necessary to keep the analysis dynamic, to prevent the acknowledgement of multiple masculinities collapsing into a character typology”.</p> <p>“These two types of relationship – hegemony, domination/subordination and complicity on the one hand, marginalization/authorization on the other – provide a framework in which we can analyse specific masculinities. (This is a sparse framework, but social theory should be hardworking.) I emphasize that terms such as 'hegemonic masculinity' and 'marginalized masculinities' name not fixed character types but configurations of practice generated in particular situations in a changing structure of relationships. Any theory of masculinity worth having must give an account of this process of change”.</p> <p>“To recognize gender as a social pattern requires us to see it as a product of history, and also as a <i>producer</i> of history”.</p>
	81	
	95	<p>“The crucial point the life-histories reveal is that masculinity is shaped, not in relation to a specific workplace, but in relation to the labour market as a whole, which shapes their experience as an alternation of work and unemployment”.</p>
Live Fast and Die Young	107	<p>“Social science has increasingly recognized a collective dimension of masculinity, and the evidence here supports this concept. Of course individual practice is required”.</p>
	116	<p>“At the group level, the collective practice of masculinity becomes a performance too”.</p>
	122	<p>“The father is not the only bearer of masculinity in a small boy's field of vision. He may indeed be less visible, in some family configurations, than an older brother”.</p>
	125	<p>“Yet the gender order itself is contradictory, and practical experience can undermine patriarchal conventions”.</p>
	135	<p>“The project of remaking the masculine self certainly, requires a good deal of willpower in the face of derision from other men, half-shared homophobia and ambivalence from feminists. More than willpower is involved, however. The project is embroiled with the relationships and emotions through which masculinity was initially formed. In these relationships and emotions are motives that support the new emotional work, and some reasons for its shape and limits”.</p> <p>“To undo masculinity is to court a loss of personality structure that may be quite terrifying: a kind of gender vertigo”.</p>
A Whole New World	137	<p>“There are consequently strong motives to set limits to the loss of structure. Such limits are visible in the paradoxical assertion of the masculine self in the act of renunciation. They are also visible in the maintenance of a heterosexual sensibility and heterosexual object choice. Alternatively, gender vertigo may impel men to reach for other ways of structuring the world”.</p>

“We need not accept Freud's pan-sexualism to agree that power relations and emotional dependencies in the patriarchal family create the possibility of Oedipal identification with the mother, a pattern distinct from primal identification and playing a different role in gender politics. This is a gendered relationship, a highly structured one – and hence a possible answer to vertigo”.

“Where it is present, Oedipal identification with the mother provides an emotional basis for handling the loss of structure in demasculinization. One can assert, with some conviction, solidarity with women and distance from men, especially from conventionally masculine men”.

“To sum up, the project of remaking masculinity can be emotionally configured in a number of ways. None of them appears well resolved or particularly stable. I think the reason is that these emotional dilemmas have no resolution at the level of personality alone. To pursue the reconstruction of gender any further requires a move to a new terrain, where the structural sources of emotional contradiction can be addressed directly. It requires a move towards collective practice”.

139

“There is a mismatch between the social character of gender issues and the individualized practices with which the counterculture generally handles them. Therapeutic methods of reforming personality treat the individual as the unit to be reformed and propose more individuality as the way forward, searching for a 'trueself' or a 'real me'. Given this focus, the project of remaking the self may represent containment, not revolution, in relation to the patriarchal gender order”.

“The political risk run by an individualized project of reforming masculinity is that it will ultimately help modernize patriarchy rather than abolish it”.

“Individualizing gestures, in which a man tries to separate himself from the project of masculinization, are transcended in the direction of political mobilization, a process in which a patriarchal social order is contested”.

141

“Collective projects of transformation operate at the level of the social. They address the institutional order of society as well as the social organization of personality. They involve the creation of units larger than the individual life (from face-to-face work groups to social movements). In these respects, the moment of contestation is very different from the project of reconstructing the self”.

		<p>“Yet the cultural history of the environmental movement limits this transformation of masculinity even as it makes it possible. For the most part the environmental movement, like the counter-culture generally, tries to work on a non-gendered basis. It even tries to be degendering, to undo gender differentiation. Its commonest ideal is a fusion of feminine and masculine principles. Each of the six men in this study saw some kind of androgyny as their goal”.</p> <p>142 “The problem is that a degendering practice in a still-patriarchal society can be demobilizing as well as progressive. A response that simply negates mainstream masculinity, that remains in the moment of rejection, does not necessarily move towards social transformation. To move further, in the face of the gender vertigo documented in this chapter, would seem to require a gendered counter-sexist politics for men who reject hegemonic masculinity”.</p>
		<p>146 “But as we saw with some of the family dynamics in Chapter 5, the relationships through which gender is constructed contain other possibilities. Families are not fixed, mechanical systems. They are fields of relationship within which gender is negotiated. Their configurations often change over time, as alliances form and dissolve and people enter and leave”.</p> <p>146, 147 “Given households with a conventional division of labour, boys' relations with mothers and sisters are both their primary means of marking sexual difference, and sources of alternatives to identification with the father. The conventional structure of the patriarchal household necessarily opens up a range of possibilities in emotional relations and in the construction of gender”.</p> <p>147 “On a wider stage, the insistently masculinized public culture – in peer groups, schools, workplaces, sporting organizations, media – sustains conventional definitions of gender. But its very insistence cues young people to use gender as an issue for resistance to adults and established authority”.</p> <p>“Resistance may mean seizing on a hyper-masculine persona”.</p> <p>“But resistance may equally mean doing something outrageously unmasculine”.</p>

---

*2.1: Masculinidade hegemônica*

Capítulo	Página(s)	Trecho
The Science of Masculinity	36, 37	<p>“Such observations, together with the psychoanalytic work on character discussed above, and gay-liberation ideas discussed below, led to the idea of hegemonic masculinity. To recognize diversity in masculinities is not enough. We must also recognize the relations between the different kinds of masculinity: relations of alliance, dominance and subordination. These relationships are constructed through</p>

		practices that exclude and include, that intimidate, exploit, and so on. There is a gender politics within masculinity”.
	37	“Hegemony, then, does not mean total control. It is not automatic, and may be disrupted – or even disrupt itself”.
	76	<p>“Hegemonic masculinity’ is not a fixed character type, always and everywhere the same. It is, rather, the masculinity that occupies the hegemonic position in a given pattern of gender relations, a position always contestable”.</p> <p>“The concept of ‘hegemony’, deriving from Antonio Gramsci’s analysis of class relations, refers to the cultural dynamic by which a group claims and sustains a leading position in social life. At any given time, one form of masculinity rather than others is culturally exalted. Hegemonic masculinity can be defined as the configuration of gender practice which embodies the currently accepted answer to the problem of the legitimacy of patriarchy, which guarantees (or is taken to guarantee) the dominant position of men and the subordination of women”.</p>
The social organization of Masculinity	77	<p>“This is not to say that the most visible bearers of hegemonic masculinity are always the most powerful people. They may be exemplars, such as film actors, or even fantasy figures, such as film characters. Individual holders of institutional power or great wealth may be far from the hegemonic pattern in their personal lives”.</p> <p>“Nevertheless, hegemony is likely to be established only if there is some correspondence between cultural ideal and institutional power, collective if not individual”.</p> <p>“I stress that hegemonic masculinity embodies a ‘currently accepted’ strategy. When conditions for the defence of patriarchy change, the bases for the dominance of a particular masculinity are eroded. New groups may challenge old solutions and construct a new hegemony. The dominance of any group of men may be challenged by women. Hegemony, then, is a historically mobile relation”.</p>
Introduction to Part II	90	<p>“Crisis tendencies in power relations threaten hegemonic masculinity directly. These tendencies are highlighted in the lives of men who live and work with feminists in settings where gender hierarchy has lost all legitimacy”.</p> <p>“In the established gender order, relations of cathexis are organized mainly through the heterosexual couple. This is the taken for granted meaning of ‘love’ in popular culture and it has massive institutional support. Masculinity is necessarily in question in the lives of men whose sexual interest is in other men”.</p> <p>“In relation to production, masculinity has come to be associated with being a breadwinner. This definition will come under pressure when it becomes impossible for men to win the bread. Structural unemployment is now a reality for considerable parts of the working class, especially youth”.</p>

Live Fast and Die Young	104	<p>“Gayle Rubin wrote of 'obligatory heterosexuality' and Adrienne Rich of 'compulsory heterosexuality', naming the cultural and social pressures on women to make themselves sexually available to men, on whatever terms they can get. What needs to be added is the fact, made very clear in these life-histories, that compulsory heterosexuality is also enforced on men”.</p>
	108	<p>“So the male body has to be disciplined to heterosexuality”.</p> <p>“A thin, contemptuous misogyny, in which women are treated basically as disposable receptacles for semen, coexists with a much more respectful, even admiring view of women's strength. Sometimes these views coexist in the same head. Homophobia is common but not universal. Some of the young men reach easily for live-and-let-live formulae. Fatherhood is feared, because it means commitment, but also desired, especially if the child is a boy”.</p>
A Whole New World	122	<p>“Here, on the face of it, are two versions of the social reproduction of hegemonic masculinity: father to son, older brother to younger brother. These events could be read in psychoanalytic terms as identification, or in sex role terms as successful social learning. But these readings are too mechanical. There was also an active appropriation of what was offered, a purposeful construction of a way of being in the world. I will define this appropriation as the moment of engagement with hegemonic masculinity, the moment in which the boy takes up the project of hegemonic masculinity as his own”.</p>
	123	<p>“The bodily sense of masculinity is central to the social process. A key part of the moment of engagement, then, is developing a particular experience of the body and a particular physical sensibility”.</p> <p>“This process of masculinization extends into perception and sexual arousal. It foregrounds experiences of the body that define females as other, and shapes desire as desire for the other. The obligatory heterosexuality discussed in Chapter 4 thus takes shape at the level of bodily experience, as a pattern of sensation or a capacity for sensation (for instance, sexual arousal in response to women only). I will call this pattern 'heterosexual sensibility', an awkward term but an important concept”.</p> <p>“A heterosexual sensibility may be present as a contradictory layer of awareness within a social practice constructing femininity. This is illustrated by Barry Ryan's sense of himself as a male nurse. More commonly for men, it underlies social practices constructing masculinity. It is the principal reason why heterosexual desire is felt to be natural, seamlessly connected – with a body experienced as male. By adolescence, the construction of heterosexuality was a collective practice usually undertaken in peer groups. This is familiar in youth studies, and needs little comment”.</p>



124	“Family and peer group between them provided plenty of support for the boys' engagement with hegemonic masculinity amid its structuring of desire”.	
128	“Even without feminism, these themes of Green Politics and culture would provide some challenge to hegemonic masculinity, at least at the level of ideas. Dominance is contested by the commitment to equality and participatory democracy. Competitive individualism is contested by collective ways of working. Organic ideologies are not necessarily counter-sexist, as many counter-cultural women can testify, having been defined as Earth-Mothers and left with the babies and the washing-up. But the emphasis on personal growth tends to undermine the defensive style of hegemonic masculinity, especially its tight control over emotions. The environmental movement, then, is fertile ground for a politics of masculinity. But it does not make an issue of gender, and produce an explicit masculinity politics, unaided. That requires the impact of feminism”.	
129	“Given initial engagement with hegemonic masculinity, the encounter with feminism had to be stressful”.	
133	“A standard part of hegemonic heterosexuality in Australian culture is antagonism to gay men and fear of being called homosexual”.	
A Very Straight Gay	156	“Personal relationships do not exhaust the relation between masculinities. Hegemonic masculinity is also encountered as an institutional and cultural presence in collective practices”. “Yet hegemonic masculinity has social authority, and is not easy to challenge openly. One of the effects of hegemony is to shape perceptions of gayness”.
Men of Reason	164	“A familiar theme in patriarchal ideology is that men are rational while women are emotional. This is a deep-seated assumption in European philosophy. It is one of the leading ideas in sex role theory, in the form of the instrumental/expressive dichotomy, and it is widespread in popular culture too. Science and technology, seen by the dominant ideology as the motors of progress, are culturally defined as a masculine realm. Hegemonic masculinity establishes its hegemony partly by its claim to embody the power of reason, and thus represent the interests of the whole society; it is a mistake to identify hegemonic masculinity purely with physical aggression”. “The connection between masculinity and rationality was a key site of change. Advanced capitalism meant increased rationalization not only of business, but of culture as a whole – increasingly dominated by technical reason, that is, reason focused on efficiency about means rather than ultimate ends”. “Winter and Robert argue that men's domination of women is now legitimated by the technical organization of production, rather than legitimated by religion or imposed by

force. As boys grow up, their masculinity is shaped to fit the needs of corporate work. Masculinity as a whole is reshaped to fit the corporate economy and its tamed culture”.

“There is no doubt about the importance of these issues. Rationalization is a central theme of modern cultural history, and its connection with the social construction of gender is increasingly recognized”.

165 “But their argument is overgeneralized; this is a more limited occupational world than they imply. Historically there has been an important division between forms of masculinity organized around direct domination (e.g., corporate management, military command) and forms organized around technical knowledge (e.g., professions, science). The latter have challenged the former for hegemony in the gender order of advanced capitalist societies, without complete success. They currently coexist as inflections or alternative emphases within hegemonic masculinity”.

“There are specific settings where masculinities organized around technical knowledge predominate, particularly in the occupational world of the 'new middle class' – or the new class, intellectually trained workers, technostucture or new petty bourgeoisie, in rival theories. Common threads in these theories are the rise of knowledge-based industries, the growth of higher education and the multiplication of credentials, the influence of expertise, and the occupational culture of professional and technical work”.

169 “Discussions of the new middle class have emphasized the growing weight of formal education as a cultural and institutional system”.

171 “The pattern of a technical peer group sustaining a strongly masculinized definition of expertise has been found in other industries, for instance, by Cynthia Cockburn on the engineering side of new technologies in Britain”.

174 “Intellectually trained heterosexual men as a group will split over issues where masculine authority and technical rationality in the workplace are at odds. Equal Employment Opportunity for women is such an issue. This is a rational management strategy in terms of expertise, as it gets the best-qualified person for the job. But at the same time it corrodes the masculine culture of technical workplaces, bringing women into what used to be men's clubs”.

179 “Pure economic rationality is incompatible with men's categorical authority over women. This is the contradiction on which equal opportunity reforms work. In however limited a way, the instrumental rationality of the marketplace has a power to disrupt gender”.

“Rationality is in certain ways a disturbing element in gender relations. Its social forms (such as market rationality and legal equality) corrode gender hierarchy and support feminist resistance. Its institutionalization in the knowledge-based



workplace corrodes authority and sets up tensions within hegemonic masculinity. Technical reason can be mobilized for a project of change, even though it does not address the ultimate goals of change”.

174, 175 “The rationality of the workplace, then, is at best equivocal. The equation of masculinity with rationality comes under further challenge in other realms of life. The issues of embodiment discussed in Chapter 2 cannot be avoided, especially in relation to sexuality – traditionally seen both as an important arena for the definition of masculinity and as a threat to rational control”.

181 “Seen close up, hegemonic and complicit masculinities are no more monolithic than are subordinated and marginalized masculinities. In these lives, though they are drawn from only one part of the social spectrum, we see contrasts between domestic patriarchy and sexual adventuring; between generalized and specialized expertise; between egalitarian and hierarchical workplaces; between conciliatory and hostile views of feminism. We even see attempts at reform and modernization, admittedly within well-defined limits”.

---

## 2.2: Masculinidade subalterna

---

Capítulo	Página(s)	Trecho
The social organization of Masculinity		“Hegemony relates to cultural dominance in the society as a whole. Within that overall framework there are specific gender relations of dominance and subordination between groups of men”.
	78	“The most important case in contemporary European/American society is the dominance of heterosexual men and the subordination of homosexual men. This is much more than a cultural stigmatization of homosexuality or gay identity. Gay men are subordinated to straight men by an array of quite material practices”.
	79	“Oppression positions homosexual masculinities at the bottom of a gender hierarchy among men. Gayness, in patriarchal ideology, is the repository of whatever is symbolically expelled from hegemonic masculinity, the items ranging from fastidious taste in home decoration to receptive anal pleasure. Hence, from the point of view of hegemonic masculinity, gayness is easily assimilated to femininity”.
		“Gay masculinity is the most conspicuous, but it is not the only subordinated masculinity. Some heterosexual men and boys too are expelled from the circle of legitimacy. The process is marked by a rich vocabulary of abuse: wimp, milksop, nerd, turkey, sissy, lily liver, jellyfish, yellowbelly, candy ass, ladyfinger, pushover, cookie pusher, cream puff, motherfucker, pantywaist, mother's boy, four-eyes, ear-'ole, dweeb, geek, Milquetoast, Cedric, and so on. Here too the symbolic blurring with femininity is obvious”.

---

---

A Whole New World	131	<p>“This has practical as well as symbolic consequences. Renouncing a career separates men from the masculinizing practices of conventional workplaces, discussed in Chapter 1. It results in a lower income, on which it is difficult to support a conventional family. Survival then depends on income-sharing practices in collective households. Renunciation also means giving up everyday masculine privileges and styles of interaction, for instance, by consciously trying not to dominate discussions and decisions. Renunciation also has important consequences for sexuality and emotional expression. With the core of patriarchy perceived to be sexist attitudes and behaviours towards women, the main contribution a man can make is to hold back from any sexist action or utterance”.</p>
	132	<p>“The moment of separation from hegemonic masculinity basically involves choosing passivity. Since all these men were initially engaged with a masculinity defined by dominance and assertiveness, this choice is likely to be difficult”.</p> <p>“At the same time, renunciation may express a deep-seated wish for passivity, normally repressed (indeed, furiously denied) in hegemonic masculinity, now surfacing again. There is something deeply problematic here, expressed in ambiguities of the actions”.</p>
	133	<p>“Renunciation can be conducted as an act of individual willpower, and this presupposes the masculine ego that the act is intended to deny”.</p> <p>“Still, renunciation and denial are not the crux of the matter. They are intended to provide the space in which new personal qualities can grow”.</p> <p>“These qualities of openness and caring are supposed to be put to work in new-model personal relationships. In the case of sexual and domestic relationships with women, this means being 'very careful' not to act oppressively, not to dominate the talk nor use sexist language”.</p>
	134	<p>“More obviously troubling was the project of new-model relationships with men”.</p> <p>“The classic barrier to friendships among heterosexual men is homophobia”.</p> <p>“The themes of openness and honesty involve yet another problem for men who adopt a principled passivity in relation to women. Honesty requires speaking bitterness at times, and anger is often generated by workplace relationships, sexual relations and tensions in the movement. No amount of feminist principle or communal feeling can prevent that. A double bind results, with the men pressed on one principle to express emotions and on another to suppress them”.</p>
A Very Straight Gay	143	<p>“No relationship among men in the contemporary Western world carries more symbolic freight than the one between</p>

---

---

straight and gay. This is a collective, not just a personal, relationship. It affects gender on a society-wide scale”.

“Patriarchal culture has a simple interpretation of gay men: they lack masculinity. This idea is expressed in an extraordinary variety of ways, ranging from stale humour of the limp-wrist, panty-waist variety, to sophisticated psychiatric investigations of the 'aetiology' of homosexuality in childhood. The interpretation is obviously linked to the assumption our culture generally makes about the mystery of sexuality, that opposites attract. If someone is attracted to the masculine, then that person must be feminine – if not in the body, then somehow in the mind”.

148 “Public discourse takes heterosexuality for granted. But compulsory heterosexuality was not necessarily realized in practice. The narratives describe childhoods with both cross-gender and same-gender experiences”.

149 “Young people's sexuality is a field of possibilities, not a deterministic system. Freud pointed to free-form childhood sexuality (his famous joke about the 'polymorphously perverse disposition' of the child), but located it only in early childhood”.

“Adult homosexuality, like adult heterosexuality, is a closure of this field. It is something that happens, that is produced by specific practices, not something predetermined. The sexual closure involves choice of an object”.

150 “The social process here cannot be captured by notions of 'homosexual identity' or a 'homosexual role'. As in the heterosexual cases discussed in Chapter 2, both sexual practice and sexual imagery concern gendered bodies. What happens is the giving and receiving of bodily pleasures. The social process is conducted mainly through touch. Yet it is unquestionably a *social* process, an interpersonal practice governed by the large-scale structure of gender”.

152 “‘Coming out’ actually means coming in to an already-constituted gay milieu. There has been debate among gay theoreticians, especially those influenced by Foucault, about the collective identity sustained in this milieu: whether it is a means of social regulation and thus, ultimately, oppression”.

154, 155 “As Chapter 3 argued, a specific masculinity is constituted in relation to other masculinities and to the structure of gender relations as a whole. These relations are not just definitions of difference, but involve material practices. Historically the relation between hegemonic and homosexual masculinity has involved the criminalization of male-to-male sex, as well as intimidation and violence outside the law”.

155 “Heterosexual masculinity, then, is encountered in the form of everyday relations with straight men that often have an under-current of threat. Wariness, controlled disclosure and turning inward to a gay network are familiar responses. But

this does not necessarily mean conceding legitimacy. Straight men may also be seen as the pathetic bearers of outmoded ideas and a boring way of life”.

“Negotiating the relation with heterosexuality is then a question of establishing cultural, and often physical, distance”.

156 “The choice of a man as sexual object is not just the choice of a body-with-penis, it is the choice of embodied-masculinity. The cultural meanings of masculinity are, generally, part of the package. Most gays are in this sense 'very straight'. It is not just a question of middle-class respectability. Similar positions were taken by working-class men outside the gay community, in a study in the same state done shortly after this one”.

157 “But from the point of view of hegemonic masculinity, the straightness is completely subverted by the wrong object-choice. Hence the common heterosexual stereotype of gays as all limp-wristed queens. This subversion is a structural feature of homosexuality in a patriarchal society; it is independent of the personal style or identity”.

160 “The closure of the sexual field around relationships with other men has the character it does because of their prior engagement, however limited, with hegemonic masculinity. Gay men are not free to invent new objects of desire any more than heterosexual men are. Their desire is structured by the existing gender order”.

162 “This subversion is a structural feature of homosexuality in a patriarchal society where hegemonic masculinity is defined as exclusively heterosexual, and its hegemony extends to the rearing of boys. One cannot become homosexual without shattering this hegemony somehow”.

“Homosexual masculinity is a contradiction for a gender order structured as modern Western systems are”.

---

### 2.3: *Masculinidade cúmplice*

---

Capítulo	Página(s)	Trecho
The social organization of Masculinity	79	<p>“Normative definitions of masculinity, as I have noted, face the problem that not many men actually meet the normative standards. This point applies to hegemonic masculinity. The number of men rigorously practising the hegemonic pattern in its entirety may be quite small. Yet the majority of men gain from its hegemony, since they benefit from the patriarchal dividend, the advantage men in general gain from the overall subordination of women”.</p> <p>“If a large number of men have some connection with the hegemonic project but do not embody hegemonic masculinity, we need a way of theorizing their specific situation. This can be done by recognizing another relationship among groups of men, the relationship of complicity with the hegemonic project. Masculinities constructed in ways that realize the patriarchal dividend,</p>

		without the tensions or risks of being the front-line troops of patriarchy, are complicit in this sense”. “Marriage, fatherhood and community life often involve extensive compromises with women rather than naked domination or an uncontested display of authority. A great many men who draw the patriarchal dividend also respect their wives and mothers, are never violent towards women, do their accustomed share of the housework, bring home the family wage, and can easily convince themselves that feminists must be bra-burning extremists”.
	79, 80	
Live Fast and Die Young	115, 116	“So, though Alan and Stewart are genuinely distanced from hegemonic masculinity, it is difficult to see them as engaged in resistance. Rather, their masculinity is complicit in the collective project of patriarchy. Indeed, since these men pay less of the price of sustaining patriarchy, their practice may be less likely to generate resistance and change than protest masculinity is”.

#### 2.4: Masculinidade marginalizada

Capítulo	Página(s)	Trecho
	80	“Hegemony, subordination and complicity, as just defined, are relations internal to the gender order. The interplay of gender with other structures such as class and race creates further relationships between masculinities”.
The social organization of Masculinity	80, 81	“Though the term is not ideal, I cannot improve on 'marginalization' to refer to the relations between the masculinities in dominant and subordinated classes or ethnic groups. Marginalization is always relative to the authorization of the hegemonic masculinity of the dominant group”.
	81	“Thus, in the United States, particular black athletes may be exemplars for hegemonic masculinity. But the fame and wealth of individual stars has no trickle-down effect; it does not yield social authority to black men generally”.
		“The relation of marginalization and authorization may also exist between subordinated masculinities”.
Live Fast and Die Young	111	“This practice has a good deal in common with what Alfred Adler called the 'masculine protest'. Adler's concept (discussed in Chapter 1 above) defined a pattern of motives arising from the childhood experience of powerlessness, and resulting in an exaggerated claim to the potency that European culture attaches to masculinity. Among these young men too there is a response to powerlessness, a claim to the gendered position of power, a pressured exaggeration (bashing gays, wild riding) of masculine conventions”.
	111	“The difference is that this is a collective practice and not something inside the person. Very similar patterns appear in the collective practice of working-class, especially ethnic minority, street gangs in the United States. There seems to be no standard developmental path into it, apart from the level of tension created by poverty and an ambience of

violence. Through interaction in this milieu, the growing boy puts together a tense, freaky facade, making a claim to power where there are no real resources for power”.

112 “Protest masculinity in this sense is not simply observance of a stereotyped male role. It is compatible with respect and attention to women (Mal Walton – in contrast to Eel's misogyny), egalitarian views about the sexes (Pat Vincent), affection for children (Jack Harley), and a sense of display which in conventional role terms is decidedly feminine”.

114 “Protest masculinity is a marginalized masculinity, which picks up themes of hegemonic masculinity in the society at large but reworks them in a context of poverty”.

116 “The project of protest masculinity also develops in a marginal class situation, where the claim to power that is central in hegemonic masculinity is constantly negated by economic and cultural weakness”.

“By virtue of class situation and practice (e.g., in school), these men have lost most of the patriarchal dividend. For instance, they have missed out on the economic gain over women that accrues to men in employment, the better chances of promotion, the better job classifications. If they accept this loss they are accepting the justice of their own deprivation. If they try to make it good by direct action, state power stands in their way”.

117, 118 “Protest masculinity looks like a cul-de-sac. It is certainly an active response to the situation, and it builds on a working-class masculine ethic of solidarity. But this is a solidarity that divides the group from the rest of the working class. The loss of the economic basis of masculine authority leads to a divided consciousness – egalitarianism and misogyny – not to a new political direction”.

---

### **Categoria 3: Panorama histórico das práticas de masculinidades no Ocidente**

---

<b>Capítulo</b>	<b>Página(s)</b>	<b>Trecho</b>
Introduction to the Second Edition	xx	“We now have studies of masculinities from many regions and countries; but we cannot simply add these together to arrive at a global understanding of masculinities. To understand masculinities on a world scale we must also grasp the global relationships involved”.
	xx, xxi	“The great strength of the recent empirical work on masculinity has been its local focus and rich detail. This is what took us beyond ‘sex role’ research. But, in an increasingly globalized world, local understandings are no longer enough. Large-scale social processes – global market relations, migration and ethnic/cultural conflict – are increasingly important for understanding gender issues in general”.
	xxi	“Most theories of globalization have little or nothing to say about gender. But Sklair’s (1995) concept of ‘transnational practices’ gives an indication of how the problem can be approached. As Smith (1998) argues in relation to



international politics, the key is to shift our focus from individual-level gender differences to ‘the patterns of socially constructed gender relations’. If we recognize that very large-scale institutions such as state and corporations are gendered, and that international relations, international trade and global markets are inherently an arena of gender politics, then we can recognize the existence of a world gender order”.

xxi “The world gender order can be defined as the structure of relationships that interconnect the gender regimes of institutions, and the gender orders of local societies, on a world scale. This gender order is an aspect of a larger reality, global society. Current discussions of ‘globalization’, especially in the media of the rich countries, picture an all-conquering wave sweeping across the world”.

xxii “The historical processes that produced global society were, from the start, gendered”.

xxii “Imperial conquest, neo-colonialism, and the current world systems of power, investment, trade and communication, have brought very diverse societies in contact with each other”.

xxii “The gender orders of those societies have consequently been brought into contact with each other. The gender systems that result are local patterns, but carry the impress of the forces that make a global society”.

xxii “The movements of populations and the interaction of cultures under colonialism and post-colonial globalization have linked the making of masculinity with the construction of racial and ethnic hierarchies”.

xxii “This is a fruitful context for producing masculinities oriented towards domination and violence”.

xxii, xxiii “The creation of a world gender order, however, involves something more than the interaction of existing gender systems. It also involves the creation of new arena of gender relations beyond the individual countries and regions”.

xxiii “A key question is what pattern of masculinity is dominant within these global arenas”.

“With the collapse of Soviet communism, the decline of post-colonial socialism, and the ascendancy of the new right in Europe and North America, world politics is now more and more organized around the needs of transnational capital and the creation of global markets. The neoliberal market agenda has little to say, explicitly, about gender. But the world in which neo-liberalism is ascendant is still a gendered world, and neo-liberalism has an implicit gender politics. Deregulation of the economy places strategic power in the hands of particular groups of men – managers and entrepreneurs. I have suggested (Connell, 1998) that these groups are the bearers of an emerging hegemonic form of

masculinity in the contemporary global economy, which I call 'transnational business masculinity'".

---

The History of Masculinity	185	<p>"I have stressed that masculinities come into existence at particular times and places, and are always subject to change. Masculinities are, in a word, historical, and this is well documented by the historians whose work was discussed in Chapter 1".</p> <p>"Since masculinity exists only in the context of a whole structure of gender relations, we need to locate it in the formation of the modern gender order as a whole – a process that has taken about four centuries. The local histories of masculinity recently published provide essential detail, but we need an argument of broader scope as well".</p> <p>"It is mainly ethnographic research that has made the scale of the issue, and the vital connections, clear: the unprecedented growth of European and North American power, the creation of global empires and a global capitalist economy, and the unequal encounter of gender orders in the colonized world. I say 'connections' and not 'context', because the fundamental point is that masculinities are not only shaped by the process of imperial expansion, they are active in that process and help to shape it".</p> <p>"We cannot understand the connection of masculinity and violence at a personal level without understanding that it is also a global connection. European/American masculinities were deeply implicated in the world-wide violence through which European/American culture became dominant".</p> <p>"In the period from about 1450 to about 1650 (the 'long' sixteenth century, in the useful phrase of the French historian Fernand Braudel) the modern capitalist economy came into being around the North Atlantic, and the modern gender order also began to take shape in that region. Four developments seem particularly important for the making of those configurations of social practice that we now call 'masculinity'".</p> <p>"First was the cultural change that produced new understandings of sexuality and personhood in metropolitan Europe. When medieval Catholicism, already changing, was disrupted by the spread of Renaissance secular culture and the Protestant reformation, long-established and powerful ideals for men's lives were also disrupted. The monastic system crumbled. The power of religion to control the intellectual world and to regulate everyday life began its slow, contested, but decisive decline".</p> <p>"On the one hand, this opened the way for a growing cultural emphasis on the conjugal household".</p> <p>"Marital heterosexuality displaced monastic denial as the most honoured form of sexuality. The cultural authority of compulsory heterosexuality clearly followed this shift".</p>
	185, 186	
	186	



“On the other hand, the new emphasis on individuality of expression and on each person’s unmediated relationship with God led towards individualism and the concept of an autonomous self. These were cultural prerequisites for the idea of masculinity itself, as defined in Chapter 3, a type of person whose gendered character is the reason for his (or her, in the case of masculine women) actions”.

186, 187

“Classical philosophy from Descartes to Kant, as Victor Seidler has argued, construed reason and science through oppositions with the natural world and with emotion. With masculinity defined as a character structure marked by rationality, and Western civilization defined as the bearer of reason to a benighted world, a cultural link between the legitimation of patriarchy and the legitimation of empire was forged”.

“The second development was the creation of overseas empires by the Atlantic seaboard states”.

“Empire was a gendered enterprise from the start, initially an outcome of the segregated men's occupations of soldiering and sea trading. When European women went to the colonies it was mainly as wives and servants within households controlled by men. Apart from a few monarchs (notably Isabella and Elizabeth), the imperial states created to rule the new empires were entirely staffed by men, and developed a statecraft based on the force supplied by the organized bodies of men”.

187

“The men who applied force at the colonial frontier, the 'conquistadors' as they were called in the Spanish case, were perhaps the first group to become defined as a masculine cultural type in the modern sense. The conquistador was a figure displaced from customary social relationships, often extremely violent in the search for land, gold and converts, and difficult for the imperial state to control”.

“The third key development was the growth of the cities that were the centres of commercial capitalism”.

“The main gender consequences of this change became visible only in the seventeenth and eighteenth centuries, but for brevity I will note them here. The changed conditions of everyday life made a more thoroughgoing individualism possible. In combination with the 'first industrial revolution' and the accumulation of wealth from trade, slaving and colonies, a calculative rationality began to permeate urban culture”.

188

“A man, literally, is meant. The entrepreneurial culture and workplaces of commercial capitalism institutionalized a form of masculinity, creating and legitimating new forms of gendered work and power in the counting-house, the warehouse and the exchange”.

“But this was not the only transformation of gender in the commercial cities. The same period saw the emergence of sexual sub-cultures”.

“Historians of the period have noted a shift in medical ideologies of gender, from an earlier period when gender anomalies were freely attributed to hermaphroditic bodies, to a later period when a clear-cut dichotomy of bodies was presumed and anomalies therefore became a question of gender deviance. The requirement that one must have a personal identity as a man or a woman, rather than simply a location in the social order as a person with a male or female (or hermaphroditic) body, gradually hardened in European culture”.

“The fourth development was the onset of large-scale European civil war”.

“The patriarchal order was consolidated by another product of the European civil wars, the strong centralized state. In the era of absolute monarchy the state provided a larger-scale institutionalization of men's power than had been possible before. The professional armies constructed in the religious and dynastic wars, as well as in imperial conquest, became a key part of the modern state”.

189

“With the eighteenth century, in seaboard Europe and North America at least, we can speak of a gender order in which masculinity in the modern sense – gendered individual character, defined through an opposition with femininity and institutionalized in economy and state – had been produced and stabilized. For this period we can even define a hegemonic type of masculinity and describe some of its relations to subordinated and marginalized forms”.

“Though cultural change in the cities has caught the attention of historians, it was the class of hereditary landowners, the gentry, who dominated the North Atlantic world of the eighteenth century. George Washington was a notable example of the class and its hegemonic form of masculinity. Based in land ownership, gentry masculinity was involved in capitalist economic relations (production for the market, extraction of rents) but did not emphasize strict rational calculation in the manner of the merchants”.

190

“Gentry masculinity was closely integrated with the state. The gentry provided local administration (through justices of the peace, in the British system) and staffed the military apparatus. The gentry provided army and navy officers, and often recruited the rank and file themselves. At the intersection between this direct involvement in violence and the ethic of family honour was the institution of the duel. Willingness to face an opponent in a potentially lethal one-to-one combat was a key test of gentry masculinity, and it was affronts to honour that provoked such confrontations”.

“In this sense the masculinity of the gentry was emphatic and violent. Yet the gender order as a whole was not as strongly regulated as it later became”.

“Licence in sexual relationships, especially with women of the lower classes, was a prerogative of rank. It was even to a degree celebrated, by the 'libertines'. It seems that homosexual relationships were being increasingly understood as defining a specific type of men, though in the writings of the Marquis de Sade they are still an aspect of libertinage in general”.

190, 191 “Gentry masculinity involved domestic authority over women, though the women were actively involved in making and maintaining the network of alliances that tied the gentry together”.

191 “The history of European/American masculinity over the last two hundred years can broadly be understood as the splitting of gentry masculinity, its gradual displacement by new hegemonic forms, and the emergence of an array of subordinated and marginalized masculinities. The reasons for these changes are immensely complex, but I would suggest that three are central: challenges to the gender order by women, the logic of the gendered accumulation process in industrial capitalism, and the power relations of empire”.

“The challenge from women is now well documented. The nineteenth century saw a historic change in gender politics, the emergence of feminism as a form of mass politics – a mobilization for women's rights, especially the suffrage, in public arenas”.

191, 192 “Yet women's challenges to the gender order were not confined to the suffrage movement, which had a limited reach. Gentry and middle-class women were active in reforms of morals and domestic customs in the early nineteenth century which sharply challenged the sexual prerogatives of gentry men. Working-class women contested their economic dependence on men as the factory system evolved. Middle-class women again challenged men's prerogatives through the temperance movement of the late nineteenth century. The conditions for the maintenance of patriarchy changed with these challenges, and the kind of masculinity which could be hegemonic changed in response”.

192 “With the spread of industrial economies and the growth of bureaucratic states (whether liberal or autocratic), the economic and political power of the landowning gentry declined. This was a slow process, and effective rearguard actions were fought”.

“In the course of the transition, some of the forms of gentry masculinity were handed on to the men of the bourgeoisie”.

“Though some men died in duels, this was basically a symbolic definition of masculinity through violence. Real

warfare became increasingly organized. The mass armies of the revolutionary and Napoleonic wars became standing conscript armies with permanent officer corps. Such corps, at first recruited from the gentry, became repositories of gentry codes of masculinity, the Prussian officer corps being the most famous example. (Hitler's generals in the 1940s were still mostly drawn from this background.) But the social context was changed. The new officer corps were professionalized, trained at military schools”.

“Violence was now combined with rationality, with bureaucratic techniques of organization and constant technological advance in weaponry and transport”.

192, 193

“It was the social technique of bureaucratically rationalized violence, as much as sheer superiority of weapons, that made European states and settlers almost invincible in the colonial wars of the nineteenth century. But this technique risked destroying the society that sustained it”.

“In gender terms, fascism was a naked reassertion of male supremacy in societies that had been moving towards equality for women. To accomplish this, fascism promoted new images of hegemonic masculinity, glorifying irrationality (the 'triumph of the will', thinking with 'the blood') and the unrestrained violence of the frontline soldier. Its dynamics soon led to a new and even more devastating global war”.

“The defeat of fascism in the Second World War cut off this tum in hegemonic masculinity. But it certainly did not end the bureaucratic institutionalization of violence”.

193

“There are currently about twenty million in the world's armed forces, the vast majority being men, with their organization modelled on the armies of the North Atlantic powers”.

“The growing significance of technical expertise in the military paralleled developments in other parts of the economy”.

“Labour markets have been transformed by the multiplication of professions with claims to expertise. Information industries have expanded geometrically. Currently one of the two richest persons in the United States is a specialist in computer programming”.

“These trends have seen another split in hegemonic masculinity. Practice organized around dominance was increasingly incompatible with practice organized around expertise or technical knowledge”.

194

“A polarity thus developed within hegemonic masculinity between dominance and technical expertise. In this case, however, neither version has succeeded in displacing the other. They currently coexist as gendered practices, sometimes in opposition and sometimes meshing. As alternative versions of hegemonic masculinity they can be

called upon by advertising and political campaigns – 'tough on crime' vs. 'information super-highway', to take examples from current United States politics”.

“As hegemonic masculinity in the metropole became more subject to rationalization, violence and licence were, symbolically and to some extent actually, pushed out to the colonies”.

“The striking thing about these movements was not their success, always limited, but the persistence with which ideologists of patriarchy struggled to control and direct the reproduction of masculinity. It is clear that this had become a significant problem in gender politics”.

195 “Why was this a problem? Some turn-of-the-century ideologists, as Jeffrey Hantover noted in a study of the Boy Scouts of America, expressed a fear that boys would be feminized through too much influence by women. This directs us to changes in the organization of domestic life. Pressure from women against gentry masculinity had been part of the historical dynamic that led to a key institution of bourgeois culture, the ideology and practice of 'separate spheres'. This defined a domestic sphere of action for women, contrasted with a sphere of economic and political action for men”.

“The division was supported by an ideology of natural difference between women and men, which was not only promoted by male ideologists (for instance, it was a theme of the duelling cult in France), but was widely acceptable to nineteenth-century feminists as well”.

“At much the same time hegemonic masculinity was purged in terms of sexuality. As gay historians have shown, the late nineteenth-century was the time when 'the homosexual' as a social type became clearly defined. This involved both a medical and a legal demarcation”.

196 “Homosexual desire was now viewed as defining a particular type of man, the 'invert' in the most common medical view. New laws criminalized homosexual contact as such (called 'gross indecency' in the 1885 Labouchere Amendment in England), and routine police surveillance of 'perverts' followed”.

“From the point of view of hegemonic masculinity, the potential for homoerotic pleasure was expelled from the masculine and located in a deviant group, symbolically assimilated to women or to beasts. There was no mirror-type of 'the heterosexual'. Rather, heterosexuality became a required part of manliness”.

“The gradual displacement of the gentry by businessmen and bureaucrats in the metropolitan countries was paralleled by the transformation of peasant populations into industrial and urban working classes. This change too had its gender dimension. The factory system meant a sharper separation of

home from workplace, and the dominance of money wages changed economic relations in the household. The expansion of industrial production saw the emergence of forms of masculinity organized around wage-earning capacity, mechanical skills, domestic patriarchy and combative solidarity among wage earners”.

“The expulsion of women from heavy industry was thus a key process in the formation of working-class masculinity, connected with the strategy of the family wage and drawing on the bourgeois ideology of separate spheres”.

“But only part of the working class was ever unionized, or commanded a family wage. The creation of this respectable, orderly masculinity had, as its dialectical opposite, the development of rough, disorderly masculinities among the marginalized 'dangerous classes’”.

197 “Outside the metropole, the economic logic of empire led to extraordinary population shifts as labour forces were moved from one continent to another. This meant the emigration of 'free' settlers to New Zealand, Australia, Canada and Algeria, but violent enslavement or coercive employment in many other cases. They include the shipping of an African slave workforce to Brazil, the Caribbean and North America; the shipping of indentured labour from India to the Caribbean, parts of Africa, Malaya and Fiji; the shipping of Chinese labour to build North American railroads, and convict labour from England and Ireland to Australia”.

“The legacy of these population movements has commonly been a racial hierarchy, of considerable importance – both symbolically and practically – for the construction of masculinities. As noted in Chapter 3, black masculinity has commonly been pictured as a sexual and social threat in dominant white cultures”.

“The realities of masculinity in transplanted labour forces have been shaped by the conditions of settlement, which commonly involved poverty and heavy labour as well as the disruption of families and communities”.

“In colonies where conquered populations were not displaced or massacred but were made into a subordinated labour force on the spot – most of Latin America, India and South-East Asia and parts of Africa – the gender consequences involved a reshaping of local culture under the pressure of the colonizers”.

198 “It is a familiar suggestion that Latin American machismo was a product of the interplay of cultures under colonialism. The conquistadors provided both provocation and model, Spanish Catholicism provided the ideology of female abnegation, and economic oppression blocked other sources of authority for men. As Walter Williams has shown, Spanish colonialism also involved a violent and sustained assault on the customary homosexuality of native cultures.



This has influenced contemporary expressions of masculinity. In Mexico, for instance, the public presentation of masculinity is aggressively heterosexual, though the practice is often bisexual”.

“The history of masculinity, it should be abundantly clear, is not linear. There is no master line of development to which all else is subordinate, no simple shift from 'traditional' to 'modern'. Rather we see, in the world created by the European empires, complex structures of gender relations in which dominant, subordinated and marginalized masculinities are in constant interaction, changing the conditions for each other's existence and transforming themselves as they do”.

“The idea that we live at the moment when a traditional male sex role is softening is as drastically inadequate as the idea that a true, natural masculinity is now being recovered. Both ideas ignore most of the world. To grasp what is going on in this global network of gender institutions and relationships requires a very different perspective”.

199 “On a global scale, the most profound change is the export of the European/American gender order to the colonized world”.

“The export of European/American gender ideology can be seen in the mass media of the developing world”.

“For the first time in history, there is a prospect of all indigenous gender regimes foundering under this institutional and cultural pressure”.

“Replacing the diversity of gender orders is an increasingly coordinated, increasingly visible global gender order. European/American gender arrangements are hegemonic in this system”.

200 “However, the global gender order is not homogeneous, not just a matter of cloning European/American culture. Feminist research on women workers in the global factory of modern multinational production has shown differentiated positions being constructed: for electronics assembly workers in Malaysia, prostitutes in the Philippines and Thailand, garment workers in Mexico”.

“The men of the metropolitan countries are, collectively, the main beneficiaries of the contemporary world order. The most striking feature of their historical situation is the vastly increased power, over the natural world and over the services of other people, that the accumulation and concentration of wealth has delivered to them”.

201 “This amplified power is realized in a number of ways. As consumption of resources (such as oil and ores from the rest of the world), it sustains a level of material comfort previously available only to aristocracies. As investment in technology, it has eliminated most heavy labour from production processes in the rich countries and, as noted in

Chapter 7, has restructured occupational hierarchies. The material uses and pleasures of male bodies have thus changed dramatically”

“At the same time the wealth of the metropolitan countries sustains elaborate service industries. In these industries the symbolic meanings of masculinity are elaborated – notably in mass media, commercial sport and transportation (fast cars and heavy trucks being vehicles of masculinity in every sense). Metropolitan wealth and technology also sustain masculinized armed forces, which have reached a terrifying level of destructiveness, from time to time visited on third-world opponents”.

“Given these circumstances alone, we should not be surprised to find among the men of the rich countries a widespread awareness of change in gender arrangements”.

“The enormous growth of the material power of the men in metropolitan countries has been accompanied, I would argue, by an intensification of crisis tendencies in the gender order. In Chapter 3 I suggested a framework for understanding these crisis tendencies. They have resulted, clearly enough, in a major loss of legitimacy for patriarchy, and different groups of men are now negotiating this loss in very different ways”.

“The clearest sign of this loss, and the most striking feature of the present moment in the gender order of the rich countries, is the open challenge to men's privileges made by feminism”.

201, 202

“The challenge to hegemonic heterosexuality from lesbian and gay movements is logically as profound as the challenge to men's power from feminism, but has not been circulated in the same way. Most heterosexual men are able to marginalize this challenge, to regard it as an issue concerning a minority and not affecting them”.

“The oppositional movements have opened up a range of possibilities for gender relations which is also historically new”.

“The very straight gay is at present a loyal opposition, to be sure, but hegemonic heterosexuality cannot now monopolize the imagination in the way it once did”.

202, 203

“The men of the metropolitan countries thus inhabit a paradoxical moment of history. More than any category of people before them, they collectively have the power – the accumulated resources, the physical and social techniques – to shape the future. More possible futures than were ever recognized have been opened up through the work of feminist and sexual liberation movements and through utopian thinking”.

203

“But the category 'men' in the rich countries is not a group capable of deliberating and choosing a new historical direction. The differences within this category, as we have



seen, are profound. To the extent the members of this category share an interest, as a result of the unequal distribution of resources across the world, and between men and women within the rich countries, it would lead them to reject utopian change and defend the status quo”.

“In this situation their own gender becomes an inescapable issue. The meaning of masculinity, the variety of masculinities, the difficulties of reproducing masculinity, the nature of gender and the extent of gender inequality all come into question and are furiously debated”.

---

**Categoria 4: Debates contemporâneos sobre masculinidades**

---

Capítulo	Página(s)	Trecho
The Science of Masculinity	39	“Many kinds of practice, perhaps all, produce knowledge. Social struggles on gender issues have certainly generated highly significant information and understanding about masculinity”.
		“This is knowledge organized in a different way from clinical and academic knowledge. It does not lie around in bodies, but is found, often in very summary form, in programmes, polemics and debates over strategy. While academic knowledge mostly takes the form of description, concerned with what is or has been, political knowledge mostly takes an active form, concerned with what can be done and what must be suffered”.
		“Political knowledge of masculinity has developed in several contexts. There has been constant debate in the anti-sexist Men's Liberation movement and its successors (such as the current National Organization for Men Against Sexism in the United States). There is a discourse of masculinity in conservative parties and fundamentalist churches, struggling to restore what they take to be the 'traditional' (regrettably quite modern) family. Much the most important, in terms of originality and intellectual power, are the analyses of masculinity made by two oppositional movements, Gay Liberation and Women's Liberation”.
		“Homophobia is not just an attitude. Straight men's hostility to gay men involves real social practice, ranging from job discrimination through media vilification to imprisonment and sometimes murder”.
	40	“The point of these practices is not just to abuse individuals. It is also to draw social boundaries, defining 'real' masculinity by its distance from the rejected. Early Gay Liberation saw the oppression of homosexuals as part of a larger enterprise of maintaining an authoritarian social order, and often understood it to be connected with the oppression of women”.
	40, 41	“Women's Liberation shared the concept of 'oppression' with the gay movement (and with the black power movement in the United States), but gave it a different emphasis. Feminist analyses stressed the structural position of men. Feminist

researchers documented men's control of governments, corporations, media; men's better jobs, incomes and command of wealth; men's control of the means of violence; and the entrenched ideologies that pushed women into the home and dismissed their claims for equality”.

41 “Men's Liberation has often been seen by feminists as a way for men to extract benefits from feminism without giving up their basic privileges, a modernization of patriarchy, not an attack on it”.

“At the same time, many feminists welcome signs of progress among men, and have noted differences among men and complexities in their relationships with women”.

42 “Gay theory and feminist theory share a perception of mainstream masculinity as being (in the advanced capitalist countries at least) fundamentally linked to power, organized for domination, and resistant to change because of power relations. In some formulations, masculinity is virtually equated with the exercise of power in its most naked forms”.  
 “This critique has been hard for many heterosexual men to take. The connection of masculinity with power is the point most persistently denied in the anti-feminist turn in the men's movement, a denial reinforced by pop psychology and neo-Jungian theories of masculinity”.

---

81 “To recognize masculinity and femininity as historical, then, is not to suggest they are flimsy or trivial. It is to locate them firmly in the world of social agency. And it raises a string of questions about their historicity”.

“The structures of gender relations are formed and transformed over time. It has been common in historical writing to see this change as coming from outside gender – from technology or class dynamics, most often. But change is also generated from within gender relations. The dynamic is as old as gender relations. It has, however, become more clearly defined in the last two centuries with the emergence of a public politics of gender and sexuality”.

The social  
organization of  
Masculinity

82 “With the women's suffrage movement and the early homophile movement, the conflict of interests embedded in gender relations became visible. Interests are formed in any structure of inequality, which necessarily defines groups that will gain and lose differently by sustaining or by changing the structure”.

“To speak of a patriarchal dividend is to raise exactly this question of interest. Men gain a dividend from patriarchy in terms of honour, prestige and the right to command. They also gain a material dividend. In the rich capitalist countries, men's average incomes are approximately double women's average incomes”.

“Men are much more likely to hold state power”.

82, 83 “Given these facts, the 'battle of the sexes' is no joke. Social struggle must result from inequalities on such a scale. It

follows that the politics of masculinity cannot concern only questions of personal life and identity. It must also concern questions of social justice”.

“A structure of inequality on this scale, involving a massive dispossession of social resources, is hard to imagine without violence. It is, overwhelmingly, the dominant gender who hold and use the means of violence”.

“Two patterns of violence follow from this situation. First, many members of the privileged group use violence to sustain their dominance”.

83 “Most men do not attack or harass women; but those who do are unlikely to think themselves deviant. On the contrary they usually feel they are entirely justified, that they are exercising a right. They are authorized by an ideology of supremacy”.

“Second, violence becomes important in gender politics among men. Most episodes of major violence (counting military combat, homicide and armed assault) are transactions among men. Terror is used as a means of drawing boundaries and making exclusions, for example, in heterosexual violence against gay men”.

“Violence is part of a system of domination”.

84 “The concept of crisis tendencies needs to be distinguished from the colloquial sense in which people speak of a 'crisis of masculinity'. As a theoretical term 'crisis' presupposes a coherent system of some kind, which is destroyed or restored by the outcome of the crisis. Masculinity, as the argument so far has shown, is not a system in that sense. It is, rather, a configuration of practice within a system of gender relations. We cannot logically speak of the crisis of a configuration; rather we might speak of its disruption or its transformation. We can, however, logically speak of the crisis of a gender order as a whole, and of its tendencies towards crisis. Such crisis tendencies will always implicate masculinities, though not necessarily by disrupting them”.

“*Power relations* show the most visible evidence of crisis tendencies: a historic collapse of the legitimacy of patriarchal power, and a global movement for the emancipation of women”.

85 “Masculinities are reconfigured around this crisis tendency both through conflict over strategies of legitimation, and through men's divergent responses to feminism (see Chapter 5). While the tension leads some men to the cults of masculinity just mentioned, it leads others to support feminist reforms”.

“*Production relations* have also been the site of massive institutional changes”.

“There is a basic contradiction between men's and women's equal contribution to production, and the gendered appropriation of the products of social labour. Patriarchal

		control of wealth is sustained by inheritance mechanisms, which, however, insert some women into the property system as owners. The turbulence of the gendered accumulation process creates a series of tensions and inequalities in men's chances of benefiting from it".
		"Relations of cathexis have visibly changed with the stabilization of lesbian and gay sexuality as a public alternative within the heterosexual order (see Chapter 6). This change was supported by the broad claim by women for sexual pleasure and control of their own bodies, which has affected heterosexual practice as well as homosexual".
	85, 86	"The patriarchal order prohibits forms of emotion, attachment and pleasure that patriarchal society itself produces. Tensions develop around sexual inequality and men's rights in marriage, around the prohibition on homosexual affection (given that patriarchy constantly produces homo-social institutions) and around the threat to social order symbolized by sexual freedoms".
	86	"The vast changes in gender relations around the globe produce ferociously complex changes in the conditions of practice with which men as well as women have to grapple. No one is an innocent bystander in this arena of change. We are all engaged in constructing a world of gender relations. How it is made, what strategies different groups pursue, and with what effects, are political questions. Men no more than women are chained to the gender patterns they have inherited. Men too can make political choices for a new world of gender relations. Yet those choices are always made in concrete social circumstances, which limit what can be attempted; and the outcomes are not easily controlled."
	93	"Recent discussion of change in masculinity has focused on middle-class professional men. In much of this discussion working-class or 'blue-collar' men are presumed to be conservative in sexual politics, if not outright reactionary".
Live fast and die young	93, 94	"Conditions in the capitalist workplace certainly affect the construction of masculinity for the men employed there. But capitalist economies do not guarantee employment. In the wake of the economic downturn in the 1970s, it was estimated that thirty million people were out of work in the OECD countries. Unemployment or under-employment is chronic in less developed economies. Large numbers of youth are now growing up without any expectation of the stable employment around which familiar models of working-class masculinity were organized. Instead they face intermittent employment and economic marginality in the long term, and often severe deprivation in the short term".
	100	"Women are presumed unable to compete in the masculine world of violence and are not legitimate participants in the exchange of physical aggression. Physical fights in the

		family, or with girlfriends and de facto wives, happen often enough. But no pride is taken in them”.
	204	<p>“Public politics on almost any definition is men's politics. Men predominate in cabinets, general staffs, the senior civil service, political parties and pressure groups as well as in the executive levels of corporations”.</p> <p>“Politics-as-usual is men's politics. Women's attempts to gain a share of power have revealed a defence in depth operated by the men behind the barricades: from legal exclusion, through formal recruitment rules that require experience, qualifications or 'merit' that are harder for women to gain, to a rich variety of informal biases and assumptions that work in favour of men”.</p>
	204, 205	<p>“Three years after the end of the 1975-85 United Nations Decade for Women, men still made up 85 per cent of elected representatives, world-wide. Five years after that, in 1993, the figure had risen again to 90 per cent. But the challenge has problematized the situation, has made it a practical and intellectual issue. A theory of the state as a patriarchal institution has been emerging”.</p> <p>“I will define as 'masculinity politics' those mobilizations and struggles where the meaning of masculine gender is at issue, and, with it, men's position in gender relations. In such politics masculinity is made a principal theme, not taken for granted as background”.</p>
Masculinity Politics	205	<p>“The stake in masculinity politics is the power illustrated by the statistics just quoted - the capacity of certain men to control social resources through gender processes - and the kind of society 'being produced by that power. This is a large stake, larger than is recognized in most current discussions of masculinity. Men's control of resources, and the processes that sustain their control, are of course not the only forces shaping the world. But they are a substantial influence on issues about violence, inequality, technology, pollution and world development. Masculinity politics concerns the making of the gendered power that is deployed in those issues. It is a force in the background of some of the most fateful issues of our time”.</p>
	205, 206	<p>“As I have emphasized throughout the book, masculinity is not a single pattern. Masculinity politics, accordingly, will take a number of forms; but not an infinite number. In the rich countries at present there are four main forms of masculinity politics, each with a definite relation to the overall structure of gender relations”.</p>
	206	<p>The kind of masculinity politics that is currently most talked about, especially in the United States, is focused on the healing of wounds done to heterosexual men by gender relations”.</p> <p>“Its roots go back to the early 1970s, the waning of the New Left and the growth of counter-cultural therapy”.</p>

“No sooner had issues about masculinity and the male role been raised by Women's Liberation at the end of the 1960s, than they were reinterpreted as therapeutic issues. During the 1970s there was a small boom in groups, workshops and counsellors concerned with 'men and feminism', 'male sexuality', 'male liberation', and 'men's issues'”.

207 “This activity was at first dose to feminism, at least to liberal feminism. Early therapeutic groups for men were called 'consciousness-raising groups'. A critical attitude was taken to the 'traditional male role'. The rationale for therapy was that men needed therapists' help in breaking out of the male role and becoming more sensitive and emotionally expressive. The psychiatrist Kenneth Solomon, for instance, explicitly formulated the goal of 'gender-role therapy' as moving the client towards androgyny”.

“Once the deep masculine was found, they helped initiate each other into it. The main direction taken by masculinity therapy in the 1980s was this attempt to restore a masculinity thought to have been lost or damaged in recent social change”.

209 “Robert Bly's *Iron John* has been so widely thought a striking novelty that it is worth noticing how much ground it shared with earlier *Books About Men*. Like Farrell and Goldberg, Bly thought men have been unjustly accused by feminism; those men should not accept blame; that they should acknowledge and celebrate their difference from women. Like Farrell and Goldberg he rejected a politics of social equality and emphasized the arena of emotions. His blind spots – race, sexuality, cultural difference, class – are much the same. Bly differed in emphasizing men's separation from their fathers as a source of emotional damage, and in emphasizing a need for initiation among men rather than negotiation between men and women”.

“What this amounted to, nevertheless, was the same kind of answer to the difficulties of gender: a therapy for masculinity”.

“Nevertheless the main tendency of masculinity therapy is to replace a politics of reform rather than support it. The political context is relevant”.

210 “Middle-class Western men often experience feminism as an accusation, and some adopt it as self-blame. The early Men's Liberation debates quite probably heightened the sense of guilt. The rightward turn in masculinity therapy in the 1980s offered reassurance in place of stress and a personal resolution of the guilt – rather than reform of the situation that produced it.

“The structural base of this form of masculinity politics is the complicit masculinity defined in Chapter 3. The therapists indicate this through their own themes. Their clients are indeed not to blame, in the sense that they are not themselves



the bearers of hegemonic masculinity. But they are also not the oppressed. Authors such as Farrell, Goldberg and Bly simply presuppose a white, heterosexual, middle-class American readership. The men addressed are those who quietly benefit from patriarchy without being militant in its defence”.

“The limits of masculinity therapy are in turn set by their interests”.

“Thus the initial commitment of the movement to feminism was shallow, and an anti-feminist shift readily occurred. No alliance with gay men is even on the horizon”.

“The self-absorption that is an important practical consequence of masculinity therapy, and the translation of social issues about men into questions of pure psychology, are both connected with the profound interest this group has in limiting the revolutionary upheaval in gender relations that was on the agenda in the early 1970s”.

211

“To understand the significance of masculinity therapy as a form of masculinity politics, then, we must look beyond its own preoccupation with men's emotional wounds and personal healing. The larger consequence of the popular forms of masculinity therapy is an adaptation of patriarchal structures through the modernization of masculinity”.

“We should not leave this topic without noting that masculinity therapy is not the only way in which therapy, and even Jungian ideas, can be used in masculinity politics”.

“The 'gun lobby' is familiar and powerful in the United States. It has become particularly influential since 1977 when a right-wing mobilization threw out the old leadership of the National Rifle Association and converted it to a mass organization actively promoting the ownership and use of guns”.

212

“It is a cliché that the gun is a penis-symbol as well as a weapon. Gun organizations are conventionally masculine in cultural style; hunting and gun magazines dress their models in check shirts and boots to emphasize their masculinity. The gun lobby hardly has to labour the inference that politicians trying to take away our guns are emasculating us. At both symbolic and practical levels, the defence of gun ownership is a defence of hegemonic masculinity”.

“Most of the time, defence of the patriarchal order does not require an explicit masculinity politics. Given that heterosexual men socially selected for hegemonic masculinity run the corporations and the state, the routine maintenance of these institutions will normally do the job.

212, 213

This is the core of the collective project of hegemonic masculinity, and the reason why this project most of the time is not visible as a project. Most of the time masculinity need not be thematized at all. What is brought to attention is national security, or corporate profit, or family values, or true

religion, or individual freedom, or international competitiveness, or economic efficiency, or the advance of science. Through the everyday working of institutions defended in such terms, the dominance of a particular kind of masculinity is achieved”.

“Yet crisis tendencies in the gender order do emerge, and in response to them hegemonic masculinity is likely to be thematized and a 'gun lobby' type of politics arises. The interplay between routine maintenance and explicit masculinity politics can be followed in different arenas of practice”.

213 “I have already noted the mixture of open violence and low-level harassment involved in straight men's subordination of gay men. It is clear that the men involved in gay-bashing often see themselves as avengers on behalf of society, punishing the betrayers of manhood. Research on domestic violence finds something similar. Husbands who batter wives typically feel that they are exercising a right, maintaining good order in the family and punishing their wives' delinquency – especially wives' failure to keep their proper place (e.g., not doing domestic work to the husband's satisfaction, or answering back)”.

“Violence on the largest possible scale is the purpose of the military; and no arena has been more important for the definition of hegemonic masculinity in European/American culture”.

214 “Yet the imagery of masculine heroism is not culturally irrelevant. Something has to glue the army together and keep the men in line, or at least enough in line for the organization to produce its violent effects. Part of the struggle for hegemony in the gender order is the use of culture for such disciplinary purposes: setting standards, claiming popular assent and discrediting those who fall short. The production of exemplary masculinities is thus integral to the politics of hegemonic masculinity”.

“The importance of exemplary masculinities has probably increased over the last two centuries with the decline of religious legitimations for patriarchy in the West. Some of the major genres of commercial popular culture centre on exemplary masculinities: the pulp Western, the thriller, the sports broadcast (increasingly orchestrated as a spectacle centring on millionaire stars) and the Hollywood movie”.

215 “With the gradually increasing pressure for gender equality, it seems, a market was created for representations of power in the arena men could still claim as distinctively their own, plain violence”.

“There is a sense, too, in which exemplary masculinity became collectivized. The rise of Playboy magazine in the 1950s was a striking example. The readership of this



magazine was positioned as a corporate sexual hero, consuming an endless supply of desirable 'girls'".

"The corporate activity behind media celebrities and the commercialization of sex brings us to the third arena of hegemonic masculinity politics, the management of patriarchal organizations. Institutions do not maintain themselves; someone has to practise power for power effects to occur".

"There is no Patriarch Headquarters, with flags and limousines, where all the strategies are worked out. It is common for different groups of men, each pursuing a project of hegemonic masculinity, to come into conflict with each other".

"It is important, then, to acknowledge that there is an active defence of hegemonic masculinity and the position of economic, ideological and sexual dominance held by heterosexual men. This defence takes a variety of forms and it often has to yield ground or change tactics. But it has formidable resources, and in recent decades, in the face of historic challenges, has been impressively successful".

216 "The consequences of this defence are not just the slowing down or turning back of gender change, as in the cases of parliamentary representation and the breakdown of guarantees for women in Eastern Europe. The consequences are also found in long-term trends in the institutional order that hegemonic masculinity dominates. These trends include the growing destructiveness of military technology (not least the spread of nuclear weapons), the long-term degradation of the environment and the increase of economic inequality on a world scale. The successful maintenance of a competitive and dominance-oriented masculinity, in the central institutions of the world order, makes each of these trends more dangerous and more difficult to reverse".

"The main alternative to hegemonic masculinity in recent Western history is homosexual masculinity, and the most explicit political opposition among men was articulated by the Gay Liberation movement".

"Close association with radical feminism, also growing explosively at the time, and the broad 1960s challenge to established power, allowed Gay Liberation to mount an explicit challenge to hegemonic masculinity and the gender order in which it was embedded".

217 "Statement after statement named straight men, patriarchy, the family and heterosexism as the sources of gay oppression".

"Psychoanalytic ideas prompted certain Gay Liberation theorists, especially in Europe, to argue that gay politics expressed a necessary gender radicalism. Necessary, because homosexuality was the repressed truth of conventional masculinity".

“Anally-connected desire is what is left out of the paranoid world of masculine normality, in which women are the only legitimate sexual objects, and possessors-of-phalluses struggle with each other for power and wealth”.

217, 218 “Straight men's oppression of homosexual men, he argued, is a direct consequence of the repression of the feminine in men, in the attempt to bolster male supremacy. Violence results from the strength of the repression. Men's homosexuality necessarily contains femininity, and a radical politics of gay liberation must assert this”.

219 “There is, then, an unavoidable politics of masculinity in and around contemporary men's homosexuality. The structural base of this politics is the main type of subordinated masculinity in the contemporary gender order. The turbulence of the story just outlined shows that the relationship between this politics and its social base is far from simple. We cannot think of the gay community as a homogeneous source of radical gender politics”.

219, 220 “Plainly a gay community does not automatically generate an oppositional masculinity politics. Yet the presence of a stable alternative to hegemonic masculinity – the irreversible achievement of the last quarter-century – reconfigures the politics of masculinity as a whole, making gender dissidence a permanent possibility. Both practical and theoretical challenges to the gender order will continue to arise, not necessarily from a partly pacified gay community, but certainly from the situation defined by its presence”.

“Implicit in the idea of practice is the principle that social action is always creative. No straight man is mechanically committed to defending the gender order, any more than a gay man is mechanically committed to rejecting it. It is possible for straight men to oppose patriarchy and try to exit from the world of hegemonic and complicit masculinity”.

220 “This was the intention of the radical wing of Men's Liberation in the 1970s. Their strategy was for men to confront and change their masculinity (usually understood as internalized sex role expectations) in order to pursue a politics of social justice”.

“There was shared ground between this politics and the early phase of masculinity therapy, a sense that men's lives were being damaged and needed repair. But there was also a large difference. Here the focus was on contesting the social inequalities of gender, especially the subordination of women. There was often a flavour of men's-auxiliary-to-the-women's-movement about both action and theory: men running the creches at women's conferences, men being required to read feminist books, men holding discussions under women's supervision”.

“In recent years there has been a growing number of anti-sexist courses on masculinity in universities in the United States”.

221

“The scale of organized counter-sexist projects among men is generally small; there is no mobilization here comparable with feminism or the gay movement”.

“Men's counter-sexist projects commonly involve both heterosexual and gay men and make little distinction between them. They often develop in the context of other radical politics, such as environmentalism or socialism”.

“Finally, these projects share the experience of being delegitimated to a marked degree. Feminist commentary, while sometimes welcoming efforts at change, has been generally sceptical of organizing among men and sometimes openly hostile, treating it as a reactionary swindle. The mass media persistently satirize 'the New Sensitive Man', let alone active feminist men. From the point of view of hegemonic masculinity the whole thing is a ludicrous exercise in men trying to turn themselves into women”.

222

“This is, of course, the other meaning of 'refusing to be a man' exiting from the gender, rather than trying to conduct a dis-sident politics within it. In this limiting case of masculinity politics, practice is turned towards lived masculinity not to modernize or restore it but to dismantle it”.

223

“Hegemonic masculinity regulates even the exit from masculinity”.

“The point here is that the making of masculinity, in the moment of engagement defined in the case studies of Part II, is structured not only by immediate social relationships but also by the pattern of the gender order as a whole. Masculinity is shaped in relation to an overall structure of power (the subordination of women to men), and in relation to a general symbolism of difference (the opposition of femininity and masculinity). Men's counter-sexist politics is dissidence directed towards the former, gender-violation is dissidence directed towards the latter. They need not go together - hence some feminists object to transsexualism as a reaffirmation of patriarchy – but they can”.

223, 224

“Since exit politics relates to the overall structure of the gender order, it has no local base. It cannot be understood as the pursuit of the concrete interest of any group of men, since men in general benefit from the subordination of women. So exit politics is hard to articulate and rarely becomes a mass politics”.

224

“To resist the integration of personality around the subordination of women or the dichotomy of masculinity/femininity is to court dis-integration, the gender vertigo discussed in Chapter 5. This is high on stress, the opposite of masculinity therapy. Exit politics is therefore

likely to be episodic. At the same time, it can emerge anywhere in the structure. It is impossible to purge from the gender order”.

“Currently operating at the fringe of mass sexual politics, as a flickering realization of radical negations of hegemonic masculinity, it is difficult to see exit politics as the broad path to the future for heterosexual men. But it is also difficult to see any future without it. More than any other contemporary form of masculinity politics it represents the potential for change across the gender order as a whole”.

---

“Researchers in the United States were documenting men's awareness of change, and ambivalence about it, in the 1970s”.

“Massive changes in married women's employment rates had occurred, in industrial countries, before the Women's Liberation movement emerged; change in heterosexual practice was underway, with increasingly reliable contraception; and the structure of families was changing, with rising expectation of life, rising divorce rates and lower fertility”.

“But other patterns have not changed. Men continue to draw a patriarchal dividend, in the metropole as well as the periphery”.

226

“In almost all regions of the world in the 1990s, men virtually monopolize the elite levels of corporate and state power. Heterosexual men of all classes are in a position to command sexual services from women, through purchase, custom, force or pressure. Men still virtually monopolize weapons, and mostly control heavy machinery and new technology. It is clear that massive inequalities of resources, and asymmetries in practice, persist”.

Practice and  
Utopia

“So the 'change' of which there is so much awareness is not the crumbling of the material and institutional structures of patriarchy. What has crumbled, in the industrial countries, is the legitimation of patriarchy”.

“No huge crowds of men have become feminists”.

“But the underlying terms of discussion have shifted. In all public forums, and increasingly in private forums, it is now the denial of equality for women and the maintenance of homophobia that demand justifications. Such justifications are constantly offered, of course. But the fact that patriarchy has to be excused and defended against a cultural presumption of equality gives a hysterical quality to sociobiology, to gun-lobby ideologists, to the right wing of masculinity therapy and to new-right 'traditional values' religious populism”.

226, 227

“In some milieux, such as younger professional and intellectual networks in Western cities, domestic equality and shared house-hold labour is now common sense. How many men actually take on full-time care of babies depends

227

(as Lynne Segai notes in *Slow Motion*) on economic arrangements that make it affordable; the point here is that many households think this is the *right* thing to do”.

“At the heart of this cultural change, deeper than the liberal concept of 'equal rights' through which it is often expressed, is the emergence of a historical consciousness about gender. The knowledge that gender was a structure of social relations, open to social reform, was slower to emerge than the corresponding knowledge about class. But during the nineteenth and twentieth centuries this did emerge in the metropole, stimulated not only by the gender dynamics of industrial capitalism (as commonly thought) but also by the imperial encounter with the dramatically different gender orders of 'native' peoples. For those 'native' peoples, in turn, the historicity of gender was violently made obvious by conquest, and by the colonial systems under which they had to deal with the gender regimes of the colonizers”.

“Almost everywhere, the historicity of gender was first registered as an issue about women: the 'woman question' of the late nineteenth century, the 'women's issues' of the twentieth. This follows from the patriarchal structuring of culture itself, as well as from 'the fact that gender politics first became a mass politics in women's struggles (for property rights, for the vote, for equal pay). The application to men followed, with difficulty”.

227, 228

“This consciousness erupted in the Women's Liberation, Gay Liberation and Men's Liberation movements. Millennia of patriarchy could now be brought to an end. The technological conditions existed, the change of consciousness was upon us. In Men's Liberation writing, this sense of a great historical drama unfolding gave resonance to otherwise modest reform proposals and vague rhetorics of change. Most of the 1970s writers implied that masculinity was in crisis and that the crisis itself would drive change forward. The end would be a world where masculinity as we knew it would be annihilated, replaced by some kind of androgyny”.

“The shift in cultural presuppositions about masculinity marked by the liberation movements of the early 1970s is irreversible”.

228

“This historical consciousness is, I would suggest, the distinctive feature of contemporary masculinity politics, and the horizon of contemporary thought on masculinity. But whereas Men's Liberation believed that apocalyptic awareness of the historicity of masculinity itself defined the political goal – the annihilation of masculinity – we now know that very different politics can be pursued within this horizon”.

“The consciousness of historical change in gender, even as it opens up a politics of change, also seems to limit it”.

229 “Implicit in most of these projects, and a condition for the success of others, is the principle of social justice, which in most cases means the pursuit of equality. Pursuing social justice does not mean pursuing uniformity, as anti-egalitarians repeatedly claim”.

229, 230 “In gender relations complex equality concerns the different structures within the gender order, defined in Chapter 3. Pursuing social justice in power relations means contesting men's predominance in the state, professions and management, and ending men's violence against women. It also means changing the institutional structures that make elite power and body-to-body violence possible in the first place. Pursuing social justice in the gender division of labour means ending the patriarchal dividend in the money economy, sharing the burden of domestic work and equalizing access to education and training (still massively unequal on a world scale). Pursuing social justice in the structure of cathexis means ending the stigma of sexual difference and the imposition of compulsory heterosexuality, and reconstructing heterosexuality on the basis of reciprocity not hierarchy”.

“Social justice in gender relations, understood in this way, is a generalizable interest but not a demand for uniformity. Complex equality is precisely the condition needed for diversity as a real practice, for open-ended explorations of human possibility”.

“The pursuit of social justice certainly does not exhaust politics, but it does provide a generalizable baseline for an arena such as the politics of masculinity”.

“The statistics of inequality list men, not masculinities, as the advantaged group. Carole Pateman has remarked that men exercise power not over a gender but over embodied women, and exercise power as a sex”.

230 “Is a politics of social justice directed against the advantages and power of men, or is it directed against the present form of masculinity? If it is basically about the advantages of men, then much of the agonizing over the social construction of masculinity is beside the point. Rather than annihilating masculinity or even mildly diminishing it, we should be getting out the tools and reforming the economic and political machinery. If the problem is basically about masculinity, structural change should follow from a remaking of personality. But in that case the current project of personal change is radically incomplete, because it ignores the masculinity in women's personalities (though often recognizing the femininity in men's); the process cannot be confined to therapy or politics among men”.

“Though most discussion of masculinity is silent about the issue, it follows from both psychoanalytic and social



construction principles that women are bearers of masculinity as well as men”.

“Girls and women participate in masculinized institutions and practices, from bureaucracies to competitive sports. We attend to spectacular moments of gender separation (like the Olympic figure skating finals) and often miss, as Barrie Thorne points out in *Gender Play*, a background routine of gender integration. This integration, however, is not on equal terms. It occurs in a context of patriarchal institutions where the 'male is norm', or the masculine is authoritative. To root out masculinity as such would require a project of change in women's lives as well as men's”.

231 “Yet to focus only on dismantling men's advantages over women through a politics of equal rights would be to abandon our knowledge of how those advantages are reproduced and defended. It would, indeed, abandon our understanding of masculinity as practice; presuming there had been some cosmic accident in which bodies-with-penises happened to land in positions of power and proceeded to recruit their friends-with-penises to replace them ever after”.

“The defenders of patriarchy know better. The defence of injustice in gender relations constantly appeals to difference, to a masculine/feminine opposition defining one place for female bodies and another place for male”.

231, 232 “Difference/dominance means not logical separation but intimate supremacy. It involves immediate social relations as well as broad cultural themes. It can be realized violently in body practices such as rape and domestic assault”.

“We can trace the problem of difference/dominance almost endlessly through social settings where men and women interact: in occupation of space by boys and men, the many streets where women walk only under threat, the intrusion by boys on girls' games in playgrounds, the interruption of women's speech in conversations, and so on. These are enactments of hegemonic masculinity in everyday life; for it is of course hegemonic masculinity, not any subordinated or marginalised form, that occupies the masculine pole of difference in patriarchal culture”.

232 “The pattern of difference/dominance is so deeply embedded in culture, institutions and body-reflexive practices that it functions as a limit to the rights-based politics of reform”.

“It follows that a *degendering* strategy, an attempt to dismantle hegemonic masculinity, is unavoidable; a *degendered* rights-based politics of social justice cannot proceed without it”.

“The degendering strategy applies not only at the level of culture and institutions, but also at the level of the body – the ground chosen by defenders of patriarchy, where the fear of men being turned into women is most poignant”.

- 233 “A politics of social justice needs to change body-reflexive practice, not by losing agency but by extending it, working through the agency of the body – exactly what is negated by the anaesthetist. Rather than the disembodiment involved in role reform, this requires *re-embodiment* for men, a search for different ways of using, feeling and showing male bodies”.
- 234, 235 “The main model for political action on masculinity in rich countries is the idea of a 'men's movement'. In the 1970s this was called the 'Men's Liberation Movement' and was straightforwardly imitated from the Women's Liberation Movement, with a little impulse from Gay Liberation. At the base were many small self-managing 'men's consciousness-raising groups', which in time came to be called simply 'men's groups'”.
- 235 “The underlying problem was clearly stated by Andrew Tolson in the most thoughtful analysis ever made of the problems of Men's Liberation, based on experience of an anti-sexist men's group in Britain. The model of a liberation movement simply cannot apply to the group that holds the position of power; as Tolson put it, 'in a certain sense, we were imperialists in a rebellion of slaves'. Consciousness-raising for straight men did not lead towards mobilization and group affirmation, as it did for women and for gay men; after initial gains in insight, it led to marginalization and disintegration”.
- 235, 236 “Men's Liberation, as the first form of the exit politics defined in Chapter 9, tried to base its project on the power axis of patriarchy, on the fact of the domination of women, not on any particular form of masculinity. Its structural basis was feminism, not a socially definable group of men. It is not surprising that a tense and convoluted argument about anti-sexist men's relationship to the women's movement resulted (and is still echoing through recent theoretical writing). Nor is it surprising that the movement was unstable and was readily displaced by the masculinity-therapy movement – which is based on a particular form of masculinity and articulates the interest of a substantial group of men”.
- 236 “The structural problem of counter-sexist politics among men needs to be stated plainly, as it is constantly evaded. The familiar forms of radical politics, rely on mobilizing solidarity around a shared interest. That is common to working-class politics, national liberation movements, feminism and gay liberation. This cannot be the main form of counter-sexist politics among men, because the project of social justice in gender relations is directed against the interest they share. Broadly speaking, anti-sexist politics must be a source of disunity among men, not a source of solidarity”.



237 “Nevertheless the best prospects for masculinity politics may be found outside pure gender politics, at the intersections of gender with other structures. There are situations where solidarity among men is pursued for other reasons than masculinity, and may support a project of gender justice, especially where there is explicit solidarity with women in the same situation. These situations arise in labour and socialist parties, the unions, the environmental movement, community politics, anti-colonial resistance movements, movements for cultural democracy and movements for racial equality.

“What is involved here, rather than a men's movement, is *alliance politics*. Here the project of social justice depends on the overlapping of interests between different groups (rather than mobilization of one group around its common interest). The overlapping may be temporary, but need not be. There is nothing that rules out long-term alliances, perfectly familiar in politics”.

238 “If patriarchy is understood as a historical structure, rather than a timeless dichotomy of men abusing women, then it will be ended by a historical process. The strategic problem is to generate pressures that will cumulate towards a transformation of the whole structure; the structural mutation is the end of the process, not the beginning. In earlier stages, any initiative that sets up pressure towards that historical change is worth having”.

“Though schools have been a rich site for studying the reproduction of masculinities (from *Learning to Labour to Gender Play*), and though most of the people doing research on masculinity work in the education industry (as academics or students), there is surprisingly little discussion of the role of education in the transformation of masculinity”.

“We now speak of a 'men's movement' partly from politeness, and partly because certain activities have the form of a social movement. But taking a cool look around the political scenery of the industrial capitalist world, we must conclude that the project of transforming masculinity has almost no political weight at all”.

241 “The simple calculus of interest would predict that any men's movement against hegemonic masculinity. would be weak. The general interest of men in patriarchy is formidable”.

“Men's interest in patriarchy is condensed in hegemonic masculinity and is defended by all the cultural machinery that exalts hegemonic masculinity. It is institutionalized in the state; enforced by violence, intimidation and ridicule in the lives of straight men”.

241, 242 “The European/American pattern of men's investment in patriarchy is being extended across the world by the globalization of culture and economic relations. Its grip in the metropole is strengthened by the commodification of

exemplary masculinities such as sports stars, and by the collusion between gun-lobby politics and commercial media to celebrate violence. Men's interest in patriarchy is further sustained by women's investment in patriarchy, as expressed in loyalty to patriarchal religions, in narratives of romance, in enforcing difference/dominance in the lives of children, not to mention women's activism against abortion rights and homosexuality”.

“There are differences and tensions between hegemonic and complicit masculinities; oppositions between hegemonic masculinity and subordinated and marginalized masculinities. Each of these configurations of practice is internally divided, not least by the layering of personality described by psychoanalysis, the contradictions in gender at the level of personality. Their realization in social life differs, as we have seen again and again, according to the interplay of gender with class relations, race relations and the forces of globalization”.

242 “Men's interest in patriarchy, then, does not act as a unified force in a homogeneous structure. Recognizing this, we can move decisively beyond the one-dimensional strategic thinking that flowed from earlier models of patriarchy. In the context of the broad delegitimation of patriarchy, men's relational interests in the welfare of women and girls can displace the same men's gender-specific interests in supremacy. A heterosexual sensibility can be formed without homophobia, so alliances of straight men with gay politics become possible. The pattern of change in patriarchy in the metropolitan countries, discussed at the start of this chapter, means that the familiar array of masculinities will continue to be produced and institutionalized, but a cultural reconfiguration of their elements has become possible”.

243 “Men continue to be detached from the defence of patriarchy by the contradictions and intersections of gender relations; new possibilities open for reconfiguration and transformation of masculinities. Developing a politics to take up these openings – without the myth of liberation, in full knowledge of men's shared interest in patriarchy, and therefore expecting little from the model of a 'men's movement' – requires fresh invention as well as accurate knowledge”.

---

Afterword: The  
Contemporary  
Politics of  
Masculinity

244 “Some time ago, the US sociologist Goode (1982) published an important essay 'Why men resist', reflecting on men's responses to the Women's Liberation movement. Men resisted change, Goode argued, because they were the privileged group in gender relations. But this privilege was offset in a number of ways, and was cross-cut by the interests men shared with particular women (e.g. wives and daughters)”.

“Challenging the idea of a 'backlash', Goode offered evidence that men's attitudes (in the USA at least) had become increasingly favourable to gender equality. However this was not put into practice evenly. Men were losing their cultural centrality, but in relation to jobs and housework, were successfully resisting change”.

“Men's violence, Godenzi argues, is not an individual pathology but a logical consequence of men's collective privilege. Violence grows out of inequality, sustains inequality, and is also a response to the contemporary challenge to inequality”.

“There are now many sources of information about women's under-representation in elite occupations and top management, women's economic disadvantages, educational exclusion and literacy rates, legal disadvantages, more restricted sexual life, etc.”.

245 “Another literature has now appeared that contests the idea of women's disadvantage. Disregarding for the moment the bitter polemical tone of most of this literature (e.g., Farrell 1993, Sommers 2000), it has identified certain areas of life, in the rich countries, where statistical comparisons show a disadvantage to men and boys. These are, most notably, the outcomes of secondary education, death rates, many forms of injury, some diseases, some forms of violence, and imprisonment”.

“Treating 'men' and 'women' as undifferentiated categories (as most of these statistical exercises do), it is possible to draw up a collective balance sheet for men showing both the gains and losses, or benefits and costs, from contemporary gender arrangements”.

“There are a number of dimensions in gender relations, and the patterns of inequality in these different dimensions may be qualitatively different”.

“The brief presentation below follows the model in Gender (Connell, 2002), where sources of information are documented. The model distinguishes four major dimensions (or structures) in gender relations. This discussion focuses on the current state of play in the rich Western countries (the European community, north America and Australasia)”.

246 “(a) *Power*

*Advantages:* Men hold predominant authority in business and the state, with a near-monopoly of top positions. Men and boys tend to control public spaces such as streets and playgrounds. Men hold authority in many families and institutions of civil society. Men have near total control of coercive institutions (military, police) and control of the means of violence (weapons, military training). Men are relatively free from rape and serious domestic violence.

*Disadvantages:* Men are the overwhelming majority of people arrested and imprisoned, including those executed.

Men are the main targets of military violence and criminal assault. Men are more likely to be the targets of economic competition and organizational rivalry”.

“(b) *Division of labour*

246, 247 *Advantages:* Men have approximately twice the average income of women, and control most of the major concentrations of wealth. Men have higher levels of economic participation, and better access to future opportunities e.g., promotions. Men, especially husbands, receive benefits from the unpaid labour of women. Men control most of the machinery (e.g., transport, power generation, computers) that is the basis of a modern economy and specifically multiplies the economic value of labour.

*Disadvantages:* Men predominate in dangerous and highly toxic occupations. Men include a higher proportion of sole earners ('breadwinners') with social compulsion to remain employed. Because of the occupational division of labour, men's skills are subject to rapid obsolescence. Men pay a higher average rate of taxation, with income disproportionately redistributed to women, through the welfare state”.

“(c) *Cathexis*

247 *Advantages:* Men receive much emotional support from women without social obligation to reciprocate. Heterosexuality is socially organized to prioritize men's pleasure, in personal relationships as well as sexualized mass media. A double standard legitimates men's sexual freedom and a commercial sex industry services it.

*Disadvantages:* Men's sexuality is more alienated, and more sharply constrained by homophobia. A taboo on free expression of emotions, especially vulnerability, continues (this is perhaps now changing). Men are substantially excluded from relationships with very young children”.

“(d) *Symbolism*

247, 248 *Advantages:* Men control most cultural institutions (churches, universities, media). Religion generally, and sometimes specifically, defines men as superordinate to women. Men have higher levels of recognition, i.e., they and their activities are regarded as more important, newsworthy, and appropriate to resource. (Example: sport.) Boys and men predominate in high-return and highly resourced areas of education. (Examples: BA, biotechnology, IT.)

*Disadvantages:* Boys and men are losing ground in general education. They are under-represented in important learning experiences, e.g., humanistic studies. Mothers' legitimacy in child-care tends to over-ride fathers' interests in marital separation disputes”.

248 “Gender centrally involves social embodiment, based on body-reflexive practices where the body is both agent and

object of practice. The gender order therefore has important effects at the level of the body as well as in social relations". "The bodily effects of the current gender order on men collectively include: higher levels of injury (including industrial accidents, road injuries), higher exposure to many forms of toxicity and stress, higher levels of drug dependency (most commonly, alcoholism), higher levels of participation in sport and other outdoor activities. Men are much less likely than women to wear restrictive or fragile clothing, and to commit time and money to beautifying the body (this connects both to men's greater freedom of movement and control of space, and to men's greater economic resources, making them less dependent on being 'attractive')".

"Now to complicate matters. This 'balance sheet' is not like a corporate accounting exercise where there is a bottom line, subtracting costs from income. That is the error made by backlash polemicists who try to refute feminism by reciting men's disadvantages".

"We cannot even understand the balance by seeing the disadvantages as 'the costs of being on top', though that is a better starting point – it suggests that there is a connection between the up-side and the down-side".

"The disadvantages listed above are, broadly speaking, the conditions of the advantages. Men cannot hold state power without having become, collectively, the agents of violence. Men cannot be the beneficiaries of domestic labour and emotion work without losing intimate connections, for instance with young children. Men cannot predominate in the capitalist economy without being subject to economic stress and paying for most of the social services. And so on".

"But the men who benefit most, and the men who pay most, are not necessarily the same people. Here it is easy to fall into logical fallacy by ignoring diversity within the category 'men'".

249 "Class, race and generational differences, to recall a familiar argument, cross-cut the category 'men', spreading the gains and costs of gender relations very unevenly among men. The different situations defined by these structures are among the important bases of diversity in gender practices and consciousness, that is to say, among patterns of masculinity". "Should we therefore abandon the category 'men' altogether? That would be as much a mistake as reifying it. The overall gender relation between women and men is a powerful basis of consciousness and practice too".

250 "But in the same year came the first calls for 'men's liberation', which assumed that men would *benefit* from women's liberation, and that women and men *shared* a fundamental interest in ending sex roles".

“The alliance was prised apart, in the later 1970s and early 1980s, from both sides. This period saw the rise of distinctly anti-feminist 'men's rights' groups, and also saw Western feminism's focus on male violence and shift towards separatist strategies. Both tendencies reinforced the sense of opposite sides and fundamentally incompatible interests”.

251 “There has been a historic shift of popular attitudes towards formal gender equality”.

252 “But popular attitudes are not the whole story. Major institutions, including two of the three main cultural institutions of contemporary Western society, the church and the mass media (education is a different story), continue to be not only male-dominated but active producers of a male-centred gender culture”.

“This is not traditional patriarchy. It is something new, welding exemplary bodies to entrepreneurial culture. In traditional domestic patriarchy, women's participation is essential to the construction and maintenance of masculinity”.

253 “There is, then, a backlash, but it has been more powerful culturally than politically. It has not mobilized men as a sex class for political warfare, defending a collective interest. To the extent it has mobilized men, it is as consumers, through genres such as the 'new lad' magazines, hyper-masculine computer games, and the culture of sports fans. Men's benefits from an unequal gender order are defended diffusely, by conservative churches, by media ridicule of gender reform movements, and by deeply entrenched resistance to change in institutions such as the military and the courts”.

“Of the many political and cultural initiatives launched by the Women's Liberation impulse in the 1960s and 1970s, 'equal opportunity' is one that has survived best. As a principle of organizational reform, EEO (equal employment opportunity) is now almost universally accepted in Western societies”.

“Procedures and regulations explicitly favouring men have been deleted from the organizational rule-book, with some fanfare. The modern manager says, when describing appointments and promotions, 'I look at the person' – i.e. explicitly not taking into account whether that person is man or woman, black or white, able-bodied or disabled”.

254 “That is to say, EEO has become an *individualizing* principle rather than a principle of group advancement”.

“EEO has been re-shaped this way mainly because the organizational reforms triggered by the new feminism occurred at the same time as, and interacted with, the organizational reform agenda of neo-liberalism”.

“Together with the neo-liberal market agenda in public politics, which has hammered the remains of the postwar



welfare state and re-drawn the boundaries of the public and private sectors, this has created an environment in which individualism as an ideology has performed an astonishing comeback”.

“An individualized version of 'equal opportunity' not only fits with this celebration, it helps to give individualism its current legitimacy”.

“Neo-liberalism is rhetorically gender neutral. The individual has no gender, and the market delivers advantage to the smartest entrepreneur, not to men or women as such”.

“Neo-liberal politics has no interest in justice at all. Neo-liberal regimes have been associated with a worsening in the position of women in most respects”.

“In rich Western countries, neo-liberalism has attacked the welfare state, on which far more women than men depend; supported deregulation of labour markets, resulting in increased casualization of women workers; shrunk public sector employment, the sector of the economy where women predominate; lowered rates of personal taxation, the main basis of tax transfers to women; and squeezed public education, the key pathway to labour market advancement for women”.

255 “The crucial point is the relation between neo-liberalism, the position of men, and the reconstruction of bourgeois masculinity. Neo-liberalism similarly degrades the economic and social position of some men, but not all. Many men are relatively advantaged by the shift of social resources from the state to the market, and by the de-regulation of markets. And there is a particular group who are the intended beneficiaries of the whole neo-liberal policy package – entrepreneurs”.

“The 'individual' may be formally gender-neutral, but one cannot say the same about the 'entrepreneur'. The desired attributes of managers and capitalists as entrepreneurs (thrusting competitiveness, ruthlessness, focus on the bottom line, etc.) are coded masculine in gender ideology, and in cold fact the people who fulfil these functions overwhelmingly are men”.

“The new entrepreneurialism deletes some items from the older package of bourgeois masculinity: religious commitment, rigid personal probity and marital loyalty”.

256 “There is an interplay between the new entrepreneurial capitalism and the commercialization of sport, in which the influence is not all one way. Sport has become a vital public metaphor of capitalism and market society, with its mesmerizing, endless spectacle of competition and upheaval resulting always in the same kind of hierarchy as before. This metaphor could not work if it had to bridge a gender gap. It works because the champion sportsman and the successful

entrepreneur are both men bearing related kinds of masculinity”.

“The new entrepreneurial management cannot be understood without reference to the new configuration of capitalism: the re-emergence of finance capital, the deregulation of markets, and above all, the growth of global markets, global communications and transnational corporations. These global arenas are now a crucially important feature of modern society and, as I suggested in the Introduction, play a growing part in contemporary constructions of masculinity”.

“I would argue, therefore, that the rise of new groups of managers and owners to unprecedented global power is associated with new patterns of business masculinity and, by implication, new patterns of hegemony in gender relations”.

257 “But the same is true for men. Increasingly the test of membership in the hegemonic group is the willingness to discard other ties and generate a particular kind of performance – the life-denying labour of entrepreneurial management. The interwoven class and gender dynamic of neo-liberal globalization, taking shape in the masculinity of entrepreneurial management, may be shifting resources towards men but at the same time it is widening material divisions among men. This may help explain the energy going into new models of exemplary masculinity located in the realm of consumption, especially in sport. It further suggests these trends are unlikely to reach a stable solution to the current tensions around gender and gender reform”.

257, 258 “Violence remains a chronic problem in inter-personal relations, from bar brawls to sexual abuse. A connection between violence and masculine gender at the personal level is indicated by statistics (men account for about 90 per cent of homicides, assaults and prison inmates in countries such as the USA and Australia), by studies of crimes such as homicide (Polk, 1994), and by close-focus studies of offenders (Messerschmidt, 2000). A link also exists for organizational violence: most soldiers, air-force pilots, suicide bombers, police and prison guards are men”.

“Recognizing masculinities as a link between social conflict and violence has opened up new perspectives in violence prevention”.

258 “Clearly, gender does not provide a simple key to understanding violence. Violence is known to have multiple causes and varies socially, cross-nationally and over time (Archer and Gartner 1984); an important case being the connection between homicide rates and regional poverty (Pridemore 2002). Above all, masculinity cannot be interpreted as a fixed propensity to violence. As the research reviewed in this book shows, masculinities are diverse, and change historically”.



“Therefore we must explore specific masculinities to understand how social tensions are expressed as violence by specific agents”.

259 “War, including nuclear war, involves the action of institutions and groups – armies, governments, weapons industries, guerilla movements, etc. To understand the gender dimension of war we need to understand such issues as the institutionalization of masculinities in military force”.  
 “The studies of state military forces show an organizational effort to produce and make hegemonic a narrowly defined masculinity which will make its bearers efficient in producing the organization's effects of violence”.

260 “It is important that this strategy should spread, but it is essential that it should be informed by up-to-date understandings of masculinities. Keys to this work will be the capacity to grasp the situational specificity of masculinities, violence and violence prevention, and the capacity to move from the individual level to the level of institutions and nations. The continued development of our understanding of masculinities is an important part of the knowledge we need to build a more peaceful, survivable world”.

260, 261 “The world gender order mostly privileges men over women. Though there are many local exceptions, there is a patriarchal dividend for men collectively, arising from higher incomes, higher labour force participation, unequal property ownership, greater access to institutional power, as well as cultural and sexual privilege”.

261 “The conditions thus exist for the production of a hegemonic masculinity on a world scale – that is to say, a dominant form of masculinity that embodies, organizes and legitimates men's domination in the world gender order as a whole”.

“The inequalities of the world gender order, like the inequalities of local gender orders, produce resistance. The main pressure for change has come from an international feminist movement”.

“One response to such instabilities, on the part of groups whose power or identity is challenged, is to reaffirm local gender hierarchies”.

262 “These fundamentalist reactions against gender change are spectacular, but are not, I consider, the majority response among men. As I noted in the Introduction, there is considerable survey evidence for acceptance of gender change, i.e. a swing of popular attitudes towards gender equality. This change of attitudes, however, need not result in changed practices”.

263 “Through the market agenda, the patriarchal dividend to men is defended or restored, without an explicit masculinity politics in the form of a mobilization of men”.

“Within the global arena of international relations, the international state, multi-national corporations and global markets, there is nevertheless a deployment of masculinities. Two models of the state of play in this arena have recently been offered”.

“One is the model of transnational business masculinity described in the Introduction. This has replaced older local models of bourgeois masculinity, which were more embedded in local organizations and local conservative cultures”.

“A tough, power-oriented masculinity predominates in the arena of diplomacy, war and power politics – distanced from the feminized world of domesticity, but also distinguished from other masculinities, such as those of working-class men, subordinated ethnic groups, wimps and homosexuals. This is not just a matter of pre-existing masculinity being expressed in international politics. Hooper argues that international politics is a primary site for the construction of masculinities, for instance in war, or through continuing security threats”

264

“Hooper further argues that recent globalization trends have 'softened' hegemonic masculinity in several ways. Ties with the military have been loosened, with a world trend towards demilitarization - the total numbers of men in world armies have fallen significantly since the Cold War. Men are now more often positioned as consumers, and contemporary management gives more emphasis to traditionally 'feminine' qualities such as interpersonal skills and teamwork”

“It does not mean the obliteration of 'harder' masculinities”

“Another political alternative is provided by counter-hegemonic movements opposed to the current world gender order and the groups dominant in it. They are sometimes associated with the promotion of new masculinities, but also address masculinity as an obstacle to the reform of gender relations”.

265

“Most of these movements and groups are small and some are short-lived”.

“It seems that issues about changing men and masculinities have arrived on the international agenda. They have arrived, however, at a moment when neo-conservative politics is riding high and is certain to oppose any widespread moves towards gender equality. It seems that the politics of masculinity will continue to be contested. The issues explored in this book continue to be difficult, but important, questions for the future of human society”.

266

## Apêndice II

**Tabela 5**  
*Banco de citações referente às obras de B. F. Skinner*

<b>Science and Human Behavior</b>	
<b>Capítulo: Social Behavior</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
297	Social behavior may be defined as the behavior of two or more people with respect to one another or in concert with respect to a common environment.
298	It is always an individual who behaves, and he behaves with the same body and according to the same processes as in a nonsocial situation.
	The individual behavior explains the group phenomenon.
	To apply our analysis to the phenomena of the group is an excellent way to test its adequacy, and if we are able to account for the behavior of people in groups without using any new term or presupposing any new process or principle, we shall have revealed a promising simplicity in the data. This does not mean that the social sciences will then inevitably state their generalizations in terms of individual behavior, since another level of description may also be valid and may well be more convenient.
	Social behavior arises because one organism is important to another as part of its environment. A first step, therefore, is an analysis of the social environment and of any special features it may possess.
299	Social reinforcement. Many reinforcements require the presence of other people.
	Social reinforcement is usually a matter of personal mediation. When a mother feeds her child, the food, as a primary reinforcer, is not social, but the mother's behavior in presenting it is.
	In the field of social behavior special emphasis is laid upon reinforcement with attention, approval, affection, and submission.
	In the field of social behavior special emphasis is laid upon reinforcement with attention, approval, affection, and submission. These important generalized reinforcers are social because the process of generalization usually requires the mediation of another organism. Negative reinforcement – particularly as a form of punishment – is most often administered by others in the form of unconditioned aversive stimulation or of disapproval, contempt, ridicule, insult, and so on.
300	Social reinforcement varies from moment to moment, depending upon the condition of the reinforcing agent. Different responses may therefore achieve the same effect, and one response may achieve different effects, depending upon the occasion. As a result, social behavior is more extensive than comparable behavior in a non-social environment. It is also more flexible, in the sense that the organism may shift more readily from one response to another when its behavior is not effective.
	The contingency established by a social reinforcing system may slowly change.

	We have already noted another peculiarity of social reinforcement: the reinforcing system is seldom independent of the behavior reinforced.
301	The social stimulus. Another person is often an important source of stimulation.
301, 302	A social stimulus, like any other stimulus, becomes important in controlling behavior because of the contingencies into which it enters. The facial expressions which we group together and call "smiles" are important because they are the occasions upon which certain kinds of social behavior receive certain kinds of reinforcement. Any unity in the stimulus class follows from these contingencies. But these are determined by the culture and by a particular history.
302	Social stimuli are important because the social reinforcers with which they are correlated are important.
303	Our behavior may be very different in the presence or absence of a particular person. When we simply see such a person in a crowd, our available repertoire immediately changes. Social stimuli are important to those to whom social reinforcement is important. The salesman, the courtier, the entertainer, the seducer, the child striving for the favor of his parents, the "climber" advancing from one social level to another, the politically ambitious—all are likely to be affected by subtle properties of human behavior, associated with favor or disapproval, which are overlooked by many people.
304	We may analyze a social episode by considering one organism at a time. Among the variables to be considered are those generated by a second organism. We then consider the behavior of the second organism, assuming the first as a source of variables. By putting the analyses together we reconstruct the episode. The account is complete if it embraces all the variables needed to account for the behavior of the individuals.
306	Most cultures produce some people whose behavior is mainly controlled by the exigencies of a given situation. The same cultures also produce people whose behavior is controlled mainly by the behavior of others. The leader is not wholly independent of the follower, however, for his behavior requires the support of corresponding behavior on the part of others, and to the extent that cooperation is necessary, the leader is, in fact, led by his followers.
309	Although the interchange between two or more individuals whose behavior is interlocked in a social system must be explained in its entirety, certain variables may remain obscure.
310	Sometimes a reciprocal interchange explains the behavior in terms of reinforcement. Each individual has something to offer by way of reinforcing the other, and once established, the interchange sustains itself. Many important interlocking systems of social behavior could not be maintained without such conventional practices. This is an important point in explaining the success of the cultural practices characteristic of a group. To the extent that prior reinforcement by the group determines the suitability of the behavior of the individual for an interlocking system, the system itself is not wholly self-sustaining. The instability is

	demonstrated when an individual who is not adequately controlled by the culture gains a temporary personal advantage by exploiting the system. He lies, refuses to return a favor, or breaks a promise, but this exploitation of the system eventually leads to its deterioration.
310, 311	The behavior of two individuals may be related in a social episode, not primarily through an interchange between them, but through common external variables. The classic example is competition. Two individuals come into competition when the behavior of one can be reinforced only at the cost of the reinforcement of the other. Social behavior as here defined is not necessarily involved. Catching a rabbit before it runs away is not very different from catching it before someone else does. In the latter case, a social interchange may occur as a by-product if one individual attacks the other. Cooperation, in which the reinforcement of two or more individuals depends upon the behavior of both or all of them, is obviously not the opposite of competition, for it appears to require an interlocking system.
311	It is always an individual who behaves, however. The problem presented by the larger group is to explain why many individuals behave <i>together</i> . We must point to specific variables affecting the behavior of each of them. In general, behaving as others behave is likely to be reinforcing.
312	If it is always the individual who behaves, it is nevertheless the group which has the more powerful effect. By joining a group the individual increases his power to achieve reinforcement. The reinforcing consequences generated by the group easily exceed the sums of the consequences which could be achieved by the members acting separately. The total reinforcing effect is enormously increased.
<b>Capítulo: Group Control</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
323	The individual is subjected to a more powerful control when two or more persons manipulate variables having a common effect upon his behavior. This will happen if two or more persons are moved to control him in the same way. A social system, in the sense of Chapter XIX, is then established in which one man's positive reinforcement is another man's negative.
323, 324	Since an individual may affect all other members of a group in this way, their countercontrol may be undertaken in concert. All the other members become what we may designate as the controlling group. The group acts as a unit insofar as its members are affected by the individual in the same way. It need not be highly organized, but some sort of organization usually develops. Controlling practices acquire a certain uniformity from the cohesive forces which lead individuals to take part in group action (Chapter XIX) and from their mode of transmission from one generation to another.
324	The principal technique employed in the control of the individual by any group of people who have lived together for a sufficient length of time is as follows. The behavior of the individual is classified as either "good" or "bad" or, to the same effect, "right" or "wrong" and is reinforced or punished accordingly.

	<p>The behavior of an individual is usually called good or right insofar as it reinforces other members of the group and bad or wrong insofar as it is aversive. The actual practices of the group may not be completely consistent with these definitions. The initial classification may have been accidental: a conspicuous bit of behavior which was only adventitiously correlated with reinforcing or aversive events came to be classed as good or bad accordingly.</p> <p>A classification of behavior may also continue in force long after it is out of date: behavior often continues to be branded good or bad although, through some change in conditions, it is no longer reinforcing or aversive.</p> <p>The classification may also be defective because of the faulty structure of the group. All members may not participate to the same extent. Since an act may have different effects upon different members, some of whom may, therefore, classify it as good and others as bad, subdivisions of the group may conflict with each other in the direction of their control.</p> <p>Behavior which is immediately reinforcing may have a long-term aversive effect. The behavior of seduction or of exerting "undue influence" is often effective through positive reinforcement, but the ultimate consequences may lead the victim, as well as others, to classify it as bad.</p> <p>The group as a whole seldom draws up a formal classification of behavior as good or bad. We infer the classification from our observations of controlling practices.</p>
324, 325	<p>A sort of informal codification takes place, however, when the terms themselves come to be used in reinforcement. Perhaps the commonest generalized reinforcers are the verbal stimuli "Good," "Right," "Bad," and "Wrong." These are used, together with unconditioned and other conditioned reinforcers such as praise, thanks, caresses, gratuities, favors, blows, blame, censure, and criticism, to shape the behavior of the individual.</p>
325	<p>The conditioned aversive stimulation generated by bad behavior as the result of punishment is associated with an emotional pattern commonly called "shame."</p> <p>Any or all of these emotional conditions may be directly or indirectly aversive, in which case they combine with other conditioned aversive stimulation in providing for the reinforcement of behavior which displaces or otherwise reduces the probability of the punished response. The best example of such behavior is self-control. The group also directly reinforces practices of self-control.</p> <p>In explaining any given instance of group control we have to show how the behavior of the controller is interlocked with that of the controllee in a social system. We must also show that both are adequately accounted for by the specified variables.</p>
326	<p>Another possibility is that the group appropriately reinforces good behavior just because the probability of similar behavior in the future is thus increased.</p>



	<p>But the practice could arise in the absence of an emotional variable; one could punish objectionable behavior simply to reduce the probability that it will recur.</p>
	<p>The agency may work through emotional variables – for example, by generating resentment or indignation with respect to dishonesty, theft, or murder – or through operant reinforcement by appeal to the consequences.</p>
327	<p>The control exercised by the group works to at least the temporary disadvantage of the individual. The man who has been positively reinforced for giving his possessions and services to others may find himself thoroughly despoiled. The group has generated behavior which, although it achieves the positive reinforcement accorded good behavior, also creates strongly aversive conditions for the individual. Among the forms of good behavior strengthened by the community are practices of self-control in which behavior which might result in extensive reinforcement is weakened. That the individual suffers when bad behavior is punished is more obvious. Punishment itself is aversive, and behavior which works to the advantage of the individual at the expense of others is, temporarily at least, suppressed. Punishment is also the principal variable responsible for the behavior of self-control, which, as we have just seen, also reduces primary reinforcement.</p>
	<p>In short, the effect of group control is in conflict with the strong primarily reinforced behavior of the individual. Selfish behavior is restrained, and altruism encouraged. But the individual gains from these practices because he is part of the controlling group with respect to every other individual. He may be subject to control, but he engages in similar practices in controlling the behavior of others. Such a system may reach a "steady state" in which the individual's advantages and disadvantages strike some sort of balance. In such a state a reasonable control over the selfish behavior of the individual is matched by the advantages which he gains as a member of a group which controls the same selfish behavior in others.</p>
327, 328	<p>The group seldom acts efficiently enough to press its advantage to the limit, and its full power is probably never felt. Classifications of behavior as "good," "bad," "right," or "wrong" are seldom clear-cut. And they are not consistently supported by all members of a group.</p>
328	<p>We define "good" and "bad," or "right" and "wrong," with respect to a particular set of practices. We account for the practices by noting the effects which they have upon the individual and in turn upon the members of the group, according to the basic processes of behavior.</p>
328, 329	<p>It has been argued that a particular form of individual behavior, or the controlling practice which produces it, is to be recommended if it can be shown to work for the "greatest good of the greatest number," to increase the "sum total of human happiness," to maintain the "equilibrium" of a group, and so on. The original problem remains, however, because we still have to justify the criteria. Why do we choose the greatest good or the sum total of human happiness or equilibrium as a basis for a definition? A science of behavior might be able to specify behavior which would or would not make for happiness, but the question remains whether it can decide that happiness is "best" in the</p>

	<p>ethical sense. Here again we may be able to show that practices which are justified in terms of happiness have consequences which are reinforcing to the proponents of such a justification. It is their happiness which is primarily affected. But this is also irrelevant to the ultimate effect of the classification.</p>
329	<p>Such a criterion as the "greatest good of the greatest number" represents a type of explanation, based upon the principle of maxima and minima, which has often proved useful in the physical sciences. In the field of behavior, however, the definition of what is being maximized or minimized is unsatisfactory—as we might suspect from the enormous amount of discussion which terms like "the greatest good" have provoked. Even if these terms could be defined, the practice of characterizing a controlling practice as maximizing or minimizing some such entity is very different from an analysis in terms of relevant variables. It is not impossible that the two could be shown to be compatible if physical dimensions could be assigned to the thing maximized, but this has not been done in the traditional study of ethics. The program of a functional analysis offers a course of action in which the problem of the definition of such entities may be avoided.</p>
<b>Capítulo: Government and Law</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
333	<p>The group exercises an ethical control over each of its members mainly through its power to reinforce or punish. The power is derived from sheer number and from the importance of other people in the life of each member. Usually the group is not well organized, nor are its practices consistently sustained. Within the group, however, certain controlling agencies manipulate particular sets of variables. These agencies are usually better organized than is the group as a whole, and they often operate with greater success.</p>
334, 335	<p>In discussing controlling agencies we are concerned specifically with certain kinds of power over variables which affect human behavior and with the controlling practices which can be employed because of this power.</p>
335	<p>A controlling agency, together with the individuals who are controlled by it, comprises a social system in the sense of Chapter XIX, and our task is to account for the behavior of all participants. We must identify the individuals composing the agency and explain why they have the power to manipulate the variables which the agency employs. We must also analyze the general effect on the controllee, and show how this leads to a return reinforcement which explains the continuing existence of the agency. All the preceding analysis is needed in doing this. The classification of controlling variables, the study of basic processes, and the analysis of complex arrangements of variables and of the interaction of two or more individuals in a social system are all indispensable.</p> <p>Perhaps the most obvious type of agency engaged in the control of human behavior is government.</p> <p>We shall be concerned here principally with the behavioral processes through which a government exercises control. We have to examine the resulting behavior of the governed and the effect of this behavior which explains why the agency continues to control.</p>



	<p>Narrowly defined, government is the use of the power to punish. Although this definition is sometimes offered as exhaustive, governmental agencies often resort to other kinds of control. The source of the power to punish determines the composition of the agency in the stricter sense.</p> <p>The strong or clever man is a sort of personal government whose power derives from his strength or skill. He may acquire henchmen who exercise the actual control over the group but who are in turn controlled by him through personal strength or skill.</p> <p>In the organized government of a modern state the specific task of punishment is assigned to special groups – the police and military.</p>
336	<p>Power which is derived from the "consent of the governed" also determines the composition of the appropriate agency.</p> <p>An adequate analysis of such a government would include a study of the techniques used by the individual in becoming a member of the agency and in maintaining himself as such.</p> <p>The individual must induce the group to assign governmental power to him, and once in office he must maintain his connection with this source.</p> <p>In the long run the power of a government which has the consent of the governed derives from a congruence of function between governmental and ethical control.</p> <p>Once an agency with a particular membership is in power, however, it may insure its own support through the use of the power to punish rather than through appeal to the congruence of its function with that of the ethical group.</p>
336, 337	<p>Where the group classifies behavior as "right" or "wrong" for purposes of ethical reinforcement, the governing agency adopts a distinction between "legal" and "illegal."</p>
337	<p>Under an absolute ruler behavior is illegal if it has aversive consequences for the agency. To the extent that the power of the government derives from the group, the definitions approach those of "right" and "wrong." Since the governmental agency operates principally through the power to punish, however, the emphasis is upon "wrong."</p> <p>A government which possesses only the power to punish can strengthen legal behavior only by making the removal of a threat of punishment contingent upon it. This is sometimes done, but the commoner technique is simply to punish illegal forms of behavior.</p> <p>Some governmental punishments consist of removing positive reinforcers – for example, dispossessing a man of property, fining him, taxing him punitively, or depriving him of contact with society through incarceration or banishment. Other common punishments consist of presenting negative reinforcers – for example, inflicting physical injury as in flogging, threatening injury or death, imposing a sentence at hard labor, exposing the individual to public ridicule in the stocks, and aversively stimulating the individual in minor ways as by requiring him to report in person to a police station where the principal punishment is simply the time and labor consumed in reporting. In practice, these punishments are made contingent upon particular kinds of behavior in</p>

	<p>order to reduce the probability that the behavior will occur again. A direct weakening as the opposite effect of reinforcement is, as we have seen, unlikely. Instead, conditioned aversive stimuli are produced, one effect of which resembles the "sense of shame" of group control. When this results from governmental punishment, the commoner term is "guilt." The process provides for the automatic reinforcement of responses which are incompatible with illegal behavior. As the net effect of governmental control, then, illegal behavior comes to generate aversive stimuli which make the individual "feel guilty" and which provide for the automatic positive reinforcement of behaving legally.</p>
337, 338	<p>A controlling technique usually associated with an emphasis upon punishment is the establishment of obedient behavior. This is often a characteristic of personal control.</p>
	<p>It is a staple product of governmental control. In the broadest sense the controlled individual is obedient to the dictates of the agency if he behaves in conformity with its controlling practices, but there is a special form of obedience in which a particular response is brought under the control of a verbal command. As a verbal stimulus a command serves a double function. It specifies behavior to be carried out, and it generates an aversive condition from which only that behavior will bring escape.</p>
338	<p>A selected repertoire of responses is brought under the control of appropriate verbal stimuli, which may then be used to time or otherwise coordinate the behavior of the members of a group.</p>
	<p>Any behavior commanded by the government – in actual fact by "persons in authority" who are able to exert governmental control – is eventually carried out within the range of the verbal history of the individual. The group exercises a control of this sort to the extent that the imperative mood prevails in everyday discourse. By establishing obedient behavior, the controlling agency prepares for future occasions which it cannot otherwise foresee and for which an explicit repertoire cannot, therefore, be prepared in advance.</p>
	<p>An important point in the development of a governmental agency is the codification of its controlling practices.</p>
	<p>A law usually has two important features. In the first place, it specifies behavior. The behavior is usually not described topographically but rather in terms of its effect upon others – the effect which is the object of governmental control.</p>
	<p>In the second place, a law specifies or implies a consequence, usually punishment. A law is thus a <i>statement of a contingency of reinforcement maintained by a governmental agency</i>.</p>
339	<p>Laws are thus both descriptions of past practices and assurances of similar practices in the future. A law is a rule of conduct in the sense that it specifies the consequences of certain actions which in turn "rule" behavior.</p>
	<p>The governmental agency may codify its controlling practices and maintain the contingencies thus set forth, but it seldom attempts to make the code effective in any other way.</p>
	<p>Parents and friends establish minor contingencies which keep behavior within legal bounds, and the governmental function may also be actively</p>

	supported by the ethical group and by religious and educational institutions with their appropriate techniques.
339, 340	The governmental agency often conceals its neglect of this important step in control by claiming to have an educational effect. The individual is said to be affected by witnessing the punishment of others. But the effect of punishment as a deterrent to those who are not themselves punished is neither simple nor inevitable. The question is not peculiar to governmental contingencies.
340	A man who has observed illegal behavior and the punishment contingent upon it may act to keep himself from such behavior and to prevent others from behaving in the same way. In doing so, he supports governmental control.
341	Government and law depend upon the circumstances of a given culture or epoch.
345	The ultimate weakness of punishment as a technique of control has been known for a long time. Unfortunately, alternative techniques require a different kind of governmental power and a better understanding of human behavior. Ethical control by the group has moved only very slowly from coercive techniques, in which the individual is forced to behave in conformity with the interests of others, to techniques in which "good" is more important than "bad."
	Since governmental agencies have been particularly committed to the use of punishment, the change to other forms of control has been especially slow.
	Modern governments, however, have it in their power to use other techniques and do so extensively.
	The citizen is thus induced to act legally rather than deterred from acting illegally.
346	These practices lead eventually to far more effective behavior than coercion.
	When a governmental agency turns to auxiliary techniques which are not based upon punishment, the concept of man as a "responsible agent" falls into disuse. This is additional proof that the concept serves merely to rationalize the use of punishment as a technique of control.
	Government and governed compose a social system in the sense of Chapter XIX.
346, 347	The government manipulates variables which alter the behavior of the governed and is defined in terms of its power to do so. The change in the behavior of the governed supplies a return reinforcement to the government which explains its continuing function. A given system may be as simple as a strong man taking property from the weaker members of a group or as complex as a modern government embarking upon an educational program which will generate the skilled manpower it needs.
	Such a system is inherently unstable, again in the sense of Chapter XIX, since the power of the agency increases with each interchange.
347	In fact, the growth of power accelerates as control becomes more and more effective. Other things being equal, governments grow stronger in the act of governing. When the strong man coerces others to engage in control in his interest, his total power is increased.

	<p>The process cannot go on indefinitely, however. One limit, which arises within the system itself, is the simple exhaustion of the resources of the governed. This is exemplified in the ultimate failure of the tyrannical exploitation of a people. Excessive control also generates behavior on the part of the controllee in the form of escape, revolt, or passive resistance.</p>
348	<p>Governments have traditionally been evaluated in terms of their effects in promoting several principles. We have seen that one of these – justice – is appropriate to the narrower definition of government as the power to punish. It is punishment which is administered with justice, and a government which is successful in balancing aversive consequences is said to "maximize justice."</p> <p>Another principle commonly appealed to is freedom. That government is said to be best which governs least. The freedom which is maximized by a good government is not, however, the freedom which is at issue in a science of behavior. Under a government which controls through positive reinforcement the citizen feels free, though he is no less controlled. Freedom from government is freedom from aversive consequences.</p> <p>Another principle currently in fashion is security.</p>
348, 349	<p>A government increases security by arranging an environment in which many common aversive consequences do not occur, in which positive consequences are easily achieved, and in which extreme states of deprivation are avoided.</p>
349	<p>The "right" of a ruler was an ancient device for explaining his power to rule. "Human rights" such as justice, freedom, and security are devices for explaining the countercontrol exercised by the governed. A man has his rights in the sense that the governing agency is restricted in its power to control him. He asserts these rights along with other citizens when he resists control. "Human rights" are ways of representing certain effects of governing practices – effects which are in general positively reinforcing and which we therefore call good.</p> <p>It is commonly believed that justice, freedom, security, and so on refer to certain more remote consequences in terms of which a form of government may be evaluated.</p>
<b>Capítulo: Religion</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
350	<p>It is not the technique of control but the ultimate effect upon the group which leads us to approve or disapprove of any practice.</p>
351	<p>In operant behavior a single instance of a response which is followed by a reinforcing event may be strengthening, and the effect may survive for a long time even though the same consequence never occurs again. Verbal behavior is especially likely to show this sort of "magic" because of the lack of a mechanical connection between response and reinforcement.</p> <p>A prototype of religious control arises when rare or accidental contingencies are used in controlling the behavior of others.</p> <p>We blame him in order to alter his future behavior – to make him less likely to dawdle, and we achieve this by converting an unrelated event</p>

	into an effective punishing consequence through certain verbal processes.
351, 352	We also affect the behavior of others by using accidental reinforcing consequences of a positive sort.
352	Perhaps it is a far cry from these selfish practices to those of the organized religious agency, but the same techniques appear to be exemplified. The control which defines a religious agency in the narrowest possible sense derives from a claimed connection with the supernatural, through which the agency arranges or alters certain contingencies involving good or bad luck in the immediate future or eternal blessedness or damnation in the life to come. Such a controlling agency is composed of those who are able to establish their claim to the power to intervene supernaturally. The agency may consist of a single individual, such as the tribal medicine man, who resorts to demonstrations of magic to prove his power to bring good luck or bad, or of a well-organized church with documented proof that the power to intervene in the arrangement of reinforcing contingencies has been vested in it by supernatural authority.
	The principal technique is an extension of group and governmental control. Behavior is classified, not simply as "good" and "bad" or "legal" and "illegal," but as "moral" and "immoral" or "virtuous" and "sinful." It is then reinforced or punished accordingly.
352, 353	Traditional descriptions of Heaven and Hell epitomize positive and negative reinforcement.
353	The reinforcers portrayed in Heaven and Hell are far more powerful than those which support the "good" and "bad" of the ethical group or the "legal" and "illegal" of governmental control, but this advantage is offset to some extent by the fact that they do not actually operate in the lifetime of the individual. The power achieved by the religious agency depends upon how effectively certain verbal reinforcements are conditioned – in particular the promise of Heaven and the threat of Hell. Religious education contributes to this power by pairing these terms with various conditioned and unconditioned reinforcers which are essentially those available to the ethical group and to governmental agencies.
	In actual practice a threat to bar from Heaven or to consign to Hell is made contingent upon sinful behavior, while virtuous behavior brings a promise of Heaven or a release from the threat of Hell. The last is a particularly powerful technique. The agency punishes sinful behavior in such a way that it automatically generates an aversive condition which the individual describes as a "sense of sin."
353, 354	The agency then provides escape from this aversive condition through expiation or absolution and is thus able to supply a powerful reinforcement for pious behavior.
354	Other techniques are, of course, encountered in religious control. Insofar as the agency controls other variables, it can use other processes. It may acquire wealth and operate eventually through economic control (Chapter XXV). It may train and support teachers to achieve educational control (Chapter XXVI). It may utilize ethical or governmental techniques in addition to those within its own sphere (Chapters XXI and



	XXII). This is especially likely when its controlling practices coincide with those of the group as a whole.
	The use of physical restraint by a religious agency is exemplified by actual incarceration, as in the treatment of women in Moslem countries. Relevant environmental conditions are manipulated when the stimuli which elicit or set the occasion for sinful behavior are weakened or removed and when the stimuli which elicit or serve as the occasion for virtuous behavior are pointed up. Suggested regimens of simple fare, unsexuctive clothing, limited personal contact, and the other features of the cloister or the "sheltered life" follow this pattern. Religious agencies are likely to favor censorship of movies, plays, and books, the enforcement of laws governing modesty of dress, the prohibition of the sale of alcoholic beverages, and so on, because these measures reduce occasions for sinful behavior. Satiation and deprivation also are manipulated.
354, 355	Since emotion is usually an important means of religious control, respondent conditioning is important. Religious art, music, and pageantry generate emotional responses by portraying the suffering of martyrs, the torments of the damned, the tender emotions of the family, and so on. These responses are transferred to stimuli, verbal or nonverbal, which are later used by the agency for purposes of control.
355	<p>Many religious agencies make no claim to be able to intervene in the arrangement of reinforcements. The agency may accept the existence of supernatural reinforcing events—for example, Heaven and Hell – but may claim only to be able to prescribe a course of action upon which they are contingent. The attainment of Heaven or Hell is said to depend upon the behavior of the individual alone. The agency controls the communicant, not by manipulating contingencies of reinforcement, but by making certain real or claimed contingencies more effective. Its techniques then resemble those of the counselor (Chapter XXIV) or teacher (Chapter XXVI). Such an agency is composed of those who establish their claim to the knowledge of such a way of life and who exercise that claim for purposes of control.</p> <p>Still other religious agencies make no appeal to supernatural events whatsoever. Their techniques are scarcely to be distinguished from those of the ethical group. The agency simply furthers ethical control in encouraging good behavior and discouraging bad. It functions as counselor or teacher in demonstrating certain contingencies between "good" or "bad" behavior and natural consequences. A way of life is set forth which "brings its own reward."</p>
356	<p>Variables are manipulated in ethical control because of some current threat to the welfare of a member of the group, but the religious agency maintains its practices according to more enduring criteria of virtuous and sinful behavior. Where eating and drinking may be restricted by ethical reinforcement only when they work to the momentary disadvantage of others, religious control may establish much narrower limits by classifying gluttony as a deadly sin and temperance as a cardinal virtue.</p> <p>The religious agency usually establishes a repertoire of obedience for future use, and it may also set up extremely powerful self-control to</p>

	guarantee a measure of controlled behavior in the absence of the religious agent. The latter is one of the consequences of an emphasis on punishment.
356, 357	Because the control is often exerted more powerfully than by the group, the religious conscience or superego often speaks in a louder voice than the ethical. Extreme measures of selfrestraint are sometimes enjoined. The individual may confine himself to restricted diets, enter upon periods of fasting, engage in certain exercises or adopt certain postures, or take certain drugs – all because of the resulting change in his dispositions to act in virtuous or sinful ways.
357	The controlling relations which hold the religious agency together as an effective unit do not account for the ultimate form of control, nor would they explain the agency which has only one member. To account for the existence and maintenance of the agency as a whole we turn to external variables. If the agency serves the group by extending ethical control, the agency may be explained by the support which the group gives it. There is another possible interpretation of the behavior of some religious agents. When an individual is conditioned through ethical and religious practices to "avoid temptation" – to eliminate stimuli which would otherwise be conducive to wrong or sinful behavior – his efforts may be so extensive that they affect other people as well.
	An agency always operates within certain limits. The religious agency may come into conflict with other religious agencies attempting to control the same people or with governmental agencies with different programs of control.
358	Another limit is internal. It is imposed by the extent to which the controllee will submit to control. The claim to supernatural intercession supplies a powerful technique. Religious agencies, like all other agencies here being considered, have sometimes used their power for personal or institutional advantages – to build organizations, to accumulate wealth, to punish those who do not come under control easily, and so on. From time to time this has given rise to measures of countercontrol which have restricted the scope of the agency. The religious controllee may simply leave the sphere of control of the agency, he may question the reality of claimed contingencies, he may attack the agency by establishing a rival agency, and so on.
<b>Capítulo: Psychotherapy</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
359	The control exercised by the group and by religious and governmental agencies, as well as by parents, employers, associates, and so on, restricts the selfish, primarily reinforced behavior of the individual. It is exercised for just that reason. Certain by-products, however, are not to the advantage of the controller and are often harmful both to the individual and to the group. These are especially likely to be encountered when the control is excessive or inconsistent. Escape. The individual may simply run away from the controller. Revolt. The individual may counterattack the controlling agent.
360	Passive resistance. Another result, far less easily described, consists of simply not behaving in conformity with controlling practices. This often

	<p>follows when the individual has been extinguished in efforts to escape or revolt.</p> <p>The controlling agency usually deals with these by-products by intensifying its practices.</p> <p>The agency may also meet this problem by preparing the individual in advance to control his own tendencies to escape, revolt, or strike. It classifies these types of behavior as wrong, illegal, or sinful, and punishes accordingly. As a result any tendency on the part of the individual to escape, revolt, or strike generates aversive self-stimulation, a reduction in which may reinforce behavior acceptable to the agency.</p>
361	<p>The by-products of control which incapacitate the individual or are dangerous either to the individual or to others are the special field of psychotherapy. We shall discuss this as a kind of controlling agency. Among the kinds of behavior which it treats we may distinguish certain effects primarily in the field of emotion and others in operant behavior.</p> <p>Fear. The controlling practice which leads the individual to escape also gives rise to the emotional pattern of fear. Reflex responses in glands and smooth muscles are first elicited by the aversive stimuli used in punishment and later by any stimuli which have occurred at the same time. These responses may be accompanied by a profound change in operant behavior – an increase in the strength of any behavior which has led to escape and a general weakening of other forms.</p> <p>When the stimuli which have this effect are supplied by the punishing agent, the individual suffers from an excessive fear of his father, the police, God, and so on. When they arise from the occasion upon which punished behavior has occurred, the individual is afraid of such occasions.</p>
362	<p>Anxiety. A common accompaniment of avoidance or escape is anxiety. As we saw in Chapter XI, fear of a future event may be aroused by specific stimuli which have preceded punishing events or by features of the general environment in which such events have occurred.</p> <p>Anger or rage. The emotional pattern which accompanies revolt includes responses of glands and smooth muscles and a well-marked effect upon operant behavior which includes a heightened disposition to act aggressively toward the controlling agent and a weakening of other behavior. The emotion may be displaced from the controlling agent to other people or to things in general.</p> <p>Depression. Emotional responses associated with passive resistance are of several kinds.</p>
363	<p>Control through punishment may also have unforeseen effects upon operant behavior. The process of self-control miscarries when the individual discovers ways of avoiding aversive self-stimulation which prove eventually to be ineffective, troublesome, or dangerous. Emotional reactions may be involved, but we are concerned here with the operant effect only.</p> <p>Drug addiction as a form of escape. Certain drugs provide a temporary escape from conditioned or unconditioned aversive stimulation as well as from accompanying emotional responses.</p>



364	Excessively vigorous behavior. The individual may show an unusually high probability of response which is not "well adapted to reality" in the sense that the behavior cannot be accounted for in terms of current variables. It can sometimes be explained by pointing to an earlier history of control. When effective escape is impossible, for example, a highly aversive condition may evoke ineffective behavior in the form of aimless wandering or searching. Simple "nervousness" is often of this sort. The individual is uneasy and cannot rest, although his behavior cannot be explained plausibly in terms of its current consequences.
365	<p>Excessively restrained behavior. The special caution with which one drives a car after an accident or near accident may also be generated by the aversive events used in control. Repeated punishment may produce an inhibited, shy, or taciturn person.</p> <p>Defective stimulus control. When behavior has been severely punished, either by a controlling agency or by the physical environment, the individual may come to make ineffective or inaccurate discriminative responses. A stimulus similar to that which evoked the punished behavior may evoke no response whatsoever. When the stimulus pattern is complex, we say that the individual "refuses to face the facts."</p>
366	<p>Defective self-knowledge. The individual may also react defectively to stimuli generated by his own behavior.</p> <p>Aversive self-stimulation. One may injure oneself or arrange to be injured by others. One may also deprive oneself of positive reinforcers or arrange to be so deprived by others. These consequences may or may not be contingent upon behavior in the form of punishment, and we have seen that the effect of the contingency is, in any case, not clear. Such self-stimulation is explained if it can be shown that the individual thus avoids even more aversive consequences.</p>
367	Behavior which is inconvenient or dangerous to the individual himself or to others often requires "treatment." Formerly this treatment was left to friends, parents, or acquaintances, or to representatives of controlling agencies. In simple "good advice" a course of action which should have advantageous consequences is recommended, A great deal of casual therapy is prescribed in proverbs, folklore, and other forms of lay wisdom.
367, 368	Psychotherapy represents a special agency which concerns itself with this problem. It is not an organized agency, like a government or religion, but a profession, the members of which observe more or less standardized practices. Psychotherapy has already become an important source of control in the lives of many people, and some account is therefore required here.
368	<p>Diagnosis. The psychotherapist must of course know something about the patient whom he is treating. He must have certain information about his history, about the behavior which calls for treatment, and about the current circumstances in which the patient lives.</p> <p>The collecting of facts is only the first step in a scientific analysis. The demonstrating of functional relationships is the second. When the independent variables are under control, such relationships lead directly to control of the dependent variable. In the present case, control means</p>

	therapy. An adequate science of human behavior should make perhaps a greater contribution to therapy than to diagnosis.
369	<p>Therapy. The initial power of the therapist as a controlling agent arises from the fact that the condition of the patient is aversive and that any relief or promise of relief is therefore positively reinforcing.</p> <p>In addition the therapist may use variables which are available to him in personal control or as a member of the ethical group or which derive from his resemblance to members of the patient's family or to governmental or religious agents who have already established control in other ways.</p>
369, 370	Once the therapist has acquired the necessary control, he may also suggest schedules or routines which affect levels of deprivation or satiation, which arrange for the presentation of stimuli leading to the conditioning or extinction of emotional reflexes, which eliminate stimulating situations having unfortunate consequences, and so on. These schedules, adopted first because of the verbal control of the therapist, eventually acquire other sources of strength if their effect upon the condition of the patient is reinforcing.
370	<p>From the point of view of the patient, the therapist is at first only one more member of a society which has exerted excessive control. It is the task of the therapist to establish himself in a different position. He therefore consistently avoids the use of punishment.</p> <p>As the therapist gradually establishes himself as a nonpunishing audience, behavior which has hitherto been repressed begins to appear in the repertoire of the patient.</p>
371	<p>The appearance of previously punished behavior in the presence of a nonpunishing audience makes possible the extinction of some of the effects of punishment. This is the principal result of such therapy.</p> <p>Stimuli which are automatically generated by the patient's own behavior become less and less aversive and less and less likely to generate emotional reactions. The patient feels less wrong, less guilty, or less sinful. As a direct consequence he is less likely to exhibit the various forms of operant behavior which, as we have seen, provide escape from such self-generated stimulation.</p> <p>The principal technique of psychotherapy is thus designed to reverse behavioral changes which have come about as the result of punishment. Very frequently this punishment has been administered by religious or governmental agencies. There is, therefore, a certain opposition between psychotherapy and religious and governmental control. The opposition is also seen when the psychotherapist advocates changes in established controlling techniques.</p>
372	<p>In avoiding the by-products of excessive control, he may reinstate a certain amount of selfish behavior in the individual by weakening the aversive stimulation which results from religious or governmental control; but he will agree that selfish behavior must be suppressed by the group and by agencies operating within and for the group, and he must prepare his patient to accept this control.</p> <p>The techniques available to religious and governmental agencies are extremely powerful, and they are frequently misused with disadvantageous results both to the individual and to the group. Some</p>

	degree of countercontrol on the part of psychotherapy or some similar agency is therefore often needed.
375	Freud's conceptions of mental disease and therapy were closely related to his conception of a mental life. Psychoanalysis was regarded as depth psychology, concerned with discovering inner and otherwise unobservable conflicts, repressions, and springs of action. The behavior of the organism was often regarded as a relatively unimportant by-product of a furious struggle taking place beneath the surface of the mind. A wish which has been repressed as the result of aversive consequences struggles to escape.
375, 376	The present view of therapy is quite different. The Freudian wish is a device for representing a response with a given probability of occurrence. Any effect of "repression" must be the effect of the variables which have led either to the response itself or to the repressing behavior. We have to ask why the response was emitted in the first place, why it was punished, and what current variables are active. The answers should account for the neurotic behavior. Where, in the Freudian scheme, behavior is merely the symptom of a neurosis, in the present formulation it is the direct object of inquiry.
378, 379	Therapy does not consist of releasing a trouble-making impulse but of introducing variables which compensate for or correct a history which has produced objectionable behavior. Pent-up emotion is not the cause of disordered behavior; it is part of it.
379	When the difficulty cannot be traced to the excessive use of punishment or to other aversive circumstances in the history of the individual, different therapeutic techniques must be developed.
382	Therapy consists, not in getting the patient to discover the solution to his problem, but in changing him in such a way that he is able to discover it.
383	At certain stages in psychotherapy the therapist may gain a degree of control which is more powerful than that of many religious or governmental agents. There is always the possibility, as in any controlling agency, that the control will be misused. The countercontrol which discourages the misuse of power is represented by the ethical standards and practices of the organized profession of psychotherapy. The danger of misuse may, as we shall see in Chapter XXIX, explain the current popularity of theories of psychotherapy which deny that human behavior can in the last analysis be controlled or which deliberately refuse to accept responsibility for control.
<b>Capítulo: Economic control</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
384	We turn now to the use of positive reinforcement in the practical control of behavior. This consists in general of the presentation of food, clothing, shelter, and other things which we call "goods." The etymology is significant. Like the behavior of the individual which is positively reinforcing to the group, goods are "good" in the sense of being positively reinforcing. We sometimes speak of them also as "wealth." This term has a similar etymological connection with positive reinforcement, but it also includes generalized conditioned reinforcers,

	<p>such as money and credit, which are effective because they may be exchanged for goods.</p> <p>As a simple example of economic control an individual is induced to perform labor through reinforcement with money or goods. The controller makes the payment of a wage contingent upon the performance of work.</p>
385	<p>Payment is contingent upon the verbal stimulus of the promise to pay and upon a correspondence between the topography of the behavior and certain verbal specifications.</p>
388	<p>The supervisor or "boss" is a source of aversive stimulation contingent upon any behavior which falls below certain specifications, including a minimum rate of production. Some of the power available to the supervisor may be derived from his position in the ethical group – he may condemn laziness or poor work as bad or something to be ashamed of – but insofar as he "can't do any worse than fire a man," his main aversive stimulation is the threat of dismissal. Wages serve in such a case simply to create a standard economic condition which may be withdrawn aversively.</p> <p>The use of an aversive boss is an excellent example of the general principle that when punishment is abandoned in favor of positive reinforcement, there is a tendency to turn to other forms of aversive control. The threat of withholding an accustomed positive reinforcement is always available for this purpose. Payment of wages is an obvious advance over slavery, but the use of a standard wage as something which may be discontinued unless the employee works in a given manner is not too great an advance.</p>
390	<p>It is now generally recognized that the employee seldom works "just for the money." The employer who relies exclusively on economic control overlooks the fact that the average worker is reinforced in other ways. The individual craftsman not only constructs something which he can sell for money, he is reinforced by his success in dominating the medium in which he works and in producing an article for which he receives approval. These additional reinforcements may have a substantial effect in sustaining his level of work.</p>
391	<p>That part of the behavior of the worker which is under economic control generates aversive stimuli – from the nature of the work itself or from the fact that it prevents the worker from engaging in activities which would be reinforcing in other ways.</p>
400	<p>The power to wield economic control naturally rests with those who possess the necessary money and goods. The economic agency may consist of a single individual, or it may be as highly organized as a large industry, foundation, or even government. It is not size or structure which defines the agency as such, but the use to which the economic control is put. The individual uses his wealth for personal reasons, which may include the support of charities, scientific activities, artistic enterprises, and so on. The eleemosynary foundation is engaged in disposing of wealth in support of specified activities. Religious and governmental agencies frequently, as we have seen, use this supplementary technique for their special purposes.</p>

	<p>If there is any special economic agency as such, it is composed of those who possess wealth and use it in such a way as to preserve or increase this source of power. Just as the ethical group is held together by the uniformity of the aversive effect of the behavior of the individual, so those who possess wealth may act together to protect wealth and to control the behavior of those who threaten it. To that extent we may speak of the broad economic agency called "capital." The study of such an agency requires an examination of the practices which represent concerted economic control and of the return effects which support these practices.</p> <p>As in religious, governmental, or psychotherapeutic control, economic power may be used to further the special interests of those who possess it.</p>
401	The group as a whole usually condemns the excessive use of wealth as bad or wrong, and classifies the charitable use of wealth as good or right.
<b>Capítulo: Education</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
402	<p>Education is the establishing of behavior which will be of advantage to the individual and to others at some future time. The behavior will eventually be reinforced in many of the ways we have already considered; meanwhile reinforcements are arranged by the educational agency for the purposes of conditioning. The reinforcers it uses are artificial, as such expressions as "drill," "exercise," and "practice" suggest.</p> <p>Education emphasizes the acquisition of behavior rather than its maintenance. Where religious, governmental, and economic control is concerned with making certain kinds of behavior more probable, educational reinforcement simply makes special forms more probable under special circumstances</p>
403	<p>The immediate family functions as an educational agency in teaching the child to walk, to talk, to play, to eat in a given way, to dress himself, and so on. It uses the primary reinforcers available to the family: food, drink, and warmth, and such conditioned reinforcers as attention, approval, and affection. The family sometimes engages in education for obvious reasons – for example, because the child is converted into a useful member.</p> <p>This fact appears to depend upon the culture. The individual continues to receive many forms of casual instruction from members of the group outside his family, where the variables available to the group are similar to those in ethical control (Chapter XXI). Certain forms of behavior are classified as good or right and others as bad or wrong and are reinforced accordingly. It is not always clear why this is done, however. An extension of ethical control to education may, like family pride, have special advantages for the group, in which case it can be explained only through an analysis of cultural practices (Section VI).</p>
404	Education is a profession, the members of which engage in education primarily because of economic reinforcement. As in many other professions, reinforcements supplied by the ethical group are also often important: teaching is not only a way of earning a living, it is "a good thing to do."



	<p>Aside from any immediate return we have to note the possible long-term effect of education. Like family pride or education by members of the group, the explicit educational institution may be explained by a different sort of consequence to the group to be considered in Section VI.</p>
405	<p>The reinforcers used by established educational institutions are familiar: they consist of good grades, promotions, Phi Beta Kappa keys, diplomas, degrees, and medals, all of which are associated with the generalized reinforcer of approval.</p>
	<p>The educational agency usually wields no economic power itself, however, except for prizes, fellowships, and scholarships. Some reinforcers may be available in the form of privileges. The institution may also have the support of the family which makes primary or conditioned reinforcers contingent upon a level of scholastic achievement – for example, by granting a special allowance to the student who maintains a certain average.</p>
	<p>Extreme forms of physical punishment have now been generally abandoned, but we have noted the general rule that when one aversive consequence is dropped, another is often created to take its place. Just as wages paid on a fixed-interval schedule may eventually be used to supply aversive stimulation in the form of a threat of dismissal, so the teacher of small children who does not spank may nevertheless threaten to withdraw approval or affection in a form of aversive control. In the same way, the positive reinforcers available to schools and colleges are often used as the basis for conditioned aversive stimulation in the form of a threat of failure or dismissal.</p>
405, 406	<p>By-products of control through punishment have always been conspicuous features of educational institutions. Hell-raising, riots, hazings, and truancy are forms of counteraggression or escape which follow the analysis of Chapter XXIV.</p>
406	<p>But one mode of control cannot be given up until something else is ready to take its place, and there is evidence that the educational institution at the moment lacks adequate control.</p>
	<p>Educational institutions have, therefore, turned to alternative methods of control.</p>
	<p>The term "progressive education" roughly describes a concerted effort to find substitutes for the spurious reinforcements of educational control. Consequences of the sort which will eventually govern the behavior of the student are brought into the educational situation.</p>
407	<p>In progressive education, these "natural" or "functional" reinforcements are employed by the educational agency as soon as possible.</p>
	<p>The conditioned reinforcers of the educational agency may be made more effective by pointing up the connection with natural contingencies to be encountered later. By informing the student of the advantages to be gained from education, education itself may be given reinforcing value. Many educational institutions have therefore turned to counseling and various forms of therapy as auxiliary techniques.</p>
	<p>When educational reinforcements are made contingent upon topographical or intensive properties of behavior, the result is called <i>skill</i>.</p>

408	<p>Knowledge. The entity which is traditionally said to be maximized by education is called "knowledge." The term refers to some of the most complex kinds of human behavior, and it is therefore not surprising that it has seldom been clearly defined or effectively employed in evaluating educational practices. We sometimes use the term to represent simply the probability of skilled behavior.</p> <p>Usually, however, knowledge refers to a controlling relation between behavior and discriminative stimuli. The response may be skilled, but we are concerned primarily with whether it will be made upon the proper occasion.</p> <p>Most knowledge acquired in education is verbal. The stimuli which constitute the appropriate occasions may be verbal or nonverbal.</p>
409, 410	<p>A verbal repertoire also gains importance from the fact that it may have concurrent effects upon other behavior of the individual. One such effect is most easily observed when the verbal repertoire and the change in behavior are located in different organisms. The speaker has many effects upon the listener. One of these may conveniently be called "instruction." The verbal stimulus generated by the speaker alters the probability of a verbal or nonverbal response in the listener.</p>
410	<p>An educational institution often directly instructs the student in this sense, but it usually functions by establishing a complex verbal repertoire which the student later uses in what may be called selfinstruction. The speaker and the listener now inhabit the same skin.</p>
410, 411	<p>If we take knowledge to include not only a repertoire as such, but all the effects which the repertoire may have upon other behavior, then the acquisition of knowledge in education is obviously far more than rote learning. Moreover, the educational institution does more than impart knowledge even in this broad sense. It teaches the student to <i>think</i>, in the sense of Chapter XVI. It establishes a special repertoire which has as its effect the manipulation of variables which encourage the appearance of solutions to problems.</p>
411	<p>Those who are in ultimate control – for example, those who supply the institution with money – may insist that the curriculum be closely followed. The college supported by a religious agency engages in appropriate religious instruction and must not establish behavior opposed to the interests of the agency. Schools supported by a government may be asked to apply their educational techniques in supporting the government and to avoid any education which conflicts with governmental techniques of control or threatens the sources of governmental power.</p>
412	<p>Since other types of agencies also engage in educational control, they often enlist the services of the educational institution. Economic and religious agencies sometimes supply materials for school use which encourage education in line with economic or religious control.</p>
<b>Capítulo: Culture and control</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
415	<p>In addition to the ethical behavior discussed in Chapter XXI the individual acquires from the group an extensive repertoire of manners and customs. What a man eats and drinks and how he does so, what sorts of sexual behavior he engages in, how he builds a house or draws a</p>

	<p>picture or rows a boat, what subjects he talks about or remains silent about, what music he makes, what kinds of personal relationships he enters into and what kinds he avoids – all depend in part upon the practices of the group of which he is a member.</p>
	<p>Behavior comes to conform to the standards of a given community when certain responses are reinforced and others are allowed to go unreinforced or are punished. These consequences are often closely interwoven with those of the nonsocial environment.</p>
416	<p>The educational contingencies established by the group are still another source of difference. The individual- is reinforced with approval when he adopts certain grips, postures, kinds of strokes, and so on, and punished with criticism when he adopts others. These variables are especially important in determining the "style" which eventually becomes characteristic of a group.</p> <p>The contingencies to be observed in the social environment easily explain the behavior of the conforming individual. The problem is to explain the contingencies. Some of these are arranged for reasons which have no connection with the effect of customs or manners upon the group. The community functions as a reinforcing environment in which certain kinds of behavior are reinforced and others punished, but it is maintained as such through other return benefits. Verbal behavior is a good example. In a given community certain vocal responses are characteristically reinforced with food, water, and other services or objects.</p>
417	<p>But why is such deviant behavior aversive? Why should the group call an ungrammatical response "wrong" if the response is not actually ambiguous? Why should it protest unconventional modes of dress or rebuke a member for unconventional table manners? One classical answer is to show that a given form of deviant behavior must have been aversive for good reason under an earlier condition of the group.</p>
417, 418	<p>According to Veblen we do not necessarily wear "dress" clothes or speak useless languages because the clothes are beautiful or the languages "cultured," but because we are then accepted by a group in which these achievements are a mark of membership and because we gain prestige in controlling those who are unable to behave in the same way.</p>
418	<p>Perhaps the simplest explanation of the differential reinforcement of conforming behavior is the process of induction. The forces which shape ethical behavior to group standards are powerful. The group steps in to suppress lying, stealing, physical assault, and so on, because of immediate consequences to its members. Its behavior in so doing is eventually a function of certain characteristic features of the "good" and "bad" behavior of the controlled individual. Among these is lack of conformity to the general behavior of the group. There is thus a frequent association of aversive properties of behavior with the property of nonconformance to a standard. Nonconforming behavior is not always aversive, but aversive behavior is always nonconforming. If these properties are paired often enough, the property of nonconformance becomes aversive. "Right" and "wrong" eventually have the force of "conforming" and "nonconforming." Instances of behavior which are</p>



	nonconforming but not otherwise aversive to the group are henceforth treated as if they were aversive.
418, 419	As each individual comes to conform to a standard pattern of conduct, he also comes to support that pattern by applying a similar classification to the behavior of others. Moreover, his own conforming behavior contributes to the standard with which the behavior of others is compared. Once a custom, manner, or style has arisen, therefore, the social system which observes it appears to be reasonably self-sustaining.
419	A social environment is usually spoken of as the "culture" of a group. The term is often supposed to refer to a spirit or atmosphere or something with equally nonphysical dimensions. Our analysis of the social environment, however, provides an account of the essential features of culture within the framework of a natural science. It permits us not only to understand the effect of culture but, as we shall see later, to alter cultural design.
	In the broadest possible sense the culture into which an individual is born is composed of all the variables affecting him which are arranged by other people. The social environment is in part the result of those practices of the group which generate ethical behavior and of the extension of these practices to manners and customs. It is in part the accomplishment of all the agencies considered in Section V and of various subagencies with which the individual may be in especially close contact.
	It is not, however, unitary. In any large group there are no universally observed contingencies of control. Divergent customs and manners often come into conflict.
	Different institutions or agencies of control may operate in conflicting ways.
420	A given social environment may change extensively in the lifetime of a single individual, who is then subjected to conflicting cultures. In America, important changes have recently taken place in the techniques used to control sexual behavior.
424	When certain features of the social environment are peculiar to a given group, we expect to find certain common characteristics in the behavior of its members. A common culture should lead to a common "character."
	The concept of a group or cultural character, however, has all the dangers inherent in any system of typology. There is always a tendency to argue that, because individuals are similar in one respect, they are similar in others also. Although certain features of behavior may differ consistently between cultures, there are also great differences among the individuals in a given group. We have seen that a social environment is never wholly consistent.
<b>Capítulo: Designing a culture</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
426	The social environment of any group of people is the product of a complex series of events in which accident sometimes plays a prominent role. Manners and customs often spring from circumstances which have little or no relation to the ultimate effect upon the group.

	<p>The origins of more explicit controlling practices may be equally adventitious.</p> <p>Other fortuitous factors are introduced when different cultures intermingle or when a culture survives important changes in the nonsocial environment. A cultural practice is not the less effective in determining the behavior characteristic of a group because its origins are accidental.</p>
427	<p>In many cultural groups we observe practices which might be described as "making changes in practice." The great religious books supply many examples of the deliberate construction of a social environment.</p> <p>In governmental control, the enactment of a law usually establishes new cultural practices, and a constitution is a similar undertaking on a broader scale. Experimental curricula in schools and colleges and books on child care which recommend substantial changes in family practices are attempts to manipulate important parts of a culture. The social environment is changed to some extent when a new technique of psychotherapy is derived from a theory or from an experimental study of human behavior. Social legislation creates an experimental environment in which behavior is more often reinforced with food, clothing, housing, and so on, and in which certain kinds of deprivation are less likely to occur. Planning the structure of a large industry or governmental agency is an experiment in cultural design. These are all examples of the manipulation of small parts of the social environment; what is called "Utopian" thinking embraces the design of a culture as a whole.</p> <p>The deliberate manipulation of the culture is therefore itself a characteristic of many cultures – a fact to be accounted for in a scientific analysis of human behavior. Proposing a change in a cultural practice, making such a change, and accepting such a change are all parts of our subject matter.</p> <p>Once a given feature of an environment has been shown to have an effect upon human behavior which is reinforcing, either in itself or as an escape from a more aversive condition, constructing such an environment is as easily explained as building a fire or closing a window when a room grows cold.</p>
428	<p>When we speak of the "deliberate" design of a culture, we mean the introduction of a cultural practice "for the sake of its consequences." But as we saw in discussing "voluntary behavior" in Chapter VII, it is never a future consequence which is effective. A change in practice is made because similar changes have had certain consequences in the past.</p> <p>We can best understand the cultural designer, not by guessing at his goals or asking him to guess at them for us, but by studying the earlier environmental events which have led him to advocate a cultural change.</p> <p>Eventually, a science of human behavior may be able to tell the designer what kind of culture must be set up in order to produce a given result, but can it ever tell him what kind of result he <i>should</i> produce? The word "should" brings us into the familiar realm of the value judgment.</p>
429	<p>It is not true that statements containing "should" or "ought" have no place in scientific discourse. There is at least one use for which an</p>

	<p>acceptable translation can be made. A sentence beginning "You ought" is often a prediction of reinforcing consequences.</p> <p>The word "ought" plays a large part in the control exercised by the ethical group and by governmental and religious agencies.</p> <p>The proposal may also be a prediction of consequences.</p>
430	<p>It is at this point that the classical values of freedom, security, happiness, knowledge, and so on are usually appealed to. We have seen that these often refer indirectly to certain immediate consequences of cultural practices. But the crucial issue concerning value hinges upon another meaning of the word "ought" in which a more remote consequence is implied.</p> <p>We have seen that in certain respects operant reinforcement resembles the natural selection of evolutionary theory. Just as genetic characteristics which arise as mutations are selected or discarded by their consequences, so novel forms of behavior are selected or discarded through reinforcement. There is still a third kind of selection which applies to cultural practices. A group adopts a given practice – a custom, a manner, a controlling device – either by design or through some event which, so far as its effect upon the group is concerned, may be wholly accidental. As a characteristic of the social environment this practice modifies the behavior of members of the group. The resulting behavior may affect the success of the group in competition with other groups or with the nonsocial environment. Cultural practices which are advantageous will tend to be characteristic of the groups which survive and which therefore perpetuate those practices. Some cultural practices may therefore be said to have survival value, while others are lethal in the genetic sense.</p> <p>A given culture is, in short, an experiment in behavior. It is a particular set of conditions under which a large number of people grow and live.</p>
431	<p>Cultural practices are also largely responsible for the use which is made of the genetic material born into the group, since they determine whether the individual will be able to develop his talents fully, whether educational institutions will be open to him regardless of class or other distinction, whether educational policies are progressive or reactionary, whether he will be subject to political or economic favoritism in the selection of a profession, and so on.</p> <p>The culture also determines the extent to which the members of the group are preoccupied with food or sex or with escape from minor aversive stimulation in the search for "comfort" or from such major aversive stimulation as hard labor or combat, as well as the extent to which they are subject to exploitation by powerful agencies. In turn, therefore, it determines the extent to which they are able to engage in productive activities in science, art, crafts, sports, and so on.</p> <p>Is survival, then, a criterion according to which a given cultural practice may be evaluated? Those who are accustomed to appealing to more traditional values are usually not willing to accept this alternative. Survival value is a difficult criterion because it has perhaps even less obvious dimensions than happiness, freedom, knowledge, and health. It is not an unchanging criterion, for what may in this sense be a "good" culture in one period is not necessarily "good" in another.</p>

432	Conversely, the temporary survival of a culture is no proof of its goodness. All present cultures have obviously survived, many of them without very great change for hundreds of years, but this may not mean that they are better cultures than others which have perished or suffered drastic modification under more competitive circumstances. The principle of survival does not permit us to argue that the status quo must be good because it is here now.
	Another difficulty is that survival is often in direct conflict with traditional values. There are circumstances under which a group is more likely to survive if it is not happy, or under which it will survive only if large numbers of its members submit to slavery.
434	The evolution of cultures appears to follow the pattern of the evolution of species. The many different forms of culture which arise correspond to the "mutations" of genetic theory. Some forms prove to be effective under prevailing circumstances and others not, and the perpetuation of the culture is determined accordingly. When we engage in the deliberate design of a culture, we are, so to speak, generating "mutations" which may speed up the evolutionary process. The effect could be random, but there is also the possibility that such mutations may be especially adapted to survival.
435	It is the business of science to make clear the consequences of various operations performed upon a system. Only when we have seen these consequences clearly set forth are we likely to be influenced by their counterparts in complex practical situations.
	A rigorous science of behavior makes a different sort of remote consequence effective when it leads us to recognize survival as a criterion in evaluating a controlling practice.
436	A scientific analysis may lead us to resist the more immediate blandishments of freedom, justice, knowledge, or happiness in considering the long-run consequence of survival.
	Science helps us in deciding between alternative courses of action by making past consequences effective in determining future conduct.
<b>Capítulo: The problem of control</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
438	Denying control. One proposed solution is to insist that man is a free agent and forever beyond the reach of controlling techniques. It is apparently no longer possible to seek refuge in that belief. A doctrine of personal freedom appeals to anyone to whom the release from coercive control is important. But behavior is determined in noncoercive ways; and as other kinds of control are better understood, the doctrine of personal freedom becomes less and less effective as a motivating device and less and less tenable in a theoretical understanding of human behavior. We all control, and we are all controlled.
439	Refusing to control. An alternative solution is the deliberate rejection of the opportunity to control. To refuse to accept control, however, is merely to leave control in other hands.

440	<p>To refuse to accept control, and thus to leave control to other sources, often has the effect of diversifying control. Diversification is another possible solution to our problem.</p> <p>Diversifying control. A rather obvious solution is to distribute the control of human behavior among many agencies which have so little in common that they are not likely to join together in a despotic unit. In general this is the argument for democracy against totalitarianism.</p>
441	<p>In a democracy there is a similar, but much more important, canceling out of the effects of control: economic control is often opposed by education and by governmental restrictions; governmental and religious control is often opposed by psychotherapy; there is often some opposition between government and religion; and so on. So long as the opposing forces remain in some sort of balance, excessive exploitation by any one agency is avoided. This does not mean that control is never misused. Proceeds from control tend to be less conspicuous when thus divided, and no one agency increases its power to the point at which the members of the group take alarm. It does not follow, however, that diversified control does more than diversify the proceeds.</p> <p>The great advantage of diversification is not closely related to the problem of control. Diversification permits a safer and more flexible experimentation in the design of culture.</p>
442	<p>Controlling control. In another attempt to solve the problem of control a governmental agency is given the power to limit the extent to which control is exercised by individuals or by other agencies.</p>
443	<p>The ultimate strength of a controller depends upon the strength of those whom he controls. The wealth of a rich man depends upon the productivity of those whom he controls through wealth; slavery as a technique in the control of labor eventually proves nonproductive and too costly to survive. The strength of a government depends upon the inventiveness and productivity of its citizens; coercive controls which lead to inefficient or neurotic behavior defeat their own purpose. An agency which employs the stupefying practices of propaganda suffers from the ignorance and the restricted repertoires of those whom it controls. A culture which is content with the status quo – which claims to know what controlling practices are best and therefore does not experiment – may achieve a temporary stability but only at the price of eventual extinction.</p>
444	<p>It is easy for a ruler, or the designer of a culture, to use any available power to achieve certain immediate effects. It is much more difficult to use power to achieve certain ultimate consequences. But every scientific advance which points up such consequences makes some measure of self-control in the design of culture more probable.</p>
445	<p>Ethical and moral principles have undoubtedly been valuable in the design of cultural practices. Presumably those principles which are with us today have been most valuable in this respect.</p>
445, 446	<p>Although science may provide the basis for a more effective cultural design, the question of who is to engage in such design remains unanswered. "Who should control?" is a spurious question – at least until we have specified the consequences with respect to which it may be answered.</p>

446	The answer requires the kind of prediction which cannot be made with any certainty because of the extremely complex circumstances to be taken into account.
447	The first step in the countercontrol of a powerful agency is to strengthen the controllee. If the governing agency cannot be made to understand the value of the individual to the agency itself, the individual himself must be made to understand his own value.
448	It does not matter that the individual may take it upon himself to control the variables of which his own behavior is a function or, in a broader sense, to engage in the design of his own culture. He does this only because he is the product of a culture which generates self-control or cultural design as a mode of behavior. The environment determines the individual even when he alters the environment.
	This prior importance of the environment has slowly come to be recognized by those who are concerned with changing the lot of mankind. It is more effective to change the culture than the individual because any effect upon the individual as such will be lost at his death. Since cultures survive for much longer periods, any effect upon them is more reinforcing.
	Presumably, the emphasis on culture will grow as the relevance of the social environment to the behavior of the individual becomes clearer. We may therefore find it necessary to change from a philosophy which emphasizes the individual to one which emphasizes the culture or the group. But cultures also change and perish, and we must not forget that they are created by individual action and survive only through the behavior of individuals.
449	In analyzing the determination of human conduct we choose as a starting point a conspicuous link in a longer causal chain. When an individual conspicuously manipulates the variables of which the behavior of another individual is a function, we say that the first individual controls the second, but we do not ask who or what controls the first.
	Although it is necessary that science confine itself to selected segments in a continuous series of events, it is to the whole series that any interpretation must eventually apply.

### Cumulative Record

#### Capítulo: Freedom and control of man

Página	Trecho original
27, 28	Someone believes that a change in a cultural practice – for example, in the rules of evidence in a court of law, in the characterization of man's relation to God, in the way children are taught to read and write, in permitted rates of interest, or in minimal housing standards – will improve the condition of men: by promoting justice, permitting men to seek salvation more effectively, increasing the literacy of a people, checking an inflationary trend, or improving public health and family relations, respectively. The underlying hypothesis is always the same: that a different physical or cultural environment will make a different and better man.
28	The scientific study of behavior not only justifies the general pattern of such proposals; it promises new and better hypotheses. The earliest



	<p>cultural practices must have originated in sheer accidents. Those which strengthened the group survived with the group in a sort of natural selection. As soon as men began to propose and carry out changes in practice for the sake of possible consequences, the evolutionary process must have accelerated. The simple practice of making changes must have had survival value.</p> <p>As laws of behavior are more precisely stated, the changes in the environment required to bring about a given effect may be more clearly specified.</p>
29	<p>Designing a new cultural pattern is in many ways like designing an experiment. In drawing up a new constitution, outlining a new educational program, modifying a religious doctrine, or setting up a new fiscal policy, many statements must be quite tentative. We cannot be sure that the practices we specify will have the consequences we predict, or that the consequences will reward our efforts.</p>
31	<p>Perhaps the most crucial part of our democratic philosophy to be reconsidered is our attitude toward freedom—or its reciprocal, the control of human behavior. We do not oppose all forms of control because it is “human nature” to do so. The reaction is not characteristic of all men under all conditions of life. It is an attitude which has been carefully engineered, in large part by what we call the “literature” of democracy. With respect to some methods of control (for example, the threat of force), very little engineering is needed, for the techniques or their immediate consequences are objectionable. Society has suppressed these methods by branding them “wrong,” “illegal,” or “sinful.” But to encourage these attitudes toward objectionable forms of control, it has been necessary to disguise the real nature of certain indispensable techniques, the commonest examples of which are education, moral discourse, and persuasion. The actual procedures appear harmless enough. They consist of supplying information, presenting opportunities for action, pointing out logical relationships, appealing to reason or “enlightened understanding,” and so on. Through a masterful piece of misrepresentation, the illusion is fostered that these procedures do not involve the control of behavior; at most, they are simply ways of “getting someone to change his mind.” But analysis not only reveals the presence of well-defined behavioral processes, it demonstrates a kind of control no less inexorable, though in some ways more acceptable, than the bully’s threat of force.</p>
32	<p>A threat of punishment, no matter how subtle, generates emotional reactions and tendencies to escape or revolt. Perhaps the controllee merely “feels resentment” at being made to act in a given way, but even that is to be avoided. When we “appeal to reason,” he “feels freer to do as he pleases.” The fact is that we have exerted less control than in using a threat; since other conditions may contribute to the result, the effect may be delayed or, possibly in a given instance, lacking. But if we have worked a change in his behavior at all, it is because we have altered relevant environmental conditions, and the processes we have set in motion are just as real and just as inexorable, if not as comprehensive, as in the most authoritative coercion.</p>

	<p>“Arranging an opportunity for action” is another example of disguised control.</p> <p>The methods of education, moral discourse, and persuasion are acceptable not because they recognize the freedom of the individual or his right to dissent, but because they make only partial contributions to the control of his behavior. The freedom they recognize is freedom from a more coercive form of control. The dissent which they tolerate is the possible effect of other determiners of action. Since these sanctioned methods are frequently ineffective, we have been able to convince ourselves that they do not represent control at all. When they show too much strength to permit disguise, we give them other names and suppress them as energetically as we suppress the use of force.</p> <p>If we are not to rely solely upon accident for the innovations which give rise to cultural evolution, we must accept the fact that some kind of control of human behavior is inevitable.</p>
32, 33	<p>We are all controlled by the world in which we live, and part of that world has been and will be constructed by men. The question is this: Are we to be controlled by accident, by tyrants, or by ourselves in effective cultural design?</p>
33	<p>The danger of the misuse of power is possibly greater than ever. It is not allayed by disguising the facts. We cannot make wise decisions if we continue to pretend that human behavior is not controlled, or if we refuse to engage in control when valuable results might be forthcoming. Such measures weaken only ourselves, leaving the strength of science to others. The first step in a defense against tyranny is the fullest possible exposure of controlling techniques. A second step has already been taken successfully in restricting the use of physical force. Slowly, and as yet imperfectly, we have worked out an ethical and governmental design in which the strong man is not allowed to use the power deriving from his strength to control his fellow men. He is restrained by a superior force created for that purpose – the ethical pressure of the group, or more explicit religious and governmental measures. We tend to distrust superior forces, as we currently hesitate to relinquish sovereignty in order to set up an international police force. But it is only through such counter-control that we have achieved what we call peace – a condition in which men are not permitted to control each other through force. In other words, control itself must be controlled.</p>
34	<p>A man rises above an unpropitious childhood to a position of eminence, and since we cannot give a plausible account of the action of so complex an environment, we attribute the achievement to some admirable faculty in the man himself. But such “faculties” are suspiciously like the explanatory fictions against which the history of science warns us.</p> <p>If really effective techniques are available, we cannot avoid the problem of design simply by preferring the status quo.</p> <p>We may be sure that many steps in the scientific design of cultural patterns will produce unforeseen consequences. But there is only one way to find out. And the test must be made, for if we cannot advance in the design of cultural patterns with absolute certainty, neither can we rest completely confident of the superiority of the status quo.</p>



Página	Trecho original
44	<p>Science is steadily increasing our power to influence, change, mold – in a word, control – human behavior. It has extended our “understanding” (whatever that may be) so that we deal more successfully with people in nonscientific ways, but it has also identified conditions or variables which can be used to predict and control behavior in a new, and increasingly rigorous, technology.</p> <p>Now, the control of human behavior has always been unpopular. Any undisguised effort to control usually arouses emotional reactions. We hesitate to admit, even to ourselves, that we are engaged in control, and we may refuse to control, even when this would be helpful, for fear of criticism.</p> <p>Even when the techniques themselves are not aversive, control is usually exercised for the selfish purposes of the controller and, hence, has indirectly punishing effects upon others</p>
45	<p>People living together in groups come to control one another with a technique which is not inappropriately called “ethical.” When an individual behaves in a fashion acceptable to the group, he receives admiration, approval, affection, and many other reinforcements which increase the likelihood that he will continue to behave in that fashion. When his behavior is not acceptable, he is criticized, censured, blamed, or otherwise punished. In the first case the group calls him “good”; in the second, “bad.” This practice is so thoroughly ingrained in our culture that we often fail to see that it is a technique of control. Yet we are almost always engaged in such control, even though the reinforcements and punishments are often subtle.</p>
49, 50	<p>The dangers inherent in the control of human behavior are very real. The possibility of the misuse of scientific knowledge must always be faced. We cannot escape by denying the power of a science of behavior or arresting its development. It is no help to cling to familiar philosophies of human behavior simply because they are more reassuring. As I have pointed out elsewhere [page 19], the new techniques emerging from a science of behavior must be subject to the explicit counter-control which has already been applied to earlier and cruder forms. Brute force and deception, for example, are now fairly generally suppressed by ethical practices and by explicit governmental and religious agencies. A similar counter-control of scientific knowledge in the interests of the group is a feasible and promising possibility. Although we cannot say how devious the course of its evolution may be, a cultural pattern of control and counter-control will presumably emerge which will be most widely supported because it is most widely reinforcing.</p>
50	<p>All men control and are controlled. The question of government in the broadest possible sense is not how freedom is to be preserved but what kinds of control are to be used and to what ends. Control must be analyzed and considered in its proper proportions. No scientist, I am sure, wishes to develop new master-slave relationships or bend the will of the people to despotic rulers in new ways. These are patterns of control appropriate to a world without science. They may well be the</p>

	first to go when the experimental analysis of behavior comes into its own in the design of cultural practices.
52	<p>Any list of values is a list of reinforcers – conditioned or otherwise. We are so constituted that under certain circumstances food, water, sexual contact, and so on will make any behavior which produces them more likely to occur again.</p> <p>People behave in ways which, as we say, conform to ethical, governmental, or religious patterns because they are reinforced for doing so. The resulting behavior may have far-reaching consequences for the survival of the pattern to which it conforms. And whether we like it or not, survival is the ultimate criterion. This is where, it seems to me, science can help—not in choosing a goal, but in enabling us to predict the survival value of cultural practices</p>
<b>Capítulo: The design of cultures</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
56	<p>Evolutionary theory, especially in its appeal to the notion of survival, suffered for a long time from circularity. It was not satisfying to argue that forms of life which had survived must therefore have had survival value and had survived because of it. A similar weakness is inherent in psychologies based on adjustment or adaptation. It is not satisfying to argue that a man adapts to a new environment because of his intelligence and emotional stability if these are then defined in terms of capacities to adapt. It is true that organisms usually develop in directions which maximize, phylogenetically, the survival of the species and, ontogenetically, the adjustment of the individual; but the mechanisms responsible for both kinds of change need to be explained without recourse to the selective effect of their consequences.</p> <p>It is not enough to point out that a given form of behavior is advantageous to the individual or that a cultural practice strengthens the group. We must explain the origin and the perpetuation of both behavior and practice.</p> <p>A scientific analysis which satisfies these conditions confines itself to individual organisms rather than statistical constructs or interacting groups of organisms, even in the study of social behavior. Its basic datum is the probability of the occurrence of the observable events we call behavior (or of inferred events having the same dimensions). The probability of behavior is accounted for by appeal to the genetic endowment of the organism and its past and present environments, described wholly in the language of physics and biology. The laboratory techniques of such an analysis, and their technological applications, emphasize the prediction and control of behavior via the manipulation of variables.</p>
57	<p>Contingencies of reinforcement are similar to what we might call contingencies of survival. Inherited patterns of behavior must have been selected by their contributions to survival in ways which are not unlike those in which the behavior of the individual is selected or shaped by its reinforcing consequences.</p> <p>Although the mechanisms which permit modification of behavior are inherited, learned behavior does not emerge from, and is not an extension of, the unlearned behavior of the individual. The organism</p>

	<p>does not simply refine or extend a genetic behavioral endowment to make it more effective or more inclusive. Instead, it develops collateral behavior, which must be distinguished from an inherited response system even when both serve similar functions. It is important to remember this when considering social behavior. In spite of certain intriguing analogies, it is not likely that the social institutions of man are founded on or that they emerged from the instinctive patterns of animal societies. They are the achievements of individuals, modifying their behavior as inherited mechanisms permit.</p>
	<p>By far the greater part of behavior develops in the individual through processes of conditioning, given a normal biological endowment. Man becomes a social creature only because other men are important parts of his environment.</p>
58	<p>Most social behavior, however, arises from social antecedents. Transmission is more important than social invention. Unlike the origin of cultural practices, their transmission need not be a matter for speculation, since the process can be observed. Deliberate transmission (that is, transmission achieved because of practices which have been reinforced by their consequences) is not needed. For example, some practices are perpetuated as the members of a group are severally replaced. If <i>A</i> has already developed specific controlling behavior with respect to <i>B</i>, depending partly upon incidental characteristics of <i>B</i>'s behavior, he may impose the same control on a new individual, <i>C</i>, who might not himself have generated just the same practices in <i>A</i>.</p>
59	<p>A special kind of social behavior emerges when <i>A</i> responds in a definite way because of the effect on the behavior of <i>B</i>. We must consider the importance of <i>B</i> to <i>A</i> as well as of <i>A</i> to <i>B</i>.</p>
60	<p>A culture which raises the question of collateral or deferred effects is most likely to discover and adopt practices which will survive or, as conditions change, will lead to modifications which in turn will survive. This is an important step in cultural design, but it is not easily taken. Long-term consequences are usually not obvious, and there is little inducement to pay any attention to them.</p> <p>A culture which has become sensitive to the long-term consequences of its measures is usually supported by a literature or philosophy which includes a set of statements expressing the relations between measures and consequences. To the cultural designer, these statements function as prescriptions for effective action; to the members of the group, they are important variables furthering effective self-management.</p>
<b>Capítulo: The design of experimental communities</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
70	Men found, join, or dream of such communities for many reasons.
70, 71	Such goals are often formalized as "values." The goal of the community is to maximize happiness, security, sanctity, or personal fulfillment. The more general the goal, however, the more debatable it seems to be. In conceiving of a community as a pilot experiment, the designer may turn directly to two practical questions: What behavior on the part of the members of a community is most likely to contribute to its success? How may that behavior be generated and maintained?

71	Every developed language contains terms which describe in great detail the social environment and the behavior it generates. Rules of thumb useful in modifying behavior are expressed in such terms. Thus, everyone knows how to attract a man's attention, to arouse him emotionally, to reward and punish him, and so on. Communities are usually designed with an eye to this level of human behavior. The designer is concerned not with a hypothetical type of economic system but with actual working conditions, not with a hypothetical type of government but with ethical practices and instructions in self-discipline, not with a formal conception of social or family structure but with specific interactions among the members of a group.
72	<p>The behavioral processes are obvious and easily related to the role of punishment. The term applies, strictly speaking, only to the suppression of unwanted behavior, but the punishing events used for that purpose can be used to generate behavior—to induce people to behave in given ways by “punishing them for not behaving.” The technique is particularly useful in offsetting other aversive consequences, as in forcing men to fight or to fill production quotas. Effectively used, punishment in this broad sense can make men law-abiding, obedient, and dutiful.</p> <p>But there are inevitable side effects.</p> <p>It may also lead to counterattack – as in revolution or religious reformation - or to stubborn resistance to all forms of control.</p>
73	A very different example of the relevance of an analysis of behavior to the design of a community is the use of so-called rewards. A community may need as much power to reward as to punish, but it is not said to be using force because its operations are not resisted. Reward refers very loosely to the “positive reinforcers” which have been extensively analyzed in laboratory research.
<b>Capítulo: Why are the Behavioral Sciences not more effective?</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
413, 414	I shall argue, in short, that the social sciences are not more effective precisely because they are not fully behavioral, and for that reason not really scientific, and for <i>that</i> reason not commensurate with the problems they are asked to solve.
414	<p>We have no direct access to states of mind, feelings, purposes, attitudes, opinions, or values. What we do is try to change the behavior from which we infer things of that sort, and we change it only by changing the environment, verbal and nonverbal, in which young people live.</p> <p>The traditional view misrepresents our task. It suggests that by changing an environment we first change feelings or states of mind, and that these, in turn, determine what a person does. The feeling or state of mind seems to be a necessary link in a causal chain, but the fact is that we change behavior by changing the environment, and, in doing so, change what is felt. Feelings and states of mind are not causes, they are by-products.</p>
415	Three things must be taken into account: the situation in which behavior occurs, the behavior itself, and its consequences. These three things are interrelated in very intricate ways in what are called the “contingencies of reinforcement.” Some extremely complex contingencies have been

	analyzed, and the results help in interpreting some of the contingencies which prevail in daily life.
417	But progress is dishearteningly slow. Social scientists have not yet fully understood the significance of the behavioristic position. Most of them still look for solutions to their problems inside the people they study. In psychotherapy, the medical analogy persists: the problem is mental illness, and it is the patient who must be cured. The therapist tries to reach his patient by making an interpersonal contact, not by changing an environment.
	Perhaps human behavior can be controlled via the environment, but who will exert the control? Those who ask that question do not expect to be given a proper name. It is not the person they are worried about but his intentions, his purposes, his good will or benevolence. But this is only another example of what is wrong. They are still looking for assurance to the states of mind or the feelings of potential controllers. What they should be asking is: “What kinds of cultural contingencies induce people to engage in the control of other people? Under what contingencies do people act like tyrants? Under what contingencies do they act like ‘men and women of good will’?” We must hope that a culture will emerge in which those who have power will use it for the general good. Such a culture would probably be most likely to survive, and that is an important point. Geneticists are beginning to speak of changing the course of human evolution, but we have long been able to change the evolution of cultures. As we begin to understand what a culture is, we may begin to move toward better designs.
<b>Capítulo: Can Psychology be a science of mind?</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
578	Selection must wait upon variation. The process is therefore usually slow. That was not a problem for natural selection because evolution could take millions of years, but a repertoire of operant behavior must be constructed during a lifetime.
	The species underwent another unique evolutionary change when its vocal musculature came under operant control and when vocal behavior began to be shaped and maintained by its reinforcing consequences. People could then prime the behavior of others by telling them what to do as well as by showing them.
	Advice can be useful on more than one occasion, and it is then often given or taught in such a way that it is passed on from person to person or from generation to generation. Maxims (“great sayings”) and proverbs (“sayings put forth”) are examples.
579	Modeling, telling, and teaching are the functions of the social environments called cultures. Different cultures emerge from different contingencies of variation and selection and differ in the extent to which they help their members solve their problems. Members who solve them are more likely to survive, and with them survive the practices of the culture. In other words cultures evolve, in a third kind of variation and selection. (Cultures that shape and maintain operant behavior are exclusively human. Animal societies have many similar features, but only as the product of contingencies of survival.) Cultural evolution is not a biological process, but as a kind of variation and selection it has



	the same faults. The fact that a culture prepares a group only for a world that resembles the world in which the culture evolved is the source of our present concern for the future of a habitable earth.
<b>Contingences of reinforcement</b>	
<b>Capítulo: The role of environment</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
25	Every stimulus-response or input-output formulation of behavior suffers from a serious omission. No account of the interchange between organism and environment is complete until it includes the action of the environment upon the organism <i>after</i> a response has been made.
	The kinds of consequences which increase the rate (“reinforcers”) are positive or negative, depending upon whether they reinforce when they appear or when they disappear.
	The class of responses upon which a reinforcer is contingent is called an operant, to suggest the action on the environment followed by reinforcement. We construct an operant by making a reinforcer contingent on a response, but the important fact about the resulting unit is not its topography but its probability of occurrence, observed as rate of emission.
27	Prior stimuli are not irrelevant. Any stimulus present when an operant is reinforced acquires control in the sense that the rate will be higher when it is present. Such a stimulus does not act as a goad; it does not elicit the response in the sense of forcing it to occur. It is simply an essential aspect of the occasion upon which a response is made and reinforced. The difference is made clear by calling it a discriminative stimulus (or S <sup>D</sup> ).
	An adequate formulation of the interaction between an organism and its environment must always specify three things: (1) the occasion upon which a response occurs, (2) the response itself, and (3) the reinforcing consequences.
29	It is only when we have analyzed behavior under known contingencies of reinforcement that we can begin to see what is happening in daily life.
	We no longer look at behavior and environment as separate things or events but at the interrelations among them.
	Eventually we must ask why people behave in their respective ways. It is not enough to say that a custom is followed simply because it is customary to follow it. Nor is it enough to say that people behave as they do because of the ways in which they think.
	Customs are followed because of their consequences.
31	A culture is not the behavior of the people “living in it”; it is the “it” in which they live – the contingencies of social reinforcement which generate and sustain their behavior. (The contingencies are maintained by other members of the group, whose behavior in maintaining them is the product of earlier contingencies, just as the behavior of the listener in shaping and maintaining the behavior of the speaker is the product of earlier contingencies in the verbal community.) To record what the people in a culture do is an important step – but only a first step – in discovering why they do it. Rules which have been extracted from the contingencies, and used in maintaining them (see Chapter 6), are helpful

	to those who study a culture, but they usually represent only the more obvious contingencies. More subtle contingencies may go unsuspected for a long time. They are nevertheless the principal subject matter of anthropology and sociology.
33	Traditional techniques of control suffer from the shortcomings of the theories upon which they were based. They overemphasize conspicuous things – the topography of behavior rather than its probability and independent variables which have immediate and obvious effects. The concept of contingencies of reinforcement has led to a much more effective technology of behavior.
36	Economics is perhaps the first field in which an explicit change was made to positive reinforcement.
37	The strength of a culture depends substantially upon the results, and it is no accident that we ask some basic questions about cultures in terms of their economic contingencies. Yet the distinguishing features of capitalism, socialism, communism, and other economic systems are more often traceable to geography, natural resources, forms of government, and political theories than to a technology based on a scientific analysis of economic behavior. The wealth of a culture depends upon the productive behavior of its members.
	Governments are especially committed to aversive practices.
	Modern governments manipulate vast quantities of positive as well as negative reinforcers, but they seriously neglect the contingencies in both cases. The behavior to be reinforced is seldom defined, in either domestic or international affairs. Most governmental decisions still rest on historical analogies and personal experiences formulated in mentalistic ways.
38	The techniques of education, psychotherapy, economics, and government are all found in miniature in daily life. The members of a group teach each other, make each other's environments easier to live in, induce each other to work and exchange goods, and maintain ethical and moral sanctions which have the effect of governmental measures. They do so, of course, by arranging various contingencies of reinforcement, which are the proper subject matter of anthropology and sociology. It is a difficult field, in part because the practices are less likely to be codified than in other disciplines, and in part because there is no controlling figure – such as a teacher, therapist, employer, or governor whose behavior would make uncoded practices visible.
	Daily life is sometimes explicitly designed, however.
	The techniques of control, codified or uncoded, are often aversive; but efforts have recently been made to design communities of these sorts using positive contingencies.
39	Basic science always leads eventually to an improved technology, and a science of behavior is no exception. It should supply a technology of behavior appropriate to the ultimate utopian goal: an effective culture.
<b>Capítulo: Utopia as an experimental culture</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
52	The important thing about the good things in life is what people are doing when they get them. “Goods” are reinforcers, and a way of life is a set of contingencies of reinforcement.



	<p>If we ask someone to describe the kind of world in which he would like to live, he will probably begin to list the reinforcers he would want to find in it.</p>
	<p>The significant fact is that they <i>seldom mention what they are to do to get them.</i></p>
52, 53	<p>A much more interesting possibility arises when we recognize the role of contingencies of reinforcement, for we can then apply something like the “behavioral engineering” of <i>Walden Two</i> to cultural design.</p>
54	<p>We “like” a way of life to the extent that we are reinforced by it. We like a world in which both natural and social reinforcers are abundant and easily achieved and in which aversive stimuli are either rare or easily avoided. Unfortunately, however, it is a fact about man’s genetic endowment and the world in which he lives that immediate rewards are often offset by deferred punishments, and that punishments must often be taken for the sake of deferred rewards. To maximize net gains we must do things we do not like to do and forgo things we like. A culture cannot change these facts, but it can induce us to deal with them effectively. Indeed, this is its most important function.</p> <p>It is not too often successful. A common practice, for example, is to extract rules from the prevailing contingencies, natural or social, and to make positive and negative reinforcers contingent upon the behavior of following them (see Chapter 6). The rule-following contingencies are often un-skillfully designed, and members of a culture seldom take net consequences into account. On the contrary, they resist control of this sort.</p> <p>Contingencies of reinforcement which maximize net gains need to be much more effective. Conditioned reinforcers can be used to bridge the gap between behavior and its remoter consequences, and supplementary reinforcers can be arranged to serve until remote reinforcers can be brought into play. An important point is that effective contingencies need to be programmed – that is, they are effective only when a person has passed through a series of intermediate contingencies. Those who have reached the terminal contingencies will be productive, creative, and happy – in a word, maximally effective. The outsider confronted with the terminal contingencies for the first time may not like them or be able to imagine liking them.</p> <p>The designer must take something else into account which is still more difficult to bring to bear on the individual member. Will the culture <i>work</i>? It is a question which is clarified by the concept of a community as an experiment. A community is a thing, having a life of its own. It will survive or perish, and the designer must keep that fact in mind. The problem is that survival is often furthered by behavior which is not only not reinforced but may have punishing (even lethal) consequences.</p>
55	<p>Contingencies which promote survival are also usually badly designed.</p> <p>A well-designed culture is a set of contingencies of reinforcement under which members behave in ways which maintain the culture, enable it to meet emergencies, and change it in such a way that it will do these things even more effectively in the future.</p>

56	<p>The problem, in short, is not to design a way of life which will be liked by men <i>as they now are</i>, but a way of life which will be liked by those who live it.</p>
	<p>The man who insists upon judging a culture in terms of whether or not he likes it is the true immoralist. Just as he refuses to follow rules designed to maximize his own net gain because they conflict with immediate gratification, so he rejects contingencies designed to strengthen the group because they conflict with his “rights as an individual.” He sets himself up as a standard of human nature, implying or insisting that the culture which produced him is the only good or natural culture. He wants the world he wants and is unwilling to ask why he wants it. He is so completely the product of his own culture that he fears the influence of any other.</p>
	<p>Design implies control, and there are many reasons why we fear it. The very techniques are often objectionable, for control passes first to those who have the power to treat others aversive</p>
57	<p>There is historical evidence that men have slowly turned to nonaversive methods. They have thereby escaped from some aversive stimuli, but they have not necessarily made other kinds of control acceptable. Even when a wealthy government can reinforce the behavior it wants instead of punishing the behavior it does not want—the result may still be exploitation.</p>
	<p>Democracy is an effort to solve the problem by letting the people design the contingencies under which they are to live or – to put it another way – by insisting that the designer himself live under the contingencies he designs.</p>
59	<p>The notion of personal credit is incompatible with the hypothesis that human behavior is wholly determined by genetic and environmental forces. The hypothesis is sometimes said to imply that man is a helpless victim, but we must not overlook the extent to which he controls the things which control him. Man is largely responsible for the environment in which he lives. He has changed the physical world to minimize aversive properties and maximize positive reinforcements, and he has constructed governmental, religious, educational, economic, and psychotherapeutic systems which promote satisfying personal contacts and make him more skillful, informed, productive, and happy. He is engaged in a gigantic exercise in self-control, as the result of which he has come to realize more and more of his genetic potential.</p>
	<p>He has reached a very special point in that story. He is the product of an evolutionary process in which essentially accidental changes in genetic endowment have been differentially selected by accidental features of the environment, but he has now reached the point at which he can examine that process and do something about it. He can change the course of his own evolution through selective breeding, and in the not too distant future he will quite possibly change it by changing his chromosomes.</p>
	<p>The point is that <i>we have long since reached a comparable stage in the evolution of cultures</i>. We produce cultural “mutations” when we invent new social practices, and we change the conditions under which they are selected when we change the environments in which men live.</p>

	<p>To refuse to do either of these things is to leave further changes in our culture to accident, and accident is the tyrant really to be feared. Adventitious arrangements of both genetic and environmental variables have brought man to his present position and are responsible for its faults as well as its virtues. The very misuse of personal control to which we object so violently is the product of accidents which have made the weak subject to the strong, the dull to the sharp, the well-intentioned to the selfish. We can do better than that. By accepting the fact that human behavior is controlled – by things if not by men – we take a big step forward, for we can then stop trying to avoid control and begin to look for the most effective kinds.</p>
60	<p>Whether we like it or not, survival is the value by which we shall be judged. The culture which takes its survival into account is most likely to survive.</p> <p>Our practice of asking whether something works or whether something else would work better is often criticized as a crude pragmatism, but it may prove to have been an important cultural mutation. We readily change practices because we are not greatly restrained by revelation or immutable decrees, and for similar reasons we are free to pursue a science of behavior. Above all, we have recognized the need for the explicit design of a way of life.</p>
61	<p>A scientific analysis of human behavior and of genetic and cultural evolution cannot make individual freedom the goal of cultural design. The individual is not an origin or source. He does not initiate anything. Nor is it he who survives.</p> <p>What survives are the species and the culture. They lie “beyond the individual” in the sense that they are responsible for him and outlive him. Nevertheless, a species has no existence apart from its members or a culture apart from the people who practice it. It is only through effects on individuals that practices are selected or designed.</p>
<b>Capítulo: The environmental solution</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
64	<p>Such discrepancies between man’s sensitivity to reinforcement and the contribution which the reinforced behaviors make to his current welfare raise an important problem in the design of a culture. How are we to keep from overeating, from overpopulating the world, and from destroying each other? How can we make sure that these properties of the human organism, once necessary for survival, shall not now prove lethal?</p> <p>One solution to the problem might be called the voluptuary or sybaritic. Reinforcement is maximized while the unfortunate consequences are either disregarded – on the principle of eat, drink, and be merry for tomorrow we die – or prevented.</p>
64, 65	<p>A second solution might be called, with strict attention to etymology, the puritanical. Reinforcement is offset by punishment. Gluttony, lust, and violence are classified as bad or wrong (and punished by the ethical group), as illegal (and punished by the government), as sinful (and punished by religious authorities), or as maladjusted (and punished by those therapists who use punishment).</p>

65	Punishment does not merely cancel reinforcement; it leads to a struggle for self-control which is often violent and time consuming.
	In any event the puritanical solution has many unwanted by-products, and we may well explore other ways of generating the acceptable behaviors attributed to it.
	A third solution is to bring the body up to date. Reinforcing effects could conceivably be made commensurate with current requirements for survival.
66	A more direct solution is suggested by the experimental analysis of behavior. One may deal with problems generated by a powerful reinforcer simply by changing the contingencies of reinforcement. An environment may be designed in which reinforcers which ordinarily generate unwanted behavior simply do not do so.
	The solution seems reasonable enough when the reinforcers are of no special significance.
	In the case of food, sex, and violence, however, traditional formulations have emphasized supposed internal needs or drives.
67	What a man must control to avoid the troublesome consequences of oral reinforcement is the behavior reinforced. He must stop buying and eating candy bars, ordering and eating extra pieces of cake, eating at odd times of the day, and so on. It is not some inner state called hunger but overeating which presents a problem. The behavior can be weakened by making sure that it is not reinforced.
	Similarly, it is not some “sexuality” or “sex drive” which has troublesome consequences but sexual behavior itself, much of which can be traced to contingencies of reinforcement.
	Nor is the problem of aggression raised by a “death instinct” or “a fundamental drive in human beings to hurt one another” but rather by an environment in which human beings are reinforced when they hurt one another.
69	The problem is not to eliminate reinforcers but to moderate their effects. Several possible methods are suggested by recent work in the experimental analysis of behavior. The mere frequency with which a reinforcer occurs is much less important than the contingencies of which it is a part.
70	Reinforcers are made effective in other ways. Stimuli are conditioned so that they become reinforcing; aversive properties are weakened through adaptation so that reinforcing properties emerge with greater power (a “taste” is thus acquired); and so on. Processes of this sort have played their part in man’s slow discovery of reinforcing things. It has been, perhaps, a history of the discovery of human potentialities, but among these we must recognize the potentiality for getting into trouble.
	A single reinforcement may generate and maintain a great deal of behavior when it comes at the end of a sequence or chain of responses.
	Ultimate reinforcement is often ridiculously out of proportion to the activity it sustains.
71, 72	We are usually interested – for example, in education – in getting the greatest possible effect from weak reinforcers in short supply. The problem here is just the reverse – we are to minimize the effect of reinforcers which are all too abundant and powerful. Hence, instead of

	systematically building up long chains of responses, we prevent their formation, and instead of constructing programs which make strained schedules effective we break them up. We can use the same procedures in the more familiar direction, however, in another solution to our problem. Reinforcers can be made contingent on productive behavior to which they were not originally related.
73	<p>The solution has not yet been satisfactorily worked out, however. The contingencies of positive reinforcement arranged by governmental and religious agencies are primitive, and the agencies continue to lean heavily on the puritanical solution.</p> <p>The concept of drive or need is particularly at fault. We neglect contingencies of reinforcement because we seek solutions to our problems in the satisfaction of needs.</p>
74	<p>Men are happy in an environment in which active, productive, and creative behavior is reinforced in effective ways. The trouble with both affluent and welfare societies is that reinforcers are not contingent on behavior. Men who are not reinforced for doing anything do little or nothing.</p> <p>Only when we stop using reinforcers to allay needs can we begin to use them to “fulfill man’s nature” in a much more important sense.</p>
75	“Comfort” raises a comparable question: We escape from and avoid aversive stimulation, but have we a need to do so? The question is important in the design of a culture. Although the physical environment will no doubt continue to operate by shaping and maintaining responses which are basically avoidance or escape even when its aversive properties have been minimized, aversive social control may disappear.
75, 76	Man is not “in bondage” to his needs; he is not “driven by greed or lust.” If such statements can be paraphrased at all, he is in bondage to the things which gratify his needs. But the term bondage goes too far; the trouble is in the contingencies. The greedy or lustful man is not suffering from deprivation (we do not call a starving man greedy); he is suffering from a particularly effective schedule of reinforcement.
78	Weak reinforcers become powerful when they are intermittently scheduled.
80	A culture is not strengthened when its members do nothing, consume excessively, use stultifying drugs, engage in the repetitive behaviors of gambling, or merely watch others engaging in serious behavior. The culture suffers in particular when these contingencies prove inadequate and men then turn to the strong reinforcers of aggression. The culture is clearly strengthened, however, when its members turn to other kinds of leisure behavior. Arts, crafts, and games develop important skills. Scientific exploration and research (encouraged when governments, foundations, and universities make it unnecessary for men to do other things in order to survive) make an obvious contribution. The nonscientific study of human behavior, as in history and literature, promotes a useful understanding.
80, 81	Education can do much more than it now does in this direction. It can teach the skills exhibited by artists, musicians, and craftsmen. It can build a sustained interest in literature as well as in the arts and music. It can teach techniques of self-management (now largely abandoned by



	religious and ethical agencies) which help the individual to avoid drugs and excessive consumption and to resist the special contingencies arranged by gambling systems. It can also teach the skills and build the interests which will make productive work reinforcing. Economic agencies may reduce aversive labor to a minimum or reduce the aversive by-products of labor, as by substituting positive inducement for coercive control, or making it possible for men to earn their living by doing what they would do anyway if support were forthcoming from other quarters.
<b>Beyond Freedom and Dignity</b>	
<b>Capítulo: The Evolution of a Culture</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
126	<p>A child is born a member of the human species, with a genetic endowment showing many idiosyncratic features, and he begins at once to acquire a repertoire of behavior under the contingences of reinforcement to which he is exposed as an individual. Most of these contingencies are arranged by other people. They are, in fact, what is called a culture, although the term is usually defined in other ways. Two eminent anthropologists have said, for example, that ‘the essential core of culture consists of traditional (i.e., historically derived and selected) ideas and especially their attached values’. But those who observe cultures do not see ideas or values. They see how people live, how they raise their children, how they gather or cultivate food, what kinds of dwellings they live in, what they wear, what games they play, how they treat each other, how they govern themselves, and so on. These are the customs, the customary <i>behaviours</i>, of a people. To explain them we must turn to the contingencies which generate them.</p> <p>Some contingencies are part of the physical environment, but they usually work in combination with social contingencies, and the latter are naturally emphasized by those who study cultures. The social contingencies, or the behaviours they generate, are the ‘ideas’ of a culture; the reinforces that appear in the contingencies are its ‘values’.</p>
126, 127	A person is not only exposed to the contingencies that constitute a culture, he helps to maintain them, and to the extent that the contingencies induce him to do so the culture is self-perpetuating.
127	<p>What a given group of people calls good is a fact: it is what members of the group find reinforcing as the result of their genetic endowment and the natural and social contingencies to which they have been exposed. Each culture has its own set of goods, and what is good in one culture may not be good in another.</p> <p>A given set of values may explain why a culture functions, possibly without much change for a long time; but no culture is in permanent equilibrium. Contingencies necessarily change. The physical environment changes, as people move about, as the climate changes, as natural resources are consumed or diverted to other uses or made unusable, and so on. Social contingencies also change as the size of group or its contact with other groups changes, or as controlling agencies grow more or less powerful or compete among themselves, or as the control exerted leads to countercontrol in the form of escape or revolt. The contingencies characteristic of a culture may not be</p>

	adequately transmitted, so that tendency to be reinforced by a given set of values is not maintained.
	In short, the culture may grow stronger or weaker, and we may foresee that it will survive or perish. The survival of a culture then emerges as a new value to be taken into account in addition to personal and social goods.
128	The fact that a culture may survive or perish suggests a kind of evolution, and a parallel with the evolution of species has, of course, often been pointed out. It needs to be stated carefully. A culture corresponds to a species. We describe it by listing many of its practices, as we describe a species by listing many of its anatomical features. Two or more cultures may share a practice, as two or more species may share an anatomical feature. The practices of a culture, like the characteristics of a species, are carried by its members, who transmit them to other members. In general, the greater the number of individuals who carry a species or a culture, the greater its chance of survival.
	A culture, like a species, is selected by its adaptation to an environment: to the extent that it helps its members to get what they need and avoid what is dangerous, it helps them to survive and transmit the culture.
	Not every practice in a culture, or every trait in a species, is adaptive, since non-adaptive practices and traits may be carried by adaptive ones, and cultures and species which are poorly adaptive may survive for a long time.
	New practices correspond to genetic mutations.
129	Just as a mutation, a change in the structure of a gene, is unrelated to the contingencies of selection which affect the resulting trait, so the origin of a practice need not be related to its survival value.
	Many cultural practices have, of course, been traced to accidents.
	The parallel between biological and cultural evolution breaks down at the point of transmission.
	A practice can be transmitted through 'diffusion' to other cultures – as if antelopes, observing the usefulness of the long neck in giraffes, were to grow longer necks.
129, 130	Species are isolated from each other by the non-transmissibility of genetic traits, but there is no comparable isolation of cultures. A culture is a set of practices, but it is not a set which cannot be mixed with other sets.
130	A dominant controlling agency or system may hold a set of practices together.
130, 131	Although the parallel between biological and cultural evolution falters at the point of transmissibility, the notion of cultural evolution remains useful. New practices arise, and they tend to be transmitted if they contribute to the survival of those who practise them.
131	The social environment which is a culture is often hard to identify. It is constantly changing, it lacks substance, and it is easily confused with the people who maintain the environment and are affected by it.
	No man survives for long, or any governmental, religious or economic agency for very long. What <i>evolve</i> are practices.



132	<p>A culture is not the product of a creative ‘group mind’ or the expression of a ‘general will’.</p> <p>A culture evolves when new practices further the survival of those who practise them.</p>
133	<p>It is no help, of course, to say that a person acts ‘because he feels concern for the survival of his culture’. Feelings about any institution depend upon the reinforces the institution uses. What a person feels about a government may range from the most zealous patriotism to the most abject fear, depending on the nature of the controlling practices.</p> <p>And what a person feels about the survival of his culture will depend on the measures used by culture to induce its members to work for its survival. The measures explain the support; the feelings are by-products.</p> <p>Much of what a person does to promote the survival of a culture is not ‘intentional’ – that is, it is not done <i>because</i> it increases survival value. A culture survives if those who carry it survive, and this depends in part upon certain genetic susceptibilities to reinforcement as the result of which behaviour making for survival in a given environment is shaped and maintained. Practices which induce the individual to work for the good of others presumably further the survival of others and hence the survival of the culture the others carry.</p>
134, 135	<p>Survival is the only value according to which a culture is eventually to be judged, and any practice that furthers survival has survival value by definition.</p>
135	<p>When the goods of others are challenged, especially the goods of organized others, it is not easy to answer by pointing to deferred advantages.</p>
135, 136	<p>There is no good reason why you should be concerned, but if your culture has not convinced you that there is, so much the worse for your culture.</p>
136	<p>The great problems of the world today are all global.</p> <p>But pointing to consequences is not enough. We must arrange contingencies under which consequences have an effect.</p>
137	<p>Change occurs not because of the passage of time, but because of what happens while time is passing.</p>
141	<p>Both kinds of evolution make organisms more sensitive to the consequences of their action. Organisms most likely to be changed by certain kinds of consequences have presumably had an advantage, and a culture brings the individual under the control of remote consequences which could have played no part in the physical evolution of the species. A remote personal good becomes effective when a person is controlled for the good of others, and the culture which induces some of its members to work for its survival brings an even more remote consequence to bear.</p> <p>The task of cultural designer is to accelerate the development of practices which bring the remote consequences of behaviour into play.</p> <p>The social environment is what is called a culture. It shapes and maintains the behaviour of those who live in it. A given culture evolves as new practices arise, possibly for irrelevant reasons, and are selected</p>

	by their contribution to the strength of the culture as it ‘competes’ with the physical environment and with other cultures.
142	The survival of a culture beyond the lifetime of the individual cannot serve as a source of conditioned reinforcers.
<b>Capítulo: The design of a culture</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
143	No one knows the <i>best</i> way of raising children, paying workers, maintaining law and order, teaching, or making people creative, but it is possible to propose better ways than we now have and to support them by predicting and eventually demonstrating more reinforcing results. This has been done in the past with the help of personal experience and folk wisdom, but a scientific analysis of human behaviour is obviously relevant. It helps in two ways: it defines what is to be done and suggests ways of doing it.
144	The troublesome behaviour is not actually described, and nothing that can be done to change it is mentioned.
145	<i>It is the contingencies which must be changed if his behaviour is to be changed.</i>
148	Behaviour can be changed by changing the conditions of which it is a function. Such a technology is ethically neutral. It can be used by villain or saint.
149	If the designer is an individualist, he will design a world in which he will be under minimal control and will accept his own personal goods as the ultimate values. If he has been exposed to an appropriate social environment, he will design for the good of others, possibly with a loss of personal goods. If he is concerned primarily with survival value, he will design a culture with an eye to whether it will work. When a culture induces some of its members to work for its survival, what are they do? They will need to foresee some of the difficulties the culture will encounter. These usually lie far in the future, and details are not always clear. We do not need to predict the future to see some of the ways in which the strength of a culture depends upon the behaviour of its members.
150	A culture is presumably stronger if it induces its members to maintain a safe and healthful environment, to provide medical care, and to maintain a population density appropriate to its resources and space. A culture must be transmitted from generation to generation, and its strength will presumably depend on what and how much its new members learn either through informal instructional contingencies or in educational institutions. A culture needs the support of its members, and it must provide for the pursuit and achievement of happiness if it is to prevent disaffection or defection. A culture must be reasonably stable, but it must also change, and it will presumably be strongest if it can avoid excessive respect for tradition and fear of novelty on the one hand and excessively rapid change on the other. Lastly, a culture will have a special measure of survival value if it encourages its members to examine its practices and to experiment with new ones. A culture is very much like the experimental space used in the analysis of behaviour. Both are sets of contingencies of reinforcement.

150, 151	Designing a culture is like designing an experiment; contingencies are arranged and effects noted. In an experiment we are interested in what happens, in designing a culture with whether it will work. This is the difference between science and technology.
152	Ethical control may survive in small groups, but the control of the population as a whole must be delegated to specialists – to police, priests, owners, teachers, therapists, and so on, with their specialized reinforcers and their codified contingencies. These are probably already in conflict with each other and will almost certainly be in conflict with any new set of contingencies.
155	Perhaps we cannot now design a successful culture as a whole, but we can design better practices in a piecemeal fashion.
160	The behavioural scientist does not confine himself to the schedules of reinforcement which happen to occur in nature: he constructs a great variety of schedules, some of which might never arise by accident.
	The design of a new culture is necessarily a kind of re-form, and it almost necessarily means a change of reinforcers.
161	The problem is to design a world which will be liked not by people as they now are but by those who live in it. 'I wouldn't like it' is the complaint of the individualist who puts forth his own susceptibilities to reinforcement as established values. A world that would be liked by contemporary people would perpetuate the status quo.
	A complete break with the past is impossible. The designer of a new culture will always be culture-bound, since he will not be able to free himself entirely from the predispositions which have been engendered by the social environment in which he has lived. To some extent he will necessarily design a world <i>he</i> likes.
164	The commonest techniques are aversive, and some sort of countercontrol is to be expected. The controllee may move out of range (the controller will work to keep him from doing so), or he may attack, and ways of doing so have emerged as important steps in the evolution of cultures.
165	To prevent the misuse of controlling power, however, we must look not at the controller himself but at the contingencies under which he engages in control.
	We are misled by differences in the conspicuousness of controlling measures.
166	The relation between the controller and the controlled is reciprocal.
168	The great problem is to arrange effective countercontrol and hence to bring some important consequences to bear on the behaviour of the controller. Some classical examples of a lack of balance between control and countercontrol arise when control is delegated and countercontrol then becomes ineffective.
	Control and countercontrol tend to become dislocated when control is taken over by organized agencies.
169	In short, an organized agency which is insensitive to the consequences of its practices is not subject to important kinds of countercontrol.
	The principle of making the controller a member of the group he controls should apply to the designer of a culture.

	The intentional design of a culture, with the implication that behaviour is to be controlled, is sometimes called ethically or morally wrong. Ethics and morals are particularly concerned with bringing the remoter consequences of behavior into play.
169, 170	Social contingencies are much more likely to raise moral and ethical issues. (As we have noted, the terms refer to the customs of groups.)
170	<p>The practical question, which we have already considered, is how remote consequences can be made effective. Without help a person acquires very little moral or ethical behaviour under either natural or social contingencies. The group supplies supporting contingencies when it describes its practices in codes or rules which tell the individual how to behave and when it enforces those rules with supplementary contingencies. Maxims, proverbs, and other forms of folk wisdom give a person reasons for obeying rules. Governments and religions formulate the contingencies they maintain somewhat more explicitly, and education imparts rules which make it possible to satisfy both natural and social contingencies without being directly exposed to them.</p> <p>This is all part of the social environment called a culture, and the main effect, as we have seen, is to bring the individual under the control of the remoter consequences of his behaviour. The effect has had survival value in the process of cultural evolution, since practices evolve because those who practice them are as a result better off.</p>
170, 171	We say that is something 'morally wrong' about a totalitarian state, a gambling enterprise, uncontrolled piecework wages, the sale of harmful drugs, or undue personal influence, not because of any absolute set of values, but because all these things have aversive consequences. The consequences are deferred and a science that clarifies their relation to behaviour is in the best possible position to specify a better world in an ethical or moral sense.
171	<p>A special value in scientific practice is also relevant. The scientist works under contingencies that minimize immediate personal reinforcers. No scientist is 'pure', in the sense of being out of reach of immediate reinforcers, but other consequences of his behaviour play an important role.</p> <p>To say that scientists are therefore more moral or ethical than other people, or that they have a more finely developed ethical sense, is to make the mistake of attributing to the scientist what is actually a feature of the environment in which he works.</p>
173	It is one of the functions of a culture to correct for these innate dispositions through the design of techniques of control, and particularly of self-control, which moderate the effects of reinforcement.
173, 174	What is needed is more control, not less, and this is itself an engineering problem of the first importance. The good of a culture cannot function as the source of genuine reinforcers for the individual, and the reinforcers contrived by cultures to induce their members to work for their survival are often in conflict with personal reinforcers.
177, 178	Attacking controlling practices is, of course, a form of countercontrol. It may have immeasurable benefits if better controlling practices are thereby selected. But the literatures of freedom and dignity have made

	the mistake of supposing that they are suppressing control rather than correcting it. The reciprocal control through which a culture evolves is then disturbed. To refuse to exercise available control because in some sense all control is wrong is to withhold possibly important forms of countercontrol. We have seen some of the consequences. Punitive measures, which the literatures of freedom and dignity have otherwise helped to eliminate, are instead promoted. A preference for methods which make control inconspicuous or allow it to be disguised has condemned those who are in a position to exert constructive countercontrol to the use of weak measures.
178	A culture is like the experimental space used in the study of behaviour. It is a set of contingencies of reinforcement, a concept which has only recently begun to be understood. The technology of behaviour which emerges is ethically neutral, but when applied to the design of a culture, the survival of the culture functions as a value.
179	All control is reciprocal, and an interchange between control and countercontrol is essential to the evolution of a culture. The interchange is disturbed by the literatures of freedom and dignity, which interpret countercontrol as the suppression rather than the correction of controlling practices.

**Capítulo: What Is Man?**

<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
180	<p>A science of behaviour adopts the strategy of physics and biology, the autonomous agent to which behaviour has traditionally been attributed is replaced by the environment – the environment in which the species evolved and in which the behaviour of the individual is shaped and maintained.</p> <p>The evidence for a crude environmentalism is clear enough. People are extraordinarily different in different places, and possibly just because of the places.</p>
181, 182	Often said to involve human nature, is <i>aggression</i> . Men often act in such a way that they harm others, and they often seem to be reinforced by sign of damage to others. The ethologists have emphasized contingencies of survival which would contribute these features to the genetic endowment of the species, but the contingencies of reinforcement in the lifetime of the individual are also significant, since anyone who acts aggressively to harm others is likely to be reinforced in other ways – for example, by taking possession of goods. The contingencies explain the behaviour quite apart from any state or feeling of aggression or any initiating act by autonomous man.
185	As listeners we acquire a kind of knowledge from the verbal behaviour of others which may be extremely valuable in permitting us to avoid direct exposure to contingencies. We learn from the experience of others by responding to what they say about contingencies. When we are warned against doing something or are advised to do something, there may be no point in speaking of knowledge, but when we learn more durable kinds of warnings and advice in the form of maxims or rules, we may be said to have a special kind of knowledge about the contingencies to which they apply.

187	The verbal community specialized in self-descriptive contingencies. It asks such questions as: What did you do yesterday? What are you doing now? What will you do tomorrow? Why did you do that? Do you really want to do that? How do you feel about that? The answers help people to adjust to each other effectively. And it is because such questions are asked that a person responds to himself and his behaviour in the special way called knowing or being aware. Without the help of a verbal community all behaviour would be unconscious. Consciousness is a social product.
188	But awareness or insight alone is not always enough.
189	Self-knowledge is valuable only to the extent that it helps to meet the contingencies under which it has arisen.
190	The culture promotes thinking by constructing special contingencies. It teaches a person to make fine discriminations by making differential reinforcement more precise. It teaches techniques to be used in solving problems. It provides rules which make it unnecessary to be exposed to the contingencies from which the rules are derived, and it provides rules for finding rules.
200	A scientific analysis of behavior dispossesses autonomous man and turns the control he has been said to exert over the environment.
201	Man himself may be controlled by his environment, but it is an environment which is almost wholly of his own making. The physical environment of most people is largely man-made. The social environment is obviously man-made – it generates the language a person speaks, the customs he follows, and the behaviour he exhibits with respect to the ethical, religious, governmental, economic, educational, and psychotherapeutic institutions which control him. The evolution of a culture is in fact a kind of gigantic exercise in self-control. As the individual controls himself by manipulating the world in which he lives, so the human species has constructed an environment in which its members behave in a highly effective way.
202	When a person changes his physical or social environment ‘intentionally’ – that is, in order to change human behaviour, possibly including his own – he plays two roles: one as controller, as the designer of a controlling culture, and another as the controlled, as the product of a culture.
203	The man that man has made is the product of the culture man has devised. He has emerged from two quite different processes of evolution: the biological evolution responsible for the human species and the cultural evolution carried out by that species.
204	A culture has no existence apart from the behaviour of the individuals who maintain its practices. It is always an individual who behaves, who acts upon the environment and is changed by the consequences of his action, and who maintains the social contingencies which <i>are</i> a culture. The individual is the carrier of both his species and his culture. Cultural practices, like genetic traits, are transmitted from individual to individual. A new practice, like a new genetic trait, appears first in an individual and tends to be transmitted if it contributes to his survival as an individual.

---

**Reflections on Behaviorism and Society**

---



<b>Capítulo: Human behavior and democracy</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
4	We do not feel the control exerted when our own behavior is positively reinforced.
6, 7	It is perhaps a natural mistake to suppose that the abolition of aversive social control leads in the end to this kind of permissiveness but, like convenience and comfort, small personal freedoms are purchased at great social cost. Everyone suffers when people are ill-mannered, illiterate, and ignorant, when laws are frequently broken, when people continue to need help, when goods are unequally distributed, and when so-called victimless crimes prove to have victims. In short, the world has changed, and the processes through which we free ourselves from aversive stimulation, non-social and social, have begun to work against the survival of the culture and possibly the species.
7, 8	A social environment in which people thus behave as they <i>like</i> , rather than as they <i>have</i> , to behave, has been the dream of many political and social reformers, but it is usually called “utopian” in the pejorative sense of impossible. Nevertheless, we are already under way in developing just such an alternative to government as the power to compel obedience. And it may lead to something that is closer to a government of <i>people by people</i> than anything yet proposed in the name of democracy.
8	<p>People are governed, in the broadest sense, by the world in which they live, particularly by their social environments.</p> <p>The group classifies behavior as good, bad, right, and wrong and uses these terms as conditioned reinforcers in strengthening or suppressing behavior. It describes some of the more important contingencies in the form of rules, and by following rules its members conform more quickly and avoid direct exposure to punitive consequences. Individuals may act to maintain the very contingencies to which they conform and when they do so without supervision, they are said to show self-control or the possession of an ethical or moral sense. Such a social environment transmits itself as new members of a group acquire the behavior of maintaining the contingencies.</p> <p>It was once the practice to divide the social environment into three parts: (1) the polity (government in the narrow sense, specializing in aversive control), (2) the economy (specializing in the production and exchange of reinforcing goods), and (3) the culture, or all the other contingencies of reinforcement maintained by the group — in family practices, religious rituals, arts, crafts, and so on.</p>
9	<p>It is probably impossible to keep these fields apart, and in its modern use the term culture covers them all. A culture is a complete social environment, in which some contingencies are maintained by individuals and others by institutions. The earlier division was useful, however, because culture in the older sense meant the social contingencies not maintained by centralized agencies.</p> <p>It is then more obvious that control rests with the people. A social environment exists only because of what people do for and to other people, and it is never more than that even when power is usurped by, or delegated to, a special agency, but in a culture in the older sense the</p>



	control is direct. Concentration of power in an agency is objectionable not only because it is characteristically misused and jwasted but because it destroys interpersonal contacts.
	When we delegate the control of people to political and economic institutions, we relinquish the face-to-face control of an equitable government of people by people, and it is a mistake to suppose that we recapture it by restricting the scope of those to whom we delegate it. <i>A better strategy is to strengthen face-to-face control.</i> A social environment, or culture, can operate without the help of usurping or delegated rulers and entrepreneurs, and it is most clearly a government of people by people when it does so.
11	Positive reinforcement has a strengthening effect not only upon the behavior of the individual^ but also upon the culture, by creating a world from which people are not likely to defect and which they are likely to defend, promote, and improve.
	Behavior is most expeditiously shaped and maintained by its natural consequences.
12	<i>Behavior which consists of following rules is inferior to behavior shaped by the contingencies described by the rules.</i>
13	A social environment is extraordinarily complex, and new members of a group do not come prepared with appropriate behavior. T h e individual was once inducted into a culture by natural instructional programs, in the presence of favorable models. These are no longer an important part of growing up, and more explicit control is now needed. Programmed sequences of contingencies, in the hands of skillful teachers and counselors, can lead efficiently to the complex repertoires demanded by a social environment.
15, 16	It is often said that in the end the question is who will control the controllers ( <i>Quis custodiet ipsos custodes?</i> ), but the issue is not <i>Who</i> but <i>What</i> . People act to improve cultural practices when their social environments induce them to do so. Cultures which have this effect and which support the relevant sciences are more likely to solve their problems and survive. It is an evolving culture, then, which is most likely to control the controller.
<b>Capítulo: Are we free to have a future?</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
17	Physical and biological technologies are probably powerful enough to solve these problems and guarantee a decent future, but they will do so only if they are put to use. The problem is human behavior. How can people be induced to take the future into account? T h a t is a question to which, I think, an analysis of behavior is relevant.
18	All we can change are the circumstances in which people live, and we want to change them in such a way that people will behave differently.
22	By imitating those whose behavior has already been shaped by prevailing contingencies, people acquire appropriate behavior without being directly exposed to the contingencies themselves. The customs and manners of a group seem to be maintained by such a process. With the help of imitation, individuals need not construct for themselves the long sequences which bring their behavior under the control of fairly

	remote consequences. They acquire much greater repertoires than would be possible in a nonsocial environment.
	There are other arrangements of reinforcers which seem to bring the future more actively into play.
23	The consequences which lie in the possibly distant future are often cited to justify practices in government, religion, economics, education, and ethics.
24	The fact is that cultural practices have evolved in which contingencies of immediate reinforcement generate behavior having remote consequences, and this has presumably happened in part because the consequences have strengthened the culture, permitting it to solve its problems and hence survive. That the remote consequences, no matter how important for the culture, are nevertheless not having any current effect is all too evident when efforts are made to take into account a future which is not the by-product of currently reinforced behavior.
28	We cannot continue to leave the future to the occasionally beneficial side effects of a strong concern for the present. Something more explicit must be done.
	One possibility is that people will be more concerned for the future (for whatever reason) if they are less concerned for the present.
	Other candidates for the custodianship of the future are to be found among those who have little or no power and hence little or nothing to gain from the present.
28, 29	We should expect that those most likely to take the future into account will have two other qualifications which lie in the field of science. Whatever the reasons may be, people are more likely to act if they have a clear picture of the future. It does not take a scientist to be aware of changes in population, pollution, dwindling supplies of energy, and so on or to make rough extrapolations to the future, but science can do all this more effectively. It can collect data far beyond the range of personal experience, and it can project trends.
29	To solve the major problem we need an effective technology of behavior. We need, in short, a new field of specialization — the design of cultural practices.
32	We may design a world in which our susceptibilities to reinforcement will be less troublesome and in which we shall be more likely to behave in ways which promise a future.
<b>Capítulo: Humanism and Behaviorism</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
49	A member of the species is exposed to another part of that environment during his lifetime, and from it he acquires a repertoire of behavior which converts an organism with a genetic endowment into a person. By analyzing these effects of the environment, we move toward the prediction and control of behavior.
	A thoroughgoing dualist would say no, because for him what a person observes through introspection and what a physiologist observes with his special techniques are in different universes. But it is a reasonable view that what we feel when we have feelings are states of our own bodies, and that the states of mind we perceive through introspection are other varieties of the same kinds of things.

50	But knowing is more than responding to stimuli. A child responds to the colors of things before he “knows his colors.” Knowing requires special contingencies of reinforcement that must be arranged by other people, and the contingencies involving private events are never very precise because other people are not effectively in contact with them. In spite of the intimacy of our own bodies, we know them less accurately than we know the world around us.
51	If we are to solve the problems that face us in the world today, this concern for mental life must no longer divert our attention from the environmental conditions of which human behavior is a function.
52	What distinguishes the human species, however, is the development of a culture, a social environment that contains the contingencies generating self-knowledge and self-control. It is this environment that has been so long neglected by those who have been concerned with the inner determination of conduct. The neglect has meant that better practices for building self-knowledge and self-management have been missed.
	It is often said that a behavioristic analysis “dehumanizes man.” But it merely dispenses with a harmful explanatory fiction. In doing so it moves much more directly toward the goals that fiction was designed, erroneously, to serve. People understand themselves and manage themselves much more effectively when they understand the relevant contingencies.
	Important processes in self-management lie in the fields of ethics and morals, where conflicts between immediate and deferred consequences are considered. One of the great achievements of a culture has been to bring remote consequences to bear upon the behavior of the individual. We may design a culture in which the same results will be achieved much more efficiently by shifting our attention from ethical problem solving or moral struggle to the external contingencies.
<b>About Behaviorism</b>	
<b>Capítulo: The question of control</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
75	A scientific analysis of behavior must, I believe, assume that a person’s behavior is controlled by his genetic and environmental histories rather than by the person himself as an initiating, creative agent.
	We often overlook the fact that human behavior is also a form of control. That an organism should act to control the world around it is as characteristic of life as breathing or reproduction. A person acts upon the environment, and what he achieves is essential to his survival and the survival of the species. Science and technology are merely manifestations of this essential feature of human behavior. Understanding, prediction, and explanation, as well as technological applications, exemplify the control of nature. They do not express an “attitude of domination” or a “philosophy of control.” They are the inevitable results of certain behavioral processes.
	We cannot choose a way of life in which there is no control. We can only change the controlling conditions.

	<p>Organized agencies or institutions, such as governments, religions, and economic systems, and to a lesser extent educators and psychotherapists, exert a powerful and often troublesome control. It is exerted in ways which most effectively reinforce those who exert it, and unfortunately this usually means in ways which either are immediately aversive to those controlled or exploit them in the long run.</p> <p>Those who are so controlled then take action. They escape from the controller (...) or they may attack in order to weaken or destroy the controlling power, as in a revolution, a reformation, a strike, or a student protest. In other words, they oppose control with countercontrol.</p>
76	<p>We might act in such a way that another person is reinforced and reinforces us in turn.</p> <p>An “important determinant of moral behavior and a major component of character development” is said to be “willingness to follow rules,” but a person “wills” to follow a rule because of the consequences arranged by those who state the rule and enforce it.</p> <p>People do begin to call behavior good or bad or right or wrong and to reinforce or punish accordingly, and rules are eventually stated which help a person conform to the practices of his community and help the community maintain the practices. A person who learns these rules and behaves by explicitly following them still has not internalized them, even when he learns to control himself and thus to adjust even more effectively to the contingencies maintained by the group. Social behavior does not require that the contingencies which generate it should be formulated in rules or, if they have been formulated, that a person should know the rules. It is extraordinarily important, however, that social practices be formulated.</p> <p>We sometimes say that we acted in a given way because we knew it was right or felt that it was right, but what we feel when we behave morally or ethically depends on the contingencies responsible for our behavior. What we feel about the behavior of others depends on its effect on us; what we feel about our own behavior toward others depends on the action others take. The bodily conditions known or felt may be particularly conspicuous when the sanctions are strong.</p> <p>He acts because of the contingencies which have shaped his behavior and created the conditions he feels.</p> <p>Countercontrol is not too hard to explain when control is immediately aversive – for example, when it is exerted by punishment or the threat of punishment. There are presumably relevant contingencies of survival.</p> <p>But when the aversive consequences of control are deferred, as in exploitation, countercontrolling action is less likely.</p>
77	<p>Man has been said to be superior to the other animals because he has evolved a moral or ethical sense. “By far the most important characteristic of human beings is that we have and exercise moral judgment.” But what has evolved is a social environment in which individuals behave in ways determined in part by their effects on others. Different people show different amounts and kinds of moral</p>

	<p>and ethical behavior, depending upon the extent of their exposure to such contingencies.</p> <p>One of the most tragic consequences of mentalism is dramatically illustrated by those who are earnestly concerned about the plight of the world today and who see no help except in a return to morality, ethics, or a sense of decency, as personal possessions.</p> <p>What is needed is a restoration of social environments in which people behave in ways called moral.</p> <p>Blaming people in order to shape ethically acceptable behavior has an unfortunate result.</p>
77, 78	<p>The important fact is not that we feel free when we have been positively reinforced but that we do not tend to escape or counterattack. Feeling free is an important hallmark of a kind of control distinguished by the fact that it does not breed countercontrol.</p>
78	<p>Unfortunately the feeling of being free is not a reliable indication that we have reached such a world.</p> <p>The fact that positive reinforcement does not breed countercontrol has not gone unnoticed by would-be controllers, who have simply shifted to positive means.</p> <p>The control of behavior is concealed or disguised in education, psychotherapy, and religion, when the role of teacher, therapist, or priest is said to be to guide, direct, or counsel, rather than to manage, and where measures which cannot be so disguised are rejected as intervention.</p> <p>To assert a right is to threaten action against those who are said to infringe it. Thus, we act to restrain those who force us to act (and who thereby reduce our feeling of freedom), or who take more than their share of available goods, or who foul the world in which we live. We justify and explain our behavior when we claim the right to restrain them.</p>
79	<p>But in the long run any effective countercontrol leading to the “liberation” of the individual can be achieved only by explicit design, and this must be based upon a scientific analysis of human behavior. We must surely begin with the fact that human behavior is always controlled.</p> <p>The most important contribution of a social environment – a contribution wholly abandoned in the return to a thoroughgoing individualism – has to do with the mediation of the future.</p> <p>The important thing is that institutions last longer than individuals and arrange contingencies which take a reasonably remote future into account.</p> <p>We object to much of this, but the interests of institutions sometimes coincide with the interests of individuals.</p> <p>The social environment I have been referring to is usually called a culture, though a culture is often defined in other ways - as a set of customs or manners, as a system of values and ideas, as a network of communication, and so on. As a set of contingencies of reinforcement maintained by a group, possibly formulated in rules or laws, it has a clear-cut physical status, a continuing existence beyond the lives of members of the group, a changing pattern as practices are added,</p>

	discarded, or modified, and, above all, power. A culture so defined controls the behavior of the members of the group that practices it.
	The important thing about a culture so defined is that it evolves. A practice arises as a mutation, it affects the chances that the group will solve its problems, and if the group survives, the practice survives with it. It has been selected by its contribution to the effectiveness of those who practice it.
	Mutations may be random. A culture need not have been designed, and its evolution does not show a purpose.
	The practices which compose a culture are a mixed bag, and some parts may be inconsistent with others or in open conflict.
	Another writer has said that our culture is “in convulsions owing to its state of value contradiction, its incorporation of opposing and conflicting values,” but we may say that the values, here as elsewhere, refer to reinforcers, and that it is the contingencies of which they are a part which are opposing and conflicting.
80	There are remarkable similarities in natural selection, operant conditioning, and the evolution of social environments. Not only do all three dispense with a prior creative design and a prior purpose, they invoke the notion of survival as a value. What is good for the species is what makes for its survival. What is good for the individual is what promotes his well-being. What is good for a culture is what permits it to solve its problems. There are, as we have seen, other kinds of values, but they eventually take second place to survival.
	The notion of evolution is misleading – and it misled both Herbert Spencer and Darwin – when it suggests that the good represented by survival will naturally work itself out. Things go wrong under all three contingencies of selection, and they may need to be put right by explicit design.
	New cultural practices are explicitly designed in such fields as education, psychotherapy, penology, and economic incentives.
80, 81	The design of human behavior implies, of course, control, and possibly the question most often asked of the behaviorist is this: Who is to control? The question represents the age-old mistake of looking to the individual rather than to the world in which he lives.
81	We must look instead at the conditions under which people govern, give help, teach, and arrange incentive systems in particular ways. In other words we must look to the culture as a social environment.

### Upon Further Reflection

#### Capítulo: Why we are not acting to save the world

Página	Trecho original
2	We are being asked to do something about the future. But the future does not exist. It cannot act upon us; we cannot act upon it.
3	Operant behavior, like natural selection, prepares the organism for a future, but it is only a future that is similar to the selecting past. Moreover, the repertoire of behaviors that can be acquired without help by a single organism in a single lifetime is not very large.
	That fault was in turn corrected by the evolution of processes through which organisms were affected by the selecting pasts of other



	<p>members of the species. Imitation is an example. When members of a group imitate each other and model behavior to be imitated, they acquire much larger repertoires, which are effective under a greater variety of conditions. The human species went far beyond imitation and modeling with the evolution of verbal behavior, or language. <u>People not only show each other what to do — they tell them.</u></p> <p>A language is the product of a third kind of selection by consequences, the evolution of cultures. A culture evolves when new practices, introduced for perhaps irrelevant reasons, are selected by their contributions to the survival of the practicing group. Cultural practices are also said to have purposes. For example, the purpose of education is said to be the production of informed members of a group, but again, we should speak only of selecting consequences. Educational practices evolve when they contribute informed members to the group.</p>
4, 5	<p>It is often proposed that we solve these problems by warning people of the consequences of their behavior. “Raising consciousness” is the fashionable expression. It is implied that once people know that their behavior will have dangerous consequences, they will change. Such an appeal to knowledge has caused a great deal of trouble. A distinction is sometimes drawn between knowing what will happen when we act in a given way because certain consequences have followed when we have acted that way (in which case we are said to “knowing by acquaintance”) and knowing because we have been told what will happen (“knowing by description”). What is missing in knowledge by description is a reason why we should act. If we borrow our friend’s pen and enjoy writing with it, we may buy one like it. We know by acquaintance that it is a good pen. We buy it because positive reinforcement has been at work. If, instead, our friend simply tells us that it is a good pen, we know that fact by description, but we shall buy one only if we have already profitably followed our friend’s advice or the advice of others with whom we have had similar experiences.</p>
5	<p>Obviously we cannot know the future by acquaintance, and we have very little reason to act because we know it by description. In general, the more remote the predicted consequences, the less likely we are to follow advice. We have more often been successful when we have followed advice about the immediate future because that kind of advice has been more often tested and found better. The advice we are now being offered is about a distant future; it may be good advice, but that has very little to do with whether we shall take it.</p>
6	<p>How can we forego a reward in order to avoid a latter punishment or take punishment for the sake of latter reward? Cultures have helped to solve the problem by supplying immediate consequences that have the same effect as the remote ones. They shame their members who fail to forego immediate rewards or refuse to take immediate punishment, and commend those who do.</p> <p>It might also be called illegal or sinful, because in advanced cultures sanctions of that sort are taken over by governments and religions. Those institutions outlive people, and those who respond to their</p>



	sanctions can therefore be said to be working for a future beyond their own. The sanctions are usually punitive.
7	<p>Money and goods are other immediate reinforcers used to induce people to work for a future beyond their own – the future of a business or industry. The justification is said to be the more abundant production and distribution of goods. Without these so-called justifications, governments, religions, and capital would not have been able to maintain their control.</p> <p>If the futures of governments, religions, and capitalistic systems were congruent with the future of the species, our problem would be solved.</p> <p>Governments, religions, and capitalistic systems, whether public or private, control most of the reinforcers of daily life; they must use them, as they have always done, for their own aggrandizement, and they have nothing to gain by relinquishing power. Those institutions are the embodiments of cultural practices that have come into existence through selection, but the contingencies of selection are in conflict with the future of the human species.</p>
7, 8	The fact that selection by consequences prepares only for a future like the selecting past is a flaw that, as we have seen, has been successively corrected – the flaw in natural selection by operant conditioning and the flaw in operant conditioning by the evolution of cultural practices. But there is another possible step. Among evolved cultural practices are those of science, and with them we should be able to <i>intervene</i> in the process of selection. We should be able either to introduce variations (rather than wait for them to occur by chance) or to change the contingencies of selection.
8	<p>People have always intervened in the development of personal repertoires of behavior either by introducing variations (as by modeling new kinds of behavior to be imitated) or by changing the contingencies of reinforcement.</p> <p>Much of science is simply a record of what has happened (it is knowledge by acquaintance), but much is also knowledge by description. By analyzing a complex system and applying what has already been learned about its parts, scientists predict events that have never occurred before.</p>
9	The behavioral scientists are themselves the products of their cultures. As it is often said, they are not free of ideology.
<b>Capítulo: Selection by consequences</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
53	<p>A different kind of imitation, with a much wider range, results from the fact that contingencies of reinforcement that induce one organism to behave in a given way will often affect another organism when it behaves in the same way. An imitative repertoire that brings the imitator under the control of new contingencies is therefore acquired.</p> <p>The human species presumably became much more social when its vocal musculature came under operant control. Cries of alarm, mating calls, aggressive threats, and other kinds of vocal behavior can be modified through operant conditioning, but apparently only with respect to the occasions upon which they occur and their rate of occurrence.</p>

54	<p>The development of environmental control of the vocal musculature greatly extended the help one person receives from others. By behaving verbally people cooperate more successfully in common ventures. By taking advice, heeding warnings, following instructions, and observing rules, they profit from what others have already learned. Ethical practices are strengthened by being codified in laws, and special techniques of ethical and intellectual self-management are devised and taught. Self-observation or awareness emerges when one person asks another a question such as “What are you going to do?” or “Why did you do that?” The invention of the alphabet spread these advantages over great distances and periods of time. They have long been said to give the human species its unique position, although it is possible that what is unique is simply the extension of operant control to the vocal musculature.</p>
	<p>Verbal behavior greatly increased the importance of a third kind of selection by consequences, the evolution of social environments – cultures. The process presumably begins at the level of the individual. A better way of making a tool, growing food, or teaching a child is reinforced by its consequence – the tool, the food, or a useful helper, respectively. A culture evolves when practices originating in this way contribute to the success of the practicing group in solving its problems. It is the effect on the group, not the reinforcing consequences for individual members, that is responsible for the evolution of the culture.</p>
55	<p>Only the second, operant conditioning, occurs at a speed at which it can be observed from moment to moment.</p>
56	<p>Traits in a species and practices in a culture are transmitted from generation to generation, but reinforced behavior is “transmitted” only in the sense of remaining part of the repertoire of the individual.</p>
57	<p>Social environments generate self-knowledge (“consciousness”) and self-management (“reason”) without help from a group mind or Zeitgeist. To say this is not to reduce life, mind, and Zeitgeist to physics; it is simply to recognize the expendability of essences.</p>
59	<p>People are said to store information about contingencies of reinforcement and retrieve it for use on later occasions. But they do not consult copies of earlier contingencies to discover how to behave; they behave in given ways because they have been changed by those contingencies. The contingencies can perhaps be inferred from the changes they have worked, but they no longer exist.</p> <p>Many anthropologists and linguists appeal to the organization of cultural and linguistic practices. It is true that all species, persons, and cultures are highly organized, but no principle of organization explains their being so. Both the organization and the effects attributed to it can be traced to the respective contingencies of selection. The same may be said of structure.</p>
60	<p>When a causal force is assigned to structure, selection tends to be neglected. Many issues that arise in morals and ethics can be resolved if we specify the level of selection. What is good for the individual or culture may have bad consequences for the species, as when sexual reinforcement leads to overpopulation or the reinforcing amenities of</p>

	civilization to the exhaustion of resources; what is good for the species or culture may be bad for the individual, as when practices designed to control procreation or preserve resources restrict individual freedom; and so on. There is nothing inconsistent or contradictory about these uses of “good” or “bad,” or about other value judgments, as long as the level of selection is specified.
63	The proper recognition of the selective action of the environment will require a change in our conception of the origin of behavior, a change perhaps as extensive as that of our former conceptions of the origin of species. As long as we cling to the view that a person is an initiating doer, actor, or causer of behavior, we shall probably continue to neglect the conditions that must be changed if we are to solve our problems
<b>Capítulo: The Evolution of behavior</b>	
<b>Página</b>	<b>Trecho original</b>
71, 72	An example of current interest is aggression. We may have an innate repertoire of aggressive behavior, but similar behavior is generated by many contingencies of reinforcement. It does not matter whether a given instance is phylogenic or ontogenic unless we are concerned with doing something about it. If we are, we must identify the variables to be changed.
	Operant imitation requires no new evolved process. When organisms are behaving because of prevailing contingencies of reinforcement, similar behavior in another organism is likely to be reinforced by the same contingencies. A general, conditioned tendency to behave as others behave supplements phylogenic imitation. Operant modeling then follows: When the behavior of another person is important, modeling is reinforced when the other person imitates.
74	Imitation and modeling play important roles in transmitting the results of exceptional contingencies of reinforcement. Some of the great human achievements were due to extraordinarily lucky accidents. Other people came under the control of the same fortuitous contingencies through imitation, and the behavior was transmitted even more rapidly by modeling. The human species made further progress in the transmission of what had already been learned when its vocal apparatus came under operant control.
	A culture may be defined as the contingencies of social reinforcement maintained by a group. As such it evolves in its own way, as new cultural practices, however they arise, contribute to the survival of the group and are perpetuated because they do so. The evolution of cultures is of no further relevance here because no new behavioral processes are involved.